

UNIVERSIDADE ESTADUAL DE PONTA GROSSA
PRÓ-REITORIA DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM CIÊNCIAS SOCIAIS APLICADAS

ANDERSON ROIK

**O TRABALHO COMO PRINCÍPIO EDUCATIVO NA EXPERIÊNCIA DE
ORGANIZAÇÃO COLETIVA DA COOPERATIVA DE CATADORES DOS
AGENTES AMBIENTAIS DE IRATI-PR**

PONTA GROSSA
2019

ANDERSON ROIK

O TRABALHO COMO PRINCÍPIO EDUCATIVO NA EXPERIÊNCIA DE ORGANIZAÇÃO COLETIVA DA COOPERATIVA DE CATADORES DOS AGENTES AMBIENTAIS DE IRATI-PR

Tese apresentada para obtenção do título de doutor no Programa de Pós-graduação em Ciências Sociais Aplicadas, da Universidade Estadual de Ponta Grossa, Área de Cidadania e Políticas Públicas.

Orientadora: Profa. Dra. Danuta Estrufika Cantoia Luiz
Coorientador: Prof. Dr. José Henrique de Faria

PONTA GROSSA
2019

R741 Roik, Anderson
 O trabalho como princípio educativo na experiência de organização coletiva da
Cooperativa de Catadores dos Agentes Ambientais de Irati-PR / Anderson Roik. Ponta
Grossa, 2019.
 268 f.

 Tese (Doutorado em Ciências Sociais Aplicadas - Área de Concentração:
Cidadania e Políticas Públicas), Universidade Estadual de Ponta Grossa.

 Orientadora: Profa. Dra. Danuta Estrufika Cantóia Luiz.

 Coorientador: Prof. Dr. José Henrique de Faria.

 1. Trabalho. 2. Princípio educativo. 3. Experiência. 4. Organização coletiva.
5. Catadores. I. Luiz, Danuta Estrufika Cantóia. II. Faria, José Henrique de. III.
Universidade Estadual de Ponta Grossa. Cidadania e Políticas Públicas. IV.T.

CDD: 350

TERMO DE APROVAÇÃO

Anderson Roik

O TRABALHO COMO PRINCÍPIO EDUCATIVO NA EXPERIÊNCIA DE ORGANIZAÇÃO COLETIVA DA COOPERATIVA DE CATADORES DOS AGENTES AMBIENTAIS DE IRATI-PR

Tese aprovada como requisito parcial para obtenção do grau de Doutor no Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais Aplicadas, Setor de Ciências Sociais Aplicadas da Universidade Estadual de Ponta Grossa, pela seguinte banca examinadora:

Ponta Grossa, 06 de agosto de 2019.

Assinatura pelos Membros da Banca:



Prof.^a Dra. Danuta Estrufica Cantóia Luiz – UEPG – Presidente



Prof.^a Dr. Francis Kanashiro Meneguethtti – UTFPR – Partic. Externo



Prof. Dra. Raquel Dorigan de Matos – UNICENTRO- Partic. Externo



Prof.^a Dra. Lenir Aparecida Mainardes da Silva – UEPG – Partic. Interno



Prof. Dr. Luiz Alexandre Gonçalves Cunha – UEPG - Partic. Interno

Prof. Dr. Pedro Ivan Christoffoli – UFFS – Suplente Externo

Prof.^a Dra. Silmara Carneiro e Silva - UEPG – Suplente Interno

Dedico às catadoras e catadores de material reciclável que, com a dignidade do seu trabalho, encaram a luta de viver em um mundo de injustiça e desigualdade social.

AGRADECIMENTOS

Sou grato a toda generosidade e disponibilidade com que me acolheram, nos diversos momentos desta pesquisa, aos trabalhadores da Associação dos Catadores de Papel de Guarapuava-ACPG, do Coletivo de Catadores da Colônia Vitória no Distrito de Entre Rios, da Associação de Reciclagem Malinoski e, em especial, da Cooperativa de Catadores dos Agentes Ambientais de Irati-Cocaair. Obrigado também ao educador social, que tanto colaborou com este estudo.

Obrigado, professora Danuta, por aceitar minha proposta de pesquisa e pela disponibilidade constante em todas as etapas desta tese. Sua presença enquanto orientadora, marcada pela bondade e assertividade em seus ensinamentos, foi fundamental para que eu chegasse até aqui. Agradeço por reforçar em cada conversa o espírito de lutar continuamente pelo sonho de um mundo mais justo socialmente.

Ao professor Faria, obrigado pela acolhida, não só nesta etapa, mas ao longo de minha caminhada acadêmica. Agradeço pelas sugestões críticas dadas para o estudo e por ensinar os caminhos de um conhecimento acadêmico libertador e comprometido com a transformação social.

Ao professor Cunha e à professora Lenir, que, além de terem compartilhado seus conhecimentos nas disciplinas do doutorado, também participaram da banca de avaliação. Agradeço, ainda, as contribuições que recebi na ocasião da qualificação, que foram pertinentes e enriqueceram minha visão sobre o estudo proposto.

Agradeço à professora Raquel, com quem tive o privilégio de ter contato no último ano de graduação, que me oportunizou a aproximação com a Teoria Crítica, possibilitando outro olhar sobre a área da Administração e os estudos organizacionais. Obrigado por suas contribuições na banca, bem como em todo meu processo de formação.

Sou grato ao professor Francis, que, já tendo participado da banca do mestrado, aceitou o convite em fazer parte da banca de qualificação e defesa desta tese. A generosidade com que faz suas críticas qualificam ainda mais este trabalho e engrandecem minha formação.

Ao professor Pedro e à professora Silmara, por aceitarem o convite de serem membros suplentes desta banca.

A todos os professores e todas as professoras do Programa de Pós-graduação em Ciências Sociais Aplicadas, pelas oportunidades de reflexão e pelos agradáveis momentos que vivenciei no processo de doutoramento.

À equipe da secretaria do Programa de Pós-graduação em Ciências Sociais Aplicadas e aos demais servidores da Universidade Estadual de Ponta-Grossa-UEPG, meu muito obrigado pela cooperação e o bom atendimento.

Aos colegas da Pró-reitoria de Extensão e Cultura-PROEC da Universidade Estadual do Centro-Oeste, Unicentro que, mesmo sob condições adversas, colaboraram para que eu pudesse cursar este doutorado de forma integral, com disponibilidade de tempo.

Mãe, irmãos, primos e primas, tios e tias, obrigado por estarem ao meu lado. Obrigado, também, ao meu afilhado e minhas afilhadas que, com a alegria da infância, renovam em mim o sonho de um mundo melhor.

Toda minha gratidão aos “meus amigos e minhas amigas” que tanto me apoiaram nessa caminhada, sempre dispostos a me distrair nesse processo (difícil) do doutorado. “Os irmãos e as irmãs que eu escolhi” e que souberam entender as “ausências” durante a fase de elaboração da tese.

Aos colegas, amigos e amigas do Grupo de Pesquisa Economia Política do Poder-EPPEO, sempre dispostos a ajudar com a crítica, e por reforçarem o espírito de uma ciência comprometida os problemas sociais.

Enfim, agradeço a todos os que direta ou indiretamente contribuíram para a concretização desta tese. Afinal, todo processo de construção de conhecimento é, de alguma forma, coletivo e envolve um conjunto de saberes e fazeres.

A ESPERANÇA DO MUNDO

Seria a opressão tão antiga quanto o musgo dos lagos?

Não se pode evitar o musgo dos lagos.

Seria tudo o que vejo natural, e estaria eu doente, ao desejar remover o irremovível?

Li canções dos egípcios, dos homens que construíram as pirâmides. Queixavam-se do seu fardo e perguntavam quando terminaria a opressão. Isto há quatro mil anos. A opressão é talvez como o musgo inevitável.

Se uma criança surge diante de um carro, puxam-na para a calçada. Não o homem bom, a quem erguem monumentos, faz isso. Qualquer um retira a criança da frente do carro.

Mas aqui muitos estão sob o carro, e muitos passam e nada fazem. Seria porque são tantos os que sofrem? Não se deve mais ajudá-los, por serem tantos? Ajudam-nos menos.

Também os bons passam, e continuam sendo tão bons como eram antes de passarem.

Quanto mais numerosos os que sofrem, mais naturais parecem seus sofrimentos, portanto. Quem deseja impedir que se molhem os peixes do mar?

E os sofrendores mesmos partilham dessa natureza contra si e deixam que lhes falte bondade entre si.

É terrível que o homem se resigne tão facilmente com o existente, não só com as dores alheias, mas também com as suas próprias.

Todos os que meditaram sobre o mau estado das coisas recusam-se a apelar à compaixão de uns por outros. Mas a compaixão dos oprimidos pelos oprimidos é indispensável.

Ela é a esperança do mundo.

(Bertolt Brecht)

RESUMO

Estima-se que, no Brasil, entre 800.000 e 1.000.000 de pessoas sobrevivam da coleta de materiais recicláveis, sendo responsáveis pela coleta de 90% de tudo que é reciclado hoje no país. A instituição da Política Nacional de Resíduos Sólidos-PNRS promove o incentivo à criação e ao desenvolvimento de cooperativas ou de outras formas de associação de catadores, que passam a ser priorizadas nos programas de coleta seletiva dos municípios. A problemática que orienta este estudo é compreender se, na experiência de organização coletiva da Cooperativa de Catadores dos Agentes Ambientais de Irati-Cocair, o trabalho se constitui como princípio educativo que possibilita aos sujeitos envolvidos, a partir da práxis, estabelecer uma cultura do trabalho em oposição à heterogestão. O período de referência é 2017-2018, no entanto, buscou-se apreender o processo histórico da cooperativa desde sua constituição. O estudo assume uma perspectiva crítica, de caráter interdisciplinar, de base qualitativa e conta com as pesquisas bibliográfica, documental e de campo. Foram entrevistados 07 (sete) trabalhadores da cooperativa e 01 (um) educador social que desenvolveu ações na cooperativa. As entrevistas foram gravadas e transcritas preservando as características originais da fala de cada sujeito. A linguagem coloquial reflete a trajetória de vida e as experiências vividas e, por isso, é bastante representativa. Na apresentação das falas foi preservada a identidade dos entrevistados e das pessoas citadas. Para análise e tratamento das informações geradas pela pesquisa, optou-se pela técnica da análise de conteúdo. As categorias temáticas emergentes foram: exclusão social (o trabalhador da cooperativa), práxis (o caminho para a produção associada), cultura do trabalho (a experiência da gestão do trabalho) e trabalho como princípio educativo (o ressignificado do trabalho). A trajetória da Cocair revela que, em seu movimento histórico, a cooperativa apresentou uma ruptura na gestão do processo de trabalho que abriu caminho para uma nova cultura do trabalho. A Cocair se caracteriza por uma gestão coletivista em que se destacam: a igualdade quanto à participação na gestão do processo de trabalho; a possibilidade e liberdade de ser organizar o ritmo da produção; a tomada coletiva de decisões, que são discutidas em reuniões e votadas em assembleias; a distribuição igualitária do resultado da produção; a transparência na prestação de contas. A ruptura foi possível (ou potencializada) com a mediação dos educadores sociais do Programa Ecocidadã Paraná, reforçando o entendimento de que as possibilidades práticas de mudança e transformação de uma realidade são potencializadas quanto melhor ou mais aprofundada for a apreensão teórica dessa realidade. A autogestão exige dos trabalhadores um movimento de adensamento teórico-crítico e, também, prático-consciente. Os trabalhadores da Cocair - com perfil de baixa escolaridade e qualificação – enfrentam dificuldades para se apropriarem dos instrumentos teórico-metodológicos que auxiliem na compreensão crítica da realidade. Se em uma perspectiva é possível afirmar o trabalho como princípio educativo na experiência de organização coletiva da Cocair, por outra, é necessário entender que esse princípio educativo pode (e deve) ser potencializado.

Palavras-chave: Trabalho. Princípio educativo. Experiência. Organização coletiva. Catadores.

ABSTRACT

In Brazil, it is estimated that between 800,000 and 1,000,000 people survive on the collection of recyclable materials, being responsible for the collection of 90% of all that is recycled today in the country. The establishment of the National Solid Waste Policy-PNRS promotes the incentive for the creation and development of cooperatives or other forms of association of waste collectors, which are now prioritized in the municipal selective waste collection programs. The problem that guides this study is to understand if, in the experience of collective organization of Cooperativa de Catadores dos Agentes Ambientais de Irati-PR work constitutes an educational principle that enables the subjects involved, from praxis, to establish a work culture as opposed to heterogeneity. The reference period is 2017-2018, however, it sought to learn the historical process of the cooperative since its constitution. The study takes a critical perspective, of an interdisciplinary character, of qualitative basis and counts on the bibliographical, documentary and field researches. Seven (07) cooperative workers and one (01) social educator who developed actions in the cooperative were interviewed. The interviews were recorded and transcribed preserving the original speech characteristics of each subject. The colloquial language reflects the life trajectory and the lived experiences and, therefore, is quite representative. In the presentation of the speeches the identity of the interviewed and the people mentioned was preserved. For analysis and treatment of the information generated by the research, it was opted for the technique of content analysis. Emerging thematic categories were: social exclusion (the cooperative worker), praxis (the path to associated production), work culture (the experience of work management) and work as an educational principle (the re-meaning of work). Cocaair's trajectory reveals that, in its historical movement, the cooperative presented a break in the management of the work process that paved the way for a new work culture. Cocaair is characterized by a collectivist management in which the following stand out: equality in terms of participation in the management of the work process; the possibility and freedom to organize the rhythm of production; collective decision-making, which is discussed at meetings and voted at assemblies; the equal distribution of the output of production; transparency in accountability. The rupture was possible (or potentiated) through the mediation of social educators of the Programa Ecocidadão Paraná, reinforcing the understanding that the practical possibilities of change and transformation of a reality are enhanced the better or deeper the theoretical apprehension of that reality. Self-management requires from the workers a movement of theoretical-critical and also practical-conscious consolidation. Cocaair workers - with low educational profile and qualification - face difficulties to appropriate the theoretical and methodological tools that help in the critical understanding of reality. If in one perspective it is possible to affirm work as an educational principle in the experience of collective organization of Cocaair, on the other, it is necessary to understand that this educational principle can (and should) be enhanced.

Keywords: Work. Educational Principle. Experience. Collective organization. Tasters.

LISTA DE FIGURAS

| | |
|--|-----|
| FIGURA 1 – O local para a entrevista..... | 25 |
| FIGURA 2 – O espaço da fala e da escuta..... | 25 |
| FIGURA 3 – O lixão - Lixo Extraordinário..... | 54 |
| FIGURA 4 – A família - Lixo Extraordinário..... | 54 |
| FIGURA 5 – A catadora - Lixo Extraordinário..... | 55 |
| FIGURA 6 – Mapa do Estado do Paraná com a localização das cidades de Guarapuava e Iratí..... | 119 |
| FIGURA 7 – Fachada do barracão da Cocaair, localizada na Vila São João, ano de 2011..... | 154 |
| FIGURA 8 – Material no pátio da Cocaair em 2011 – isopor..... | 171 |
| FIGURA 9 – Material no pátio da Cocaair em 2011 – sacos..... | 172 |
| FIGURA 10 – Prestação de contas da Cocaair..... | 179 |
| FIGURA 11 – Eleição da diretoria da Cocaair em 2012..... | 179 |
| FIGURA 12 – Espaço para onde foi realocada a Cocaair, ano 2013..... | 192 |
| FIGURA 13 – Espaço para onde foi realocada a Cocaair, ano 2013..... | 192 |
| FIGURA 14 – Espaço para onde foi realocada a Cocaair, ano 2013..... | 193 |

LISTA DE QUADROS

| | |
|--|-----|
| QUADRO 1 – As principais categorias teóricas de fundamentação..... | 28 |
| QUADRO 2 – Categorias temáticas emergentes..... | 28 |
| QUADRO 3 – Conjunto de ações desenvolvidas para os catadores..... | 68 |
| QUADRO 4 – Análise histórica de Vázquez sobre a noção de práxis em Marx..... | 87 |
| QUADRO 5 – Enfoques da Teoria Geral da Administração..... | 106 |
| QUADRO 6 – Empreendimentos coletivos de catadores de material reciclável nos municípios de Guarapuava e Irati no Estado do Paraná..... | 131 |
| QUADRO 7 – Materiais utilizados para identificação e análise do campo/sujeitos..... | 133 |
| QUADRO 8 – Trabalho (atividade, profissão, função) exercido antes de se vincular ao empreendimento..... | 139 |
| QUADRO 9 – Articulação política..... | 142 |
| QUADRO 10 – Modelo de Formas e Modos de Gestão..... | 145 |
| QUADRO 11 – Funções e atribuições básicas de uma cooperativa de catadores..... | 204 |
| QUADRO 12 – Fatores de risco para a saúde dos catadores..... | 212 |

LISTA DE TABELAS

| | |
|--|-----|
| TABELA 1 – Quadro-síntese da situação social das catadoras e dos catadores de material reciclável e reutilizável no Brasil..... | 57 |
| TABELA 2 – Quadro-síntese da situação social das catadoras e dos catadores de material reciclável e reutilizável – Região Sul..... | 58 |
| TABELA 3 – EES que têm como atividade principal a reciclagem de resíduos sólidos - Divisão Regional..... | 75 |
| TABELA 4 – Número de EES por faixa de quadro social e por tipo de organização.. | 77 |
| TABELA 5 – Motivo pelo qual não buscou crédito ou financiamento..... | 79 |
| TABELA 6 – Dificuldades para obtenção de crédito ou financiamento..... | 79 |
| TABELA 7 – Tipo de apoio recebido pelo empreendimento..... | 80 |
| TABELA 8 – Entidade que forneceu apoio..... | 80 |
| TABELA 9 – População censitária de Guarapuava segundo tipo de domicílio e sexo – 2010..... | 120 |
| TABELA 10 – População censitária de Guarapuava segundo cor/raça – 2010..... | 120 |
| TABELA 11 – Índice de Desenvolvimento Humano Municipal e seus componentes - Guarapuava-PR..... | 121 |
| TABELA 12 – Comparação do Índice de Desenvolvimento Humano Municipal da Microrregião Geográfica Guarapuava..... | 122 |
| TABELA 13 – Renda, Pobreza e Desigualdade - Guarapuava-PR..... | 123 |
| TABELA 14 – Ocupação da população de 18 anos ou mais - Guarapuava-PR..... | 123 |
| TABELA 15 – População censitária de Irati segundo tipo de domicílio e sexo – 2010..... | 124 |
| TABELA 16 – População censitária de Irati segundo cor/raça – 2010..... | 124 |
| TABELA 17 – Índice de Desenvolvimento Humano Municipal e seus componentes - Irati-PR..... | 125 |
| TABELA 18 – Comparação do Índice de Desenvolvimento Humano Municipal da Microrregião Geográfica Irati..... | 126 |
| TABELA 19 – Renda, Pobreza e Desigualdade - Irati-PR..... | 127 |
| TABELA 20 – Ocupação da população de 18 anos ou mais - Irati-PR..... | 127 |

| | |
|--|-----|
| TABELA 21 – Vulnerabilidade Social – Guarapuava-PR e Irati-PR..... | 128 |
| TABELA 22 – Nº de membros informados nos formulários de caracterização x Nº de questionários socioeconômico respondidos..... | 134 |
| TABELA 23 – Nº de membros por gênero..... | 135 |
| TABELA 24 – Nº de membros por cor/etnia..... | 135 |
| TABELA 25 – Nº de membros por faixa etária..... | 136 |
| TABELA 26 – Nº de membros com filho(a)..... | 136 |
| TABELA 27 – Remuneração..... | 137 |
| TABELA 28 – Nível de escolaridade..... | 138 |
| TABELA 29 – Participação em curso de formação no empreendimento..... | 140 |
| TABELA 30 – Tempo de empreendimento..... | 141 |

LISTA DE SIGLAS

| | |
|----------|--|
| CBO | Classificação Brasileira de Ocupações |
| Ciisc | Comitê Interministerial para a Inclusão Socioeconômica dos Catadores |
| CNPq | Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico |
| Cocaaair | Cooperativa de Catadores dos Agentes Ambientais de Irati-PR |
| ECC | Epistemologia Crítica do Concreto |
| EES | Empreendimentos de Economia Solidária |
| Fapa | Fundação Agrária de Pesquisa Agropecuária |
| IBGE | Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística |
| IDHM | Índice de Desenvolvimento Humano Municipal |
| INSS | Instituto Nacional do Seguro Social |
| Ipardes | Instituto Paranaense de Desenvolvimento Econômico e Social |
| Ipea | Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada |
| ITCPs | Incubadoras Tecnológicas de Cooperativas Populares |
| MNCR | Movimento Nacional dos Catadores de Materiais Recicláveis |
| MNPR | Movimento Nacional da População de Rua |
| MPS | Ministério da Previdência Social |
| MST | Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra |
| MTE | Ministério do Trabalho e Emprego |
| OCPA | Organização Coletivista de Produção Associada |
| ONGs | Organizações não Governamentais |
| Oscips | Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público |
| OSP | Organização Solidária de Produção |
| PCd'T | Partido Comunista d'Itália |
| PNAD | Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílio |
| PNRS | Política Nacional de Resíduos Sólidos |

| | |
|-----------|--|
| Provopar | Programa do Voluntariado Paranaense |
| Sanepar | Companhia de Saneamento do Paraná |
| Sebrae | Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas |
| Senaes | Secretaria Nacional de Economia Solidária |
| Senar | Serviço Nacional de Aprendizagem Rural |
| Sescoop | Serviço Nacional de Aprendizagem do Cooperativismo |
| Sies | Sistema de Informações de Economia Solidária |
| Unicef | Fundo das Nações Unidas para a Infância |
| Unicentro | Universidade Estadual do Centro-Oeste |

SUMÁRIO

| | |
|--|------------|
| INTRODUÇÃO..... | 16 |
| CAPÍTULO 1 – EXPERIÊNCIA(S) COMPARTILHADA(S)..... | 31 |
| 1.1 O “FAZER-SE” DE UMA CLASSE..... | 33 |
| 1.2 CATADORAS E CATADORES DE MATERIAL RECICLÁVEL NO BRASIL..... | 49 |
| 1.2.1 A miséria compartilhada..... | 55 |
| 1.2.2 A luta por reconhecimento social..... | 65 |
| CAPÍTULO 2 – A FILOSOFIA DA PRÁXIS: A RELAÇÃO TRABALHO- EDUCAÇÃO..... | 84 |
| 2.1 A FILOSOFIA DA PRÁXIS..... | 86 |
| 2.2 A PEDAGOGIA NO ESPAÇO DA PRODUÇÃO..... | 102 |
| CAPÍTULO 3 – O TRABALHO COMO PRINCÍPIO EDUCATIVO NA EXPERIÊNCIA DE ORGANIZAÇÃO COLETIVA DA COOPERATIVA DE CATADORES DOS AGENTES AMBIENTAIS DE IRATI-PR..... | 114 |
| 3.1 O CAMPO DA PESQUISA..... | 118 |
| 3.1.1 As cidades de Guarapuava e Irati do Estado do Paraná..... | 118 |
| 3.1.2 As organizações de catadoras e catadores de materiais recicláveis identificadas..... | 131 |
| 3.1.3 A Cocaair enquanto organização coletivista de produção associada..... | 146 |
| 3.2 O “FAZER-SE” DA COCAAIR..... | 154 |
| 3.2.1 O trabalhador da cooperativa: “Tivesse um estudo, hoje a gente não tava aqui, né!”..... | 155 |
| 3.3 O TRABALHO COMO PRINCÍPIO EDUCATIVO NA COCAAIR..... | 180 |
| 3.3.1 O caminho para a produção associada: “Fomo aprendendo ali, meio na marra, mas aprendimo bastante coisa né.”..... | 181 |
| 3.3.2 A experiência da produção associada: “Nós não temos patrão, não temos gerente. Todo mundo é patrão, todo mundo é gerente, todo mundo é peão.”..... | 193 |
| 3.3.3 O (re)significado do trabalho: “É uma cooperativa de reciclado, lixão é outra coisa né.”..... | 217 |
| CONCLUSÃO..... | 234 |
| REFERÊNCIAS..... | 241 |
| APÊNDICE A – Termo de consentimento livre e esclarecido..... | 255 |
| APÊNDICE B – Roteiro de entrevista..... | 257 |
| APÊNDICE C – Formulário de caracterização..... | 259 |
| APÊNDICE D – Questionário socioeconômico..... | 266 |

INTRODUÇÃO

Daí então, que a nossa presença no mundo, implicando escolha e decisão, não seja uma presença neutra. A capacidade de observar, de comparar, de avaliar para, decidindo, escolher, com o que, intervindo na vida da cidade, exercemos nossa cidadania, se erige então como uma competência fundamental. Se a minha não é uma presença neutra na história, devo assumir tão criticamente quanto possível sua politicidade. Se, na verdade, não estou no mundo para simplesmente a ele me adaptar, mas para transformá-lo; se não é possível mudá-lo sem um certo sonho ou projeto de mundo, devo usar toda possibilidade que tenha para não apenas falar de minha utopia, mas para participar de práticas com ela coerentes. Me parece fundamental sublinhar, no horizonte da compreensão que tenho do ser humano como *presença* no mundo, que mulheres e homens somos muito mais do que seres adaptáveis às condições objetivas em que nos achamos. Na medida mesma em que nos tornamos capazes de *reconhecer* a capacidade de nos adaptar à concretude para melhor operar, nos foi possível assumir-nos como seres transformadores. E é na condição de seres transformadores que percebemos que a nossa possibilidade de nos adaptar não esgota em nós o nosso estar no mundo. É porque podemos *transformar* o mundo, que estamos *com* ele e *com* outros. Não teríamos ultrapassado o nível de pura adaptação ao mundo se não tivéssemos alcançado a possibilidade de, pensando a própria adaptação, nos servir dela para *programar* a transformação. [...] É por isso que devo trabalhar a unidade entre meu discurso, minha ação e a utopia que me move. É neste sentido que devo aproveitar toda oportunidade para testemunhar o meu compromisso com a realização de um mundo melhor, mais justo, menos feio, mais substantivamente democrático. (FREIRE, 2016, p. 35-37, grifo do autor).

Optamos por iniciar nossa tese com as palavras do livro *Pedagogia da Indignação* de Paulo Freire, que destacam o compromisso ético-político com a transformação do mundo, um compromisso que, em nosso entendimento, é inexorável das Ciências Sociais. Nesta direção também, ao defender uma sociologia crítica do conhecimento, Löwy (2013, p. 244, grifo do autor) afirma: “Toda ciência implica opção.”

Assim, optamos por assumir o compromisso com outro mundo possível – “[...] *um mundo melhor, mais justo, menos feio, mais substantivamente democrático*” –, compromisso este que justifica e dá materialidade à nossa tese. Uma tese que escrevemos a partir de nossas utopias e, principalmente, da indignação com uma realidade concreta, marcada por desigualdades e injustiças sociais e que não podemos simplesmente ignorar no nosso cotidiano.

Nesse sentido, também, escolhemos como epígrafe de nossa tese o poema *A Esperança do Mundo*, escrito por Bertolt Brecht. A nosso ver, a poesia de Brecht – ou melhor, toda a sua obra – é comprometida com a transformação do mundo e é política na medida em que faz uma crítica radical aos acontecimentos de sua época.

É a sensibilidade desse dramaturgo e poeta, do seu olhar sobre o cotidiano, que torna a sua poesia mais necessária e, particularmente para nós, oportuna. Afinal, os sujeitos de nossa tese são as catadoras e os catadores de materiais recicláveis que diariamente cruzam

nosso olhar, escancarando a desigualdade social que prevalece em nossa sociedade, mas que muitas vezes resistimos em enxergar.

O número de catadores no Brasil não é exato, mas alguns pesquisadores – como Silva, Goes e Alvarez (2013a; 2013b) – consideram que esse quantitativo esteja em um intervalo entre 400 e 600 mil. Já o Movimento Nacional dos Catadores de Materiais Recicláveis-MNCR estima que existam 800 mil catadores em atividade no país¹ e que são os responsáveis pela coleta de 90% de tudo que é reciclado hoje no Brasil.

O próprio MNCR menciona que outras estimativas sugerem que o quantitativo de catadoras e catadores pode chegar a 1 milhão de pessoas sobrevivendo da coleta de materiais recicláveis. Pinhel (2013, p. 19), por sua vez, destaca os fortes vínculos com níveis extremos de pobreza e o crescimento da atividade de catação:

Parte dessas pessoas busca materiais recicláveis em sacos de lixo na rua ou marca presença nos lixões a procura desses resíduos. Entretanto, a maioria coleta resíduos recicláveis para vender, o que lhes permite sustentar suas famílias, cuja qualidade de vida é péssima, em especial para as crianças, sujeitas aos riscos de viver no lixo e do lixo.

A catação de materiais recicláveis, como indicam os estudos de Silva, Goes e Alvarez (2013a; 2013b), corresponde a uma ocupação marcada pela informalidade, sujeita às flutuações do ambiente econômico e da demanda por trabalho em outros setores. Além disso, sobre a realidade socioeconômica dos catadores de material reciclável no Brasil, os pesquisadores destacam o ambiente de múltiplas precariedades enfrentadas por esses trabalhadores e suas famílias.

Do ponto de vista sociológico, tornar-se catador é mais um exemplo da inclusão diferenciada ou da inclusão perversa, o que significa a inserção social dos excluídos, dos marginalizados, daqueles que não têm outro lugar na sociedade do trabalho a não ser como catadores de materiais recicláveis. Já do ponto de vista psicossocial, essa ocupação é sentida por muitos deles como fonte de dignidade, sim, e modo legítimo de se obter renda, uma vez que conseguem dessa maneira se inserir como trabalhadores, diferenciando-se dos ladrões. (MIURA; SAWAIA, 2013, p. 331-332).

Para além dos contextos e das demandas sociais que caracterizam a situação social das catadoras e catadores de material reciclável, precisamos ressaltar o processo de mobilização e luta por reconhecimento social que levou, por exemplo, a inserção da atividade “catador de material reciclável” na Classificação Brasileira de Ocupações-CBO.

Ademais, em termos de participação social, precisamos destacar a criação do Movimento Nacional dos Catadores de Materiais Recicláveis-MNCR. Enquanto principal

¹ Disponível em <http://www.mnrcr.org.br/sobre-o-mnrcr/duvidas-frequentes/quantos-catadores-existem-em-atividade-no-brasil>. Acesso em: 24 set. 2019.

organização nacional de defesa dos interesses das catadoras e catadores, o movimento se consolidou como ator-chave no processo de discussão sobre reciclagem e meio ambiente no Brasil. Como um dos resultados dessa articulação e mobilização política, vimos a criação de centenas de associações e cooperativas a partir da aprovação da Política Nacional de Resíduos Sólidos-PNRS.

As cooperativas e associações de catadores, além da possibilidade, por meio da geração de trabalho e renda, de inclusão social de pessoas excluídas do mercado de trabalho, ainda podem ajudar no enfrentamento da problemática da geração de resíduos nas grandes cidades, contribuindo para com a preservação do meio ambiente.

Os avanços em termos de organização coletiva do trabalho das catadoras e catadores de material reciclável em empreendimentos econômicos, por exemplo, são destacados por Silva (2017). Desde seu início, segundo o autor, o MNCR se aproximou do movimento de economia solidária, ainda em fase inicial no Brasil, e que defendia as diretrizes do trabalho associado e da autogestão.

Ao discutir sobre o conceito de autogestão², Albuquerque (2003, p. 25) afirma que “a essência dessa prática social está fundada na repartição do poder, na repartição do ganho, na união de esforços e no estabelecimento de um outro tipo de agir coletivo que tem na cooperação qualificada a implementação de um outro tipo de ação social.”

Entendemos que o espaço da produção, assim como os demais espaços da vida social, são espaços de formação. Partilhando dessa perspectiva de entendimento de que o trabalho é o princípio educativo, Tiriba (2001, p. 364) acrescenta que: “[...] é, também, o fim educativo, no entanto não pode ser qualquer trabalho. O fim educativo é a busca, pela práxis, de um novo trabalho, de um novo sentido para o trabalho e para a convivência humana.”

O processo de trabalho nas unidades econômicas da produção associada – as quais têm como referência a autogestão³ – se configura como um ambiente de educação, no qual os

² “Assim sendo, tanto a sua dimensão mais restrita, que diz respeito à produção (economia, trabalho), com a sua dimensão mais ampla, que diz respeito à reprodução social (política, territórios), pensar autogestão vinculada a um outro tipo de ação social, que busca pela reapropriação da sua força produtiva geral, não só a promoção do desenvolvimento do indivíduo como sujeito social, mas também ressignificar as práticas sociais relacionadas à ideia-força de mudança radical e de transformação da sociedade capitalista.” (ALBUQUERQUE, 2003, p. 25).

³ Ao longo do texto, quando colocamos em oposição autogestão e heterogestão, não pretendemos com isso conferir uma superioridade da auto-organização dos trabalhadores sobre a organização e a gestão capitalista do trabalho. As experiências de auto-organização dos trabalhadores – assim como a gestão capitalista – apresentam contradições e devem ser analisadas criticamente em seus elementos objetivos e subjetivos constitutivos da gestão do processo de trabalho. Ademais, precisamos “[...] deixar claro, desde logo, que as experiências de auto-organização devem ser consideradas importantes enquanto formas de resistência ao modo tipicamente capitalista de gestão e organização do processo de trabalho. Porém, estas experiências não são, em seu sentido estrito, revolucionárias, pois ainda não alcançaram as práticas de classe, restringindo-se a determinadas categorias sociais ou, o que é mais comum, a determinados grupos sociais localizados. Isto também significa que o uso do

trabalhadores experimentam um intenso processo educativo. Isso acontece, explica Tiriba (2001), quando o grupo de trabalhadores reflete, de forma crítica e dialógica, os problemas organizacionais da unidade. Na perspectiva de Martins (2002, p. 229):

A pedagogia autogestionária, ao reivindicar a autonomia dos interessados, entra em contradição com os postulados fundamentais da sociedade, que é heterônoma e heterodeterminada. Nesse sentido, as intenções expressas na pedagogia autogestionária podem servir como elemento de revelação política de uma sociedade fundada na desigualdade, pois é justamente o teor de suas críticas profundas que constitui a possibilidade de renovação radical e global das relações sociais e políticas [...].

Mas diante do otimismo da teoria, a realidade dos catadores nos exige cautela. Isso porque a organização de empreendimentos coletivos traz inúmeros desafios, dentre os quais (senão o maior deles) a própria construção coletiva que requer um processo de aprendizagem e de prática da cooperação. Situação que se agrava, especialmente, quando, como afirmam Alves e Salomão (2012, p. 365), os trabalhadores “[...] anos a fio, foram educados, não para a liberdade, mas para a submissão, não para saber, mas para obedecer, não para o holismo, mas para a atomização.”

Além disso, como os catadores historicamente vivem um processo de exclusão social – vide as condições precárias em que vivem e sobrevivem –, apresentam por característica uma baixa escolaridade. No processo de articular teoria e prática, torna-se mais um desafio.

Com efeito, apresentamos a seguinte **tese**: o trabalho como princípio educativo na experiência da produção associada potencializa alternativas de práticas sociais emancipatórias e novas relações de produção.

Partindo desse entendimento, colocamos como **questão-problema**: Na experiência de organização coletiva da Cooperativa de Catadores dos Agentes Ambientais de Irati-PR, o trabalho se constitui como princípio educativo que possibilita aos sujeitos envolvidos, a partir da práxis, estabelecer uma cultura do trabalho em oposição à heterogestão?

Nosso **objeto de pesquisa** consiste na experiência de organização coletiva da Cooperativa de Catadores dos Agentes Ambientais de Irati-PR. O período de referência é 2017-2018, no entanto, buscamos apreender o processo histórico da cooperativa desde sua constituição.

Para respondermos o problema de pesquisa analisaremos a experiência de organização coletiva da Cooperativa de Catadores dos Agentes Ambientais de Irati-PR, com

conceito de autogestão para expressar determinadas práticas que não são autogestionárias, apenas cria mais confusão do que esclarecimento, tornando o senso comum o detentor de um conceito que cientificamente não pode ser comprovado no campo empírico.” (FARIA, 2009, p. 5-6).

as seguintes **questões a investigar**: Como foi o processo de constituição da cooperativa? Como se caracterizam as trajetórias de vida dos sujeitos quanto à dimensão do trabalho? Como se caracterizam as trajetórias de vida dos sujeitos quanto à dimensão da educação? Como se caracteriza a cultura do trabalho na cooperativa? Quais os sentidos atribuídos ao trabalho na cooperativa pelos sujeitos? Como se desenvolve o processo educativo no espaço da cooperativa?

Nosso **objetivo geral** de pesquisa é analisar se na experiência de organização coletiva da Cooperativa de Catadores dos Agentes Ambientais de Irati-PR o processo de trabalho desenvolvido se constituiu em princípio educativo para uma cultura do trabalho em oposição à heterogestão capitalista.

Quanto aos **objetivos específicos**, estabelecemos: analisar o processo de constituição da cooperativa; identificar as razões que levaram os trabalhadores a se organizarem coletivamente; analisar as trajetórias de vida dos sujeitos nas dimensões do trabalho e da educação; analisar a forma de gestão do processo de trabalho da cooperativa; compreender, a partir das relações de sociais de produção, a cultura do trabalho produzida na experiência de organização coletiva; identificar os espaços de educação na cooperativa e analisar como se dá o processo educativo; compreender os sentidos atribuídos ao trabalho pelos membros do grupo social.

No que se refere à natureza da pesquisa, é um estudo de caráter interdisciplinar, de base qualitativa e conta com as pesquisas bibliográfica, documental e de campo. A perspectiva teórico-metodológica que orienta nossa pesquisa é a Teoria Crítica⁴ que, como explica Faria (2007a, p. 10), busca “[...] expressar a emancipação dos indivíduos e promover a conscientização crescente da necessidade de uma sociedade em que os interesses coletivos prevaleçam sobre os individuais, em que os indivíduos sejam sujeitos de sua própria história, escrevendo-a coletivamente.”

A Teoria Crítica considera a primazia do real dando ênfase ao sujeito trabalhador e à centralidade do trabalho como elemento concreto da emancipação. Tem por fundamentação: o materialismo histórico e dialético, a práxis dos sujeitos, o processo coletivamente construído, a interação do sujeito com o real e a dinâmica dos acontecimentos. (FARIA, 2007a).

⁴ “No Brasil, a introdução da Teoria Crítica nos estudos organizacionais foi magistralmente realizada por Maurício Tragtenberg no início dos anos 1970, embora exista quem sustente que a mesma foi efetuada por Guerreiro Ramos. Em *Burocracia e ideologia*, seu mais conhecido trabalho, Tragtenberg (1974) ousa um pensamento interdisciplinar e lança as bases para uma verdadeira transformação neste campo de estudos, no qual se evidencia um fundamento de importância nuclear: o que marca a Teoria Crítica é a coerência epistemológica.” (FARIA, 2007a, p. 11-12).

Tem como atributo, segundo o autor, “[...] questionar e transformar a realidade social, amparada em fundamentações teóricas que procuram entender tanto as relações sociais quanto os sujeitos e sua inserção nestas relações e nos grupos e organizações.” (FARIA, 2007a, p. 5). Além de buscar entender a realidade, a Teoria Crítica procura sua transformação em benefício do coletivo.

De acordo com Faria (2007a), nos estudos sobre as organizações a Teoria Crítica⁵ assume a forma da Economia Política do Poder.

A Economia Política do Poder é, portanto, a forma que assume a Teoria Crítica, fundada em uma dialética materialista interdisciplinar, nos estudos sobre as organizações, na medida em que leva em conta tanto os movimentos internos e contraditórios destas, nos quais se contemplam as realidades manifestas e ocultas (compartilhadas ou não pelos sujeitos), como suas interações com a totalidade social, interações igualmente complexas e contraditórias, nas quais se contempla o sociometabolismo do capital. (FARIA, 2007a, p. 11).

Nesse sentido, podemos afirmar que **nosso estudo assume uma perspectiva crítica**. Com efeito, uma investigação deve ser metodologicamente coerente com a teoria.

A metodologia, segundo Minayo (1993), está relacionada com a visão social de mundo veiculada na teoria e, corresponde ao percurso e ao instrumental próprios de abordagem da realidade. Para a autora, “[...] a metodologia inclui as concepções teóricas de abordagem, o conjunto de técnicas que possibilitam a apreensão da realidade e também o potencial criativo do pesquisador.” (MINAYO, 1993, p. 22).

O método na perspectiva da Economia Política do Poder, de acordo com Faria (2007a, p. 14):

[...] significa, ao mesmo tempo, a vinculação epistemológica, a mediação com a teoria, o conjunto de atividades que envolve desde a aproximação precária do sujeito com o objeto até sua ação de acordo com os parâmetros da ciência, a análise dos resultados e a produção de nova teoria.

De acordo com a proposta da Economia Política do Poder, o método é um processo e não um instrumento. Segundo o autor, os instrumentos de coleta de dados, sejam eles qualitativos ou quantitativos, são definidos pelo objeto de pesquisa e circunscritos ao campo empírico. Nesse sentido, entrevistas ou questionários, documentos ou observação, entre outros devem levar em consideração objeto e o campo e não podem ser definidos apenas de acordo com a vontade do pesquisador. (FARIA, 2007a).

⁵ “Não é um conjunto de regras a serem seguidas e tampouco se vale de esquemas rígidos e imutáveis, pois sua característica fundamental é ser questionadora da ordem existente, procurando não apenas entender a realidade, mas, sobretudo, modificá-la em benefício do desenvolvimento coletivo.” (FARIA, 2007a, p. 5).

Conforme afirma Faria (2015), uma pesquisa científica necessita de coerência teórica, sendo a dimensão epistemológica – com sua metodologia correspondente – a responsável por conferir essa coerência. Nesse sentido, seguimos as orientações de Faria (2015) quando propõe, a partir de uma epistemologia crítica do concreto-ECC⁶, um procedimento metodológico que explicita os três momentos fundamentais de toda a pesquisa orientada por tal epistemologia e, que, se diferencia por suas características na relação objeto↔sujeito.

A primeira corresponde a uma aproximação precária do sujeito pesquisador com o objeto de sua pesquisa no campo empírico definido (pré-sincrética); a segunda corresponde a uma aproximação deliberadamente construída, na qual se encontra o conhecimento valorizado pela relação entre o sujeito pesquisador e o objeto (sincrética); a terceira corresponde à apropriação do objeto pela consciência como produção do conhecimento propriamente científico (sintética). (FARIA, 2015, p. 28).

No marco da epistemologia do concreto, esses três momentos correspondem às diferentes fases do processo pelo qual o sujeito pesquisador produz o conhecimento científico nos estudos organizacionais. A epistemologia crítica do concreto consiste em uma reflexão sobre a forma processual de ação do pesquisador, não se tratando de um roteiro a ser seguido. Tem a finalidade de orientar o pesquisador em sua prática de maneira que ele possa compreendê-la. (FARIA, 2015).

Mas os três momentos da pesquisa, propostos pelo autor, não são sequencias e lineares. Em um movimento contínuo de ida e vinda – que é, também, dinâmico, complexo e contraditório –, passa-se de um momento ao outro. “Há um ir e vir necessário entre o sujeito e a realidade estudada para que ele possa apreendê-la em sua totalidade cognoscível e, portanto, em sua essência dinâmica e contraditória, e não apenas em sua aparência fenomênica.” (FARIA, 2015, p. 37).

Esse movimento faz parte e é necessário no desenvolvimento do processo de pesquisa, já que os objetivos e o problema de pesquisa, bem como as limitações que se colocam no processo de investigação, exigem adequações por parte do pesquisador. Afinal, a pesquisa qualitativa, como afirma Minayo (1993, p. 101), “[...] requer como atitudes fundamentais a abertura, a flexibilidade, a capacidade de observação e de interação com o grupo de investigadores e com os atores sociais envolvidos.”

⁶ “Essa proposta decorre da prática de mais de três décadas de pesquisa e publicações, de orientações de quase 50 dissertações e teses, e da produção coletiva do grupo de pesquisa registrado no Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq) desde 2002. Esse conjunto de produções é, dessa forma, o campo empírico que autoriza estas reflexões que, como tais, estão em processo de desenvolvimento.” (FARIA, 2015, p. 18).

Feitos esses esclarecimentos passamos à descrição do percurso que é parte do caminhar – do ir e vir – que nos permitiu a apreensão crítica da realidade investigada.

O trabalho de campo é, portanto, uma porta de entrada para o novo, sem, contudo, apresentar-nos essa novidade claramente. São as *perguntas que fazemos para a realidade*, a partir da teoria que apresentamos e dos conceitos transformados em tópicos de pesquisa que nos fornecerão a grade ou a perspectiva de observação e compreensão. Por tudo isso, o trabalho de campo, além de ser uma etapa importantíssima da pesquisa, é o contraponto dialético da teoria social. (MINAYO, 2013, p. 66, grifo do autor).

A opção quanto **ao campo e aos sujeitos da pesquisa** se deu, primeiramente, pelo vínculo profissional que mantemos com a Universidade Estadual do Centro-Oeste-Unicentro. Essa universidade possui, dentre seus campi universitários, unidades nas cidades de Guarapuava e Irati, no Estado do Paraná. Além disso, essas duas cidades estão localizadas numa espacialidade apontada, pelo Instituto Paranaense de Desenvolvimento Econômico e Social-Ipardes, como socialmente crítica.

Nessas cidades identificamos 03 (três) empreendimentos (ou unidades produtivas) constituídos formalmente e 01 (um) não formalizado. Após a aproximação – a qual está contemplada em detalhes no capítulo 3 da tese – e uma análise sobre as características desses empreendimentos, em que se revelou a heterogeneidade e complexidade entre eles, optamos pelo que apresentava características mais próximas de uma autogestão parcial ou coletivista, nos termos definidos por Faria (2009).

Sendo assim, tomamos como campo específico de nossa investigação a Cooperativa de Catadores dos Agentes Ambientais de Irati-Cocaaair. A cooperativa foi constituída em 30 de novembro de 2006 e, à época da investigação, trabalhavam 20 (vinte) pessoas, sendo que 02 (dois) trabalhadores encontravam-se afastados por motivo de saúde. Desses 20 (vinte) trabalhadores, apenas 03 (três) faziam parte do grupo de catadores à época da constituição da cooperativa, em 2006.

A pesquisa de campo, por sua vez, contou a observação e a realização de entrevistas individuais com os trabalhadores. A opção pela entrevista individual foi uma sugestão do próprio grupo de trabalhadores, que também definiu os dias mais adequados para as conversas. Uma das preocupações do grupo era de não interromper o processo de trabalho.

Todos os trabalhadores foram convidados a participar das entrevistas, no entanto percebemos certa resistência na participação. Dentre os motivos que nos foram colocados para a não participação, podemos destacar a timidez – ou nas palavras dos trabalhadores a vergonha em falar – e outro – que sugere uma reflexão para o cientista social – é o fato de

estarem cansados de participar de pesquisas e entrevistas e não perceberem nenhuma contribuição ou avanço quanto à situação da cooperativa.⁷

Cientes dessas questões, procuramos formas de ganhar a confiança dos trabalhadores. Uma das estratégias que adotamos foi a de realizar um café da manhã com os trabalhadores buscando uma maior integração com o grupo. Colocamos, também, a possibilidade de, após a conclusão da tese, realizarmos um trabalho via universidade junto à cooperativa. Além disso, como forma de apresentar um produto – enquanto resultado de curto prazo de nossa pesquisa – nos colocamos à disposição do grupo para construir coletivamente um material sobre a cooperativa, promovendo o resgate e a valorização de sua história.

Percebendo, ainda, a resistência por parte dos trabalhadores, recorremos à ajuda de um educador social que atuou na cooperativa. Uma vez que os trabalhadores tinham respeito e confiança neste educador social, acreditamos que essa era uma forma de convencer mais participantes para as entrevistas.

No entanto, nem todos os trabalhadores quiseram participar e conseguimos entrevistar 07 (sete) trabalhadores da cooperativa. Dessas entrevistas, 06 (seis) foram realizadas em um espaço improvisado nos fundos da cooperativa, conforme mostram as imagens (FIGURA 1 e FIGURA 2).

⁷ Sobre essa questão, podemos destacar esse trecho de uma das entrevistas: “E06: Sei lá, porque vem um monte, acho que veio no tempo da [Fulana] que a [Ciclana] tava me contando que vinham fazer entrevistas, fazes esses troço aí, mas nunca ajudaram em nada. Só faziam, mas nunca ajudaram.”

FIGURA 1 – O local para a entrevista



Fonte: O autor.

FIGURA 2 – O espaço da fala e da escuta



Fonte: O autor.

Além destas entrevistas que aconteceram no espaço da cooperativa, realizamos 01 (uma) entrevista na casa de uma trabalhadora que, mesmo afastada de suas atividades por acidente de trabalho, aceitou em nos receber e conversar conosco. Ainda, de forma a complementar nossa investigação, entrevistamos 01 (um) educador social que desenvolveu atividades na cooperativa. Conversamos algumas vezes com ele sobre a pesquisa, sendo que a gravação da entrevista aconteceu na cidade de Ponta Grossa-PR, quando ele estava de passagem em uma de viagem de trabalho.

Todas as entrevistas foram firmadas mediante o **Termo de consentimento livre e esclarecido** (APÊNDICE A). Mesmo assim, na apresentação das falas procuramos preservar a identidade dos entrevistados e das pessoas citadas nas conversas e, também por essa razão, optamos por não anexar a íntegra das entrevistas ao final da tese. Foi nossa opção, ainda, destacar (em negrito) trechos das falas correspondentes às categorias de análise.

As entrevistas realizadas foram gravadas e transcritas preservando as características originais da fala⁸ de cada sujeito. Entendemos que a linguagem coloquial é, também, o reflexo de suas trajetórias de vida e experiências vividas e, por isso, são bastante representativas. Com essa perspectiva, Pinto (2014a, p. 105) afirma que a linguagem “é mais que um simples signo: ela se encontra estreitamente relacionada com a própria realidade, objeto de ação e pensamento.”

A entrevista para as ciências sociais é, na visão de Minayo (1993), instrumento privilegiado de coleta de informações. Para a autora é uma “conversa com finalidade” e um roteiro⁹ torna-se necessário. Neste sentido, elaboramos um **Roteiro de entrevista** (APÊNDICE B) para servir de guia nas conversas com os catadores.

Além disso, fizemos a utilização de documentos legais (ata de fundação, estatuto e regimento interno, por exemplo) como fonte de dados, bem como recorremos às notícias e reportagens publicadas. As observações, as entrevistas e o contraponto dos dados documentais possibilitaram a apreensão da experiência coletiva da Cocaair em seu movimento histórico.

⁸ “A palavra pode expressar o pensamento de uma realidade, sobre a qual o homem como ser histórico tem atuado ou está atuando; ela serve como meio para chegar ao conhecimento da percepção que o outro tem dessa realidade. Sem palavras, ou pelo menos sem símbolos que as substituam, é impossível conhecer o pensamento do outro.” (PINTO, 2014a, p. 104).

⁹ Dele constam apenas alguns itens que se tornam indispensáveis para o delineamento do objeto, em relação à realidade empírica e devem responder às seguintes condições: (a) cada questão que se levanta faça parte do delineamento do objeto e que todas se encaminhem para lhe dar forma e conteúdo; (b) permita ampliar e aprofundar a comunicação e não cerceá-la; (c) contribua para emergir a visão, os juízos e as relevâncias a respeito dos fatos e das relações que compõem o objeto, do ponto de vista dos interlocutores. (MINAYO, 1993, p. 99).

Em relação à **análise e tratamento** das informações geradas pela pesquisa, optamos pela técnica da análise de conteúdo como foi proposta por Bardin (2009). A análise de conteúdo é um método empírico e, segundo a autora, é um conjunto de técnicas de análise das comunicações que necessita ser reinventada a cada momento de acordo com o tipo de investigação e os objetivos pretendidos. Dentre as técnicas, utilizamos a análise de conteúdo categorial que, seguindo reagrupamentos analógicos, desmembra o texto em unidades, em categorias. “As categorias são rubricas ou classes, as quais reúnem um grupo de elementos (unidades de registro, no caso da análise de conteúdo) sob um título genérico, agrupamento esse efectuado [*sic*] em razão das características comuns destes elementos.” (BARDIN, 2009, 145).

Ao se analisar e interpretar informações geradas por uma pesquisa qualitativa, de acordo com Gomes (2013 p. 80), deve-se “[...] caminhar tanto na direção do que é homogêneo quanto no que se diferencia dentro de um mesmo meio social.” Por isso, o autor defende a análise de conteúdo, pois essa técnica possibilita “[...] caminhar na descoberta do que está por trás dos conteúdos manifestos, indo além das aparências do que está sendo comunicado.” (GOMES, 2013, p. 84).

O **estudo bibliográfico** é responsável pelo arsenal teórico mobilizado, que contribui para a interpretação da realidade pesquisada. Nos capítulos 1 e 2, apresentamos as principais categorias teóricas que serviram de fundamentação de nossa análise. Podemos destacar as categorias: (i) **experiência**; (ii) **exclusão social**; (iii) **práxis**; e, (iv) **trabalho-educação**. As duas últimas categorias são apresentadas em sua relação.

De forma correlata, no processo de construção dos capítulos 1 e 2, a categoria experiência – assim como o próprio materialismo histórico e dialético – revelou a necessidade de pensarmos as categorias totalidade e ruptura. Por sua vez, a categoria exclusão social – própria da condição de ser catadora e catador de material reciclável –, implicou pensarmos a categoria participação social.

Às discussões dos capítulos 1 e 2, podemos somar as categorias consciência e ideologia.

QUADRO 1 – As principais categorias teóricas de fundamentação

| Categoria teórica | Sistematização da discussão | Capítulo |
|--------------------------|--|--|
| Experiência | 1.1 O “FAZER-SE” DE UMA CLASSE | 1 – EXPERIÊNCIA(S) COMPARTILHADA(S) |
| Exclusão social | 1.2 CATADORAS E CATADORES DE MATERIAL RECICLÁVEL NO BRASIL | |
| Práxis | 2.1 A FILOSOFIA DA PRÁXIS | 2 – A FILOSOFIA DA PRÁXIS: A RELAÇÃO TRABALHO-EDUCAÇÃO |
| Trabalho-Educação | 2.2 A PEDAGOGIA NO ESPAÇO DA PRODUÇÃO | |

Fonte: O autor.

Do processo de **análise do material coletado** – que se fundamenta no esquema teórico interpretativo –, emergiram categorias temáticas. Nesse sentido, destacamos as seguintes categorias temáticas emergentes: (i) **exclusão social**; (ii) **práxis**; (iii) **cultura do trabalho**; e, (iv) **trabalho como princípio educativo**.

Essas categorias se articulam entre si e, também, com as categorias discutidas nos capítulos anteriores. Portanto, é normal que as categorias estejam presentes em diversos momentos e com seus vários elementos, mediando nossas reflexões. Isto é o que determina a consistência da discussão que pretendemos para o capítulo 3.

QUADRO 2 – Categorias temáticas emergentes

| Categoria temática emergente | Sistematização da discussão | Capítulo |
|-------------------------------------|---|---|
| Exclusão social | 3.2.1 O trabalhador da cooperativa: “Tivesse um estudo, hoje a gente não tava aqui, né!” | 3 – O TRABALHO COMO PRINCÍPIO EDUCATIVO NA EXPERIÊNCIA DE ORGANIZAÇÃO COLETIVA DA COOPERATIVA DE CATADORES DOS AGENTES AMBIENTAIS DE IRATI-PR |
| Práxis | 3.3.1 O caminho para a produção associada: “Fomo aprendendo ali, meio na marra, mas aprendimo bastante coisa né.” | |
| Cultura do trabalho | 3.3.2 A experiência da gestão do trabalho: “Nós não temos patrão, não temos gerente. Todo mundo é patrão, todo mundo é gerente, todo mundo é peão.” | |
| Trabalho como princípio educativo | 3.3.3 O (re)significado do trabalho: “É uma cooperativa de reciclado, lixo é outra coisa né.” | |

Fonte: O autor.

Ressaltamos que a sistematização e apresentação das categorias nesses quadros têm uma finalidade didática, a fim de servir como guia para a compreensão do processo de construção do conhecimento no desvelamento da realidade investigada.

Faria (2007a, p. 19) explica que a lógica dialética não faz desaparecer a expressão formal:

A investigação dialética e o pensamento dialético são expressos de maneira formal, ou seja, de forma organizada, sistematizada, dividida, categorizada. A dialética se distingue pela origem e não pela expressão. Enquanto a natureza e a produção de idéias [sic] são dialéticas, sua expressão é sempre formal. O que é pensado dialeticamente tem que ser dito formalmente, pois se acha subordinado às categorias da linguagem (formadas por força de sua constituição social). Além disto, a lógica da descoberta, seu roteiro, seu percurso, o crisol em que se funde o mosaico de elementos constitutivos do real e se opera a montagem do saber sobre o mesmo, difere da lógica da exposição, na qual a narrativa deve valorizar a compreensão, pelo leitor, das deduções, inferências, encaminhamentos, relações, questionamentos, conclusões, enfim, daquelas descobertas que se quer relatar.

Com essa perspectiva, passamos à **organização do texto**. A tese está disposta em 03 (três) capítulos e cada um deles subdivide-se em itens. A organização dos capítulos foi pensada no sentido de responder aos objetivos da pesquisa.

No capítulo 1 – “Experiência(s) Compartilhada(s)” – discutimos teoricamente a categoria experiência na abordagem de Thompson, procurando destacar o papel ativo dos sujeitos na história. O papel dos trabalhadores e das trabalhadoras que, mesmo inseridos no mundo social em condições determinadas, são os sujeitos da ação histórica. Além disso, apresentamos os elementos dos diferentes contextos e as demandas sociais que caracterizam a situação social das catadoras e catadores de material reciclável, bem como o processo de organização coletiva dessa categoria no Brasil.

Já no capítulo 2 – “A filosofia da práxis: a relação trabalho-educação” –, abordamos a filosofia da práxis, enfatizando, assim como no capítulo 1, o papel da ação humana no processo de produção da realidade histórico-social. Nos termos da filosofia da práxis, a transformação de uma realidade considerada injusta – como é o caso das catadoras e catadores – é possível, desde que essa transformação tenha como fundamento uma crítica apoiada no conhecimento científico dessa realidade. Ao mesmo tempo em que reafirmamos a centralidade do trabalho, abordamos o trabalho e a educação em sua relação dialética. O espaço da produção, assim como os demais espaços da vida social, são espaços de formação. Por sua vez, apresentamos a pedagogia da fábrica e a pedagogia da produção associada, destacando o papel dos intelectuais orgânicos no processo educativo. Com a categoria trabalho-educação, buscamos apreender, nos termos da produção associada, o trabalho como princípio educativo.

Com a discussão realizada nos dois primeiros capítulos, acreditamos preparar o terreno no qual analisaremos a experiência de organização coletiva da Cooperativa de Catadores dos Agentes Ambientais de Irati-PR. Essa é a proposta do Capítulo 3 que nos remete ao universo empírico de análise e fornece os elementos para respondermos à questão de pesquisa. Esse capítulo apresenta três momentos importantes.

No primeiro deles iniciamos com a discussão sobre o campo da pesquisa, apresentando algumas características das cidades de Guarapuava e Irati, localizadas no Estado do Paraná, para, em seguida, apresentarmos as organizações de catadoras e catadores de materiais recicláveis que identificamos na pesquisa. Por último, justificamos a escolha da Cooperativa de Catadores dos Agentes Ambientais de Irati-Cocair enquanto organização coletivista de produção associada como nosso campo de análise.

O segundo traz a primeira categoria emergente, a da exclusão social. Nessa parte analisamos o processo de constituição da cooperativa enquanto alternativa para melhorar as condições de trabalho e de vida dos catadores de materiais recicláveis. Além disso, discutimos as características das trajetórias de vida dos trabalhadores, destacando a vulnerabilidade em relação aos vínculos com o mundo do trabalho e da educação.

O terceiro momento, *O trabalho como princípio educativo na Cocair*, contempla as demais categorias emergentes da análise: práxis, cultura do trabalho e princípio educativo do trabalho. Assim analisamos a ruptura na gestão do processo de trabalho da Cocair, que abriu caminho para uma nova cultura do trabalho. Com isso, abordamos a transição para a produção associada ou, em outros termos, uma gestão coletivista, destacando as (novas) práticas de gestão da cooperativa. E, por último, abordamos a dinâmica na qual os sujeitos procuram ressignificar os aspectos negativos atribuídos ao seu trabalho.

CAPÍTULO 1 – EXPERIÊNCIA(S) COMPARTILHADA(S)

15 de julho de 1955: Aniversário de minha filha Vera Eunice. Eu pretendia comprar um par de sapatos para ela. Mas o custo dos gêneros alimentícios nos impede a realização dos nossos desejos. Atualmente somos escravos do custo de vida. Eu achei um par de sapatos no lixo, lavei e remendei para ela calçar.

Eu não tinha um tostão para comprar pão. Então eu lavei 3 litros e troquei com o Arnaldo. Ele ficou com os litros e deu-me pão. Fui receber o dinheiro do papel. Recebi 65 cruzeiros. Comprei 20 de carne. 1 quilo de toucinho e 1 quilo de açúcar e seis cruzeiros de queijo. E o dinheiro acabou-se. (JESUS, 2014, p.11).

Na década de 1950, a catadora de papel Carolina Maria de Jesus¹⁰, que chegou apenas ao segundo ano do ensino fundamental, relatou em um diário o cotidiano triste e cruel da vida na favela e a sua luta para sobreviver com os três filhos. Esse diário deu origem ao livro *Quarto de despejo: diário de uma favelada*, um best-seller traduzido para 13 idiomas.

Iniciar este capítulo a partir dessa narrativa se justifica por diversas razões, a começar pela sua atemporalidade. O tempo passou e a miséria de Carolina é, hoje, a miséria compartilhada por milhares de catadoras e catadores que sobrevivem a partir do que é descartado. Trabalhando em (ainda existentes) lixões, nas ruas ou em barracões organizados em forma de cooperativas e associações, os relatos das experiências com as catadoras e os catadores, como indica Mello (2011, p. 6), “[...] tem, em sua base, uma história de violência. Comum a todas é a experiência da pobreza extrema”. Podemos afirmar que entre esses sujeitos, na expressão de Leite e Georges (2012, p. 17), existem os “[...] laços identitários de [...] experiências de pobreza compartilhada.”

Outra razão por optarmos por essa narrativa reside no próprio título do livro: “Quarto de despejo.”

É que em 1948, quando começaram a demolir as casas térreas para construir os edifícios, nós os pobres, que residíamos nas habitações coletivas, fomos despejados e ficamos residindo debaixo das pontes. É por isso que eu denomino que a favela é o quarto de despejo de uma cidade. Nós, os pobres, somos os trastes velhos. (JESUS, 2014, p. 195).

A justificativa que Carolina apresenta para o título suscita algumas reflexões. As catadoras e os catadores seriam os trastes velhos despejados pelo mercado de trabalho sob o

¹⁰ Carolina Maria de Jesus nasceu em Minas Gerais, por volta de 1914. Foi empregada doméstica em São Paulo, onde, mais tarde, passou a catar papel e outros tipos de lixo reaproveitáveis para sobreviver. Em reportagem sobre a favela do Canindé, onde vivia Carolina, o repórter Aurélio Dantas a conheceu e descobriu que ela escrevia um diário. Surpreso com a força do texto, o jornalista mostrou-o a um editor. Uma vez publicado, o livro trouxe fama e algum dinheiro para Carolina. O suficiente para deixar a favela, mas não o bastante para escapar à pobreza. Quase esquecida pelo público e pela imprensa, a escritora morreu em um pequeno sítio na periferia de São Paulo, em 13 de fevereiro de 1977. (JESUS, 2014, p.194).

modo de produção capitalista? Sendo a favela o quarto de despejo de uma cidade, o que seria o trabalho das catadoras e dos catadores de material reciclável no Brasil?

Feitas as considerações e colocadas essas questões, chegamos ao ponto que pretendemos: chamar atenção para a **experiência** como uma das categorias orientadoras dessa tese. Alves e Araújo (2013, p. 62), refletindo sobre a categoria experiência, afirmam que “[...] o sujeito da ação histórica são individualidades pessoais, homens e mulheres que trabalham, e que vivem sua própria história sob determinadas condições objetivas.” Por sua vez, o conceito de experiência corresponde “[...] a uma ‘experiência histórica’ no interior da qual se elabora um espaço de ação no qual se constitui um sujeito de experiência que ocorre através do tempo.” (ALVES; ARAÚJO, 2013, p. 62).

Nesse sentido, a categoria experiência – proposta pelo historiador marxista Edward Palmer Thompson¹¹ – se apresenta enquanto uma categoria de análise que, dentro de seus limites e possibilidades, nos permite tratar as catadoras e os catadores como protagonistas e não meros espectadores da história. Assim, também, a narrativa de Carolina nos provoca e nos chama atenção para olharmos “a vida que ninguém vê.”¹² Afinal, olhar para as experiências das catadoras e catadores significa dar visibilidade a esses sujeitos que lutam cotidianamente por sua sobrevivência e, que, apesar de tão presentes na cena urbana são tão “invisíveis”. Ao mesmo tempo, reconhecer e enxergar esses sujeitos significa assumir o compromisso por transformação e justiça social.

Neste capítulo temos por objetivo discutir teoricamente a categoria experiência na abordagem de Thompson e, apresentar elementos dos diferentes contextos e as demandas sociais que caracterizam a situação social das catadoras e catadores de material reciclável, bem como o processo de organização coletiva dessa categoria no Brasil.

Este capítulo está assim construído: **(1.1)** o “fazer-se” de uma classe; e, **(1.2)** catadoras e catadores de material reciclável no Brasil.

¹¹ Entendemos que Thompson fornece contribuições importantes para a análise das práticas sociais. A prática social, ou práxis social, é compreendida, segundo Luiz (2013, p. 21), “[...] como atividade racional e social dos homens na transformação da natureza e da sociedade, na qual está incluída um conjunto de objetivações dos homens através das atividades produtivas, sociopolíticas e científicas”. Enquanto produto humano, a prática é realizada por sujeitos reais que se encontram em determinadas relações sociais e em determinados espaços/tempos históricos.

¹² “A vida que ninguém vê” é expressão que tomamos emprestada do título do livro da jornalista e escritora Eliane Brum. Numa das passagens, a autora assim nos inspira: “Esta é a história de um olhar. Um olhar que enxerga. E por enxergar, reconhece. E por reconhecer salva.” (BRUM, 2006, p. 22). Nesse sentido, aquele que olha, vê e constata, mas também enxerga e assume compromisso. Com essa perspectiva podemos nos lembrar da epígrafe do livro *Ensaio sobre a cegueira* de José Saramago: “Se podes olhar, vê. Se podes ver, repara”. Nesse mesmo livro, Saramago (1995, p. 241) escreve: “[...] Hoje é hoje, amanhã será amanhã, é hoje que tenho a responsabilidade, não amanhã, se estiver cega, Responsabilidade de quê, A responsabilidade de ter olhos quando os outros os perderam, Não podes guiar nem dar de comer a todos os cegos do mundo, Deveria, Mas não podes, Ajudarei no que estiver ao meu alcance [...]”

1.1 O “FAZER-SE” DE UMA CLASSE

O historiador marxista Edward Palmer Thompson¹³, em seus estudos a respeito da história das classes trabalhadoras inglesas, retomou a experiência histórica enquanto categoria de análise. Podemos destacar a obra *A formação da classe operária inglesa*¹⁴, que contempla a análise do período compreendido entre 1780 e 1832, em que considera “[...] o modo de vida característico dos trabalhadores, que está associado com um modo de produção, e os valores partilhados pelos que viveram durante a Revolução Industrial.” (VENDRAMINI; TIRIBA, 2014, p. 56).

Sua obra é dividida em três volumes (*A árvore da liberdade*; *A maldição de Adão*; e, *A força dos trabalhadores*) e, no contexto da tradição marxista, é considerada um clássico da historiografia de movimentos sociais das classes trabalhadoras.

Assim está escrito o livro. Na parte I, trato das tradições populares vigentes do século 18 que influenciaram a fundamental agitação jacobina dos anos 1790. Na parte II, passo das influências subjetivas para as objetivas – as experiências de grupos de trabalhadores durante a Revolução Industrial que me parecem de especial relevância. Tento também avaliar o caráter da nova disciplina industrial do trabalho e da posição, a esse respeito, da Igreja metodista. Na parte III, recolho a história do radicalismo plebeu, levando-a, através do luddismo, até a época heroica do final das Guerras napoleônicas. Finalmente, discuto alguns aspectos da teoria política e da consciência de classe nos anos 1820 e 1830. (THOMPSON, 2004, p. 12).

No volume I (*A árvore da liberdade*), Thompson mapeia a complexidade constitutiva da nova cultura política em meio à qual os trabalhadores viriam a forjar sua identidade de classe. No volume II (*A maldição de Adão*) analisa as transformações vividas pelo mundo do trabalho no período. E no volume III (*A força dos trabalhadores*), retoma a narrativa sobre o desenvolvimento do processo político-cultural discutido no volume I, aliada a compreensão da história social do período proporcionado pelo volume II. (FORTES, 2006).

Ao analisar esse contexto histórico, Thompson¹⁵ percebe transformações na vida dos trabalhadores nesse período: a produção voltada para subsistência é ameaçada pela *gentry*

¹³ Para conhecer mais sobre Thompson sugerimos ver: DECCA, Edgar Salvadori de. E.P. Thompson: um personagem dissidente e libertário. **Projeto História**, São Paulo, n. 12, 1995.

¹⁴ Esse estudo é contemplado na obra *A Formação da Classe Operária Inglesa*. Escrita por Edward Palmer Thompson é, no contexto da tradição marxista, considerado um clássico da historiografia de movimentos sociais das classes trabalhadoras. A obra é dividida em três volumes (*A árvore da liberdade*; *A maldição de Adão*; e, *A força dos trabalhadores*).

¹⁵ “Quando Thompson aproxima o olhar ao cotidiano popular para analisar como grupos de trabalhadores elaboram, através de seus recursos morais, culturais e afetivos, respostas (conivência e negação) à subordinação e restrição de suas vidas, ele faz oposição a um modo de explicação histórico que traz os sujeitos sempre como reféns da lógica dominante e que, por essa deficiência, precisariam de um guia político que lhes ensinasse a romper com as dominações que lhes envolvem. A oposição é, no plano teórico, aos marxistas estruturalistas e, no plano político, aos militantes partidários que defendem o partido como vanguarda operária.” (FORMAGIO, 2017, p. 228).

(burguesia fundiária) em aliança com o capital comercial e industrial. Por sua vez, tempo livre e tempo de trabalho são divididos, assim como local de vida e local de trabalho. Como bem evidencia Thompson, “[...] o pacto burguês retira dos trabalhadores e trabalhadoras a autonomia para definir a pauta e a rotina do tempo socialmente necessário para produzir sua existência, do qual o lazer e ócio fazem parte.” (TIRIBA, 2014, p. 7).

Em sua análise, Thompson observou que a nova classe organizada emergiu desse contexto e, a partir disso, desenvolveu suas concepções sobre classe, consciência e luta de classe¹⁶, bem como experiência. Fortes (2006) defende que a leitura da obra *A formação da classe operária inglesa*, de Thompson, permanece atual e relevante para a análise de problemas que vão muito além do seu objeto específico. O autor destaca a estrutura narrativa do livro enquanto chave para compreensão do método de Thompson.

A formação [obra] permanece instigante, dentre outros motivos, por não oferecer uma teoria das classes sociais e por não apresentar os trabalhadores como sujeitos predestinados da redenção da humanidade, mas sim por oferecer uma narrativa na qual seres humanos explorados e oprimidos por forças econômicas e políticas avassaladoras vivenciam a destruição do seu modo de vida e dos seus valores e, por vias diversificadas e não raro contraditórias, pouco a pouco constroem uma nova cultura, estabelecem sua presença coletiva e diferenciada como um novo divisor de águas no cenário nacional de uma potência capitalista hegemônica e legam à posteridade valores políticos revolucionários de impacto duradouro. (FORTES, 2006, p. 208).

Moraes e Müller (2009) destacam a contribuição que o pensamento em relação à pesquisa sociológica e às questões político-sociais contemporâneas alcança a partir das proposições thompsonianas que têm a disciplina histórica como referência. “Assim, os objetos da pesquisa sociológica, sem perder seu caráter específico, só ganham inteligibilidade se forem compreendidos em seu movimento histórico.” (MORAES; MÜLLER, 2009, p. 481).

O foco principal dos estudos de Thompson, em sua interpretação do materialismo histórico, é a análise dos sujeitos envolvidos na construção de seus próprios destinos. “O pré-requisito dessa abordagem é o de que toda análise teórica deve ser apreendida na prática do “agir humano” e na medida do diálogo entre teoria e evidência, isto é, teoria e pesquisa empírica, sem abandonar a atuação política.” (MORAES; MÜLLER, 2009, p. 486).

Como afirmam Moraes e Müller (2009, p. 496), “[...] o estudo histórico faz-se necessário para que a ideia de processo e transformação se torne mais evidente nos estudos sociológicos, sem o que se esvazia a noção de práxis.” Além disso, a dimensão histórica, na medida em que contempla a ideia de processo, tem por função “[...] apontar as transformações

¹⁶ A discussão sobre consciência não se restringe a este capítulo e será retomada ao longo da tese.

e rupturas nas instituições sociais e nos sistemas de organização social e suas possíveis contradições internas.” (MORAES; MÜLLER, 2009, p. 496).

As classes sociais, na perspectiva de Thompson, são analisadas como um processo em formação, um “fazer-se”. “É a luta que as forma. Daí a importância da experiência.” (VENDRAMINI, 2006, p. 124).

Para a autora, Thompson defende o materialismo histórico como método de análise social para apreensão das contradições sociais e do movimento histórico. Assim como para Marx, o “vir-a-ser” tem lugar de destaque em seu pensamento e na sua prática, Thompson entende o materialismo histórico “[...] como atividade dos homens, como produção da vida, que se constitui num ato histórico, portanto, num ato de transformação, num movimento social permeado por contradições.” (VENDRAMINI, 2006, p. 125).

O fazer-se da classe operária é um fato tanto da história política e cultural quanto da econômica. Ela não foi gerada espontaneamente pelo sistema fabril. Nem devemos imaginar alguma força exterior – a ‘revolução industrial’ – atuando sobre algum material bruto, indiferenciado e indefinível de humanidade, transformando-o em seu extremo, uma ‘vigorosa raça de seres’. As mutáveis relações de produção e as condições de trabalho mutáveis da Revolução Industrial não foram impostas sobre um material bruto, mas sobre ingleses livres – livres como Paine os legou ou como os metodistas os moldaram. O operário ou o tecedor de meias eram também herdeiros de Bunyan, dos direitos tradicionais nas vilas, das noções de igualdade diante da lei, das tradições artesanais. Eles foram objetos de doutrinação religiosa maciça e criadores de tradições políticas. A classe operária formou a si própria tanto quanto foi formada (THOMPSON, 2002, p. 17-18).

Nessa perspectiva, Thompson, como argumentam Vendramini e Tiriba (2014, p. 69), “[...] reconhece que ‘objetivo’ e ‘subjetivo’ não são entidades dualisticamente separadas; a compreensão da história como processo pressupõe a análise das condições objetivas e subjetivas das situações reais, no contexto em que as experiências emergem.”

É preciso destacar que, em sua abordagem, Thompson se recusa a enxergar os trabalhadores como vítimas passivas¹⁷ e, como afirmam Tiriba e Fischer (2013, p. 543), “[...] reivindica a ‘história vista de baixo’, ou seja, a experiência vivida, percebida e modificada pelos trabalhadores e trabalhadoras que, no século XVIII, na Inglaterra, participaram do formar-se da classe operária.”

¹⁷ Essa perspectiva é coerente com o materialismo histórico, como assinala Lefebvre (2009, p. 57-58): “O marxismo não nos traz um humanismo sentimental e chorão. Marx não se inclinou para o proletariado oprimido para lamentar sua opressão. Ele demonstrou como e por que o proletariado pode libertar-se da opressão e abrir caminho para todas as possibilidades humanas. O marxismo não se interessa pelo proletariado porque ele é fraco, mas porque ele é uma força – não porque é ignorante, mas porque deve assimilar e enriquecer o conhecimento – não porque é rejeitado pela burguesia para o desumano, mas porque traz dentro de si o futuro do homem e rejeita como desumanas as vaidades burguesas. Em uma palavra, o marxismo vê no proletariado o seu devir e o seu potencial.”

Por seu turno, a “história vista de cima”, de acordo com Tiriba e Magalhães (2016), reduz a História em história dos dominadores, na medida em que faz generalizações apressadas e oculta os conflitos sociais. Por isso, para essas autoras, “[...] ganha relevância a análise da ação humana, ou seja, o papel ativo dos homens e mulheres no processo de produção da vida social.” (TIRIBA; MAGALHÃES, 2016, p. 89).

Em sua abordagem, Thompson valoriza a atuação dos trabalhadores entendendo que, no fazer-se da história, eles contribuíram com esforços conscientes.

Apenas os vitoriosos (no sentido daqueles cujas aspirações anteciparam a evolução posterior) são lembrados. Os becos sem saída, as causas perdidas e os próprios perdedores são esquecidos. [...] Seus ofícios e tradições poderiam estar desaparecendo. Sua hostilidade frente ao novo industrialismo podia ser retrógada. Seus ideais comunitários podiam ser fantasiosos. Suas conspirações insurrecionais podiam ser temerárias. Mas eles viveram nesses tempos de aguda perturbação social, e nós não. Suas aspirações eram válidas nos termos de sua própria experiência; se foram vítimas acidentais da história, continuam a ser condenados em vida, vítimas acidentais. (THOMPSON, 2004, p. 13).

Moraes e Müller (2009, p. 495) afirmam que essa abordagem *from below* de Thompson continua necessária e atual, especialmente na “[...] perspectiva de uma ciência que propõe não só o entendimento, mas também a elaboração de projetos e análises que sirvam de contraponto às práticas dos sistemas dominantes [...].”

Thompson (1981) retoma essa categoria – experiência – na crítica¹⁸ dirigida ao estruturalismo marxista, especialmente ao pensamento de Althusser. “É esse, exatamente, o termo que Althusser e seus seguidores desejam expulsar, sob injúrias, do clube do pensamento, com o nome de ‘empirismo’.” (THOMPSON, 1981, p. 182). Esse termo, segundo Thompson, é a “experiência humana”, o termo ausente ou termo que falta no pensamento de Althusser.

De acordo com Vendramini (2006), a reprodução e a produção, no estruturalismo marxista, são compreendidas no sentido restrito e exclusivo de “práticas econômicas de produção”. Com isso, o papel ativo dos homens na história é negado e transformado em mero desdobramento das estruturas. “Opõe a noção de processo e totalidade social à noção de

¹⁸ No livro *A miséria da teoria ou um planetário de erros: uma crítica ao pensamento de Althusser*, Thompson faz uma crítica detalhada do marxismo estruturalista do filósofo Louis Althusser, contemplando questões de epistemologia e de teoria e prática. Thompson questiona o marxismo estruturalista e seu pensamento idealista que não consideram a experiência ou a influência do ser social sobre a consciência social. Para Formagio (2017, p. 228), esse livro “[...] traz o debate com Althusser sobre os contextos culturais em que se elaboram as resistências de classe. Para Thompson, perspectivas estruturalistas como as de Althusser desconsideram as experiências e escolhas populares que se fazem no cotidiano, ao tomá-las recorrentemente como expressões da ‘falsa consciência’. As críticas e reflexões trazidas nas linhas dessa obra têm como alvo não somente a obra de Althusser e seus próximos, mas um modo de produção de teoria e de prática política ainda hoje muito presente nas esquerdas, o que indica a importância atual de analisar as posições de Thompson.”

estrutura e sistema, na medida em que nestas não há sujeitos e relações, mas estruturas rígidas que impedem a ação humana.” (VENDRAMINI, 2006, p. 126).

A concepção estruturalista implica uma oposição absoluta entre realidade e pensamento. Isso porque há uma separação entre a esfera econômica e a subjetividade humana, sendo as determinações do real para a consciência transferidas sem mediações. (VENDRAMINI, 2006).

Contrariando este pensamento, Thompson (1981, p. 182, grifo do autor) esclarece:

Os homens e mulheres também retornam como sujeitos, dentro deste termo – não como sujeitos autônomos, ‘indivíduos livres’, mas como pessoas que experimentam suas situações e relações produtivas determinadas como necessidades e interesses e como antagonismos, e em seguida ‘tratam’ essa experiência em sua *consciência* e sua *cultura* (as duas outras expressões excluídas pela prática teórica) das mais complexas maneiras (sim, ‘relativamente autônomas’) e em seguida (muitas vezes, mas nem sempre, através das estruturas de classe resultantes) agem, por sua vez, sobre sua situação determinada.

Para Silva (2001), um dos traços centrais do pensamento de Thompson é a crítica ao determinismo econômico e, por isso, em suas análises toma em primeiro plano uma diversidade de fatores sociais, culturais, componentes da vida e das tradições dos trabalhadores. A recusa quanto ao determinismo econômico e, em especial, da ideia de classe como efeito do modo de produção, aproximam Thompson da linha seguida por Hobsbawn. Nessa perspectiva, “[...] a consciência de classe é aquela que a classe efetivamente produziu, no processo (histórico) de seu autorreconhecimento e construção, e não aquela que deduzimos do modo de produção.” (SILVA, 2001, p. 66).

Fortes (2006) explica que Thompson concordava que o desenvolvimento do capitalismo inglês determinou o aparecimento do operariado como novo sujeito político e social, mas de maneira um pouco diferenciada da ortodoxia marxista. Afinal, Thompson entende a ideia de determinação no sentido atribuído por Raymond Williams, em que:

[...] as transformações estruturais, inclusive as de âmbito cultural, estabelecem limites e exercem pressões que definem o enquadramento dos processos sociais, no interior dos quais seres humanos concretos (e não classes) fazem a história a partir de escolhas e apostas conscientes, embora atuem em condições pelas quais não optaram e por meio de processos cujos desdobramentos escapam ao seu controle. (FORTES, 2006, p. 208).

Fortes (2006) acrescenta que, na perspectiva de Thompson, não é possível entender a estrutura produtiva como dado naturalizado preexistente e dela se deduzir o caráter das classes sociais¹⁹.

¹⁹ “Thompson direcionou críticas não ao marxismo em si, perspectiva da qual o autor se reconhece como parte, mas a uma forma específica de apropriação da obra de Marx em que as ações do sujeito já surgem pré-

Por isso, a importância da categoria experiência que, segundo Thompson (1981), por mais imperfeita que seja, é “[...] indispensável ao historiador, já que compreende a resposta mental e emocional, seja de um indivíduo ou de um grupo social, a muitos acontecimentos inter-relacionados ou a muitas repetições do mesmo tipo de acontecimento.” (THOMPSON, 1981, p. 15). A experiência corresponde ao vivido pelos sujeitos individuais e coletivos, diz respeito aos acontecimentos, às ações e ao sentido que a elas se atribui.

A experiência é definida, segundo Vendramini e Tiriba (2014, p. 64), como “[...] uma categoria com sentido histórico, capaz de apreender no campo do pensamento a síntese dos elementos da vida concreta, real, os quais dizem respeito à objetividade e à subjetividade, ao individual e ao coletivo, ao universal e ao particular.” Segundo as autoras, essa categoria possibilita ao pesquisador compreender as particularidades e singularidades dos processos de produção da vida social. Trata-se de uma categoria necessária para a compreensão da totalidade social.

Isso fica claro quando se observa que, em suas análises, o autor considera “[...] o contexto, a materialidade, as condições objetivas de realização do trabalho e da educação, aliadas às condições subjetivas, à experiência humana e à aprendizagem constituídas coletivamente pelos sujeitos sociais.” (VENDRAMINI, 2006, p. 124).

Thompson utiliza a expressão “*fazer-se*”, por entender que a formação da classe operária inglesa se trata de um processo ativo e, no seu estudo, afirma que se deve tanto à ação humana como aos condicionamentos. “A classe operária não surgiu tal como o sol numa hora determinada. Ela estava presente ao seu próprio fazer-se.” (THOMPSON, 2004, p. 9).

Tiriba e Magalhães (2016, p. 90), fazendo menção à expressão de Thompson, “fazer-se” da classe trabalhadora, afirmam que “[...] as lutas sociais e políticas e os processos educativos vividos e percebidos no chão de fábrica vão tecendo uma memória coletiva do trabalho de produzir a vida associativamente, mediadas por experiências anteriormente vividas ou herdadas.”

Para Thompson existe uma relação permanente entre a matéria e o pensamento, o diálogo entre o ser social e a consciência social. “A experiência surge espontaneamente no ser social, mas não surge sem pensamento. Surge porque homens e mulheres (e não apenas

determinadas pelos contextos sociais, não restando espaço para se considerar a variedade de interpretações e sentidos que envolvem uma experiência social. O teor de determinação é questionado para trabalhar com o termo pressão. Os sujeitos sociais vivenciam pressões sociais e a elas elaboram respostas, fazem escolhas condicionadas pela realidade material e de acordo com as mediações culturais dispersas no meio social.” (FORMAGIO, 2017, p. 230).

filósofos) são racionais, e refletem sobre o que acontece a eles e ao seu mundo.” (THOMPSON, 1981, p. 16).

Nesse sentido, também, é que dirige sua crítica a Althusser por ignorar tal relação:

Obviamente, esse diálogo se processa em ambas as direções. Se o ser social não é uma mesa inerte que não pode refutar um filósofo com suas pernas, tampouco a consciência social é um recipiente passivo de ‘reflexões’ daquela mesa. Evidentemente a consciência, seja como cultura não autoconsciente, ou como mito, ou como ciência, ou como lei, ou ideologia articulada, atua de volta sobre o ser, por sua vez: assim como o ser é pensado, também o pensamento é vivido [...]. (THOMPSON, 1981, p. 17).

Isso significa dizer que a ação humana é uma determinação que não pode ser desprezada. Afinal, com a mediação da experiência, a vida material, a vida social e a vida cultural se entrelaçam.

A ‘experiência’ (descobrimos) foi, em última instância, gerada na ‘vida material’, foi estruturada em termos de classe, e, conseqüentemente o ‘ser social’ determinou a ‘consciência social’. *La Structure* ainda domina a experiência, mas dessa perspectiva sua influência determinada é pequena. As maneiras pelas quais qualquer geração viva, em qualquer ‘agora’, ‘manipula’ a experiência desafiam a previsão e fogem a qualquer definição estreita da determinação. (THOMPSON, 1981, p. 189).

Uma classe não pode ser definida como simples fenômeno cultural, visto que nenhuma formação social é independente de determinações objetivas. Assim, como fez Thompson, é necessário proceder a uma análise criteriosa das determinações concretas para, assim, evitar entender a classe como um conceito estático dentro de um processo histórico. Isso é possível com “[...] o entendimento de como, pela experiência, esses homens e mulheres vivem, percebem, sentem, fazem e refazem o conjunto das relações sociais, determinadas tanto por pressões externas como pela vontade coletiva.” (VENDRAMINI; TIRIBA, 2014, p. 69).

Esse exercício exige que o pesquisador, a partir de uma única experiência, evite generalizações – assim como advertiu Thompson – e realize “[...] uma reconstrução histórica que considere as particularidades de cada espaço/tempo, como as formas como se materializam no tecido social as questões de religiosidade, dos laços sindicais, da cultura popular, da composição do campesinato etc.” (VENDRAMINI; TIRIBA, 2014, p. 62).

A noção de classe, na perspectiva de Thompson, carrega em si a noção de relação histórica. Nesse sentido, para compreendê-la não é possível imobilizá-la num dado momento e, assim, dissecar sua estrutura. Nessa perspectiva, Thompson (2004, p. 11-12) afirma:

Se detemos a história num determinado ponto, não há classes, mas simplesmente uma multidão de indivíduos com um amontoado de experiências. Mas se examinarmos esses homens durante um período adequado de mudanças sociais, observaremos padrões em suas relações, suas idéias [*sic*] e instituições. A classe é

definida pelos homens enquanto vivem sua própria história e, ao final, esta é sua única definição²⁰.

No contexto de formação da classe operária inglesa, por exemplo, Thompson observou que dois estilos de vida estavam em disputa destacando diversos elementos que contribuíram significativamente para o desenvolvimento da consciência da classe operária.

No processo de transição para o capitalismo, de um lado, encontram-se os instrumentos disciplinares das fábricas, das escolas dominicais, da igreja etc., para impor a ordem moral necessária para a vitória da indústria capitalista, destruindo o equilíbrio entre vida urbana e vida no campo. De outro lado, enriquecidas pelo radicalismo político e pelo *owenismo*, constata-se o crescimento do número de rituais de reciprocidade entre os trabalhadores, reforçando os valores e práticas coletivistas, propagadas na teoria política, nos cerimoniais dos sindicatos e associações de ofício. (VENDRAMINI; TIRIBA, 2014, p. 63).

A classe, na perspectiva de Thompson, é uma categoria histórica derivada da observação sobre comportamentos coletivos. Por sua vez, não corresponde a mera expressão de relações de produção preexistentes e não pode ser reduzida a um agregado quantitativo de indivíduos em determinadas ocupações. (FORTES, 2016).

A classe se delinea segundo o modo como homens e mulheres vivem suas relações de produção e segundo a experiência de suas situações determinadas, no interior do ‘conjunto de suas relações sociais’, com a cultura e as expectativas a elas transmitidas e com base no modo pelo qual se valeram dessas experiências em nível cultural. (THOMPSON, 2001, p. 277).

Thompson entende a classe como um fenômeno histórico “[...] que unifica uma série de acontecimentos díspares e aparentemente desconectados, tanto na matéria-prima da experiência como na consciência.” (THOMPSON, 2004, p. 9). A classe deriva de processos sociais através do tempo e, como o autor acrescenta, ocorre efetivamente nas relações humanas e sua ocorrência pode ser demonstrada. Ela não é nem uma “estrutura” e nem uma “categoria”.

²⁰ A classe é aqui compreendida em sua experiência histórica. Thompson, em nosso entendimento, quis dizer que a compreensão de uma classe exige mais do que a distinção determinada pelas relações de produção, por exemplo, burguesia e proletariado. No entanto, isso não significa que essa determinação seja menos importante e/ou desconsiderada. Segundo Formagio (2017, p. 240): “A ideia de determinação da base sobre a superestrutura acabou por criar tantas dificuldades analíticas e seguiu sendo questão de incessantes debates. Há expectativas de que integrantes de uma mesma classe social comporte-se de modo similar, ou como refém submisso da posição social em que está ou com rebeldia à desigualdade percebida, mas não vemos exatamente essas reações, mas sim uma variedade de respostas: há concordâncias, revoltas, oportunismos, desesperanças, resistências variadas. No objetivo de considerar as mediações que envolvem as experiências vividas, Thompson tentou construir um caminho analítico que o autor nomeia como materialismo histórico e cultural, deslocando o teor de determinação para trabalhar com o termo pressão: os sujeitos sociais vivenciam pressões sociais e a elas elaboram respostas, fazem escolhas, de acordo com as mediações culturais dispersas no meio social. Se são pressões, e não determinações, então os comportamentos não podem ser totalmente previstos, é até possível indicar tendências, mas diante da consideração de que elas podem não acontecer.”

[...] as classes não existem como entidades separadas que olham ao redor, acham um inimigo de classe e partem para a batalha. Ao contrário, para mim, as pessoas se vêem [*sic*] numa sociedade estruturada de um certo modo (por meio de relações de produção, fundamentalmente), suportam a exploração (ou buscam manter poder sobre os explorados), identificam os nós dos interesses antagônicos, debatem-se em torno desses mesmos nós e, no curso de tal processo de luta, descobrem a si mesmas como uma classe, vindo, pois, a fazer a descoberta da sua consciência de classe. Classe e consciência de classe são sempre o último e não o primeiro degrau de um processo histórico real. (THOMPSON, 2001, p. 275)²¹.

Thompson adverte que sua afirmação – classe e consciência de classe²² são sempre o último estágio de um processo real – não seja tomada no sentido literal e mecânico. Para o autor, só se pode falar de classes quando as pessoas, frente a outros grupos, entram em relação e em oposição sob uma forma classista. Isso se dá por meio de um processo de luta que compreende uma luta em nível cultural. E não se pode falar de classes sem que, nesse processo, modifiquem as relações de classe herdadas, já existentes. (THOMPSON, 2001).

Nessa perspectiva, Fortes (2006, p. 200) afirma que:

[...] para Thompson, classe é a *relação* de desigualdade a partir da qual grupos de seres humanos concebem os seus interesses coletivos em contraposição aos de outros, não a *soma* desses indivíduos, cujas *posições* na estrutura social, afinal de contas, são muito mais instáveis do que pressupõe muitos modelos sociológicos.

Num processo imanente, a classe e a consciência de classe se formam juntas na experiência. Assim, Vendramini e Tiriba (2014, p. 58) observam que “[...] as categorias emergem das relações sociais, são históricas e representam as situações reais no campo do pensamento.” Visto que Thompson considera a história uma ciência em construção, como história dinâmica dos sujeitos reais, as categorias se apresentam como expressão das relações humanas.

A classe acontece quando alguns homens, como resultado de experiências comuns (herdadas ou partilhadas), sentem e articulam sua identidade e seus interesses entre si, e contra outros homens cujos interesses diferem (e geralmente se opõem) dos seus. A experiência de classe é determinada, em grande medida, pelas relações de produção em que os homens nasceram – ou entram involuntariamente. A

²¹ “[...] las clases no existen como entidades separadas, que miran -en derredor, encuentran una clase enemiga y empiezan luego a luchar. Por el contrario, las gentes se encuentran en una sociedad estructurada en modos determinados (crucialmente, pero no exclusivamente, en relaciones de producción), experimentan la explotación (o la necesidad de mantener el poder sobre los explotados), identifican puntos de interés antagónico, comienzan a luchar por estas cuestiones y en el proceso de lucha se descubren como clase, y llegan a conocer este descubrimiento como conciencia de clase. La clase y la conciencia de clase son siempre las últimas, no las primeras, fases del proceso real histórico.” (THOMPSON, 1984, p. 37).

²² “Uma classe não pode existir sem um tipo qualquer de consciência de si mesma. De outro modo, não é, ou não é ainda, uma classe. Quer dizer, não é ‘algo’ ainda, não tem espécie alguma de identidade histórica. Até aquela díspar e móbil entidade que é a multidão ou a plebe da Inglaterra do século XVIII possuía uma noção de seus direitos de legalidade e de respeito, que foram investigados pelos historiadores. Se a noção de seus próprios direitos e a própria consciência fossem outras e diversas de suas atitudes, então teria tido lugar um outro tipo de classe, como de fato começou a haver depois de 1816. Mas dizer que uma classe em seu conjunto tem uma consciência verdadeira ou falsa é historicamente sem sentido.” (THOMPSON, 2001, p. 279-280).

consciência de classe é a forma como essas experiências são tratadas em termos culturais: encarnadas em tradições, sistemas de valores, idéias [*sic*] e formas institucionais. Se a experiência aparece como determinada, o mesmo não ocorre com a consciência de classe. (THOMPSON, 2004, p. 10).

Thompson, conforme apontam Vendramini e Tiriba (2014, p. 61), “[...] considera as classes como um processo em formação, um ‘fazer-se’, constituída e constituinte da luta, o que implica considerar a experiência humana, a qual é gerada na vida material e estruturada em termos de classe”. A noção de classes é imanente à noção de luta de classes.

Contudo, uma vez tomadas todas as precauções necessárias, o fato relevante do período entre 1790 e 1830 é a formação da ‘classe operária’. Isso é revelado, em primeiro lugar, no crescimento da consciência de classe: a consciência de uma identidade de interesses entre todos esses diversos grupos de trabalhadores, contra os interesses de outras classes. E, em segundo lugar, no crescimento das formas correspondentes de organização política e industrial. Por volta de 1832, havia instituições da classe operária solidamente fundadas e autoconscientes – sindicatos, sociedades de auxílio mútuo, movimentos religiosos e educativos, organizações políticas, periódicos – além das tradições intelectuais, dos padrões comunitários e da estrutura da sensibilidade da classe operária. (THOMPSON, 2002, p. 17).

Thompson tem como eixo de suas análises sobre o(s) mundo(s) do trabalho os movimentos do real, na sua singularidade e na sua totalidade, e destaca a agência humana dentre as múltiplas determinações do processo histórico. Quando analisa o processo histórico, Thompson coloca em evidência aspectos até então pouco estudados, ressaltando em suas obras “[...] a experiência histórica e a cultura popular, geradas na própria vida e que permitem tornar visível o lugar do sujeito coletivo no processo de trabalho e nos movimentos sociais populares.” (VENDRAMINI; TIRIBA, 2014, p. 56).

Nesse sentido, é possível afirmar que “[...] embora a categoria práxis seja pouco mencionada, esta é, sem dúvida, uma categoria fortemente presente na obra de Edward Thompson.” (TIRIBA, 2014, p. 7).

Em seu estudo, Alves e Araújo (2013²³) buscam compreender dialeticamente a categoria de experiência que, enquanto práxis social, tem como modelo a categoria trabalho. Segundo Alves e Araújo (2013), Thompson faz um contraponto ao althusserianismo no exercício de expor a relação dialética entre prática social e estrutura, agir humano e determinação, luta e condições sociais.

O que queremos dizer é que ocorrem mudanças no ser social que dão origem a *experiência* modificada; e essa experiência é *determinante*, no sentido de que exerce pressões sobre a consciência social existente, propõe novas questões e proporciona

²³ Em seu estudo, Alves e Araújo (2013) buscam compreender dialeticamente a categoria de experiência que, enquanto práxis social, tem como modelo a categoria trabalho. Nesse sentido, aproximam as análises históricas concretas – Thompson – com a razão dialético-materialista, pressuposta na ontologia do ser social – Lukács.

grande parte do material sobre o qual se desenvolvem os exercícios intelectuais mais elaborados. (THOMPSON, 1981, p. 16, grifo do autor).

Em sua abordagem, Thompson difere a experiência I (experiência vivida) de experiência II (experiência percebida), consistindo em um esforço categorial a fim de demonstrar a natureza dialética da relação entre estrutura e sujeito e entre base e superestrutura. Isso remete “[...] ao problema crucial das ‘determinações’²⁴, que expressa, por conseguinte, o problema da práxis social ou da ação histórica dos homens.” (ALVES; ARAÚJO, 2013, p. 60).

A experiência vivida remete ao ser social (a experiência I de Thompson). Mas não existe experiência vivida que não seja também experiência percebida (a experiência II de Thompson), no sentido de consciência social com percepção e entendimento da condição existencial. É a experiência II que remete à consciência social ou ideológica. Os homens dão respostas às condições existenciais por meio da ideologia: eis o caráter positivo da ideologia, no sentido de Gramsci e Lukács, em que ideologia não se reduz à falsa consciência, mas sim significa consciência social. (ALVES; ARAÚJO, 2013, p. 62).

Dessa maneira, segundo os autores, Thompson ressalta o caráter de “determinação determinada” da experiência histórica. Enquanto que para Althusser, “[...] a experiência é puramente ideológica e a classe mero depositário do processo histórico, processo esse que prescinde de sujeitos.” (ALVES; ARAÚJO, 2013, p. 57).

A experiência, na afirmação de Alves e Araújo (2013, p. 62), “[...] é um instrumento categorial rico para apreendermos o que as pessoas, isto é, as individualidades pessoais de classe, estão fazendo de si mesmas frente às determinações da condição de proletariedade”. Nesse sentido, trata-se de uma experiência que, segundo Alves e Araújo (2013, p. 63), “[...] é sempre gerada na vida material sob a pressão determinante do modo de produção sobre a consciência dos indivíduos.”

Os valores não são ‘pensados’, nem ‘chamados’; são vividos, e surgem dentro do mesmo vínculo com a vida material e as relações materiais em que surgem as nossas idéias [*sic*]. São as normas, regras, expectativas etc. necessárias e aprendidas (e ‘aprendidas’ no sentimento) no ‘*habitus*’ de viver; e, aprendidas, em primeiro lugar, na família, no trabalho e na comunidade imediata. Sem esse aprendizado a vida social não poderia ser mantida e toda a produção cessaria. (THOMPSON, 1981, p. 194, grifo do autor).

A História, na perspectiva de Thompson, necessita ser entendida como um processo estruturado que “[...] tem por base (ou infraestrutura) relações sociais de produção hegemônicas em determinados espaços/tempos históricos.” (TIRIBA, 2014, p. 6). Esse

²⁴ Alves e Araújo (2013) utilizam uma exposição de Mézáros sobre a problemática das “determinações”, para contrastar (e não contrapor) com a exposição de Thompson, no resgate do caráter dialético do conceito-mediador de experiência.

processo, no qual as mediações estão carregadas de elementos contraditórios, corresponde aos movimentos da vida real e suas múltiplas determinações²⁵.

Na abordagem de Thompson sobre o processo histórico, outras determinações entram em cena, sendo que a agência humana assume o protagonismo. “Afinal, é pela práxis, é pela capacidade de ação/pensamento/ação, ou seja, é pela própria agência humana que se dá a possibilidade de criação e recriação da realidade humano-social.” (TIRIBA, 2014, p. 6-7). O que Thompson faz é tornar visível o lugar dos sujeitos individuais e coletivos na história. No entanto, como lembra Tiriba (2014), não faz parte de sua análise o menosprezo com relação às determinações econômicas, culturais e educacionais impostas pela burguesia como classe em ascensão.

A classe social é formada, em sua historicidade, a partir relações vividas no processo de produção da vida social. Nesse sentido, a partir de fontes documentais, Thompson traz “[...] à tona a agência de mulheres e homens trabalhadores que se organizam para defender sua forma de viver, em oposição às relações sociais de produção e reprodução da vida impostas pela classe que detém a hegemonia cultural.” (TIRIBA, 2014, p. 8).

A cultura, por sua vez, está intimamente vinculada na vida material sendo entendida como um processo social constitutivo que cria modos de vida específicos e diferenciados.

Introduzi, algumas páginas atrás, outro termo médio necessário, ‘cultura’. E verificamos que, com ‘experiência’ e ‘cultura’, estamos num ponto de junção de outro tipo. Pois as pessoas não experimentam sua própria existência apenas como idéias [*sic*], no âmbito do pensamento e de seus procedimentos, ou (como supõem alguns praticantes teóricos) como instinto proletário etc. Elas também experimentam sua experiência como sentimento e lidam com esses sentimentos na cultura, como normas, obrigações familiares e de parentesco, e reciprocidades, como valores (ou através de formas mais elaboradas) na arte ou nas convicções religiosas. Essa metade da cultura (e é uma metade completa) pode ser descrita como consciência afetiva e moral. (THOMPSON, 1981, p. 189).

Na obra sobre a formação da classe operária inglesa, Thompson destaca as questões culturais, todavia, no livro *Costumes em Comum: estudos sobre a cultura popular tradicional*, ele faz um alerta: “E na verdade o próprio termo ‘cultura’, com sua invocação confortável de

²⁵ “Se dizemos que os valores são apreendidos na experiência vivida e estão sujeitos às suas determinações, não precisamos, por isso, render-nos a um relativismo moral ou cultural. Nem precisamos supor alguma barreira intransponível entre valor e razão. Homens e mulheres discutem sobre os valores, escolhem entre valores, e em sua escolha alegam evidências racionais e interrogam seus próprios valores por meios racionais. Isso equivale a dizer que essas pessoas são *tão* determinadas (*e não mais*) em seus valores quanto o são em suas idéias [*sic*] e ações, são *tão* ‘sujeitos’ (*e não mais*) de sua própria consciência afetiva e moral quanto de sua história geral. Conflitos de valor, e escolhas de valor, ocorrem sempre. Quando uma pessoa se junta ou atravessa um piquete grevista, está fazendo uma escolha de valores, mesmo que os termos da escolha e parte daquilo que a pessoa escolhe sejam social e culturalmente determinados.” (THOMPSON, 1981, p. 194, grifo do autor).

um consenso, pode distrair nossa atenção das contradições sociais e culturais, das fraturas e oposições existentes dentro do conjunto.” (THOMPSON, 1998, p. 17).

Ainda sobre essa questão, ao explorar os confrontos e negociações entre patrícios e a plebe, Thompson (1998, p. 17) escreve:

[...] espero que a cultura plebeia tenha se tornado um conceito mais concreto e utilizável, não mais situado no ambiente dos ‘significados, atitudes, valores’, mas localizado dentro de um equilíbrio particular de relações sociais, um ambiente de trabalho de exploração e resistência à exploração, de relações de poder mascaradas pelos ritos do paternalismo e da deferência. Desse modo, assim espero, a ‘cultura popular’ é situada no lugar material que lhe corresponde. (THOMPSON, 1998, p. 17).

Thompson (1998) afirma que a hegemonia suprema da *gentry* – uma hegemonia que era laica, e não religiosa ou mágica –, pouco poderia fazer para determinar o caráter dessa cultura plebeia. Ela poderia apenas definir os limites dentro dos quais a cultura plebeia tinha a liberdade para atuar e crescer.

Para Vendramini e Tiriba (2014, p. 61), “[...] a cultura popular constitui-se como campo de resistência e luta contra a exploração e, ao mesmo tempo, como campo de disputa de interesses conflitantes”. Nesta perspectiva, segundo as autoras, ela deve ser compreendida fora de um quadro de imposição hegemônica da dominação de classe.

Fortes (2016) destaca a forte presença da dimensão cultural no processo de formação da classe na obra de Thompson. Isso fica evidente no capítulo conclusivo de *A formação da classe operária inglesa*, quando Thompson identificou “o radicalismo popular” da década de 1820 como uma “cultura intelectual”, uma “cultura política”. Diante dessa formação cultural que tinha como base um grande esforço de autoinstrução, Thompson (1987, p. 303) afirma: “é possível falar de uma nova forma de consciência dos trabalhadores em relação aos seus interesses e à sua situação enquanto classe.” Nas palavras do autor, essa foi, talvez, a cultura popular mais destacada que a Inglaterra conheceu.

Sempre que afrouxava a pressão dos dominantes, saíam homens das pequenas oficinas ou aldeolas de tecelões e sustentavam novas reivindicações. Fora-lhes dito que não tinham direitos, mas sabiam que nasceram livres. A milícia montada investiu a cavalo em sua reunião, e o direito de reunião pública foi conquistado. Os panfletistas foram presos, e das prisões editaram panfletos. Os sindicalistas foram encarcerados, e foram acompanhados ao cárcere por procissões com faixa e bandeiras sindicais. [...] Assim segregadas, suas instituições adquiriram uma singular resistência e flexibilidade. A classe também adquiriu uma ressonância singular na vida inglesa: tudo, das suas escolas às suas lojas, das suas capelas aos seus divertimentos, converteu-se num campo de batalha de classe. (THOMPSON, 1987, p 439).

Assim, a cultura popular, o autodidatismo dos trabalhadores e as aprendizagens coletivas como elementos de educação política ganham destaque em suas análises. E, aqui,

nos parece importante enfatizar a questão da consciência articulada do autodidata que veio a se tornar consciência política. “As vilas, e até as aldeias, ressoavam com a energia dos autodidatas. Dadas as técnicas elementares de alfabetização, os diaristas, artesãos, lojistas. Escreventes e mestres-escolas punham-se a aprender por conta própria, individualmente ou em grupo.” (THOMPSON, 1987, p. 304). Thompson salienta que, nas primeiras décadas do século, cerca de dois em cada três operários conseguiam ler de alguma forma, sendo o número de operários que sabiam escrever menor ainda.

Um sapateiro, que aprendera a ler pelo Antigo Testamento, ia se aperfeiçoar com a *Idade da Razão*; um mestre-escola, cuja instrução não o levava muito além de homilias religiosas, tentaria Voltaire, Gibbon, Ricardo; aqui e ali, líderes radicais locais, tecelões, livreiros, alfaiates reuniram pilhas de periódicos radicais e aprenderiam a usar as publicações oficiais do Parlamento; diaristas analfabetos nem por isso deixavam de ir, todas as semanas, a um bar onde lia-se em voz alta e discutia-se o editorial de Cobbett. Assim, a partir de sua experiência própria e com os recursos à sua instrução errante e arduamente obtida, os trabalhadores formaram um quadro fundamentalmente político de organização da sociedade. Aprenderam a ver suas vidas como parte de uma história geral de conflitos entre, de um lado, o que se definia vagamente como ‘classes industriais’ e, de outro, a Câmara não reformada dos Comuns. De 1830, em diante, veio a amadurecer uma consciência de classe, no sentido marxista tradicional, mas claramente definida, com a qual os trabalhadores estavam cientes de prosseguir por conta própria em lutas antigas e novas. (THOMPSON, 1987, p. 304).

De acordo com Thompson (1987, p 303), nos primeiros anos do século a “classe industrial” reunia “[...] um milhão ou mais de analfabetos, ou de alfabetizados cujo grau de instrução ia pouco além da capacidade de soletrar umas poucas palavras ou de escrever seus nomes”. Esse elevado grau de analfabetismo, no entanto, não excluía os indivíduos do discurso político, visto que: “O trabalhador analfabeto podia andar quilômetros para ouvir um orador radical, da mesma forma como ele (ou um outro) andaria para escutar um sermão.” (THOMPSON, 1987, p 304-305).

Nesse sentido, Thompson (1987) afirma que o grande ganho espiritual da revolução industrial foi essa autoconsciência coletiva. Nessa mudança de perspectiva, os trabalhadores na defesa de um modo de vida mais antigo e, em muitos aspectos, mais humanamente compreensível, exerciam o seu poder coletivo de classe:

[...] por essa comunidade ou aquela sociedade cooperativa, por esse obstáculo ao funcionamento cego da economia de mercado, aquele decreto legal ou aquela medida de assistência aos pobres. E implícito, se nem sempre explícito, em sua perspectiva estava o perigoso princípio: a produção deve ser não para o lucro, mas para o uso. (THOMPSON, 1987, p 438).

Para o autor, essa classe operária inglesa de 1832 foi uma formação única. “Visto que a classe é uma formação tanto cultural como econômica, tive o cuidado de evitar generalizações para além da experiência inglesa.” (THOMPSON, 2004, p. 12).

Vendramini e Tiriba (2014) também alertam para o risco de se fazer generalizações a partir do estudo de Thompson sobre a experiência inglesa. É necessário procurar entender, em cada caso, os processos de produção da existência em suas singularidades sempre considerando a participação ativa dos sujeitos sociais. Afinal, deixar de enxergar os trabalhadores como vítimas passivas, não significa desconsiderar as determinações gerais do modo de produção capitalista.

Podemos ver uma *lógica* nas reações de grupos profissionais semelhantes que vivem experiências parecidas, mas não podemos predicar nenhuma *lei*. A consciência de classe surge da mesma forma em tempos e lugares diferentes, mas nunca exatamente da mesma forma. (THOMPSON, 2004, p. 10, grifo do autor).

A referência político-epistemológica de Thompson é o materialismo histórico e dialético enquanto método de apreensão da realidade social. Nesse sentido, a obra de Thompson contempla elementos teórico-metodológicos que podem contribuir para [...] a análise do sentido histórico das atuais experiências coletivas de trabalhadores, suas raízes históricas e seus campos de possibilidades, tendo em conta a dialética passado, presente e futuro.” (VENDRAMINI; TIRIBA, 2014, p. 69).

A forma de ser da classe trabalhadora se modificou com a crise do trabalho assalariado e com as novas configurações do mundo do trabalho. O trabalho temporário, sazonal e em tempo parcial passa integrar o cotidiano de homens e mulheres que experimentam a precarização da própria vida, enquanto expressão da reestruturação produtiva e da flexibilização das relações entre capital e trabalho. Além disso, o trabalho por conta própria aparece como única ou como fonte complementar de renda. “Ainda que diversa, variada, dividida com base na ocupação, habilidade, gênero, ideologia etc., a classe trabalhadora compreende uma vasta maioria da população que, para viver, depende da venda de sua força de trabalho.” (VENDRAMINI; TIRIBA, 2014, p. 66).

Assim, as elaborações de Thompson podem contribuir para o entendimento do “[...] atual processo de constituição da classe trabalhadora, sua identidade, suas lutas, sua experiência e seu sentido histórico.” (VENDRAMINI; TIRIBA, 2014, p. 56).

Compreender a emergência desses novos (e a reemergência de alguns dos ‘velhos’) atores, identificar os seus potenciais, limites e contradições, localizar com precisão os elementos de continuidade e ruptura que trazem tanto em relação à ordem hegemônica como à tradição histórica de lutas anticapitalistas exigem, mais do que nunca, o equilíbrio entre rigor intelectual e paixão, compromisso político e pesquisa exaustiva, do qual a obra-prima de Thompson permanece um exemplo supremo. (FORTES, 2006, p. 213).

Nas palavras de Fortes (2006), como a classe operária inglesa estava presente ao seu próprio “fazer-se”, similarmente os sujeitos coletivos subalternos forjam suas identidades no interior desse próprio processo, de modo criativo e indeterminado.

Para apreendermos a experiência histórica de organização dos trabalhadores da Cooperativa de Catadores dos Agentes Ambientais de Irati-PR, é necessário compreendermos, também, sua relação com o conjunto de experiências das catadoras e catadores de material reciclável no Brasil, como sugere a categoria **totalidade**. “A categoria metodológica da totalidade significa a percepção da realidade social como um todo orgânico, estruturado, no qual não se pode entender um elemento, um aspecto, uma dimensão, sem perder a sua relação com o conjunto.” (LÖWY, 2015, p. 23-24).

Por sua vez, na medida em que abordaremos as catadoras e catadores de material reciclável em seu movimento histórico de luta e organização social, nos parece oportuno destacarmos a categoria **ruptura**²⁶. Conforme explica Luiz (2013, p. 110, grifo do autor):

Ruptura é uma das categorias centrais do marxismo que tem por objetivo maior a transformação do modo de produção capitalista, para a instauração de uma sociedade livre de todo o domínio de classe, assim como, em sua concepção dialética do desenvolvimento humano-social, tem na ruptura um dos momentos mais importantes: diante de uma **tese**, a possibilidade de negação, de ruptura e sobre esta, a possibilidade de construção de uma **antítese**, e, processualmente, rompendo estruturas, concepções e contradições, a constituição de uma nova **síntese**. Tal procedimento favorece o conhecimento crítico da realidade, visualizando as contradições e sobre elas poder construir novas alternativas.

Por isso, neste capítulo, nossa análise aborda os catadores em nível de categoria social, enquanto que no Capítulo 3 faremos em nível de grupo social²⁷.

²⁶ “Gramsci partiu das necessidades concretas das classes subalternas – das experiências coletivas e dos processos históricos, nos quais os indivíduos se organizam socialmente no estabelecimento de alianças, consensos e parcerias, introduzindo ‘rupturas’ e conquistando posições hegemônicas para seus projetos – para poder construir sua teoria da sociedade moderna.” (LUIZ, 2013, p. 115).

²⁷ Retomamos essa questão no item “3.1.3 A COCAAIR enquanto organização coletivista de produção associada.”

1.2 CATADORAS E CATADORES DE MATERIAL RECICLÁVEL NO BRASIL

Quem, melhor que os oprimidos, se encontrará preparado para entender o significado terrível de uma sociedade opressora? Quem sentirá, melhor que eles, os efeitos da opressão? Quem, mais que eles, para ir compreendendo a necessidade da libertação? (FREIRE, 2014, p. 42-43).

Se anteriormente falamos da experiência – experiência que, como explica Thompson (1981), é gerada na “vida material”, estrutura-se em termos de classe, e, assim o “ser social” determina a “consciência social” –, os questionamentos de Freire (2014), agora, nos levam a refletir sobre as catadoras e catadores de material reciclável. Se frente às determinações objetivas são as oprimidas e os oprimidos, não significa que sejam vítimas passivas e que não possam contribuir com transformação da realidade social, enquanto sujeitos sociais.

Mas que realidade social é essa? Como surge a figura da catadora e do catador? Os primeiros registros do segmento social dos catadores de material reciclável no cenário urbano no Brasil, seja nas pequenas e grandes cidades, datam do século XIX. Trata-se de um fenômeno que, praticamente, acompanhou todo o processo de urbanização no país (SILVA; GOES; ALVAREZ, 2013a). Benvindo (2010, p. 10) reproduz um trecho da *edição de 05 de julho de 1896 do Jornal do Commercio*:

[...] são uns quarenta ou cincoenta [*sic*], muito unidos e amigos, e que de Rio de Janeiro só conhecem a Sapucaia. Dividem entre si, com todo o methodo [*sic*] e ordem, os variados serviços das diversas repartições de lixo (...). Tudo alli [*sic*] é aproveitado, renovado, reutilizado e revendido.

Segundo Pinhel (2013, p. 17):

A presença de pessoas que vivem do comércio de materiais refugados data do início do processo de industrialização. No começo do século XX, com o incremento da indústria gráfica o papel já era reciclado. Desta época também há registros de compradores de sucata no bairro do Brás, em São Paulo, principalmente garrafas e materiais ferrosos. O ‘garrafeiro’, figura respeitada nos bairros e vilas das cidades, foi desaparecendo ao longo do tempo e dando lugar ao catador, que, por sua vez, recolhe os resíduos recicláveis de diferentes locais, sem ter que pagar ou trocar algo por isso.

A realidade social de catadoras e catadores, como apontamos no início desse capítulo, foi retratada no livro *Quarto de Despejo*²⁸ de Carolina Maria de Jesus, que teve sua primeira publicação em 1960. A autora relata o seu trabalho de catadora de lixo e a dura realidade da primeira grande favela de São Paulo, a Canindé. Era a década de 1950, sendo a

²⁸ Este livro sofreu críticas duvidando de sua autenticidade, sendo considerado um golpe publicitário. A nota dos editores da edição que utilizamos como referência esclarece: “Esta edição respeita fielmente a linguagem da autora, que muitas vezes contraria a gramática, incluindo a grafia e acentuação das palavras, mas que por isso mesmo traduz com realismo a forma de o povo enxergar e expressar seu mundo”.

violência, a miséria e a fome, expressões desse contexto de condições subumanas e de luta pela sobrevivência.

26 de julho... Mande o João ir no senhor Manoel vender os ferros. E eu fui catar papel. No lixo do frigorífico tinha muitas linguças. Catei as melhores para eu fazer uma sopa. [...] Vim pelas ruas catando ferros. Quando cheguei no ponto do bonde encontrei o José Carlos que ia na feira catar verduras. [...] 2 de agosto. Vesti os meninos que foram para a escola. Eu saí e fui girar para arrancar dinheiro. Passei no frigorífico, peguei uns ossos. As mulheres vasculham o lixo procurando carne para comer. E elas dizem que é para os cachorros. Até eu digo que é para os cachorros... (JESUS, 2014, p. 100-105).

Na lista de obras que retratam essa dura realidade, podemos incluir, dentre tantas outras, o poema *O bicho*²⁹, de Manuel Bandeira, e o teatro *Homens de papel*³⁰, de Plínio Marcos, bem como os documentários *Ilha das Flores*³¹, dirigido por Jorge Furtado, *Lixo Extraordinário*³², dirigido por Lucy Walker e *Catadores de História*³³, dirigido por Tania Quaresma.

Fato é que, como afirma Mello (2011, p. 07), “[...] nunca foram desconhecidos os que carregavam carrinhos ou sacos cheios de objetos variados e indescritíveis. Pensava-se que coletavam coisas inúteis ou de pouco valor e não despertavam a atenção na cidade.” Parece-nos óbvio, então, que falamos de uma realidade social de extrema desigualdade, diante da qual, tornar-se catadora e catador, foi a alternativa encontrada pelos sujeitos em situação de extrema pobreza³⁴ para (sobre)viver. Sujeitos que, muitas vezes invisíveis socialmente³⁵, buscam por meio da atividade de catação garantir as mínimas condições materiais de existência.

Rodríguez (2002, p. 338) afirma que “[...] os recicladores de lixo são um dos grupos cuja presença nas grandes cidades de todo mundo mostra com maior clareza o caráter global da exclusão social [...]” Para evidenciar essa questão, recorreremos aos casos da Colômbia e Índia.

²⁹ BANDEIRA, Manuel. **Estrela da Vida Inteira**. 20 ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1993.

³⁰ MARCOS, Plínio. **Homens de papel**. Edição do autor: São Paulo, 1984.

³¹ **ILHA das Flores**. Direção: Jorge Furtado. Porto Alegre: Casa de Cinema, 1989 (13min).

³² **LIXO extraordinário**. Direção: Lucy Walker. Brasil: Almega Projects & O2 Filmes, 2011 (98min).

³³ **CATADORES de História**. Direção: Tânia Quaresma. Brasília, DF, 2016 (75min).

³⁴ “A situação de pobreza não pode ser analisada somente pelo fator renda [...]. A pobreza é resultante de um conjunto de fatores que impedem ou dificultam o desenvolvimento do ser humano. Assim a pobreza interfere no grau de integração dos indivíduos às normas de convívio social, padrão cultural, acesso às descobertas científicas já integradas à vida social, acesso aos serviços básicos, à justiça e mesmo ao desenvolvimento da sensibilidade humana e da afetividade.” (COSTA, 2010, p. 181).

³⁵ Apesar do discurso sobre a importância do seu trabalho para o meio ambiente, os catadores e catadoras ainda sofrem com a invisibilidade social: “Trata-se, portanto, de uma ação social que implica em não ver o outro, não enxergar sua existência social e tudo que decorre deste fato. Ou seja, por invisibilidade social entendemos todo um processo de não reconhecimento e indiferença em relação a sujeitos subalternos da sociedade.” (WEISHEIMER, 2013, p. 23).

Na Colômbia, por exemplo, “[...] o grau de exclusão dos recicladores reflete-se claramente na expressão insultuosa – ‘descartáveis’ – que boa parte da população emprega para referir-se a eles,” (RODRÍGUES, 2002, p. 339). Já no caso indiano:

A estas pessoas é atribuído o *status* mais baixo entre os pobres urbanos, e economicamente são os mais pobres entre os pobres. Muitos destes coletores de lixo são mulheres e crianças. Eles vagam pelas ruas a pé, procurando lixo, que colocam dentro de sacos que transportam. Deixam suas casas ao amanhecer, andando vários quilômetros todos os dias, completando ao fim da tarde. Seus instrumentos de trabalho são um saco para a coleta e uma vara para espetar e remexer o lixo. No trabalho, correm vários riscos: ficam com cortes e ferimentos produzidos por objetos cortantes e pedaços de vidro ou contraem, no lixo, alergias de pele causadas por lixo químico. Depois de terminada a coleta do dia, os coletores separam os materiais, vendidos aos comerciantes. O que recebem como pagamento pela coleta é muito pouco, vivendo estas pessoas no limite da pobreza. (BHOWMIK, 2002, p. 375).

No entanto, é importante salientarmos que o processo de exclusão social – uma questão antiga na vida da classe trabalhadora –, pode nos ajudar a pensar sobre o surgimento das catadoras e catadores de material reciclável.

No livro *A situação da classe trabalhadora na Inglaterra*³⁶, Engels descreve o brutal pauperismo das camadas trabalhadoras urbanas, abordando o que era designado como “questão social”.

O livro contempla o período em que Engels esteve na Inglaterra, entre novembro de 1842 e os últimos dias de agosto de 1844 quando regressa à Alemanha.

Na escala em que, nessa guerra social, as armas de combate são o capital, a propriedade direta ou indireta dos meios de subsistência e dos meios de produção, é óbvio que todo os ônus de uma tal situação recaem sobre o pobre. Ninguém se preocupa com ele: lançado nesse turbilhão caótico, ele deve sobreviver como puder. (ENGELS, 2010, p. 69).

Durante vinte e um meses, Engels conheceu, por meio de observações e recorrendo às necessárias fontes documentais originais, o proletariado inglês e suas aspirações, seus sofrimentos e suas alegrias. Os proletários ingleses vivenciavam um processo de exclusão social e, explorados e oprimidos, eram abandonados justamente quando mais precisavam. Segundo Engels (2010, p. 114), “[...] desempregado, fica à mercê da sorte e come o que lhe dão, o que mendiga ou... o que rouba – e se não encontra nada, simplesmente morre de fome

³⁶ Assim como *A Formação da Classe Operária Inglesa*, escrita por Edward Palmer Thompson, a obra *A situação da classe trabalhadora na Inglaterra*, escrita por Friederich Engels entre o último trimestre de 1844 e março de 1845, também merece ser destacada. Na análise feita por Engels, “[...] o proletariado não comparece como massa indiferenciada, sofredora e passiva, tal como o visualizavam os socialistas contemporâneos do jovem Engels; este foi capaz de apanhar, na situação proletária, a dinâmica criativa que, saturando a rebeldia e o protesto operários, põe o proletário, o trabalhador urbano-industrial, enquanto *classe*, como *sujeito revolucionário*, qualificado para promover a sua *autoliberação*.” (NETTO, 2010, p. 35, grifo do autor).

[...]”. E, no final do capítulo *As grandes cidades*, no qual examina como vivem os operários nesses locais, o autor assim resume:

As grandes cidades são habitadas principalmente por operários [...]; esses operários nada possuem e vivem do seu salário, que, na maioria dos casos, garante apenas a sobrevivência cotidiana. A sociedade, inteiramente atomizada, não se preocupa com eles, atribuindo-lhes o encargo de prover suas necessidades e as de suas famílias, mas não lhes oferece os meios para que o façam de modo eficaz e permanente. Qualquer operário, mesmo o melhor, está constantemente exposto ao perigo do desemprego, que equivale a morrer de fome e são muitos os que sucumbem. Por regra geral, as casas dos operários estão mal localizadas, são mal construídas, malconservadas, mal arejadas, úmidas e insalubres; seus habitantes são confinados num espaço mínimo e, na maior parte dos casos, *num único cômodo vive uma família inteira*; o interior das casas é miserável: chega-se mesmo à ausência total dos móveis mais indispensáveis. O vestuário dos operários também é, por regra geral, muitíssimo pobre e, para uma grande maioria, as peças estão esfarrapadas. A comida é frequentemente ruim, muitas vezes imprópria, em muitos casos – pelo menos em certos períodos – insuficiente e, no limite, há mortes por fome. A classe operária das grandes cidades oferece-nos, assim, uma escala de diferentes condições de vida: no melhor dos casos, uma existência momentaneamente suportável – para um trabalho duro, um salário razoável, uma habitação decente e uma alimentação passável (do ponto de vista operário, é evidente, isso é bom e tolerável); no pior dos casos, a miséria extrema – que pode ir da falta de teto à morte pela fome; mas a média está muito mais próxima do pior que do melhor dos casos. (ENGELS, 2010, p. 115-116, grifo do autor).

Respeitadas as devidas ressalvas, quanto ao período e contexto históricos, a situação descrita por Engels nos permite considerar que muito daquele passado se faz presente no cotidiano das cidades. Ou ainda, que essas questões acompanharam o processo de desenvolvimento (que desenvolvimento?) do modo capitalista de produção.

Nessa perspectiva, concordamos com Leguizamón³⁷ (2007, p. 115) quando afirma que “a recente fratura do discurso hegemônico dos mitos do desenvolvimento humano neoliberal globalizado e a pauperização mostram que esse desenvolvimento que se diz humano não diminui a exclusão e a pobreza”. Quanto a essa questão é necessário compreender que a pobreza e a desigualdade, como afirmam Cimadamore e Cattani (2007, p. 7), “[...] são construções sociais que se desenvolvem e consolidam a partir de estruturas, agentes e processos que lhes dão forma histórica concreta”. O conceito de construção é utilizado, como explicam os autores, para destacar que “[...] a pobreza é o resultado da ação concreta de agentes e processos que atuam em contextos estruturais históricos de longo prazo.” (CIMADAMORE; CATTANI, 2007, p. 7).

³⁷ No capítulo *A produção da pobreza massiva e sua persistência no pensamento social latino-americano*, Sonia Alvarez Leguizamón (2007), aborda a história das problematizações e tematizações predominantes na teoria social latino-americana sobre a reprodução da pobreza massiva na América Latina, mostrando, de forma sucinta, os desenvolvimentos teóricos a ela associados.

Portanto, a partir das considerações expostas (e que serão sustentadas ao longo das discussões), podemos afirmar que, do imperativo “ele deve sobreviver como puder” – remetendo ao que descreveu Engels (2010) –, origina-se a figura da catadora e do catador.

Transformar os catadores em heróis da nossa ‘loucura’ urbana de consumo constitui uma violência simbólica que os atinge e contra a qual não dispõem de meios para se defender. Não há como não sentirem que estão situados na ponta de uma cadeia de exploração impiedosa e que recolhem o que restou do que outros consumiram. (MELLO, 2011, p. 5-6).

Assim, cientes da crítica exposta por Mello (2011), entendemos ser preciso direcionar nosso olhar e enxergar os sujeitos que estão envolvidos na catação e na separação do lixo. Afinal, olhar para o problema do lixo urbano implica enxergar as condições que levaram trabalhadoras e trabalhadores a essa atividade.

Podemos afirmar, desde já, que a **exclusão social** emerge enquanto uma categoria de análise da experiência histórica das catadoras e catadores de material reciclável.

O conceito de exclusão social – como um processo que envolve trajetórias de vulnerabilidade, fragilidade ou precariedade e até ruptura dos vínculos nas dimensões sociofamiliar, do trabalho, das representações culturais, da cidadania e da vida humana e, ainda, como uma zona integrada por diversas manifestações de processo de desvinculação nos diferentes âmbitos – tem valor analítico para a compreensão de diferentes expressões histórico-sociais. (SCOREL, 1999, p. 259).

O vocábulo exclusão, segundo a autora, exprime com potência “[...] uma condição em que se está fora, em que não se é integrante, na qual não se pertence, em que não se tem lugar.” (SCOREL, 1999, p. 259). Ademais, quando pensamos as dimensões da exclusão social temos a possibilidade de “[...] associar os vínculos sociais materiais e simbólicos, os processos de constituição de identidades sociais, as representações coletivas e interações sociais.” (SCOREL, 1999, p. 259).

A exclusão social – o processo de desvinculação e a constituição de um estado –, apresenta, em cada esfera da vida em sociedade, manifestações específicas que, no entanto, conservam relações entre si e indicam tendências cumulativas. (SCOREL, 1999).

Com essa perspectiva e no intuito de provocar ainda mais essa reflexão, apresentamos algumas imagens³⁸ que compõem o documentário *Lixo Extraordinário* (2011).

³⁸Os títulos para as imagens foram uma escolha nossa.

FIGURA 3 – O lixão - Lixo Extraordinário



Fonte: Disponível em: <http://www.wastelandmovie.com/downloads.html>. Acesso em: 24 set. 2019.

FIGURA 4 – A família - Lixo Extraordinário



Fonte: Disponível em: <https://mrs-cook.weebly.com/waste-land-movie.html>. Acesso em: 24 set. 2019.

FIGURA 5 – A catadora - Lixo Extraordinário

Fonte: Disponível em: <https://mrs-cook.weebly.com/waste-land-movie.html>. Acesso em: 24 set. 2019.

Muito além do lixo, elas e eles estão lá, mulheres e homens reais, trabalhadoras e trabalhadores que, na perspectiva desta investigação, são sujeitos e não são descartáveis tampouco invisíveis. Em sua experiência histórica, apesar de sua situação de exclusão social, lograram êxito e se articularam enquanto movimento social – o Movimento Nacional dos Catadores de Materiais Recicláveis –, conforme apresentamos a seguir.

1.2.1 A miséria compartilhada

Tomando como referências principais os relatórios “Situação Social das Catadoras e dos Catadores de Material Reciclável e Reutilizável – Brasil” e “Situação Social das Catadoras e dos Catadores de Material Reciclável e Reutilizável – Região Sul”, publicados pelo Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada-Ipea, no ano 2013, apresentamos uma análise da realidade social dessas trabalhadoras e trabalhadores no Brasil, com foco na distribuição geográfica pelos Estados e regiões.

Em uma análise sobre a realidade social das catadoras e catadores é importante ter a informação sobre a quantidade de pessoas que compõem esse universo. No entanto, dada à heterogeneidade que compõe essa categoria profissional a tarefa de chegar a um número preciso não é fácil.

Apenas no Censo de 2010, realizado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística -IBGE, a categoria profissional de Catador de Material Reciclável está

representada como Coletores de lixo e material reciclável, Classificadores de resíduos e Varredores e afins, possibilitando, assim, uma análise mais ampliada acerca desse público. Conforme o Censo Demográfico de 2010, 387.910 pessoas se declararam catadores, exercendo a atividade de catação de material reciclável e reutilizável como atividade remunerada principal em todo o território brasileiro³⁹.

Segundo os pesquisadores Silva, Goes e Alvarez (2013a; 2013b), este valor pode estar abaixo do quantitativo real em função de algumas dificuldades na coleta de dados durante a pesquisa do Censo. Os pesquisadores indicam a possibilidade de um intervalo entre 400 mil e 600 mil catadores⁴⁰, considerado a partir de diversas fontes de dados sobre o tema⁴¹. Os autores ressaltam que essa ocupação, por ser marcada por uma forte informalidade, está sujeita às flutuações do ambiente econômico e da demanda por trabalho em outros setores.

O Movimento Nacional dos Catadores de Materiais Recicláveis-MNCR, por sua vez, estima que existam 800 mil catadores em atividade no país, sendo responsáveis pela coleta de 90% de tudo que é reciclado hoje no Brasil. O próprio MNCR menciona que outras estimativas sugerem que o quantitativo de catadoras e catadores pode chegar a 1 milhão de pessoas sobrevivendo da coleta de materiais recicláveis⁴².

A seguir, apresentamos a *TABELA 1 – Quadro-síntese da situação social das catadoras e dos catadores de material reciclável e reutilizável no Brasil*, elaborada por Silva, Goes e Alvarez (2013a) a partir do Censo Demográfico 2010 (IBGE, 2012a) e da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílio 2012 (IBGE, 2012b); e a *TABELA 2 – Quadro-síntese da situação social das catadoras e dos catadores de material reciclável e reutilizável – Região*

³⁹ Nesta análise consideram-se os dados levantados pelos pesquisadores Silva, Goes e Alvarez do IPEA (2013b), que, utilizando uma base de dados de 2012 do Censo de 2010, chegaram ao número de 387.910 catadores no Brasil. Diferentemente, para Dagnino e Johansen (2017), os resultados apontam que existiam no Brasil, em 2010, 398.348 pessoas ocupadas como “Coletores de lixo” – código de subgrupo 961 da CBO Domiciliar do IBGE. Desse total, 226.795 eram “Coletores de lixo e material reciclável” (subgrupo 9611), 164.168 declararam-se “Classificadores de resíduos” (9612) e 7.385 eram “Varredores e afins” (9613). A diferença no número de catadores nestas duas análises reside no fato de que, no estudo de Silva, Goes e Alvarez (2013a, 2013b), foram desconsiderados os trabalhadores ocupados como “Varredores e afins” (9613). Na perspectiva de Dagnino e Johansen (2017), a autodeclaração das ocupações (e mesmo a declaração por terceiros, tendo em vista que muitas vezes não é o próprio trabalhador que responde ao recenseador) está sujeita a falhas e imprecisões inerentes ao método do levantamento. Por esse motivo, foram incorporadas na categoria “Catadores” as três ocupações. (9611, 9612 e 9613).

⁴⁰ Na descrição da análise das tabelas utilizaremos as palavras catador e trabalhador, bem como suas variações no plural, catadores e trabalhadores, respectivamente, em referência aos homens e mulheres que exercem essa atividade.

⁴¹ No estudo Diagnóstico, sobre catadores de resíduos sólidos, realizado pelo Ipea (2011), estimou-se um intervalo entre 400 mil e 600 mil catadoras e catadores no país. Este estudo foi baseado em dados de organizações públicas, empresariais e do próprio Movimento Nacional dos Catadores de Materiais Recicláveis-MNCR.

⁴² Disponível em <http://www.mnrc.org.br/sobre-o-mnrc/duvidas-frequentes/quantos-catadores-existem-em-atividade-no-brasil>. Acesso em: 24 set. 2019.

Sul, elaborada pelo autor a partir de Silva, Goes e Alvarez (2013b). A região sul será aqui destacada, em razão de que o campo de nossa investigação está localizado no Estado do Paraná.

TABELA 1 – Quadro-síntese da situação social das catadoras e dos catadores de material reciclável e reutilizável no Brasil

| Categorias | Indicadores | Brasil | Sul | Sudeste | Nordeste | Centro-Oeste | Norte |
|-----------------------------|--|---------------|------------|----------------|-----------------|---------------------|--------------|
| Demografia | Total de catadores | 387.910 | 58.928 | 161.417 | 116.528 | 29.359 | 21.678 |
| | Média de idade dos catadores | 39,4 | 38,9 | 40,6 | 38,3 | 40,0 | 36,5 |
| | Mulheres (%) | 31,1 | 34,1 | 30,9 | 29,3 | 34,1 | 29,5 |
| | Negros (pretos e pardos) (%) | 66,1 | 41,6 | 63,0 | 78,5 | 71,3 | 82,0 |
| | Catadores residentes em áreas urbanas (%) | 93,3 | 93,5 | 96,2 | 88,5 | 95,6 | 93,2 |
| | Total de residentes em domicílio com pelo menos um catador | 1.426.584 | 196.787 | 578.190 | 456.060 | 99.412 | 96.135 |
| | Razão de dependência de crianças em domicílios com pelo menos um catador | 50,0 | 53,5 | 43,6 | 55,3 | 46,3 | 64,1 |
| Trabalho e renda | Formalização da força de trabalho (CTPs e RJU) (%) | 38,6 | 32,2 | 45,7 | 33,8 | 38,4 | 29 |
| | Rendimento médio do trabalho dos catadores (R\$) | 571,56 | 596,90 | 629,89 | 459,34 | 619,00 | 607,25 |
| | Desigualdade de renda entre os catadores (índice de Gini) | 0,42 | 0,42 | 0,39 | 0,43 | 0,37 | 0,42 |
| | Residentes em domicílios com pelo menos um catador extremamente pobre (menos de R\$ R\$ 70 per capita %) | 4,5 | 4,1 | 2,2 | 8,4 | 1,8 | 3,8 |
| Previdência | Catadores com contribuição previdenciária (dados PNAD 2012) (%) | 15,4 | 25,9 | 17,7 | 6,2 | 10,6 | 7,4 |
| | Cobertura da população idosa em domicílios com pelo menos um catador | 57,8 | 59,1 | 56,1 | 61,5 | 55,1 | 54,8 |
| Educação | Taxa de analfabetismo entre os catadores | 20,5 | 15,5 | 13,4 | 34,0 | 17,6 | 17,2 |
| | Catadores com 25 anos ou mais com pelo menos ensino fundamental completo (%) | 24,6 | 20,6 | 28,3 | 20,4 | 23,9 | 30,0 |
| | Catadores com 25 anos ou mais com pelo menos ensino médio completo (%) | 11,4 | 7,9 | 13,5 | 9,7 | 10,8 | 14,0 |
| Acessos a serviços públicos | Domicílios com pelo menos um catador com esgotamento sanitário adequado (%) | 49,8 | 40,9 | 75,4 | 32,5 | 28,0 | 12,3 |
| | Crianças (0 a 3 anos) que frequentam creche residentes em domicílios com pelo menos um catador (%) | 22,7 | 19,8 | 27,9 | 21,7 | 18,5 | 13,0 |
| | Domicílios com pelo menos um catador com acesso à energia elétrica (%) | 99,0 | 98,5 | 99,7 | 98,4 | 99,5 | 98,4 |
| Inclusão digital | Domicílios com pelo menos um catador com computador (%) | 17,7 | 20,1 | 26,4 | 7,0 | 19,2 | 9,0 |

Fonte: SILVA, Sandro Pereira; GOES, Fernanda Lira; ALVAREZ, Albino Rodrigues (coordenação). **Situação social das catadoras e dos catadores de material reciclável e reutilizável - Brasil**. Brasília: Ipea, 2013a. p. 44-45.

TABELA 2 – Quadro-síntese da situação social das catadoras e dos catadores de material reciclável e reutilizável – Região Sul

| Categorias | Indicadores | Brasil | Paraná | Santa Catarina | Rio Grande do Sul |
|-----------------------------|--|---------------|---------------|-----------------------|--------------------------|
| Demografia | Total de catadores | 387.910 | 23.984 | 11.417 | 23.527 |
| | Média de idade dos catadores | 39,4 | -x- | -x- | -x- |
| | Mulheres (%) | 31,1 | 35,8 | 33,3 | 32,6 |
| | Negros (pretos e pardos) (%) | 66,1 | 50,1 | 34,5 | 36,4 |
| | Catadores residentes em áreas urbanas (%) | 93,3 | 94,5 | 89,9 | 94,3 |
| | Total de residentes em domicílio com pelo menos um catador | 1.426.584 | 80.821 | 37.382 | 78.583 |
| | Razão de dependência de crianças em domicílios com pelo menos um catador | 50,0 | 50,8 | 50,3 | 57,9 |
| Trabalho e renda | Formalização da força de trabalho (CTPs e RJU) (%) | 38,6 | -x- | -x- | -x- |
| | Rendimento médio do trabalho dos catadores (R\$) | 571,56 | 580,12 | 701,02 | 563,47 |
| | Desigualdade de renda entre os catadores (índice de Gini) | 0,42 | 0,40 | 0,41 | 0,43 |
| | Residentes em domicílios com pelo menos um catador extremamente pobre (menos de R\$ R\$ 70 per capita %) | 4,5 | 3,7 | 2,5 | 5,3 |
| Previdência | Catadores com contribuição previdenciária (dados PNAD 2012) (%) | 15,4 | 44,7 | 53,4 | 45,8 |
| | Cobertura da população idosa em domicílios com pelo menos um catador | 57,8 | 60,0 | 64,8 | 54,1 |
| Educação | Taxa de analfabetismo entre os catadores | 20,5 | 17,8 | 15,5 | 13,1 |
| | Catadores com 25 anos ou mais com pelo menos ensino fundamental completo (%) | 24,6 | 20,1 | 19,5 | 21,6 |
| | Catadores com 25 anos ou mais com pelo menos ensino médio completo (%) | 11,4 | 8,8 | 7,5 | 7,2 |
| Acessos a serviços públicos | Domicílios com pelo menos um catador com esgotamento sanitário adequado (%) | 49,8 | 41,7 | 31,5 | 44,7 |
| | Crianças (0 a 3 anos) que frequentam creche residentes em domicílios com pelo menos um catador (%) | 22,7 | 21,9 | 24,8 | 15,5 |
| | Domicílios com pelo menos um catador com acesso à energia elétrica (%) | 99,0 | 98,6 | 99,1 | 98,3 |
| Inclusão digital | Domicílios com pelo menos um catador com computador (%) | 17,7 | 20,5 | 25,6 | 17,2 |

Fonte: Adaptado de SILVA, Sandro Pereira; GOES, Fernanda Lira; ALVAREZ, Albino Rodrigues (coordenação). **Situação social das catadoras e dos catadores de material reciclável e reutilizável - Região Sul**. Brasília: Ipea, 2013b.

Nota: não foi possível apresentar os indicadores “Média de idade dos catadores” e “Formalização da força de trabalho (CTPs e RJU) (%)” a partir dos dados disponíveis.

Silva, Goes e Alvarez (2013a) explicam que a distribuição territorial das catadoras e catadores segue a própria distribuição populacional brasileira, sendo que as microrregiões com maior número desses trabalhadores são as mais urbanizadas do país e que compõem ou circundam regiões metropolitanas, sobretudo nas regiões Sudeste, Nordeste e Sul. Conforme indicam os pesquisadores, “[...] a atividade de coleta e reciclagem de resíduos sólidos depende do descarte de material reutilizável e reciclável, por isso os catadores tendem a residir, majoritariamente, em grandes centros urbanos. Os dados do censo demográfico comprovam este fato.” (SILVA; GOES; ALVAREZ, 2013a, p. 46).

A atividade de coleta de material reciclável é de natureza essencialmente urbana. Afinal, em todo o país, o percentual de catadores que residem em áreas urbanas corresponde a 93,3%, um número maior que a distribuição espacial da população brasileira que apresenta uma taxa de urbanização em torno de 86,0%. (SILVA; GOES; ALVAREZ, 2013a).

A região Sul, por sua vez, concentra 58.928 pessoas desse universo, o que representa 15,19% do total de catadores no Brasil. O menor contingente da região está em Santa Catarina que possui 11.417 pessoas trabalhando na reciclagem. No Rio Grande do Sul estão 23.527 e no Paraná 23.984, sendo que esses dois Estados reúnem mais de 80,0% desses trabalhadores. (SILVA; GOES; ALVAREZ, 2013b).

Entre as pessoas que declararam exercer a atividade de coleta e reciclagem no Brasil a média de idade é de 39,4 anos, sendo que essa média varia pouco entre as regiões e quase a metade desses trabalhadores em todo o país situa-se entre 30 e 49 anos. Na região Sul a idade média desse público é um pouco menor, 38,9 anos. Do total, 2,1% ainda não atingiram a idade adulta e 25,5% encontram-se entre 18 e 29 anos. Esta faixa etária é utilizada como referência para políticas de juventude, bem como de 15 a 17 anos. Já a população de catadores acima de 70 anos está próxima de 6,5%, idade considerada prioritária para as políticas de assistência e Previdência Social. No Paraná, o percentual de catadores por faixa etária é de: 6,5% de 0 a 17 anos; 22,2% de 18 a 29 anos; 45,2% de 30 a 49 anos; 17,2% de 50 a 60 anos; e, 9,05% para maiores de 60 anos. (SILVA; GOES; ALVAREZ, 2013a; 2013b).

Os homens representam 68,9% do total de pessoas que exercem a atividade de coleta e reciclagem de resíduos sólidos no país, sendo que as mulheres correspondem a 31,1%. Segundo os pesquisadores, por muitas mulheres manterem a identidade de domésticas ou trabalhadoras do lar como trabalho principal, elas não se identificam com a atividade de catadoras. Para elas o cuidado do lar e da família é a atividade principal e a coleta de resíduos é considerada uma atividade meramente complementar⁴³. Na região Sul, o percentual de catadoras é de 34,1%. As mulheres se destacam mais no Paraná que a média nacional, onde representam 35,8%. No entanto, o sexo masculino é predominante entre as pessoas que exercem a atividade, sendo 64,2% de homens. (SILVA; GOES; ALVAREZ, 2013a; 2013b).

Quanto à questão racial, os dados indicam que 66,1% do total, ou seja, duas em cada três pessoas que trabalham com a coleta e reciclagem de resíduos sólidos no Brasil se identificam como negras e negros. Esse percentual, segundo dados do Censo Demográfico 2010, é superior ao de negras e negros (pretas/os e pardas/os) na população brasileira total, que é de 52%. Na região Sul esse percentual é menor, chegando a 41,6%, sendo que o Paraná é o Estado com maior representatividade de negras e de negros entre os catadores da região,

⁴³ “Essa mesma dificuldade é encontrada em estudos sobre outras categorias, por exemplo, das agricultoras familiares. Embora muitas delas realizem todo o trabalho característico de uma agricultora na propriedade familiar, grande parte delas se declara apenas como ‘dona de casa’ ou algo do tipo, sem se reconhecerem profissionalmente enquanto agricultoras, o que subestima o percentual de mulheres no total de trabalhadores dessa categoria profissional.” (SILVA; GOES; ALVAREZ, 2013a, p. 48).

50,1%. Brancos e outros correspondem a 49,9%. (SILVA; GOES; ALVAREZ, 2013a; 2013b).

O Censo 2010 indica um total de 1.426.584 pessoas residindo em domicílios que contam com a presença de pelo menos uma pessoa que declarou exercer essa atividade. Isso significa que existem quase quatro residentes (3,7) para cada uma que declarou trabalhar com a coleta de material reciclável no Brasil, um número que expressa o grande contingente que, de alguma forma, direta ou indiretamente, depende da renda gerada por essa atividade. Essa relação pouco varia entre as regiões, sendo que na região Sul o total de pessoas em domicílios com pelo menos um catador de material reciclável chega a 196.787, o que representa 14,0% do total nacional. O Paraná é o estado que concentra o maior número 80.821 pessoas vivem nesses domicílios. (SILVA; GOES; ALVAREZ, 2013a; 2013b).

A quantidade de crianças (0 a 15 anos) que residem nos domicílios que possuem ao menos um catador é uma informação demográfica relevante e, no Brasil, o valor da razão de dependência⁴⁴ (quantidade de crianças e adolescentes de 0 a 15 anos) nos domicílios com catadores é de 50,0%. Esse valor é superior, inclusive, à razão de dependência de todos os domicílios brasileiros, que é de 39,0%, o que demonstra a existência de uma quantidade maior de crianças em relação aos adultos nesses domicílios do que na média nacional incluindo todos os domicílios. A razão de dependência nos domicílios com catadores na região Sul é superior à média brasileira, atingindo 53,5%. No Paraná a razão de dependência de crianças em domicílios com pelo menos um catador é 50,85%. (SILVA; GOES; ALVAREZ, 2013a; 2013b).

Os pesquisadores destacam que quase dois em cada três catadores trabalham na informalidade no Brasil, basicamente em função da natureza autônoma que caracteriza a profissão. Do total de catadores declarados no Censo de 2010, apenas 38,6% apresentam alguma relação contratual de trabalho, seja por meio da Carteira de Trabalho por Tempo de Serviço, seja pelo Regime Único do Funcionalismo Público. A região Norte, com 29,0%, apresenta o menor percentual de formalização do trabalho dos catadores de material reciclável. Já na região Sudeste, mesmo possuindo o maior percentual de formalização entre esses trabalhadores, esse valor não chega à metade de seus trabalhadores, 45,2%. Na região Sul esse número é de 32,2%. (SILVA; GOES; ALVAREZ, 2013a; 2013b).

⁴⁴ Razão entre o segmento etário da população definido como economicamente dependente e o segmento etário potencialmente produtivo. Nesse sentido, é um indicador do contingente que é suportado pelo segmento potencialmente produtivo.

De acordo com os dados do Censo Demográfico do IBGE, a renda média⁴⁵ em 2010, segundo os próprios trabalhadores, era de R\$ 571,56. A renda de todo o universo de catadoras e catadores no país superava o valor do salário mínimo da época que era de R\$ 510,00. O maior valor médio do trabalho das pessoas envolvidas na atividade de coleta e reciclagem em 2010 foi de R\$ 629,89, encontrado na região Sudeste. Apenas a Nordeste apresentou uma renda média do trabalho abaixo do valor do salário mínimo de 2010, totalizando R\$ 459,34. Já a média da renda do trabalho das pessoas envolvidas na atividade de coleta e reciclagem em 2010 foi de R\$ 596,90, na região Sul, sendo que, no Paraná, a média foi de R\$ 580,12. (SILVA; GOES; ALVAREZ, 2013a; 2013b).

Entre os catadores da região Sul a desigualdade medida pelo índice de Gini é de 0,42, assim como o índice dos trabalhadores envolvidos com a coleta e reciclagem de resíduos sólidos para o Brasil é de 0,42. O índice de Gini varia entre 0 e 1 e quanto mais perto de 1 maior a desigualdade, e quanto mais perto de 0 menor. No Paraná o valor é de 0,40. No Censo Demográfico, considerando todas as famílias brasileiras, estimou-se que em 2010 o percentual de extrema pobreza era de 9,4%. A situação de extrema pobreza verifica-se no domicílio em que a soma da renda de seus integrantes, dividida pela quantidade de pessoas que residem no domicílio e dependam dessa renda, não ultrapasse a marca de R\$ 70,00. (SILVA; GOES; ALVAREZ, 2013a; 2013b).

No recorte para os domicílios que possuem pelo menos um catador esse percentual para o Brasil é bem menor, na ordem de 4,5%. No entanto, esse valor varia entre as regiões e os estados. A região Sudeste apresenta o menor percentual 2,2%, quase metade da média nacional, sendo que a região Nordeste apresentou o maior percentual, 8,4%, bem acima da média nacional. A região Sul apresenta o percentual de 4,1%. E no Paraná o percentual de residentes extremamente pobres em domicílios com pelo menos um catador (menos de R\$ 70,00 per capita) é de 3,7%. (SILVA; GOES; ALVAREZ, 2013a; 2013b).

Segundo os pesquisadores do Ipea, a cobertura previdenciária que é diretamente relacionada à questão do trabalho e ao combate à pobreza, é outra temática relevante para a análise da realidade social dos catadores. “Os indicadores de Previdência apresentam o grau de proteção social em vigor na sociedade, garantindo aos trabalhadores o direito a uma série

⁴⁵ “Outras desigualdades dignas de nota em termos de renda do trabalho dos catadores são diagnosticadas quando se verificam as médias por gênero e raça. Ao se considerar somente a renda média dos homens que atuam como catador, essa chega a R\$ 611,10, enquanto que entre as mulheres catadoras a média é de R\$ 460,54, ou seja, 32% menor que a média de rendimento masculino. Em termos raciais, os catadores de cor branca recebem em média R\$ 642,98, que representa 22% a mais que a média dos catadores negros (pretos e pardos), que é de R\$ 525,22.” (SILVA; GOES; ALVAREZ, 2013a, p. 54).

de benefícios, tais como aposentadoria por tempo de serviço, salário-maternidade, seguro por acidente, entre outros.” (SILVA; GOES; ALVAREZ, 2013a, p. 57).

No Brasil, grande parte da população não está coberta pelo sistema previdenciário e no universo dos catadores de material reciclável não é diferente. Nos indicadores de contribuição previdenciária no universo dos catadores de material reciclável, 57,9% das pessoas que declararam exercer essa profissão afirmaram que contribuem para a previdência. Lembrando que não se tem como saber se essa contribuição é de fato regular⁴⁶. De acordo com os pesquisadores, os dados da PNAD 2012 apontam que a média nacional de contribuição entre os catadores foi de 15,4%, sendo a região Sul com o maior percentual, 25,9%. No Paraná esse valor é de 44,7%, demonstrando que uma parcela significativa da nossa força de trabalho está fora da cobertura previdenciária. O menor percentual foi encontrado nas regiões Norte, 7,5%, e Nordeste, 6,2%. (SILVA; GOES; ALVAREZ, 2013a; 2013b).

Quanto à cobertura da população idosa (60 anos ou mais) em relação aos benefícios previdenciários e assistenciais, em 2010, os dados do censo apontaram que o percentual de cobertura foi de 74,9%, considerando toda a população idosa do país. No entanto, ao considerar exclusivamente a população idosa que reside em domicílios onde existe pelo menos uma pessoa que trabalha como catador, o percentual geral verificado é bem menor, 57,8%. A região Sul possui o segundo maior percentual de cobertura de idosos em domicílios com pelo menos um catador, 59,1%. O Estado do Paraná apresenta 60% da população idosa coberta nesses domicílios. (SILVA; GOES; ALVAREZ, 2013a; 2013b).

A baixa renda do trabalho, que acaba por comprometer a capacidade contributiva dessas pessoas, bem como a falta de conhecimento sobre os benefícios da Previdência Social, são alguns dos fatores que explicam o baixo índice de contribuição entre os catadores. (SILVA; GOES; ALVAREZ, 2013a).

Em relação à educação, o Brasil apresenta taxas preocupantes de analfabetismo, que atinge 9,4% da população de acordo com o Censo 2010. “O analfabetismo é considerado um grave problema social, uma vez que a pessoa analfabeta sofre grande limitação de oportunidades profissionais e de inclusão social, com forte impacto negativo na sua qualidade de vida e de sua família.” (SILVA; GOES; ALVAREZ, 2013a, p. 59).

⁴⁶ “Embora seja difícil de se chegar a um valor exato da contribuição previdenciária desses trabalhadores, mesmo porque se trata de pesquisas declaratórias, algumas previsões do Ministério da Previdência Social (MPS), e também o conhecimento geral sobre a dinâmica socioeconômica do setor, levam a crer que o percentual mais realista é esse encontrado nas últimas pesquisas da PNAD”. (SILVA; GOES; ALVAREZ, 2013a, p. 59).

Considerando apenas os catadores, o percentual foi mais que o dobro nacional e atingiu o índice de 20,5%. A região Nordeste apresentou a situação mais preocupante, com 34% desses trabalhadores se declarando analfabetos. A região Sudeste possui a menor taxa de analfabetismo, 13,4%. Na região Sul está a segunda menor taxa de analfabetismo entre as catadoras e os catadores, atingindo 15,5%, mas ainda assim muito superior que a taxa de analfabetismo de sua região que é de 5,0%. O Paraná apresenta uma taxa de 17,8%, a maior da região Sul. (SILVA; GOES; ALVAREZ, 2013a; 2013b).

Quando a questão é ensino fundamental entre os catadores de material reciclável, com 25 anos ou mais, apenas 24,6% completaram. Enquanto que, considerando a população brasileira no geral, 50,3% possui o ensino fundamental completo. Os números referentes à região Sul indicam que, entre a população como um todo com 25 anos ou mais, 52,13% completou o ensino fundamental. E entre os trabalhadores da reciclagem o percentual para essa mesma faixa etária é de apenas 20,6% na região Sul, sendo que nenhum dos Estados da região Sul possui um percentual acima da média nacional. No Paraná esse índice é 20,1%. (SILVA; GOES; ALVAREZ, 2013a; 2013b).

Já quando a questão é ensino médio entre os catadores de material reciclável com 25 anos ou mais, apenas 11,4% completaram. Enquanto que, considerando a população brasileira no geral, 35,9% possui o ensino médio completo. Os números referentes à região Sul indicam que, entre a população como um todo com 25 anos ou mais, 35,96% completou o ensino médio. E entre os trabalhadores da reciclagem o percentual para essa mesma faixa etária é bem menor, apenas 7,9% na região Sul, sendo que, no Paraná, esse índice é 8,8%. “Somando-se os demais indicadores, pode-se perceber que a situação educacional das catadoras e dos catadores no Brasil e, particularmente, na região Sul, é extremamente preocupante e requer cuidados especiais por parte dos agentes públicos.” (SILVA; GOES; ALVAREZ, 2013b, p. 22).

Quando se fala em acesso a serviços públicos domiciliares, os pesquisadores colocam o percentual de acesso ao esgotamento sanitário⁴⁷ como um importante indicador da qualidade da infraestrutura domiciliar disponível às famílias. No Brasil, segundo dados do Censo 2010, o esgotamento sanitário considerado adequado está presente em 66,7% das residências. Porém, quando a referência são os domicílios com pelo menos um catador, esse percentual diminui para 49,8%. Isso indica uma situação de precariedade na infraestrutura

⁴⁷ “Considera-se como esgotamento adequado, para área urbana, os domicílios servidos por rede coletora ou fossa séptica ligada à rede coletora; e para a área rural, os servidos por rede coletora, fossa séptica ligada à rede coletora ou fossa séptica não ligada à rede coletora.” (SILVA; GOES; ALVAREZ, 2013a, p. 61).

domiciliar mais grave nas famílias de catadores que a média geral dos domicílios brasileiros. (SILVA; GOES; ALVAREZ, 2013a; 2013b).

Vale ressaltar que esse indicador apresenta uma grande variação regional, sendo que o maior percentual de domicílios com catadores que possuem acesso a esgotamento sanitário foi apresentado pela região sudeste, 75,4%. Já as demais regiões apresentaram valores abaixo de 50% e a pior situação foi a da região Norte, com apenas 12,3% desses domicílios dispostos desse serviço de forma adequada. (SILVA; GOES; ALVAREZ, 2013a; 2013b).

Na região Sul ocorre uma situação curiosa. O total de domicílios com esgotamento sanitário adequado é de 70,9%, situação mais favorável que a do país. Entretanto, quando se considerado os domicílios com catadores esse percentual cai para 40,9%. Isso significa que, se por um lado, do total de domicílios da região a média daqueles com esgotamento sanitário adequado seja superior à nacional, por outro lado, entre os domicílios com catadores ocorre o contrário. O Estado do Paraná apresentou 41,7% das residências desses trabalhadores com esgotamento sanitário adequado. (SILVA; GOES; ALVAREZ, 2013a; 2013b).

Outra variável importante para se avaliar a infraestrutura domiciliar dos catadores no país é o acesso à energia elétrica residencial. Os pesquisadores destacam que esse é um dos índices mais satisfatórios dos serviços públicos e pode ser reconhecido como um serviço universalizado no Brasil. O índice nacional é 98,6% do total de domicílios cobertos. Para os domicílios com pelo menos um catador esse índice é de 99,0% para o Brasil e para o Sul é de 98,5%. O Estado do Paraná apresenta um índice de 98,6%. (SILVA; GOES; ALVAREZ, 2013a; 2013b).

Foi avaliado, também, o acesso que as crianças (0 a 3 anos), em domicílios com catadores, têm aos serviços de creche no país. Segundo os pesquisadores, no Brasil, o percentual geral de crianças nessa faixa etária que possuem acesso à creche é de 23,6%. Quando consideradas apenas as crianças residentes em domicílios com pelo menos um catador, o valor é bem próximo, 22,7%. A região Sudeste apresentou o maior percentual, 27,9%, sendo que todas as demais regiões apresentaram valores abaixo da média nacional para esse indicador. Quanto à região Sul, o percentual para a população total foi de 26,9%, superando à média nacional. Porém, o percentual de crianças que possuem acesso à creche no grupo dos catadores é de 19,8%, um índice inferior à média nacional para esse público específico. O Paraná apresentou um índice de 21,9%. (SILVA; GOES; ALVAREZ, 2013a; 2013b).

Conforme explicam os pesquisadores, a presença de computador no domicílio é tida como um indicador de inclusão digital das famílias. No Brasil, segundo dados do Censo de

2010, 39,3% dos domicílios possuíam computador, no ano de 2000 esse número era três vezes menor. Quando considerados apenas aqueles domicílios com pelo menos um catador, esse percentual diminuiu para 17,7%. O número de domicílios com computador na região Sul é de 49,0%, superior à média nacional. Já nas residências com catadores esse número cai drasticamente para 20,1%. Nesse quesito o Estado do Paraná apresentou um índice de 20,5%. (SILVA; GOES; ALVAREZ, 2013a; 2013b).

Ao analisarem a realidade socioeconômica enfrentada pelos catadores de material reciclável no Brasil, os pesquisadores destacaram o ambiente de múltiplas precariedades enfrentadas por esses trabalhadores e suas famílias. Além disso, os catadores constituem uma categoria que, além de ser fortemente heterogênea em termos de inserção no mundo do trabalho, correspondem ao elo mais vulnerável na cadeia de valor da reciclagem. (SILVA; GOES; ALVAREZ, 2013a; 2013b).

1.2.2 A luta por reconhecimento social

A **participação** dos indivíduos e grupos sociais organizados é o caminho para uma sociedade democrática. O processo de mudança e transformação na sociedade começa com a participação no plano local, micro. Neste lugar é que se concentram as energias e forças sociais da comunidade e onde, a partir da solidariedade e coesão social, é possível gerar forças emancipatórias para mudanças e transformação social. (GOHN, 2004).

Para Gohn (2003), lutas e movimentos sociais são duas categorias de análise que, na abordagem marxista, estão articulados ao conceito de participação. “A análise dos movimentos sociais, sob o prisma do marxismo, refere-se a processos de lutas sociais voltadas para a transformação das condições existentes na realidade social, de carências econômicas e/ou opressão sociopolítica e cultural.” (GOHN, 2003, p. 25). Para a autora trata-se do estudo do processo de luta histórica das classes e camadas sociais em situação de subordinação.

As catadoras e os catadores de material reciclável no Brasil em sua trajetória de mobilização coletiva lograram em construir um movimento social de relevância. Na experiência histórica é preciso destacar o grau de organização social dessa categoria de trabalhadoras e trabalhadores.

Como indica Silva (2017), o lançamento do Fórum Nacional Lixo e Cidadania, em 1998, coordenado pelo Fundo das Nações Unidas para a Infância-Unicef foi uma das ações que auxiliaram na dimensão nacional dessa organização. “Entre os desafios propostos pelo

fórum, o principal deles seria a erradicação do trabalho infantil com o lixo em todo o país, com o lançamento da campanha Criança no Lixo Nunca Mais.” (SILVA, 2017, p. 18).

Outro fato histórico que merece destaque é a realização, em 1999, do 1º Encontro Nacional dos Catadores de Papel na cidade de Belo Horizonte, no Estado de Minas Gerais. Nesse evento foi debatida a ideia de criar um movimento nacional de catadores que, somente, em junho de 2001 concretizou-se. Foi, durante o I Congresso Nacional de Catadores de Materiais Recicláveis, realizado em Brasília, no Distrito Federal, que teve origem, oficialmente, o Movimento Nacional dos Catadores de Materiais Recicláveis-MNCR. (SILVA, 2017).

No entanto, o processo que culminou com a criação do MNCR tem início tempos antes.

Desde a década de 1960, diversas experiências – muitas delas apoiadas pelas pastorais da Igreja Católica, organizações não governamentais (ONGs) e universidades – tinham buscado a aproximação com catadores e a população de rua. Com a organização do Movimento Nacional dos Catadores de Materiais Recicláveis (MNCR), a partir de 2001, e a fundação do Movimento Nacional da População de Rua (MNPR), em 2004, a organização política desses atores sociais se ampliou exponencialmente e contribuiu para colocar no mapa das políticas públicas os temas cotidianos e a visão sobre o Brasil desses movimentos sociais. (SANT’ANA; MAETELLO, 2016, p. 21).

Do congresso que aconteceu nos dias 4, 5 e 6 de junho de 2001, bem como da 1ª Marcha Nacional da População De Rua, realizada no dia 7 de junho do mesmo ano, resultou o documento chamado de Carta de Brasília⁴⁸. Esta carta que tinha por objetivo expressar as necessidades do povo que sobrevive da coleta de materiais recicláveis. Alguns trechos merecem destaque, por ilustrarem a luta política bem como a força desse movimento social:

Conscientes da nossa cidadania e da importância do trabalho que desenvolvemos e das tecnologias por nós elaboradas, já qualificadas em mais de cinco décadas de atuação cotidiana, tomamos a iniciativa de apresentar ao Congresso Nacional um ante-projeto [*sic*] de lei que regulamenta a profissão catador de materiais recicláveis e determina que o processo de industrialização (reciclagem) seja desenvolvido, em todo o país, prioritariamente, por empresas sociais de catadores de materiais recicláveis. [...] Frente à significativa representação destes eventos, não temos mais dúvidas quanto à força e importância de nosso movimento e acreditamos que a transformação da realidade atual, será progressiva e crescente. Acreditamos que a partir deste momento o Estado e a sociedade brasileira não terão condições de negar o valor do nosso trabalho. Lutaremos para alcançar maior autonomia e condições adequadas para exercer nossa profissão, comprometendo Estado e sociedade na construção de parcerias com nossas associações e/ou cooperativas de trabalho. Trabalharemos cotidianamente pela erradicação do trabalho infantil e do trabalho nos lixões, colocando nossa força e nossas tecnologias à serviço da preservação ambiental e da construção de uma sociedade mais justa. (CARTA DE BRASÍLIA, 2001).

⁴⁸ A íntegra da Carta de Brasília está disponível em: <http://www.mnrc.org.br/sobre-o-mnrc/principios-e-objetivos/carta-de-brasil>. Acesso em: 24 set. 2019.

O MNCR é reconhecido como a principal organização nacional de defesa dos interesses das catadoras e catadores de materiais recicláveis que e se consolidou como um ator-chave na discussão sobre reciclagem e meio ambiente no Brasil. O movimento objetiva, a partir da organização social e produtiva das catadoras e catadores de materiais recicláveis – estejam em lixões a céu aberto, nas ruas ou em processo de organização –, contribuir para a construção de sociedades justas e sustentáveis.

Para Sant’ana e Maetello (2016), o MNCR é o resultado do processo crescente de formação de organizações populares para dar voz aos mais excluídos, nesse caso os mais excluídos entre os excluídos.

[...] até o surgimento do movimento, a representação simbólica e efetiva de suas demandas era realizada por organizações de apoio que, por meio de seu engajamento, buscavam ‘abrir os olhos’ das instituições públicas para um tema de maior relevância social. A partir da criação do MNCR, essa representação se tornou mais intensa na medida em que a organização do movimento possibilitou a expressão das demandas dos catadores pelos próprios catadores. O que significa que, além das instituições de apoio – que continuaram a ocupar um papel importante na mobilização e no suporte às causas relativas ao catador –, eles passaram a contar com uma organização nascida no seio da atividade de catação e que era organizada, gerida, planejada e formulada pelos próprios catadores. (SANT’ANA; MAETELLO, 2016, p. 23).

É possível afirmarmos que na experiência histórica, esse maior grau de organização e articulação social, possibilitou às catadoras e aos catadores, enquanto categoria social, maior respaldo nas negociações quanto às questões inerentes a sua cidadania e atividade profissional. Por sua vez, nos últimos anos e dada à força da pressão popular e de organizações sociais preocupadas com o meio ambiente e a saúde humana, o Estado brasileiro, em suas distintas esferas administrativas, tem instituído uma série de atos normativos na forma de leis, regulamentos, decretos, portarias e normas sobre a gestão dos resíduos sólidos (SILVA, 2017). No QUADRO 3 estão destacados alguns atos publicados pelo Governo Federal:

QUADRO 3 – Conjunto de ações desenvolvidas para os catadores

| Tipo | Objetivo | Resultados |
|--|---|--|
| Portaria n.º 397/2002 do Ministério do Trabalho ¹ | Inserção da atividade “catador de material reciclável” na Classificação Brasileira de Ocupações (CBO) n.º 5.192, do Ministério do Trabalho, em 2002. | Reconhecimento profissional da categoria. |
| Decreto de 11 de setembro de 2003 ² | Institui o Comitê Interministerial para a Inclusão Socioeconômica dos Catadores (Ciisc). Visa atuar junto aos órgãos de Estado para ações de combate à fome, inclusão social, erradicação dos lixões e articulação de políticas voltadas para os catadores. | Criação de políticas públicas para os catadores. |
| Decreto n.º 5.940/2006 ³ | Destina o material reciclável dos órgãos públicos para os catadores. | Aumento da quantidade de material destinado aos empreendimentos de economia solidária. |
| Lei n.º 11.445/2007 ⁴ | Institui a PNSB. | Permite a celebração de contrato de prestação dos serviços com dispensa de licitação. |
| Lei n.º 12.305/2010 ⁵ | Institui a PNRS. | Determina o fim dos lixões e a inclusão dos catadores na coleta seletiva. |
| Decreto n.º 7.405/2010 ⁶ | Institui o Programa Pró-Catador, com investimentos para a organização e estruturação de empreendimentos coletivos de catadores. | Efetivação de políticas públicas para o setor. |

Fonte: SILVA, Sandro Pereira. A Organização Coletiva de Catadores de Material Reciclável no Brasil: dilemas e potencialidades sob a ótica da economia solidária. **Texto para Discussão**, 2017, p. 20.

Notas: ¹ Disponível em: <<http://www.mtecbo.gov.br/cbsite/pages/legislacao.jsf>>. Acesso em: 24 set. 2019.

² Disponível em: <https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/DNN/2003/Dnn9975.htm>. Acesso em: 24 set. 2019.

³ Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2004-2006/2006/Decreto/D5940.htm>. Acesso em: 24 set. 2019.

⁴ Disponível em: <https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2007/lei/111445.htm>. Acesso em: 24 set. 2019.

⁵ Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2010/lei/112305.htm>. Acesso em: 24 set. 2019.

⁶ Disponível em: <https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2010/decreto/d7405.htm>. Acesso em: 24 set. 2019.

Sant’ana e Maetello (2016) afirmam que essas ações contribuíram para que a pauta das catadoras e catadores avançasse desde a invisibilidade até o seu reconhecimento como agentes da prestação de um serviço público.

A ocupação das catadoras e catadores foi reconhecida na Classificação Brasileira de Ocupações-CBO pela Portaria n.º 397, de 9 de outubro de 2002, do Ministério do Trabalho, sob o Código n.º 5.192-05. Segundo ela, os catadores de materiais recicláveis são aqueles trabalhadores que catam, selecionam e vendem materiais recicláveis como papel, papelão e vidro, bem como materiais ferrosos e não ferrosos e outros materiais reaproveitáveis. Para Sant’ana e Maetello (2016), trata-se da primeira conquista dessa classe de trabalhadores, afinal representou o reconhecimento formal da profissão. Trata-se do primeiro avanço necessário.

No ano de 2003, foi criado o Comitê Interministerial de Inclusão dos Catadores de Lixo, que tinha por objetivo pensar o apoio a ser dado aos empreendimentos de catadores de materiais recicláveis. (SANT’ANA; MAETELLO, 2016).

Já no ano de 2006, foi assinado o Decreto no 5.940, que instituiu a obrigatoriedade da coleta seletiva solidária, com catadores, em órgãos públicos federais. “Além da conquista

do decreto em si, o momento de sua assinatura foi marcado por muita comoção, uma vez que centenas de catadores e catadoras foram convidadas a ocupar um grande salão do Palácio do Planalto pela primeira vez.” (SANT’ANA; MAETELLO, 2016, p. 29).

Em 2007, foi aprovada a Lei Federal n.º 11.445, que alterou a Lei de Licitação n.º 8.666/1993, permitindo a contratação de cooperativas ou associações de catadores formadas por pessoas físicas de baixa renda para a realização da coleta seletiva. Outra conquista importante ocorreu em 2010, quando foi instituída a Política Nacional de Resíduos Sólidos-PNRS, Lei n.º 12.305⁴⁹, incentivando a participação de organizações de catadores nos serviços de coleta seletiva dos municípios, que deixa de ser uma escolha e passa a ser uma diretriz nacional. Assim, quando a PNRS institui a necessidade do envolvimento dos catadores e suas organizações cooperativas nos programas de coleta seletiva, esses trabalhadores passam a ter uma nova perspectiva de atuação em seus municípios.

O período entre 2001 e 2010 assistiu ao entrelaçamento de acontecimentos que interligaram as reivindicações do movimento social pela inclusão social dos catadores, representado pelo MNCR – em parceria com o Fórum Nacional Lixo e Cidadania –, cujo processo desembocou na publicação da PNRS. Este marco legal entretence significativas conquistas do movimento social dos catadores, pois a lei termina por constituir um conduto de conquistas trabalhistas do catador de material reciclável. Ainda mais, a PNRS vem se afirmando como ponto catalisador entre a indústria da reciclagem e a inclusão socioeconômica das cooperativas. Nesta condição, a lei e os respectivos instrumentos de aplicação imprimem possibilidades inovadoras de abertura de acesso à inclusão produtiva da categoria ocupacional de catador e diminuição das condições extremas de vulnerabilidade social a que está submetida. (STROH, 2016, p. 250).

Sobretudo no campo da coleta seletiva, a PNRS impulsionou a criação de leis específicas e programas de apoio à atividade das catadoras e catadores, tanto nas esferas de Governos Estaduais quanto Municipais.

De acordo com Sant’ana e Maetello (2016), a organização das cooperativas e associações e a destinação de infraestrutura para que esses empreendimentos tenham condições de prestar os serviços a que se propõem são, basicamente, os dois eixos de apoio da

⁴⁹ “Esta lei cria conceitos, estabelece responsabilidades, metas e prazos. Esses parâmetros vêm modificando o cenário de resíduos sólidos no país, ainda que de maneira lenta e gradual. Os principais elementos inaugurados pela nova legislação foram a obrigatoriedade de entes públicos elaborarem planos de resíduos sólidos, fecharem lixões e implementarem a coleta seletiva; o conceito de gestão compartilhada pelo ciclo de vida dos produtos; e o estabelecimento da logística reversa. Além disso, a PNRS incorporou a inclusão de catadores de materiais recicláveis como sua parte fundamental. A palavra ‘catadores’ é citada doze vezes no texto da lei e está presente em seus instrumentos, princípios e objetivos, obrigações dos estados, municípios e União. A regulamentação da PNRS se deu pelo Decreto no 7.405/2010, que destaca que os municípios devem priorizar a participação de cooperativas e associações de catadores de materiais recicláveis na coleta seletiva. Se, na Lei de Saneamento Básico, esta possibilidade foi aberta, com a PNRS, a contratação de catadores deveria ser priorizada. Vale ressaltar que neste decreto existe um capítulo específico que trata apenas da questão da participação de catadores de materiais recicláveis.” (SANT’ANA; MAETELLO, 2016, p. 29).

política do Governo Federal aos catadores de materiais recicláveis. Os autores ressaltam que os programas de apoio sempre foram pensados e desenvolvidos em diálogos permanentes com o MNCR. Por exemplo, no Programa Cataforte nas fases 1, 2 e 3, foram mais de R\$ 500 milhões em investimentos, promovendo a qualificação dos catadores e de suas cooperativas. Sant’ana e Maetello (2016, p. 42) defendem que “[...] organização dos catadores tirou o tema da invisibilidade, e essa força permitiu que a reciclagem no Brasil fosse encarada de outra maneira, reforçando a vertente social do desenvolvimento sustentável.”

Merece destaque, também, o Programa Pró-Catador, instituído por meio do Decreto n.º 7.405, de 23 de dezembro de 2010. Esse programa tem por finalidade integrar e articular as ações do Governo Federal voltadas ao apoio e ao fomento à organização produtiva dos catadores de materiais reutilizáveis e recicláveis, à melhoria das condições de trabalho, à ampliação das oportunidades de inclusão social e econômica e à expansão da coleta seletiva de resíduos sólidos, da reutilização e da reciclagem por meio da atuação desse segmento.

Silva (2017) destaca os avanços em termos de organização coletiva do trabalho das catadoras e catadores de material reciclável em empreendimentos econômicos. Desde seu início, segundo o autor, o MNCR se aproximou movimento de economia solidária, ainda em fase inicial no Brasil, e que defendia as diretrizes do trabalho associado e da autogestão. Por sua vez, merecem destaque o conjunto de entidades da sociedade civil e também de órgãos governamentais – movimentos sociais e sindicais, poder público, organizações não governamentais, igrejas, entre outros – que atuavam diretamente com os grupos de catadoras e catadores de material reciclável no assessoramento de sua organização socioprodutiva, nas mais diversas demandas organizacionais apresentadas.

Acreditamos que a reflexão sobre o processo de organização coletiva das catadoras e catadores de material reciclável é necessária e, nesse caso, as considerações de Mello (2011) são um bom ponto de partida. Afinal, de acordo com a autora, o trabalho associado, a cooperativa e a economia solidária se apresentam como a resposta possível face às “[...] situações de vida tão traumáticas que dificilmente poderiam ser esperadas, quanto mais aceitas, numa sociedade democrática e civilizada.” (MELLO, 2011, p. 7).

Para pensar os trabalhadores em suas novas dimensões de pobreza e alienação precisamos reconhecer que o desemprego aumenta e que ele é estrutural e permanente; que o trabalho precário é tão desejável como o trabalho formal e legalizado; que algumas características associadas ao trabalho anterior ao capitalismo são encontradas nas periferias urbanas, como o trabalho domiciliar, e fórmulas antigas dos setores populares de ajuda e apoio mútuos reaparecem. Não é apenas uma questão de trabalho e renda, são identidades novas que vão se constituindo para organizar e apresentar à sociedade a face inédita das populações duramente atingidas pelas ordenações do capital que, como restos inúteis, as deixam de fora. A resistência dos trabalhadores a esse papel que lhes vem sendo imposto

tem o caráter da procura de repostas aos novos desafios da sobrevivência. (MELLO, 2011, p. 8).

Ainda, segundo a autora, a organização coletiva e o trabalho associado têm apontado perspectivas diferentes nas relações de trabalho das catadoras e catadores de material reciclável. Muda-se a perspectiva do trabalho subordinado para o trabalho autônomo, do isolamento e da competição para a cooperação. (MELLO, 2011).

Considerando o movimento histórico dessa categoria, na medida em que se organizam, as catadoras e catadores, de acordo com Mello (2011, p. 8), “[...] aparecem como sujeitos políticos, como atores sociais que exigem a definição de uma nova cidadania, que representam coletivos importantes dentre os movimentos sociais reconhecidos. Desenham, no mundo do trabalho, um processo de emancipação”.

Essa organização coletiva⁵⁰ possibilita aos catadores “[...] estabelecer relações de mercado diferenciadas, além de poderem inclusive avançar em alguns elos no âmbito da cadeia produtiva, com a agregação de valor ao material reciclável por meio de algum processo de beneficiamento.” (SILVA; GOES; ALVAREZ, 2013a, p. 19). Além disso, essa organização contribui para uma maior capacidade de mobilização na busca de parcerias e políticas governamentais para sua maior valorização enquanto sujeitos detentores de direitos. Estando organizados e articulados, os catadores têm melhores condições para negociarem com o poder público e com outros setores da sociedade.

A formação de centenas de associações e cooperativas compostas por catadores e catadoras de material reciclável em todos os Estados do Brasil, em termos de organização econômica, é o fato de maior relevância. Os catadores, sobretudo quando atuam individualmente, constituem o elo economicamente mais frágil na cadeia de valor da reciclagem. Esses empreendimentos coletivos surgem no intuito de fortalecer os catadores na geração de renda em sua atividade. “Isso porque, no caso do trabalho individual, o que se observa é a concentração das funções na figura do próprio catador, que é responsável pela coleta, separação, armazenamento e comercialização.” (SILVA; GOES; ALVAREZ, 2013a, p. 20). Assim, a organização coletiva dos catadores torna-os menos vulneráveis aos atravessadores – intermediários comerciais – que determinam o preço do material coletado e as condições da negociação.

⁵⁰ “Recentemente, a temática da organização coletiva de catadores tem sido objeto de pesquisas em diferentes áreas do conhecimento, abordando suas mais diversas dimensões de análise. Alguns eventos foram realizados para apresentação e debate de pesquisas exclusivamente sobre esse tema, tais como o I Encontro de Formadores e Apoiadores de Empreendimentos de Catadores (2007), o I Congresso Nacional sobre Economia Solidária, Resíduos e Reciclagem (2009) e o Encontro Nacional de Conhecimento e Tecnologia: inclusão socioeconômica de catadores de material reciclável (2014).” (SILVA, 2017, p. 30).

Ao trabalharem em conjunto, os catadores conseguem ter maior poder de barganha com relação à comercialização de seu material coletado, uma vez que passam a negociar maiores quantidades de diferentes materiais. Além disso, o trabalho coletivo em cooperativas permite viabilizar o investimento em infraestrutura (como a construção de galpões) e maquinários (prensas, veículos) para melhorar as condições de trabalho, o que, individualmente, não seria possível. (SILVA; GOES; ALVAREZ, 2013a, p. 22).

Conforme explicam Zanin e Gutierrez (2011), a cadeia produtiva da reciclagem de resíduos urbanos, no âmbito econômico, é uma estrutura piramidal. Em sua base estão os catadores informais e os empreendimentos de coletivos (associações ou cooperativas) e, em seguida, encontram-se os intermediários (sucateiros, empresas recuperadoras ou beneficiadoras). No topo, onde ocorre o maior valor agregado, encontram-se as empresas de reciclagem propriamente ditas (reprocessamento e transformação). “Os catadores e catadoras, os maiores responsáveis pela inserção dos materiais recicláveis na cadeia produtiva da reciclagem, são ainda o elo mais frágil e penalizado dessa cadeia.” (ZANIN; GUTIERREZ, 2011, p 12).

Os principais atores envolvidos na cadeia geral de valor são, segundo Silva (2017, p. 13):

[...] *i*) os catadores e suas organizações de apoio; *ii*) a indústria (privada e pública) de coleta de deposição de resíduos; *iii*) os comerciantes intermediários do material coletado; *iv*) a indústria recicladora e transformadora; e *v*) o Estado, com a regulação e as políticas públicas que afetam tanto o setor produtivo quanto os catadores.

Fé e Faria (2011) afirmam que o trabalho social dos catadores consiste num elo importante da cadeia de produção industrial, afinal possibilita o reaproveitamento de matérias-primas a baixo custo. Além disso, apresenta uma dimensão ambiental importante – ainda que longe de haver uma mudança de hábito sustentável no conjunto da população – na medida em que reduz a pressão sobre os aterros sanitários e lixões.

Nos limites dessa cadeia, os catadores estão situados na ponta extrema, geralmente marcada pela exploração do trabalho precário, subordinado, além de isolados e inferiorizados frente aos atravessadores que realizam a intermediação comercial e controlam a logística para armazenagem e transporte do material até as indústrias de processamento e transformação. O destino final dos resíduos é a sua transformação em novas embalagens ou produtos. Essas unidades industriais, no entanto, podem optar entre o material reciclado ou a matéria-prima virgem, podendo optar pelo menor preço. (FÉ; FARIA, 2011, p. 21-22).

A atividade de catação que constitui a base da cadeia, segundo os autores, acontece de forma precária, sendo realizada por uma população extremamente pobre. Trata-se de pessoas inseridas em processos informais de trabalho, sem o mesmo acesso aos mecanismos do direito e da proteção social que tem o trabalhador assalariado. (FÉ; FARIA, 2011).

Esse elo frágil da cadeia da reciclagem, no qual consiste o trabalho do catador, está inserido na dinâmica da economia globalizada⁵¹ deixando-os “[...] vulneráveis às variações no preço do material no mercado mundial e dependentes dos atravessadores para o escoamento da produção.” (FÉ; FARIA, 2011, p. 22).

O Movimento Nacional dos Catadores de Materiais Recicláveis define a cadeia produtiva de reciclagem como uma cadeia produtiva injusta. Trata-se, nas palavras do próprio Movimento, de uma:

[...] cadeia produtiva suja – um sistema de produção que é sustentado pelo trabalho precarizado de catadores que exercem a atividade sem qualquer vínculo empregatício. Eles vendem materiais recicláveis para ferros-velhos pequenos e médios, e até para redes de comércio de sucata. Além do trabalho em condições precárias, há casos de trabalhos análogos à escravidão, servidão por dívida, aluguel de carroças e trabalho infantil. São situações que violam os direitos humanos dos catadores, um dilema moral do setor de reciclagem que, no Brasil, apesar de ser considerado um dos maiores do mundo, ainda é mantido pela exploração destes trabalhadores. A indústria da reciclagem no Brasil é abastecida por bolsões de miséria espalhados por todo o país. (MOVIMENTO NACIONAL DOS CATADORES DE MATERIAIS RECICLÁVEIS, 2009, p. 55).

Como alternativa o Movimento defende a organização autônoma dos catadores de cooperativas e associações, possibilitando, assim, a especialização desses trabalhadores bem como a regularidade da atividade de catação. As organizações de catadores, como os demais setores produtivos que abastecem a indústria brasileira, “[...] precisam de infraestrutura para tornar o trabalho regular e de qualidade, assim como para aumentar a capacidade de processamento de resíduos, agregando novos catadores e formalizando novos postos de trabalho no país.” (MOVIMENTO NACIONAL DOS CATADORES DE MATERIAIS RECICLÁVEIS, 2009, p. 56).

As cooperativas e associações de catadores, além da capacidade, por meio da geração de trabalho e renda, de inclusão social de pessoas excluídas do mercado de trabalho, ainda ajudam no enfrentamento da problemática da geração de resíduos nas grandes cidades, contribuindo para com a preservação do meio ambiente.

As cooperativas e associações de catadores de materiais recicláveis prestam um serviço público à sociedade. Elas estão constituídas legalmente enquanto organizações civis sem fins lucrativos; portanto, seu fim último não é o lucro, como é o caso das empresas de comercialização de materiais. Estas organizações trabalham com a finalidade da prestação de serviços à sociedade e ao meio ambiente. A coleta porta a porta, a interação com a comunidade e a capacitação constante de seus cooperados e associados são formas de garantir novo sentido à

⁵¹ “As *commodities* de materiais recicláveis (aparas de papel, sucata de ferro e plásticos) são classificadas como mercadorias primárias, ou matérias primas, que têm seu preço cotado e negociado de forma global. Isto significa que os materiais coletados pelos catadores têm preços, são negociados em vários países e estão sujeitos às variações que as indústrias praticam ao redor do mundo, cotadas em dólar.” (MOVIMENTO NACIONAL DOS CATADORES DE MATERIAIS RECICLÁVEIS, 2009, p. 21).

atividade de catação e à função do catador como trabalhador e agente ambiental. (MOVIMENTO NACIONAL DOS CATADORES DE MATERIAIS RECICLÁVEIS, 2009, p. 58).

Vale destacar que, para a categoria das catadoras e catadores, o trabalho em empreendimentos coletivos é um fenômeno relativamente recente e que contribui para o rompimento com a forma individualizada de trabalho nas ruas e em depósitos de lixo. No entanto, o percentual de trabalhadores ligados a cooperativas e associações nesse setor está em torno de apenas 10%, o que significa que há ainda um número muito superior de trabalhadores solitários no setor da reciclagem. Os pesquisadores do Ipea elencam alguns motivos que podem ser creditados a essa baixa adesão ao trabalho coletivo:

i) muitos catadores preferem atuar sozinhos, em nome de uma suposta autonomia na gestão de seu tempo e do resultado de seu trabalho; ii) há uma desinformação muito grande quanto às exigências para constituição de cooperativas e associações; iii) o processo de criação desses empreendimentos exige conhecimento técnico especializado, tanto na sua constituição quanto na sua gestão, o que requer dos catadores o estabelecimento de parcerias que lhes garantam o assessoramento técnico necessário; iv) muitos catadores enxergam as cooperativas como um agente externo, não têm a consciência que elas são formadas e geridas por eles próprios, que são os verdadeiros donos do empreendimento. (SILVA; GOES; ALVAREZ, 2013a, p. 20).

Os pontos elencados sugerem que a organização de empreendimentos coletivos apresenta inúmeros desafios, sendo que a construção coletiva exige um longo processo de aprendizagem e prática da cooperação. Para os autores, um dos grandes desafios para o desenvolvimento do cooperativismo entre os catadores de material reciclável é que “seus integrantes são, de maneira geral, pessoas inseridas em jornadas informais de trabalho, com baixa escolaridade, e convivem em um ambiente de múltiplas precariedades.” (SILVA; GOES; ALVAREZ, 2013a, p. 21).

Além disso, com a necessidade de suprir as carências individuais e familiares, os catadores buscam soluções imediatas. Tal condição social implica a emergência da obtenção de renda para as famílias envolvidas e falta o tempo necessário para a consolidação de um empreendimento cooperativo. Por isso, a importância do apoio técnico e financeiro de entidades de fomento ou do poder público durante a formação do empreendimento. (SILVA; GOES; ALVAREZ, 2013a).

De acordo com Silva (2017), elaborar um diagnóstico mais detalhado dos empreendimentos que compõem o universo do associativismo/cooperativismo no setor da reciclagem continua difícil. Isso porque não existem estatísticas precisas no Brasil que possam aprofundar questões como a quantidade, a realidade socioeconômica e o nível de organização

dos empreendimentos. Os levantamentos que existem, ainda que muito importantes, se limitam a fins ou a contextos regionais específicos e não possibilitam ultrapassar seus resultados dada heterogeneidade desse universo no país.

No entanto, buscando ilustrar de forma geral o panorama sobre os empreendimentos coletivos de catadoras e catadores, utilizaremos como referência o texto de discussão *A organização coletiva de catadores de material reciclável no Brasil: dilemas e potencialidades sob a ótica da economia solidária*, elaborado por Silva (2017). A descrição se dará, fundamentalmente, com informações apresentadas pelo autor com base no levantamento nacional dos Empreendimentos de Economia Solidária-EES, que tinha por objetivo verificar informações sobre as distintas dimensões de seu funcionamento. Essas informações constam no Sistema de Informações de Economia Solidária-Sies⁵².

Entre 2010 e 2013, foi realizada a segunda edição da pesquisa de campo e envolveu, segundo Silva (2017, p. 34), “[...] não apenas cooperativas e associações já regularizadas, mas também grupos informais que apresentavam uma série de condições que lhes permitiam ser identificados como empreendimentos de economia solidária”.

A partir das entrevistas realizadas com representantes de 19.708 EES nas mais diversas atividades econômicas, foi possível identificar que 591 deles possuem como atividade principal a reciclagem de resíduos sólidos. Esse número de 591 empreendimentos é utilizado como referência por Silva (2017), conforme consta na *TABELA 3: EES que têm como atividade principal a reciclagem de resíduos sólidos - Divisão Regional*, que elaboramos.

TABELA 3 – EES que têm como atividade principal a reciclagem de resíduos sólidos - Divisão Regional

| Regiões | Nº de Empreendimentos | % |
|--------------|-----------------------|------------|
| Sudeste | 324 | 54,82 |
| Sul | 154 | 26,06 |
| Nordeste | 54 | 9,14 |
| Centro-Oeste | 31 | 5,25 |
| Norte | 28 | 4,74 |
| Total | 591 | 100 |

Fonte: Adaptado de SILVA, Sandro Pereira. *A Organização Coletiva de Catadores de Material Reciclável no Brasil: dilemas e potencialidades sob a ótica da economia solidária. Texto para Discussão*, 2017.

⁵² Em publicação anterior, Silva, Goes e Alvarez (2013a, p. 27-28) afirmaram: “Como o Sies não constitui um censo, não se pode considerar essas proporções como a distribuição relativa real no país, mesmo porque alguns estados tiveram sérios problemas para executar a pesquisa, comprometendo, assim, sua capacidade de mapear outros empreendimentos existentes”. Para fins dessa análise, acessamos o Atlas Digital da Economia Solidária (<http://sies.ecosol.org.br/atlas>), que reúne dados do segundo mapeamento nacional de Empreendimentos Econômicos Solidários-EES, realizado pela Secretaria Nacional de Economia Solidária-Senaes e finalizado em 2013. No entanto, os filtros dos dados disponíveis não possibilitam uma análise específica sobre o setor da reciclagem. Até o momento, não recebemos retorno dos canais de informação contatados para obter esses dados.

Conforme análise de Silva (2017), embora se tenham registros de início desses empreendimentos desde 1981, os dados apontam que a constituição da maior parte deles é recente. Sendo que mais da metade, 56,5%, teve origem a partir de 2005. Como pode ser visto na *TABELA 3*, em termos de divisão regional, a distribuição dos EES apresenta a região Sudeste com o maior número, 324 ou 54,8% do total, seguida da região Sul, com 154 EES ou 26,1% do total. Se consideradas as duas regiões juntas, podemos afirmar que mais de 80% dos EES estão ali localizados, sendo que o 20% restante se distribui da seguinte forma: 54 ou 9,14% na região Nordeste, 31 ou 5,25% na região Centro-Oeste e 28 ou 4,74% na região Norte.

A partir de informações gerais quanto à forma de organização, distribuição e tipos de atividades e de gestão desenvolvidas, foi possível visualizar a dimensão administrativa desses empreendimentos. “A maior parte dos grupos encontra-se ainda na informalidade (40,3%), seguida pela forma de associação (31,3%) e de cooperativa (28,3%). Apenas um EES mapeado está organizado sob a forma de sociedade mercantil.” (SILVA, 2017, p. 34).

Segundo as análises do autor, 15.732 pessoas estão envolvidas nesses EES de reciclagem, sendo que a presença de mulheres corresponde a 59,9% nesses empreendimentos. Esse número contrasta com o 31,1% de mulheres que declararam exercer a catação de materiais recicláveis como atividade principal, no Censo Populacional, conforme apontado na *TABELA 1 – Quadro-síntese da situação social das catadoras e dos catadores de material reciclável e reutilizável no Brasil*. Diante disso, entendemos ser importante a reflexão sobre os fatores envolvidos na maior participação das mulheres nos empreendimentos coletivos nesse setor⁵³.

⁵³ Nesse sentido e sem a pretensão de esgotar o assunto, apresentamos as considerações de Wirth (2011, p. 130-131): “Ao ampliarmos o olhar da divisão sexual do trabalho para as responsabilidades reprodutivas, foi possível constatar uma diferença significativa entre os sentidos do trabalho associado para os homens e para as mulheres. Para as mulheres entrevistadas, o trabalho associado representa uma ocupação de grande duração e com remuneração significativa em suas trajetórias ocupacionais. Além disso, devido à situação de vulnerabilidade social em que se encontram esses trabalhadores, a possibilidade de conjugar a atividade produtiva com as inúmeras responsabilidades reprodutivas que possuem é uma característica marcante em quase todos os depoimentos. As mulheres ausentam-se periodicamente para acompanhar o tratamento médico de filhos e para amparar conflitos familiares, entre outros motivos. Para algumas, a cooperativa é o único espaço possível que compreende e tolera a necessidade de ausência para atender os diversos problemas enfrentados no plano familiar. As experiências dos homens entrevistados estão marcadas por uma maior heterogeneidade e estes não mencionam esse tipo de questão em seu depoimento. [...] A ausência das mulheres é compreendida, mas não é amparada financeiramente pela cooperativa. Elas podem faltar, mas receberão menos ou terão que repor a produção. Nesse caso, flexibilidade é menos sinônimo de mobilidade e liberdade, mas mais de precariedade, instabilidade e articulação entre o enfrentamento dos problemas familiares e a possibilidade de alguma sustentação financeira. [...] Dessa forma, a predominância da mão de obra feminina nesse segmento, a divisão sexual do trabalho interna às cooperativas e a possibilidade de conjugação das atividades produtivas e reprodutivas por parte das mulheres são três dimensões de gênero que se revelaram entrelaçadas e configuram uma condição de exploração específica dessa mulher trabalhadora”.

Silva (2017) também apresenta os números de trabalhadores⁵⁴ envolvidos nesses empreendimentos: 59,8% deles possuem até 20 trabalhadores envolvidos; 31,0% entre 21 e 50; 6,0% entre 51 e 100; e apenas 3,2% têm mais de 100 trabalhadores. A média corresponde a aproximadamente 30 trabalhadores por empreendimento. Na *TABELA 4 - Número de EES por faixa de quadro social e por tipo de organização* é possível perceber que os grupos informais tendem a possuir um menor número de trabalhadores, enquanto, proporcionalmente, as cooperativas apresentam quadro social mais elevado.

TABELA 4 – Número de EES por faixa de quadro social e por tipo de organização

| Tipo de organização | Até 20 trabalhadores | Entre 21 e 50 trabalhadores | Entre 51 e 100 trabalhadores | Mais de 100 trabalhadores | Total ¹ |
|---------------------|----------------------|-----------------------------|------------------------------|---------------------------|--------------------|
| Associação | 101 | 60 | 12 | 11 | 184 |
| Cooperativa | 44 | 96 | 19 | 7 | 166 |
| Grupo informal | 150 | 82 | 4 | 1 | 237 |
| Sociedade mercantil | 0 | 1 | 0 | 0 | 1 |
| Total de EES | 295 | 239 | 35 | 19 | 588 |

Fonte: Adaptado de SILVA, Sandro Pereira. *A Organização Coletiva de Catadores de Material Reciclável no Brasil: dilemas e potencialidades sob a ótica da economia solidária. Texto para Discussão*, 2017. p. 35.

Nota: ¹Três EES não responderam quanto ao número de sócios.

Nos EES, a assembleia-geral ou a reunião coletiva foram os instrumentos mais comuns citados pelos representantes em termos de participação nas decisões internas. Dos representantes entrevistados, 61,6% responderam que, no ano anterior, existiu uma participação massiva dos trabalhadores nessas atividades. Já outros 34,0% afirmaram que mais da metade compareceu. Quanto à periodicidade, ao menos uma assembleia ou reunião coletiva mensal foi realizada em 61,4% do EES, enquanto que em 1,9% do total não foram realizadas atividades desse tipo no ano anterior à pesquisa. (SILVA, 2017).

A pesquisa abordou a dimensão econômica dos EES, sendo analisadas questões sobre comercialização e captação de recursos, acesso a crédito e investimentos realizados, bem como o nível de renda possibilitado pelo trabalho associado. Dos EES pesquisados, 56,7% enfrentam problemas na comercialização de produtos ou serviços. As principais dificuldades apontadas foram: para 15,1% os preços praticados são inadequados, para 12,7% o fato de os compradores só adquirirem grandes quantidades de material, e para 11,8% a ação dos atravessadores. A falta de capital de giro, o excesso de burocratização para a formalização

⁵⁴ Apesar de existirem diferenças substanciais entre ser sócio, associado e cooperado de um empreendimento coletivo, essa questão não foi abordada por Silva (2017). O autor utilizou as palavras sócio e associado indistintamente. Nesse sentido, utilizamos “trabalhadores” como referência às pessoas que fazem parte do empreendimento coletivo dos catadores.

das cooperativas, a insuficiência e rotatividade de trabalhadores também foram algumas dificuldades apontadas. (SILVA, 2017).

De acordo com Silva (2017), a atividade profissional desempenhada nos EES de reciclagem é apontada como a principal fonte de renda dos trabalhadores em 84,1% deles. Para os demais, a atividade consiste em um complemento de renda somado com outros valores recebidos em outras atividades econômicas ou de recursos oriundos de programas sociais e/ou previdenciários. “Esses dados apontam para a importância desses empreendimentos na geração de trabalho e renda para um contingente considerável de pessoas que, por diferentes motivos, escolhem essa atividade para sobreviver.” (SILVA, 2017, p. 35).

Em 33,9% dos EES foi identificado que os investimentos iniciais para a constituição, principalmente no caso de empreendimentos informais e pouco estruturados, vêm de recursos próprios dos sócios. Fundos públicos não reembolsáveis, doação de pessoas físicas ou empresas, doação de organismos internacionais ou ONGs foram outras fontes apontadas nos outros casos pelos EES, e apenas 2,7%, a menor parte, via empréstimos ou financiamentos bancários. Essa informação demonstra, segundo Silva (2017, p.36), “[...] a dificuldade que esses EES possuem para obter crédito para suas atividades, muito em função da informalidade e da incapacidade de apresentarem garantias econômicas para linhas de financiamento bancário tradicionais.”

Essa seria a razão, conforme escreve Silva (2017), para que 82,0% dos EES não buscassem crédito para suas atividades nos doze meses anteriores à pesquisa. Dos demais, 10,2% buscaram, porém não tiveram êxito e apenas 7,8% foram contemplados com algum tipo de crédito ou financiamento. No entanto, 53,3% dos EES de reciclagem, ou seja, mais da metade afirmaram necessitar de crédito, especialmente para investimentos diversos nos empreendimentos.

Logo, nos doze meses anteriores à pesquisa, dada à dificuldade de conseguir linhas de crédito, 50,6% – pouco mais da metade dos EES – conseguiram realizar algum tipo de investimento. Dos investimentos realizados, as principais destinações de acordo com as informações são: 46,3% na aquisição ou renovação de equipamentos; 30,3% em melhorias de infraestrutura física; 12,8% na capacitação de mão de obra; e, 4,8% em comunicação/divulgação. (SILVA, 2017).

Na *TABELA 5* constam os principais motivos apresentados pelos representantes daqueles EES que não buscaram crédito ou financiamento. A *TABELA 6*, por sua vez, reúne as principais dificuldades enfrentadas pelos EES que buscaram crédito.

TABELA 5 – Motivo pelo qual não buscou crédito ou financiamento

| Motivos | Respostas ¹ | |
|---|------------------------|---------------|
| | Quantidade | % |
| Não houve necessidade | 279 | 40,2 |
| Não houve acordo sobre necessidade e oportunidade | 35 | 5,0 |
| Aconselhamento de assessoria para não buscar | 17 | 2,4 |
| Empreendimento ainda está inadimplente (endividado) | 13 | 1,8 |
| Experiência fracassada de outro empreendimento | 9 | 1,3 |
| Investimentos foram feitos com recursos próprios | 91 | 13,1 |
| Obteve recursos de outras fontes não reembolsáveis | 97 | 13,9 |
| Medo/receio de contrair dívidas | 121 | 17,4 |
| Outro motivo | 32 | 4,6 |
| Total | 694 | 100,00 |

Fonte: SILVA, Sandro Pereira. A Organização Coletiva de Catadores de Material Reciclável no Brasil: dilemas e potencialidades sob a ótica da economia solidária. **Texto para Discussão**, 2017. p. 36.

Nota: ¹Resposta múltipla, com 485 respondentes.

TABELA 6 – Dificuldades para obtenção de crédito ou financiamento

| Dificuldades | Respostas ¹ | |
|---------------------------------------|------------------------|--------------|
| | Quantidade | % |
| Não possui documentação exigida | 82 | 15,9 |
| Taxa de juros elevada ou incompatível | 88 | 17,1 |
| Prazo de carência inadequado | 37 | 7,2 |
| Falta aval ou garantia | 71 | 13,8 |
| Falta apoio para elaborar projetos | 50 | 9,7 |
| Burocracia | 105 | 20,3 |
| Falta linha de crédito | 66 | 12,8 |
| Outra | 17 | 3,3 |
| Total | 516 | 100,0 |

Fonte: SILVA, Sandro Pereira. A Organização Coletiva de Catadores de Material Reciclável no Brasil: dilemas e potencialidades sob a ótica da economia solidária. **Texto para Discussão**, 2017. p. 37

Nota: ¹Resposta múltipla, com 210 respondentes.

Importante destacar que, em termos de assessoria, assistência ou capacitação, 79,9% dos EES afirmaram ter recebido algum apoio ao longo dos doze meses anteriores. Entre as entidades de apoio apontadas, as principais foram: prefeituras – governo municipal; Organizações Não Governamentais, ONGs e Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público, Oscips; organizações do chamado Sistema S – Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas, Sebrae, Serviço Nacional de Aprendizagem do Cooperativismo, Sescop e Serviço Nacional de Aprendizagem Rural, Senar; e universidades – com destaque para a atuação das Incubadoras Tecnológicas de Cooperativas Populares, ITCPs (SILVA, 2017). A *TABELA 7* e a *TABELA 8* detalham essas informações.

TABELA 7 – Tipo de apoio recebido pelo empreendimento

| Tipo de apoio | Respostas ¹ | |
|---|------------------------|--------------|
| | Quantidade | % |
| Assistência técnica e/ou gerencial | 241 | 13,1 |
| Qualificação profissional, técnica e gerencial | 270 | 14,7 |
| Formação sociopolítica (autogestão, cooperativismo, economia solidária) | 319 | 17,4 |
| Assistência jurídica | 170 | 9,2 |
| Assessoria em marketing e na comercialização de produtos e serviços | 123 | 6,7 |
| Diagnóstico, planejamento e análise de viabilidade econômica | 194 | 10,6 |
| Assessoria na constituição, na formalização ou no registro | 235 | 12,8 |
| Elaboração de projetos | 201 | 10,9 |
| Incubação para a formalização | 85 | 4,6 |
| Total | 1838 | 100,0 |

Fonte: SILVA, Sandro Pereira. A Organização Coletiva de Catadores de Material Reciclável no Brasil: dilemas e potencialidades sob a ótica da economia solidária. **Texto para Discussão**, 2017. p. 37

Nota: ¹Resposta múltipla, com 472 respondentes.

TABELA 8 – Entidade que forneceu apoio

| Entidade | Respostas ¹ | |
|--|------------------------|--------------|
| | Quantidade | % |
| ONGs e Oscips | 174 | 13,0 |
| Igrejas e pastorais | 51 | 3,8 |
| Associações e conselhos comunitários | 19 | 1,4 |
| Prefeitura | 322 | 24,0 |
| Governo estadual | 26 | 1,9 |
| Governo federal | 42 | 3,1 |
| Universidades (incubadoras) | 169 | 12,6 |
| Sistema S (Sebrae, SESCOOP etc.) | 195 | 14,5 |
| Cooperativas de técnicos | 5 | 0,4 |
| Movimento sindical (central, sindicato, federação) | 35 | 2,6 |
| Outro empreendimento ou entidade de representação | 118 | 8,8 |
| Fornecedor ou comprador (parceria) | 47 | 3,5 |
| Outra | 138 | 10,3 |
| Total | 1341 | 100,0 |

Fonte: SILVA, Sandro Pereira. A Organização Coletiva de Catadores de Material Reciclável no Brasil: dilemas e potencialidades sob a ótica da economia solidária. **Texto para Discussão**, 2017. p. 38.

Silva (2017) destaca, ainda, os dados apresentados pelo Sies referentes à dimensão sociopolítica dos empreendimentos, contemplando aspectos de suas articulações econômicas e políticas, tanto no plano local, como no nacional. Quanto à articulação econômica, 80,5% dos EES alegaram não participar de nenhuma rede de empreendimentos, sejam redes de produção, comercialização, consumo ou crédito. Já dos 18,5% que responderam participar de alguma rede de empreendimentos, as mais citadas foram redes de comercialização.

Sobre a articulação política, 54,7% responderam que não participaram de nenhum fórum ou rede de articulação ou representação. Para Silva (2017, p. 37), isso “[...] demonstra uma fragilidade relacional e representativa dos empreendimentos no território nacional, em que pese o avanço em termos de representação política desse segmento no país, sobretudo via MNCR”.

Diante das informações, é possível afirmar que tanto a profissão de catador em termos de organização do trabalho, como os empreendimentos econômicos coletivos de catadores são marcados pela heterogeneidade. Nesse sentido, seja para a definição de políticas e programas governamentais que valorizem a atividade dos catadores como incentivem sua organização coletiva, torna-se importante compreender essa heterogeneidade.

O que se tem é um longo horizonte de lutas e trabalho frente a uma série de carências que caracterizam a grande maioria dos empreendimentos coletivos de catadores de material reciclável. Somente com essa compreensão será possível fornecer-lhes as capacidades infraestruturais e institucionais para o desenvolvimento de seus projetos e sua cidadania. Afinal, o trabalho associativo representa “[...] uma possibilidade real de organização produtiva, geração de renda e inclusão social de milhares de famílias envolvidas nesse tipo de trabalho.” (SILVA; GOES; ALVAREZ, 2013a, p. 29).

A formação de empreendimentos coletivos geridos pelos próprios catadores significou avanços em termos de organização econômica e, mais ainda, contribuiu para o fortalecimento da identidade coletiva dos catadores de material reciclável perante às diferentes esferas de governo e à sociedade em geral. (SILVA; GOES; ALVAREZ, 2013a).

Quando refletimos, tendo por referência Luiz (2013), sobre essa experiência e seu movimento histórico, podemos afirmar que, nesse processo – diante da miséria compartilhada e da necessidade de enfrentar a situação de exclusão social –, a participação das catadoras e catadores e sua articulação em um movimento social promoveram rupturas moleculares de emancipação social.

Luiz (2013, p. 121) define **rupturas moleculares** como:

[...] aquelas ações concretas que não necessariamente rompem com o contexto ou estrutura mais ampla, mas fazem parte de processos orgânicos de grupos, facções, movimentos. Não têm magnitude em termos de abrangência total dos processos sociais, mas têm expressão social. Constitui-se como ruptura molecular na instância do grupo, é molecular porque expressa uma luta que se insere no tecido social, sem perder de vista a totalidade da qual é fonte.

A partir dessa definição, a autora sistematiza o conceito de **emancipação social** enquanto:

[...] processo molecular de elevação da consciência crítica e do protagonismo social autônomo das classes subalternas. A elevação de uma situação de subalternidade e de protagonismo social – que desencadeia ações políticas de caráter crítico-democrático no espaço público – é o indicador de análise do desenvolvimento do processo de emancipação social vivido pelo grupo ou classe, sem perder de vista a proposição teleológica de um novo projeto ético-político de sociedade. (LUIZ, 2013, p. 121).

No entanto, é importante salientarmos que o setor da reciclagem apresenta um campo de análises bastante particular e desafiador, especialmente, como afirma Silva (2017, p. 23), “[...] em termos de mobilização coletiva dos atores para a geração de renda, dadas as características econômicas intrínsecas à atividade e também a realidade social que define a identidade na maioria das vezes marginalizada de sua força de trabalho.”

Isso reforça a necessidade de apreendermos as experiências de organização coletiva nas dimensões mais próximas daqueles que buscam os processos de emancipação social. Afinal, as rupturas moleculares “são as mediações possíveis de se concretizar transposições e passagens que buscam a elevação de subalternidade às de protagonismo social.” (LUIZ, 2013, p. 114).

A consciência crítica⁵⁵, que pressupomos ter sido desenvolvida no processo em que consolidou o Movimento Nacional dos Catadores de Materiais Recicláveis-MCNR, também merece atenção quando analisamos experiências coletivas em dimensões mais próximas, como a de sujeitos membros de cooperativas e associação.

A consciência, como afirma Tragtenberg⁵⁶ (2011a, p. 25), “[...] se desenvolve nesse processo de luta. Ela não é formada a priori. Você não tem um pessoal que lê determinados autores e que chega à mão de obra para dizer o que ele deve fazer. [...] E a forma de consciência vem da forma da existência.”

Nesse sentido, devemos entender que o mundo real⁵⁷, como nos ensina Kosik (2002, p. 23), “[...] é um mundo em que as coisas, as relações e os significados são considerados

⁵⁵ Sobre consciência crítica, Pinto (2014b, p. 114-115) esclarece: “A consciência crítica levará à percepção do grupo como força transformadora social, ou seja, à organização para uma ação tipicamente política. Essa ação em nível político desempenha um importante papel na emergência da consciência, posto que sem a ação política, o processo de conscientização ficará truncado. A consciência social crítica tentará superar a realidade estrutural por meio de uma ação política que é ao mesmo tempo efeito e causa da conscientização.”

⁵⁶ Sobre essa questão ele cita o exemplo da boliviana Domitila Barrios de Chungara, retratado no livro “*Se me deixam falar...*” de Moema Viezzer (2003). “Vocês conhecem o livro *Se me deixam falar...* [1981]? Esse livro traz a autobiografia de uma pessoa que formou sua consciência através da existência. E, veja bem, nem foi ela que escreveu. Quer dizer, ela não tem nem a escolaridade, o que acho até bom, pois tá menos deformada. E você vê atrás daquela autobiografia política uma consciência social e política que advém da luta do dia a dia.” (TRAGTENBERG, 2011a, p. 25, grifo do autor).

⁵⁷ O acesso ao mundo real se dá com a destruição da pseudoconcreticidade que o oculta. A pseudoconcreticidade é definida por Kosik (2002, p. 24) como: “[...] a existência autônoma dos produtos do homem e a redução do

como *produtos* do homem social, e o próprio homem se revela como sujeito real do mundo social”. Precisamos entender, também, que “[...] a realidade pode ser mudada de modo *revolucionário* só porque e só na medida em que nós mesmos produzimos a realidade, e na medida em que sabemos que a realidade é produzida por nós.” (KOSIK, 2002, p. 22-23, grifo do autor).

As palavras de Kosik (2002), ao mesmo tempo em que suscitam a reflexão sobre o que abordamos em todo este capítulo, anunciam deliberadamente a categoria *práxis*⁵⁸ que será objeto de sistematização do próximo capítulo, também como categoria teórica constitutiva deste estudo.

homem ao nível da *praxis* utilitária. A destruição da pseudoconcreticidade é o processo de criação da realidade concreta e a visão da realidade, da sua concreticidade.”

⁵⁸ Na obra de Kosik (2002) é utilizada a grafia *praxis*, enquanto que na de Vázquez (2011) aparece o termo *práxis*.

CAPÍTULO 2 – A FILOSOFIA DA PRÁXIS: A RELAÇÃO TRABALHO-EDUCAÇÃO

São os indivíduos humanos que fazem sua vida (social), sua história e a história em geral. Mas eles não fazem a história dentro das condições que eles mesmos escolheram, determinadas por decretos de suas vontades. [...] Em sua ação, ao modificar a natureza do mundo que o cerca, o indivíduo sofre a influência de condições que não criou em absoluto: a própria natureza que encontrou ao seu redor, sua própria natureza individual, os outros seres humanos que o cercam, as modalidades já constituídas da atividade humana (tradições, utensílios, divisão e organização do trabalho etc.). Por meio de sua própria atividade, os indivíduos humanos entram assim em relacionamentos determinados, que são os *relacionamentos sociais*. Os seres humanos não se podem separar desses relacionamentos: sua própria existência depende deles, assim como a natureza de suas atividades, de seus limites e de suas possibilidades. Isso quer dizer que não é sua consciência que cria esses relacionamentos, mas que ela é, ao contrário, encadeada a eles e, portanto, por eles determinada (ainda que ela intervenha de forma real e possa, algumas vezes, libertar-se de algum relacionamento, isso não lhe servira senão para lançar-se no imaginário e no abstrato). Assim, os relacionamentos que o ser humano necessariamente trava, porque não se pode isolar, constituem o *ser social* de cada indivíduo; é o ser social que determina a consciência, e não a consciência que determina o social. [...] Através do *trabalho*, pelos instrumentos do trabalho e pela organização do trabalho. É assim e assim somente que os homens *produzem sua vida* [...]. As relações fundamentais de toda a sociedade humana são, portanto, *as relações de produção*. (LEFEBVRE, 2009, p. 65, grifo do autor).

A citação de Lefebvre (2009), na medida em que enfatiza o papel da ação humana no processo de produção da realidade histórico-social, dá continuidade ao que procuramos refletir no capítulo anterior – “Experiência(s) Compartilhada(s)” – sobre a situação social das catadoras e catadores no Brasil. Entendemos que o homem⁵⁹, inserido no mundo social em condições determinadas, é o sujeito da ação histórica. Que em sua experiência, ainda que na condição de subalternidade e opressão, o homem não é vítima passiva diante da realidade social.

Neste capítulo, nosso objetivo é apresentar o mundo social como resultado da ação humana, ou seja, afirmar que a realidade social – nesse caso marcada pela pobreza e pela miséria características do modo capitalista de produção – é produzida pelo próprio homem. Por sua vez, a transformação do mundo social é possível a partir da consciência crítica sobre a

⁵⁹ Pinto (2014b, p. 106) escreve sobre o homem como ser histórico concreto, situado no tempo e no espaço: “[...] uma concepção do homem não como ser definido a priori, mas de um homem situado na própria realidade, em um momento do tempo: o presente, que é a conexão entre um passado e um futuro; essa situação do homem como ser concreto implica que ele seja concebido com ser em transformação, inclusive, em busca de aperfeiçoamento, e não como um ser fixo, acabado. Sua situação concreta no tempo e no espaço não implica a imobilidade; existir no presente pressupõe que o homem é produto de um passado que se projeta até o futuro, ou seja, que é parte integrante e ativa de um processo.”

realidade e, por sua vez, sobre sua situação condicionada historicamente e socialmente. Daí a importância da **práxis**⁶⁰, enquanto categoria filosófica fundamental do marxismo.

Ao tratarmos da categoria filosofia da práxis, pretendemos contemplar as categorias trabalho e educação, orientadoras desta tese, em sua relação dialética. Para isso, vale ressaltar, utilizamos o termo **trabalho-educação** em sua unidade.

O uso do hífen tem o propósito de contemplar a ideia de indissociabilidade e de mútua implicação, assim como fez Machado (2005).

Como toda síntese, é preciso proceder ao agrupamento de fatos particulares, de elementos ou noções considerados mais simples para formar um composto, um todo que os abrange e os resume. Mas Trabalho e Educação não são dois objetos do pensamento que possam ser classificados, a rigor, como elementos ou noções simples. Um já contém o outro antes mesmo de colocados em associação. O Trabalho ao ir ao encontro da Educação já traz Educação dentro dele e vice-versa: a Educação ao ir ao encontro do Trabalho também já leva o Trabalho dentro de si. No entanto, cada um tem funções sociais específicas, que não se confundem, nem se anulam. (MACHADO, 2005, p. 129).

Em seu texto a autora discorre sobre o desafio de trabalhar a síntese trabalho-educação enquanto objeto de investigação. Ciavatta (2019, p. 138), partilhando do mesmo entendimento de Machado (2005), ressalta que “[...] do ponto de vista epistemológico, cabe observar que o termo ‘Trabalho-Educação’ é uma unidade, enquanto ‘Trabalho e Educação’ são dois termos justapostos, mantendo cada um seu significado próprio.”

Nesse sentido, também podemos afirmar que essa é a discussão teórica mais densa que desenvolvemos.

Por último, neste capítulo, passamos a problematização sobre o processo educativo que se desenrola no espaço da produção. Dessa forma, acreditamos ter reunido os elementos teóricos que subsidiarão nossa análise sobre a experiência de organização coletiva da Cooperativa de Catadores dos Agentes Ambientais de Irati-PR.

O capítulo está assim constituído: **(2.1)** a filosofia da práxis e **(2.2)** a pedagogia no espaço da produção.

⁶⁰ “Do papel que se atribui a essa categoria do ponto de vista filosófico e histórico dependerá, certamente, que se conceba o marxismo: *a)* como uma filosofia a mais, isto é, como uma interpretação do mundo entre outras, ou uma filosofia na qual o individualismo foi invertido para pôr de pé o materialismo, ainda que tentando salvar com essa inversão a dialética que se apresentava de forma mistificada; *b)* como uma filosofia da ação transformadora e revolucionária, na qual a atividade prática, real, objetiva do homem como ser concreto e real, isto é, como ser histórico social. [...] No segundo caso, *passa-se* da filosofia com interpretação à filosofia como teoria da transformação do mundo, da práxis, pois – como diz Marx – ‘trata-se é de *transformá-lo*’. Esse segundo ponto de vista é o nosso.” (VÁZQUEZ, 2011, p. 59, grifo do autor).

2.1 A FILOSOFIA DA PRÁXIS

Optamos por utilizar como referência principal para a discussão sobre práxis a concepção do filósofo Adolfo Sánchez Vázquez⁶¹. A noção de práxis, para esse filósofo, “[...] se situa no centro da tripla problemática que, para ele, constitui o marxismo: a transformação de uma realidade considerada injusta, transformação baseada em uma crítica que se apoia no conhecimento científico dessa realidade.” (MARTÍNEZ, 2011, p. 14).

Adolfo Sánchez Vázquez, como acrescenta Martínez (2011, p. 14-15), “[...] nunca dissolveu o componente e o contexto materialistas de toda ação em um simples ativismo desencarnado e espiritualista; da mesma forma sempre situou a práxis humana no marco das plurais determinações nas quais ela se desenvolve [...]”

Em relação à precisão terminológica entre “práxis” e “prática”, Vázquez (2011, p. 30) explica: “A elaboração de um conceito filosófico da atividade prática precisa libertar-se deste significado que quase sempre vem associado na linguagem corrente aos vocábulos ‘prática’ ou ‘prático’”. Segundo o autor, é preciso livrar o conceito de “prática” do significado que corresponde ao de atividade prática humana, usado predominantemente no cotidiano e, no “[...] sentido estritamente utilitário que tem em expressões como estas: ‘homem prático’, ‘resultados práticos’, ‘profissão muito prática’ etc.” (VÁZQUEZ, 2011, p. 30). Ainda que etimologicamente aparentado com o termo “prática”, o autor faz uso do termo “práxis” a fim de evitar as conexões semânticas como as destacadas anteriormente.

Dada sua complexidade, a categoria práxis exige uma densidade teórica em sua discussão que não nos é possível esgotar nesta tese (nem é este nosso objetivo). Sendo assim, na perspectiva em que se inscreve nosso estudo, apresentaremos os pontos que consideramos mais relevantes a fim de contemplar sua compreensão articulada aos demais pressupostos teóricos que nos orientam.

No *QUADRO 4*, apresentamos a síntese da análise histórica, empreendida por Vázquez (2011) sobre a noção de práxis a partir das obras de Karl Marx, descrita por Martínez (2011):

⁶¹ “Para Adolfo, o marxismo não é uma mera teoria nem muito menos uma cosmovisão, mas, sim, uma prática transformadora da realidade guiada por valores que servem como crítica a ela. Sánchez Vázquez se situa no âmbito da interpretação do marxismo denominada filosofia da práxis, que tem o marxismo italiano de princípios do século 20 como seu principal guia, especialmente as obras de Labriola, Mondolfo e Gramsci [...] e que se desdobra por meio dos estudos de vários filósofos iugoslavos reunidos em torno da revista *Práxis* e outros filósofos do Leste com K. Kosik.” (MARTÍNEZ, 2011, p. 14).

QUADRO 4 – Análise histórica de Vázquez sobre a noção de práxis em Marx

| OBRA | CONCEPÇÃO DE PRÁXIS |
|------------------------------|--|
| <i>Teses sobre Feuerbach</i> | Aparece uma teoria da práxis completamente configurada como superação crítica do idealismo especulativo e do materialismo refratário à ideia de ação. A práxis já aparece aí em sua vertente ontológica (antropológica) como constituinte essencial do homem enquanto mediação entre o homem como espécie, como ser genérico, e a natureza enquanto corpo inorgânico do homem; gnoseológica, enquanto critério de verdade; e revolucionária enquanto meio de transformação de circunstâncias. |
| <i>A ideologia alemã</i> | Surge a concepção materialista da história na qual nosso autor [Sánchez Vázquez] encadeia a noção de práxis, em suas diferentes vertentes; com um mecanismo de transformação social: o desenvolvimento das forças produtivas estabelecendo as condições objetivas da ação histórica, cujo lado subjetivo, programático, é desenvolvido no <i>Manifesto</i> . |
| <i>Manifesto</i> | É a partir desse momento que a filosofia marxiana se apresenta como uma filosofia da práxis conscientemente; uma filosofia da práxis que evita ser reduzida, por um lado, a um simples empirismo que cinde de maneira abstrata o sujeito e o objeto, sem cair, no entanto, em um idealismo da práxis que não reconheça a prioridade ontológica e gnoseológica da natureza exterior, nem tampouco em um tosco pragmatismo que reduza a práxis em sua riqueza a uma atividade meramente utilitária em sentido estrito. |

Fonte: O autor adaptado de MARTÍNEZ, José Francisco. A filosofia da práxis de Adolfo Sánchez Vázquez. In: VÁZQUEZ, Adolfo Sánchez. **Filosofia da práxis**. Trad. Maria Encarnación Moya. 2. ed. São Paulo: Expressão Popular, 2011. p. 16.

A partir da leitura do *QUADRO 4*, percebemos que a noção de práxis se constitui numa categoria fundamental e que sofre mudanças nas obras de Marx. Nesse sentido, Vázquez (2011, p. 30) argumenta que a filosofia da práxis⁶² é o próprio marxismo, pois entende que a práxis “[...] ocupa o lugar central da filosofia que se concebe ela mesma não só como interpretação do mundo, mas também como elemento do processo de sua transformação.”

Na concepção de Marx sobre a práxis, a interpretação do mundo transcende os limites da consciência comum para chegar a uma teoria da práxis revolucionária.

O homem comum e corrente é um ser social e histórico; isto é, encontra-se imerso em uma rede de relações sociais⁶³ e enraizado em um determinado terreno histórico. Sua própria cotidianidade está condicionada historicamente e socialmente, e o mesmo se pode dizer da visão que tem da própria atividade prática. Sua consciência nutre-se também de aquisições de toda espécie: ideias, valores, juízos e preconceitos, etc. Não enfrenta nunca um fato puro; está integrado em uma determinada perspectiva ideológica, porque ele – com sua cotidianidade histórica e socialmente condicionada – encontra-se em certa situação histórica e social que engendra essa perspectiva. Por conseguinte, sua atitude diante da práxis já implica em si uma consciência do fato prático, ou seja, certa integração em uma perspectiva na qual vigoram determinados princípios ideológicos. [...] Portanto, a consciência comum da práxis não está esvaziada, completamente, de certa bagagem teórica, ainda que nela as teorias se encontrem degradadas. (VÁZQUEZ, 2011, p. 33-34).

⁶² A práxis além de uma categoria é, como afirma Kosik (2002, p. 217), “o grande conceito da filosofia materialista”. Por isso a denominação filosofia da práxis.

⁶³ “As relações sociais de produção reificadas pelo capitalismo não se perpetuam *automaticamente*. Elas só o fazem porque os indivíduos particulares *interiorizam* as pressões externas: eles adotam as perspectivas gerais da sociedade de mercadorias como os limites inquestionáveis de suas próprias aspirações. É com isso que os indivíduos ‘contribuem para manter uma concepção de mundo’ e para a manutenção de uma forma específica de intercâmbio social, que corresponde àquela concepção do mundo”. (MÉSZÁROS, 2006, p. 263-264).

Isso significa que a situação histórica e social do homem comum e corrente⁶⁴ implica uma perspectiva diante da práxis, numa consciência do fato prático em que vigoram determinados princípios ideológicos. A consciência comum não faz da práxis seu objeto, enquanto atividade social transformadora e, apesar de pensar os atos práticos, não produz, nem pode produzir uma teoria da práxis. Nessa relação direta e imediata com as coisas em que se encontra o homem comum, a consciência não distingue ou separa a prática como seu objeto próprio. Com efeito, a prática não se apresenta em estado teórico, isto é, como objeto do pensamento mesmo nessa relação que não pode deixar de ser consciente. (VÁZQUEZ, 2011).

Contudo, para o autor, o homem comum e corrente em sua atitude natural mostra certa ideia da práxis. Segundo ele, uma ideia ainda que seja limitada e obscura, mas “[...] a qual continuará aferrado enquanto não sair da cotidianidade e ascender ao plano reflexivo que é o plano próprio, em sua forma mais elevada, da atitude filosófica.” (VÁZQUEZ, 2011, p. 34-35).

Na perspectiva apresentada por Vázquez (2011), é preciso que a consciência comum percorra a distância que a separa da consciência reflexiva para que se possa desenvolver uma verdadeira práxis revolucionária. Sendo a filosofia da práxis a mais alta expressão da consciência reflexiva, é preciso abandonar e superar a consciência comum da práxis “[...] para que o homem possa transformar de forma criadora, isto é, revolucionariamente, a realidade.” (VÁZQUEZ, 2011, p. 35). Só uma elevada consciência filosófica da práxis permite que ela alcance esse nível histórico.

O homem comum e corrente tem uma ideia da práxis, forjada de modo espontâneo e irreflexivo, repleta de certos elementos ideológicos ou teóricos em forma degradada, grosseira ou simplista. Sua concepção não vai além de “[...] práxis num sentido utilitário, individual e autossuficiente (ateórico).” (VÁZQUEZ, 2011, p. 38). O homem comum e corrente, como explica o autor:

[...] não percebe até que ponto, com seus atos práticos, está contribuindo para escrever a história humana, nem pode compreender até que grau a práxis necessita da teoria, ou até que ponto sua atividade prática se insere em uma práxis humano social, o que faz com que seus atos individuais envolvam os atos dos demais e, por sua vez, os destes se reflitam em sua própria atividade. (VÁZQUEZ, 2011, p. 38).

⁶⁴ “O homem comum e corrente considera-se a si mesmo como verdadeiro homem prático; é ele quem vive e atua praticamente. Dentro de seu mundo, as coisas não apenas são e existem *em si*, como também são e existem, sobretudo, pela sua significação prática, enquanto satisfazem necessidades imediatas de sua vida cotidiana. Mas essa significação prática apresenta-se a ele como imanente às coisas, isto é, apresentando-se nelas, independente dos atos humanos que lhes conferem tal significação. As coisas não apenas são conhecidas em si, à margem de toda atividade humana – ponto de vista do realismo ingênuo – como também significam por si mesmos, isto é, ignora que pelo fato de significar, de ter significação prática, os atos e objetos práticos somente existem *pelo* homem e *para* ele. O mundo prático é – para a consciência comum – um mundo de coisas e significações em si.” (VÁZQUEZ, 2011, p. 35, grifo do autor).

Ou seja, apesar de saber que sua atividade prática não é puramente mecânica ou instintiva, não têm consciência do verdadeiro conteúdo e significação de sua atividade.

A reivindicação plena da práxis em sua totalidade como esfera essencial do homem, como explica Vázquez (2011), se deu com a descoberta do caráter social da práxis material, do trabalho. Foi com Marx e Engels – ao situarem o problema da práxis em um terreno propriamente humano – que se chegou a “[...] uma concepção do homem como ser ativo e criador, *prático*, que transforma o mundo não só em sua consciência, mas também em sua prática, realmente.” (VÁZQUEZ, 2011, p. 53-54, grifo do autor).

Com isso, a transformação da natureza está associada – sendo também, condição necessária – à transformação do próprio homem. A práxis material produtiva é, nesse sentido, o fundamento do domínio dos homens sobre a natureza e o domínio sobre sua própria natureza. “Produção e sociedade, ou produção e história, formam uma unidade indissolúvel.” (VÁZQUEZ, 2011, p. 54).

Essa concepção de Marx sobre a práxis – esboçada em suas *Teses sobre Feuerbach* – permanece ao longo de toda sua obra. A filosofia da práxis é a filosofia da ação transformadora e revolucionária que considera o homem enquanto ser histórico-social – que é concreto e real – e sua atividade prática real, objetiva. Trata-se de uma filosofia não como interpretação, mas filosofia como teoria da transformação do mundo da práxis. (VÁZQUEZ, 2011).

Sendo assim, os problemas do conhecimento, da história da sociedade e do próprio ser, na perspectiva marxista devem ser abordados sob a ótica da categoria da práxis. Por sua vez, Vázquez (2011, p. 54) explica:

[...] os problemas filosóficos fundamentais têm de ser formulados em relação à atividade prática humana, que passa assim a ter a primazia não só do ponto-de-vista antropológico – posto que o homem é o que é *em* e *pela* práxis –, histórico – posto que a história é, definitivamente, história da práxis humana –, mas também gnosiológico – como fundamento e fim do conhecimento, e critério de verdade – e ontológico – já que o problema das relações entre homem e natureza, ou entre o pensamento e o ser, não pode ser resolvido à margem da prática.

Isso significa que, segundo Vázquez (2011), para resolver as contradições fundamentais em que se debate a sociedade capitalista é preciso que os homens atuem num sentido criador, revolucionário. Só assim conseguirão garantir para si um futuro verdadeiramente humano. Para o autor, “[...] os homens precisam esclarecer teoricamente sua prática social, e regular conscientemente suas ações como sujeitos da história.” (VÁZQUEZ, 2011, p. 60). O caráter criador das ações dos homens só é possível a partir de uma autêntica

consciência da práxis, de uma elevada consciência das possibilidades objetivas e subjetivas do homem como ser prático.

Feitas as considerações acerca da necessidade de superar a consciência comum e chegar à consciência filosófica da práxis, passamos à questão da unidade teórica e prática de uma filosofia da práxis que possibilite a interpretação do mundo e a sua transformação. A concepção do homem é de um ser teórico-prático e, nessa unidade entre teoria e prática, Vázquez (2011) insiste que essa unidade exige distinção e relativa autonomia.

A práxis se apresenta sob diversas formas específicas, mas todas elas concordam em se tratar da transformação de uma determinada matéria-prima e criação de um mundo de objetos humanos ou humanizados. Todas são formas específicas de uma práxis total cujo resultado ou produto é, em última instância, o próprio homem social. Independentemente do grau em que cada indivíduo, grupo social ou sociedade participe dessa práxis total, ela é atividade pela qual o homem se produz ou se cria a si mesmo. (VÁZQUEZ, 2011, p. 398).

Partindo do problema da relação entre o homem e a natureza, Marx situa a atividade prática humana no centro de sua concepção e, com isso, a filosofia da práxis tem como seu verdadeiro sentido a filosofia da transformação do mundo. Mundo este abordado como objeto de interpretação e como objeto da ação do homem, de sua atividade prática. (VÁZQUEZ, 2011).

Desse modo, a passagem da interpretação à transformação, ou do pensamento à ação, implica, por sua vez, uma revolução teórica que o marxismo deve levar a cabo com relação à práxis revolucionária do proletariado: a passagem do socialismo como utopia ou ideologia, ao socialismo como ciência. (VÁZQUEZ, 2011, p. 154).

Para Vázquez (2011), a atividade prática que transforma o mundo tem uma consciência que ele apresenta como sendo o marxismo, a filosofia da práxis. “Como teoria, não só se encontra em relação com a práxis – revela seu fundamento, condições e objetivos – como também tem plena consciência dessa relação e, por isso, é um guia da ação.” (VÁZQUEZ, 2011, p. 174).

Em sua obra, Vázquez (2011) discute alguns problemas em torno da práxis, como a questão da atividade prática⁶⁵ que, como caracterizada por Marx, é real, objetiva ou material.

Marx enfatiza o caráter real, objetivo da práxis, na medida em que transforma o mundo exterior que é independente de sua consciência e de sua existência. O objeto da atividade prática é a natureza, a sociedade ou os homens reais. O fim dessa atividade é a transformação real, objetiva, do mundo natural ou social para satisfazer determinada necessidade humana. E o resultado é uma nova realidade que subsiste

⁶⁵ “Como toda a atividade propriamente humana, a atividade prática que se manifesta no trabalho humano, na criação artística ou na práxis revolucionária é uma atividade adequada a fins, cujo cumprimento exige [...] certa atividade cognoscitiva. Mas o que caracteriza a atividade prática radica no caráter real, objetivo, da matéria-prima sobre a qual se atua, dos meios ou instrumentos com que se exerce a ação e de seu resultado ou produto.” (VÁZQUEZ, 2011, p. 227).

independentemente do sujeito ou dos sujeitos concretos que a engendraram com sua atividade subjetiva, mas que, sem dúvida, só existe pelo homem e para o homem como ser social. (VÁZQUEZ, 2011, p. 227).

No entanto, o autor alerta para o fato de que nem toda atividade é práxis, apesar de toda práxis ser atividade. A atividade que não se objetiva materialmente – como a simples atividade subjetiva ou meramente espiritual – não pode ser considerada práxis. “Sem essa ação real, objetiva, sobre uma realidade – natural ou humana – que existe independentemente do sujeito prático, não se pode falar propriamente de práxis como atividade material consciente e objetivamente [...]” (VÁZQUEZ, 2011, p. 228).

Cumprido destacar que a atividade teórica em si – atividade filosófica – não é capaz de transformar direta e imediatamente nada real, mesmo que possa modificar ideias e concepções de mundo, da sociedade ou do homem. “Mas, entretanto, não há práxis como atividade puramente material, isto é, sem a produção de fins e conhecimentos que caracteriza a atividade teórica.” (VÁZQUEZ, 2011, p. 239).

Na medida em que a práxis é atividade material, transformadora e adequada a fins, é preciso compreender mais profundamente as relações entre teoria e prática⁶⁶. Esse é outro problema abordado pelo autor em sua obra. Vázquez (2011, p. 241) explica que “[...] enquanto a atividade prática pressupõe uma ação efetiva sobre o mundo, que tem como resultado uma transformação real deste, a atividade teórica apenas transforma nossa consciência dos fatos, nossas ideias sobre as coisas, mas não as próprias coisas.”

Essa atividade prática – que visa à transformação objetiva, real, na matéria através da qual se objetiva ou realiza um fim – consiste na unidade do teórico com o prático na própria ação, portanto é atividade subjetiva e objetiva ao mesmo tempo. O resultado real, segundo Vázquez (2011, p. 266), “só é alcançado através de um processo prático, objetivo, que ultrapassa a cada momento o resultado ideal”. Além disso, nessa atividade, “[...] a consciência tem de permanecer ativa ao longo de todo esse processo, não só buscando impor o fim original, mas também modificando-o em prol de sua realização.” (VÁZQUEZ, 2011, p. 266)

A atividade prática consiste na “[...] realização guiada por uma consciência que, ao mesmo tempo, só guia ou orienta – e isso seria a expressão mais perfeita da unidade entre teoria e prática – na medida em que ela mesma se guia ou orienta pela própria realização de seus fins.” (VÁZQUEZ, 2011, p. 266).

⁶⁶ “A dependência da teoria com respeito à prática, e a existência desta como fundamento e fins últimos da teoria, evidenciam que a prática – concebida como uma práxis humana total – tem a primazia sobre a teoria; mas esse seu primado, longe de implicar uma contraposição absoluta à teoria, pressupõe uma íntima vinculação a ela.” (VÁZQUEZ, 2011, p. 260).

Individualidade, socialidade e intencionalidade são, também, questões importantes abordadas por Vázquez (2011) em sua discussão sobre práxis, razão e história. Para o autor, os homens são sujeitos da história, pois é da atividade prática dos homens que resulta tudo o que a história nos mostra.

A história só existe como história feita pelos homens, e esses só existem produzindo uma nova realidade com sua práxis produtiva⁶⁷ e produzindo-se a si mesmos em um processo que não tem fim, isto é, os homens transformam e se transformam a si mesmos e essa história de suas transformações é propriamente sua verdadeira história. (VÁZQUEZ, 2011, p. 341).

Na perspectiva apresentada pelo autor, afirmar que um sujeito só é *na* história e *pela* história, significa, também, que a história só existe como história de sua atividade. Ou seja, os homens fazem sua própria história, são seus únicos sujeitos e, deste modo, não pode existir história sem eles.

Na perspectiva do processo histórico-social, os indivíduos são um produto social⁶⁸, conforme explica Vázquez. (2011, p. 343):

A individualidade e as formas de relacionamento entre os indivíduos estão condicionadas histórica e socialmente. O modo como produzem ou se inserem no processo de produção, sua vinculação com os órgãos de poder, sua maneira de amar e de enfrentar a morte, seus gostos e preferências, estão condicionados socialmente. No indivíduo se entrelaça toda uma série de relações sociais, isso é o que Marx quis enfatizar ao falar de sua socialidade, ou qualidade social. Essa qualidade social não determina completamente o comportamento do indivíduo, mas, sim, certas formas fundamentais deste, assim como seus limites.

Para o autor, as relações sociais são as formas necessárias sob as quais se desenvolve a atividade dos indivíduos concretos que agem prática, real ou materialmente. Na práxis comum se integram práxis individuais e o resultado acaba por transcender os fins e os resultados da ação individual. “Justamente partindo das relações sociais dadas – e não do indivíduo abstrato ou do homem em geral – podemos compreender os homens – isto é, os indivíduos concretos – membros de uma formação social dada, como sujeitos de uma práxis histórica.” (VÁZQUEZ, 2011, p. 344).

⁶⁷ “A práxis produtiva, ou relação material e transformadora que o homem estabelece – mediante seu trabalho – com a natureza. [...] A práxis produtiva é, assim, a práxis fundamental porque nela o homem não só produz um mundo humano ou humanizado, no sentido de um mundo de objetos que satisfazem necessidades humanas e que só podem ser produzidos na medida em que se plasmas neles fins ou projetos humanos, como também no sentido de que na práxis produtiva o homem se produz, forma ou transforma a si mesmo” (VÁZQUEZ, 2011, p. 228-230).

⁶⁸ “O homem é um ser de relações porque sua personalidade se desenvolve historicamente a partir de uma base biológica, através de relações sociais. Ele o é no presente, posto que toda sua atividade no mundo se faz com outros homens, através de uma realidade que os mediatiza, tornando possível sua relação com os demais. Pode-se dizer que o homem só existe em relação com outros.” (PINTO, 2014b, p. 107).

O conceito de homem⁶⁹ apresenta, assim, uma dupla e íntima relação do social e do individual. “A sociedade não existe à margem dos indivíduos concretos, mas tampouco esses existem à margem da sociedade e, portanto, de suas relações sociais.” (VÁZQUEZ, 2011, p. 344).

Importante ressaltar que a práxis humana apresenta uma dualidade de intencionalidade e não intencionalidade.

Os homens – isto é, os indivíduos cuja atividade prática assume necessariamente a forma de uma relação social – atuam, portanto socialmente, mas, ao mesmo tempo, atuam como indivíduos que produzem e obram conscientemente, conforme os fins, independentemente de seu grau de consciência das relações de produção nas quais se inserem, da forma social de sua atividade, de seu pertencimento a uma classe social dada, do tipo de relação que contraem com outros homens e dos resultados a que conduz sua práxis individual quando se integra e conjuga em uma práxis comum. Desse modo, a práxis intencional do indivíduo funde-se com a de outros em uma práxis não intencional – que nenhum deles buscou nem desejou – para produzir resultados que também não foram buscados nem desejados. (VÁZQUEZ, 2011, p. 344).

O caráter intencional da práxis está no âmbito do indivíduo quando busca com ela um determinado fim. O caráter não intencional está no âmbito coletivo em que essa atividade assume uma forma social. A práxis – do ser consciente individual – desta maneira, “[...] integra-se em uma práxis coletiva – a produção como atividade social – que leva a resultados globais – produção e conservação de determinadas relações sociais – que escapam à sua consciência e à sua vontade.” (VÁZQUEZ, 2011, p. 345).

Para o autor, a práxis não intencional pressupõe a conjugação de uma multidão de práxis particulares intencionais e, atribui a isso acontecimentos históricos decisivos sem que esses resultados correspondam a intenções ou projetos prévios. A derrocada do feudalismo e o nascimento do capitalismo, a formação dos estados modernos centralizados, a transformação do capitalismo em capitalismo monopolista são alguns dos exemplos citados por Vázquez (2011).

⁶⁹ “Ou seja, deve-se se conceber o homem como uma série de relações ativas (um processo), no qual, se a individualidade tem a máxima importância, não é todavia o único elemento a ser considerado. A humanidade que se reflete em cada individualidade é composta de diversos elementos: 1) o indivíduo; 2) os outros homens; 3) a natureza. Mas o segundo e o terceiro elementos não são tão simples quanto poderiam parecer. O indivíduo não entra em relação com os outros homens por justaposição, mas organicamente, isto é, na medida em que passa a fazer parte de organismos, dos mais simples aos mais complexos. Desta forma, o homem não entra em relação com a natureza simplesmente pelo fato de ser ele mesmo natureza, mas ativamente, por meio do trabalho e da técnica. E mais: essas relações não são mecânicas. São ativas e conscientes, ou seja, correspondem a um grau maior ou menor de inteligibilidade que delas tenham o homem individual. Daí ser possível dizer que cada um transforma a si mesmo, se modifica, na medida em que transforma e modifica todo conjunto de relações do qual ele é o ponto central. Nesse sentido o verdadeiro filósofo é – e não pode deixar de ser – nada mais que o político, isto é, o homem ativo que modifica o ambiente, entendido por ambiente o conjunto de relações que o indivíduo faz parte. Se a própria individualidade significa adquirir consciência destas relações, conquistar uma personalidade significa adquirir consciência destas relações, modificar a própria personalidade significa modificar o conjunto destas relações.” (GRAMSCI, 2011c, p. 154-155).

Partindo da concepção de Marx, a práxis é entendida como “[...] atividade material humana, transformadora do mundo e do próprio homem. Essa atividade real, objetiva, é, ao mesmo tempo, ideal, subjetiva e consciente.” (VÁZQUEZ, 2011, p. 398). Marx deixa estabelecido, na transição dos *Manuscritos de 1844* para *A Ideologia alemã* e para as *Teses sobre Feuerbach*, um conceito da essência do homem⁷⁰ como práxis. Efetivamente, essa essência – segundo a qual o homem é ser produtor, transformador, criador – se realiza em sua vida real, em sua própria existência social e histórica. (VÁZQUEZ, 2011).

Kosik (2002, p. 222) afirma que “a *praxis* é ativa, é atividade que se produz historicamente – quer dizer, que se renova continuamente e se constitui praticamente –, unidade do homem e do mundo, da matéria e do espírito, de sujeito e de objeto, do produto e da produtividade”.

Na medida em que a práxis é criadora da realidade humano-social, “[...] a história se apresenta como um processo prático no curso do qual o humano se distingue do não-humano: o que é humano e o que não é humano não são já predeterminados; são determinados na história mediante uma diferenciação prática” (KOSIK, 2002, p. 222). Para o autor, a práxis se constitui no modo específico de ser do homem e o determina em sua totalidade na medida em que se articula com todo o homem.

A *praxis* na sua essência e universalidade é a revelação do segredo do homem como ser ontocriativo, como ser que *cria* a realidade (humano-social) e que, *portanto*, compreende a realidade (humana e não-humana, a realidade na sua totalidade). A *praxis* não é atividade prática contraposta à teoria; é determinação da existência humana como *elaboração* da realidade. (KOSIK, 2002, p. 222, grifo do autor).

Por isso, Vázquez (2011, p. 418) afirma que, essencialmente, o homem é definido “[...] pelo seu trabalho, por sua práxis produtiva, ou seja, por uma atividade prática com a qual não só produz um mundo de objetos que satisfazem suas necessidades, mas que transforma a si mesmo e, portanto, produz a si mesmo.”

A definição que Marx atribui ao trabalho em sua obra *O Capital* considera o trabalho como elemento determinante da natureza humana em geral. O trabalho é uma atividade especificamente humana, uma atividade essencial e universal do homem.

Antes de tudo, o trabalho é um processo entre o homem e a Natureza, um processo em que o homem por sua própria ação, media, regula e controla seu metabolismo

⁷⁰ “Percebemos a flexão de Marx indicando a necessidade de considerar a essência humana como alguma coisa que só pode ser descoberta na existência social e histórica dos indivíduos, tal qual eles realmente são, como conjunto das relações sociais concretas. Relações, que para Marx, tinham, como base, o trabalho como um processo em que se envolvem a ação do homem e a natureza, no qual este realiza, regula e controla este intercâmbio, enfrenta a natureza como um poder natural, age sobre ela e a transforma, e que ao fazê-lo, se modifica, transforma sua própria natureza.” (MACHADO, 2005, p.130).

com a Natureza. Ele mesmo se defronta com a matéria natural como uma força natural. Ele põe em movimento as forças naturais pertencentes à sua corporalidade, braços e pernas, cabeça e mão, a fim de apropriar-se da matéria natural numa forma útil para sua própria vida. Ao atuar, por meio desse movimento, sobre a Natureza externa a ele e ao modificá-la, ele modifica, ao mesmo tempo, sua própria natureza. (MARX, 1988, p. 142).

Essa definição sobre o trabalho em geral⁷¹ o autor estabelece independentemente das formas concretas que o trabalho adota nas relações sociais determinadas. Por exemplo, a relação entre o trabalhador e o capitalista, contraídas pelos homens no modo capitalista de produção. “A definição que Marx lhe dá, assim como a análise a que submete o processo de trabalho, aplica-se a toda formação social e vale para os homens que trabalham em qualquer sociedade dada.” (VÁZQUEZ, 2011, p. 418).

Vázquez (2011, p. 61) lembra que a expressão “filosofia da práxis” foi utilizada por Gramsci⁷² para caracterizar o marxismo quando “[...] pretendia acentuar o papel do fator subjetivo na história real, da consciência e da atividade revolucionária dos proletários [...]”. Assim, ao destacar o papel da subjetividade, Gramsci fazia crítica ao “[...] marxismo ‘preguiçoso’ que transformava o papel dos fatores objetivos e, particularmente, o desenvolvimento das forças produtivas, na negação do papel da atividade prática revolucionária [...].” (VÁZQUEZ, 2011, p. 61).

Semeraro (2006) acentua que Gramsci atribui a Marx, Engels e Lenin a fundação da filosofia da práxis. O autor analisa, também, a relação de Gramsci com o marxismo e, assim, descreve:

Gramsci compreende plenamente o marxismo porque o leu criticamente e o abriu às transformações da história do nosso século; deu continuidade à tradição revolucionária das classes trabalhadoras e elaborou instrumentos mais atuais de luta porque nunca perdeu de vista a concepção fundamental derivada de Marx, sem

⁷¹ Kosik (2002, p. 222) adverte contra a obscuridade conceitual das definições da práxis e do trabalho. Segundo o autor, “[...] o trabalho é definido como *praxis*, e a *praxis* nos seus elementos característicos é reduzida a trabalho”. O autor assim explica: “Enquanto indagamos a relação entre o trabalho e a criação da realidade humano-social, não descobrimos nada de econômico. O trabalho como agir do homem, no qual se *cria* a realidade humano-social, é o trabalho no sentido *filosófico*. Ao contrário, o trabalho sem sentido econômico é o criador da *forma* específica, história e social da riqueza. Do ponto de vista da economia o trabalho se manifesta como regulador e como estrutura ativa das relações sociais na produção. O trabalho como categoria econômica é a atividade produtiva social, que cria a forma específica da riqueza social. O trabalho em geral é o pressuposto do trabalho em sentido econômico, mas não coincide com este. O trabalho que forma a riqueza da sociedade capitalista não é o trabalho em geral; é um *determinado* trabalho, o trabalho abstrato-concreto ou um trabalho dotado de dupla natureza, e apenas *nesta* forma específica pertence à economia.” (KOSIK, 2002, p. 211, grifo do autor).

⁷² “Esta nova dialética, definida como ‘teoria do conhecimento do materialismo histórico’, para Gramsci, é considerada, ao mesmo tempo, como lógica e método argumentativo, como princípio do conhecimento e instrumento de ação, como modalidade constitutiva do próprio real. Por meio da dialética, ciência das inter-relações das diversas partes da realidade, instrumento de compreensão das dinâmicas e contradições, é possível estabelecer novas relações cognitivas e operativas na sociedade devido às ligações inseparáveis entre história, política e economia.” (SEMERARO, 2006, p. 32-33).

transformá-la em doutrina intocável e livro sagrado. Esta é a conclusão à qual se chega quando se analisam os dois grandes objetivos que toma para si, lucidamente, e em torno dos quais aglutina sua vida: 1) conferir criatividade e ousadia política às organizações dos trabalhadores, orientando-as em torno de um projeto mais articulado e de longa duração, construído sobre o consenso ativo e sobre as bases de uma inovadora concepção de hegemonia; 2) resgatar as raízes mais genuínas do marxismo, aprofundar e ampliar seus horizontes teóricos e políticos diante dos novos desafios da história. (SEMERARO, 2006, p. 43-44).

É a partir da perspectiva gramsciana e sua filosofia da práxis que pretendemos destacar as categorias trabalho e educação, em sua relação dialética, discutindo o trabalho como princípio educativo nos termos da produção associada.

A guinada de Gramsci em direção à práxis – ao final de junho de 1919 – é destacada por Del Roio (2018, p. 119):

Ficara claro que a autoeducação para a liberdade não dependia, ou dependia menos, do sindicato e do partido e muito mais dos próprios trabalhadores. Inseridos no processo produtivo da riqueza social, os trabalhadores fabris eram já dotados de certo conhecimento profissional específico. O trabalho tecnicamente qualificado e produtivo deveria se vincular a um conhecimento mais amplo de cultura científica e humanista, não só para poder gerenciar o processo produtivo, mas a própria administração pública de um novo Estado operário e socialista. Assim é que os trabalhadores, no seu próprio processo de autoeducação, gerariam os seus intelectuais e seus educadores, educando assim o sindicato e o partido.

Concordamos com Del Roio (2018) quanto à atualidade de Gramsci, especialmente sua radicalidade crítica, seu pensamento dialético e dialógico e, também, a filosofia da práxis que dá ênfase a autonomia, auto-organização e ao antagonismo social. Como sugeriu Gramsci, é necessário, mais do que nunca, “[...] forjar uma frente única de forças sociais e políticas que configurem o embrião do novo bloco histórico fundado no trabalho associado e emancipado.” (DEL ROIO, 2018, p. 239).

Semeraro (2006) afirma que no entendimento de Gramsci, assim como de Marx, existe uma ligação inseparável entre o agir e o conhecer, sendo o pensamento parte integrante da realidade.

A profunda ligação com os proletários reais do mundo, a descoberta das suas contradições e as tentativas de superá-las politicamente constituem a base sobre a qual os subalternos podem vir a construir a formação da própria subjetividade, adquirir uma outra inteligibilidade do real e se utilizar de um ‘espírito crítico’ que recuse qualquer princípio de autoridade, desconfie do que está dado naturalizado e crie as condições para projetos alternativos de sociedade. (SEMERARO, 2006, p. 18).

Para o autor, no processo de libertação e afirmação dos projetos políticos dos setores subjugados, Gramsci tinha como requisitos o conhecimento crítico, autônomo e criativo. Em diversos momentos, Gramsci delineou aspectos desse processo de formação que Semeraro (2006, p. 18-19) assim descreve:

Em primeiro lugar, observa, é preciso aprender a respeitar o saber popular mesmo em sua desorganicidade e fragmentariedade, sem, contudo, deixar de ter uma posição crítica frente às opiniões e às ‘crenças’ disseminadas no ‘senso comum’. A partir desse, se chega a perceber o ‘bom senso’, presente em tantos conhecimentos populares, e que ‘merece ser desenvolvido e tornado coerente’. Mas, além disso, é necessário aprender a criar uma capacidade crítica frente ao saber acumulado e repassado oficialmente, que deve ser visto não como óbvio e natural, mas como sendo interpretado e administrado por grupos sociais que visam precisos objetivos políticos. A partir desta consciência, as classes populares e seus intelectuais passam a demarcar os elementos de ruptura e superação em relação às concepções dominantes, a operar novas sínteses à medida que adquirem ‘uma progressiva consciência da própria personalidade histórica’. O ‘novo intelectual’ (que não é apenas um indivíduo, mas é também constituído por diversos sujeitos políticos organizados), enquanto analisa criticamente e trabalha para ‘desorganizar’ os projetos dominantes, se dedica a promover uma ‘nova inteligência social’, capaz de pensar a produção, a ciência, a cultura, a sociedade na óptica da classe subjugada à qual pertence.

Importante ressaltar que a classe popular não é sacralizada por Gramsci e, tampouco, é ela portadora de uma prévia orientação revolucionária. Afinal, como explica Semeraro (2006, p. 29), “[...] os projetos políticos qualitativamente superiores e a visão mais avançada dos trabalhadores só podem derivar da capacidade de luta, da formação de sua autonomia, da organização e das conquistas sociais abertas a uma história que não garante nada *a priori*,”

Nesse sentido, o caminho que Gramsci traça é a politização dos subjugados e a autoeducação a partir do trabalho⁷³. A original “filosofia da práxis” por ele elaborada tem como significado mais profundo, segundo Semeraro (2006, p. 124), “[...] a capacidade dos trabalhadores desenvolverem sua própria concepção de mundo, suas organizações, sua subjetividade, enquanto imersos nos processos mais avançados de produção e conhecimento.”

As conquistas das classes subjugadas, nesse sentido, devem estabelecer uma nova maneira de pensar e não se restringirem às questões econômicas, à produção e ao consumo material. O objetivo deve ser “[...] instaurar valores e relações sociais que promovam a participação, a criatividade, a responsabilidade, a construção de um conhecimento democrático que permite ‘um progresso intelectual de massa e não apenas de reduzidos grupos intelectuais’.” (SEMERARO, 2006, p. 29).

Em seu livro, Del Roio (2018) traz grandes contribuições sobre questão da emancipação do subalterno a partir da concepção de Gramsci e da filosófica da práxis, especialmente diante das contradições que perpassam nossa realidade.

Um movimento de emancipação só pode partir da autoatividade das massas, da sua autonomia, da cisão com a classe dominante. Gramsci interpreta *O Príncipe* de

⁷³ A autoeducação a partir do trabalho será retomada no capítulo seguinte sob as experiências de Gramsci no *L’Ordine Nuovo* e os Conselhos de Fábrica.

Maquiavel com as lentes de Sorel⁷⁴, exatamente para destacar esse personagem imaginário como a representação da vontade coletiva autônoma que se auto-organiza em oposição à ordem social vigente, gerando uma cisão que contesta a subalternidade. Esta demanda, todavia, uma reforma moral e intelectual, uma transformação cultural de grande envergadura histórica, que supere e substitua a cultura da velha classe dominante. (DEL ROIO, 2018, p. 184-185).

Segundo a concepção gramsciana, é preciso que se materialize a nova subjetividade ao mesmo tempo em que se nega radicalmente a ordem. Somente assim torna possível que se organize, sobre novas bases, a vida material e cultural. Como explica Del Roio (2018), o processo de negação implica, por sua vez, que se elabore de maneira teórico-prática um projeto de nova vida.

A nova subjetividade, crítica e negativa da condição subalterna, parte necessariamente das condições reais existentes, das contradições do real, dos fragmentos que compõem a ideologia subalterna, dos impulsos de rebeldia dos dominados (quase a dizer do ‘espírito popular criativo’), (DEL ROIO, 2018, p. 185).

O autor evidencia aqui a importância dos intelectuais orgânicos⁷⁵ quando se pensa a condição de subalternidade e a luta pela sua emancipação. Esse movimento histórico – reforma moral e intelectual de largo alcance –, como afirma Del Roio (2018, p. 185), “[...] só se torna possível na medida em que as classes subalternas geram um grupo de intelectuais orgânicos. Orgânicos porque emersos do seio da própria classe e porque atuam historicamente em razão dos interesses da classe da qual se originaram.”

O saber popular é valorizado em Gramsci, tanto que promove a defesa da socialização do conhecimento, como recria a função dos intelectuais⁷⁶ vinculando-os às lutas políticas dos subalternos. Afinal, para Gramsci, “[...] todos têm a capacidade de pensar e agir, de elaborar conhecimentos, de acumular experiência, de ter uma sensibilidade, um ponto de vista próprio.” (SEMERARO, 2006, p. 137).

⁷⁴ Sobre Sorel: “[...] um autor cujas teorias exerciam um forte fascínio no meio operário da Europa mas que, ao operar uma separação entre o social e o público, abria um caminho perigoso para a despolitização e as mobilizações emocionais de massa. Gramsci, analisando o conceito de ‘cisão’ pregada por Sorel em relação às estruturas e à ideologia das classes dominantes, observa que, por quanto tal proposta visasse mobilizar as classes trabalhadoras e pudesse compactar suas lutas, destituía a sua ação das mediações políticas e abria a porta para posições românticas e messiânicas.” (SEMERARO, 2006, p. 47).

⁷⁵ “Cada grupo social, nascendo no terreno originário de uma função essencial no mundo da produção econômico, cria juntamente, organicamente, uma ou mais camadas de intelectuais que lhe dão homogeneidade e consciência da própria função não só no campo econômico, mas também no social e político.” (GRAMSCI *apud* DEL ROIO, 2018, p. 186).

⁷⁶ “Então, são orgânicos os intelectuais que, além de especialistas na sua profissão que os vincula profundamente ao modo de produção do seu tempo, elaboram uma concepção de ético-política que os habilita a exercer funções culturais, educativas e organizativas para assegurar a hegemonia social e o domínio estatal da classe que representam. Conscientes de seus vínculos de classe, manifestam, sua atividade intelectual de diversas formas: no trabalho como técnicos e especialistas dos conhecimentos mais avançados, no interior da sociedade civil para construir o consenso em torno do projeto da classe que defendem, na sociedade política para garantir as funções jurídico-administrativas e a manutenção do poder do seu grupo social.” (SEMERARO, 2006, p. 135).

Os intelectuais orgânicos da classe operária, no entendimento de Gramsci, “[...] surgem a partir de sua própria inserção no processo produtivo, a partir do momento em que o processo de trabalho e o conhecimento se materializam na transformação do mundo natural ou artificial.” (DEL ROIO, 2018, p. 253). No entanto, em sua época, Gramsci já constataria a grande dificuldade da classe operária em forjar seus intelectuais.

O ponto crucial das questões que giram em torno da filosofia da práxis é – na perspectiva de Gramsci – “[...] a formação de sujeitos críticos, a capacidade cognitiva e o espírito de iniciativa a serem despertados naqueles que sofrem a ação dos dominantes e a passividade frente às estruturas existentes.” (SEMERARO, 2006, p. 34).

Por seu turno, o homem, na filosofia da práxis, é entendido enquanto “[...] conjunto de relações sociais, [...] dialeticamente concretas, consideradas dentro de precisas condições de trabalho, de um modo de produção material e simbólico, de divisões de classe, de distribuição de riqueza e do poder no mundo que nos engloba.” (SEMERARO, 2006, p. 70-71).

Como lembra Semeraro (1999, p. 73), “[...] o ponto central das reflexões de Gramsci se prende à formação de novos sujeitos sociais que visam à construção de um projeto de sociedade aberto à participação de todos os trabalhadores”. Para Gramsci, a vida em sociedade comporta “[...] uma práxis política consciente e coletiva que visa transformar a realidade, combate os privilégios e promove o protagonismo das massas espoliadas e excluídas.” (SEMERARO, 1999, p. 79).

Trazendo a questão da práxis para o contexto do Brasil, Del Roio (2018, p. 252) afirma que “[...] o problema a ser encarado é como fazer emergir das contradições da sociedade civil um projeto de povo/nação”. Certamente, materializar um projeto nesse sentido consiste num complexo e difícil processo⁷⁷.

O projeto de Gramsci, simbolizado por sua condição de encarcerado, não é simples nem romântico. Nele, a formação de ‘intelectuais orgânicos’ e de ‘trabalhadores associados’ não acontece ‘naturalmente’ como a instrução que conforma ao sistema, mas é fruto de um gigantesco esforço de lutas e de construção conjunta que exigem ousadia, imaginação, ruptura e a criação de uma práxis político-pedagógica que transforme radicalmente a realidade. (SEMERARO, 2006, p. 126-127).

Luiz (2013, p. 16) escreve que “[...] mesmo diante de um quadro social pleno de contradições, é possível empreender esforços teórico-práticos para enfrentá-lo, pois a

⁷⁷ “A sociedade civil é o momento do conflito de classes no qual se manifesta a contradição fundamental entre capital e trabalho, do processo produtivo da vida material até a produção material das subjetividades antagônicas. Dessa contradição em processo é possível que o conjunto das classes subalternas, a partir do seu acúmulo de experiências e de lutas, se organize como povo/nação, ou seja, como sociedade civil que se faz Estado.” (DEL ROIO, 2018, p. 252).

realidade é dialética, a contradição é sua constante e a hegemonia é uma construção histórica”. A autora – que têm por referência Gramsci – acredita que, “[...] pela via cultural e ético-política, pode haver uma instrumentalização para a emancipação, por melhores condições de vida em sociedades, pelas classes subalternas e pelo conjunto de organismos que a tenham como fundamento.” (LUIZ, 2013, p. 17).

Com essa perspectiva de transformação, também destacamos as contribuições de Mészáros (2008a) que – no ensaio publicado como livro *A educação para além do capital* – promove o resgate do sentido constitutivo da educação e de sua relação com o trabalho, sem desconsiderar a materialidade da estrutura social do sistema de capitalista de produção. Mészáros (2008a), ao mesmo tempo em que defende uma teoria e uma práxis educativa emancipadora – tendo como objetivo transformar o trabalhador em um agente político –, combate a internalização e a consciência de subordinação dos valores mercantis e o subjetivismo revolucionário.

Em Mészáros, educar não é mera transferência de conhecimentos, mas sim conscientização e testemunho de vida. É construir, libertar o ser humano das cadeias do determinismo neoliberal, reconhecendo que a história é um campo aberto de possibilidades. Esse é o sentido de educar para além do capital: educar para além do capital implica pensar uma sociedade para além do capital. (JINKINGS, 2008, p. 13).

A educação, como sugere Sader (2008, p. 15) no prefácio da obra *A educação para além do capital*, “[...] tornou-se uma peça do processo de acumulação de capital e estabelecimento de consenso que torna possível a reprodução do injusto sistema de classes. Em lugar de instrumento da emancipação humana, agora é mecanismo de perpetuação e reprodução desse sistema.” Sader (2008) afirma que, ao pensar a educação na perspectiva da luta emancipatória, Mészáros reestabelece os vínculos entre educação e trabalho.

Diante disso, Mészáros (2008a) defende uma concepção mais ampla de educação, que não se restringe aos espaços formais de educação e se relaciona com toda a vida social. Para o autor consiste numa educação continuada.

Nunca é demais salientar a importância estratégica da concepção mais ampla de educação expressa na frase⁷⁸: ‘a aprendizagem é a nossa própria vida’. Pois muito do nosso processo contínuo de aprendizagem se situa, felizmente, fora das instituições educacionais formais. [...] Eles comportam tudo, desde o surgimento de nossas respostas críticas em relação ao ambiente material mais ou menos carente em nossa primeira infância, do nosso primeiro encontro com a poesia e a arte, passando por nossas diversas experiências de trabalho, sujeitas a um escrutínio racional, feito por nós mesmos e pelas pessoas com quem partilhamos e, claro, até o nosso envolvimento, de muitas diferentes maneiras e ao longo da vida, em conflitos e confrontos, inclusive as disputas morais, políticas e sociais dos nossos dias. apenas

⁷⁸ A frase a que o autor faz referência é de Paracelso: “A aprendizagem é a nossa própria vida, desde a juventude até a velhice. De fato quase até a morte; ninguém passa dez horas sem nada aprender.”

uma parte disso tudo está diretamente ligada à educação formal. (MÉSZÁROS, 2008a, p. 53).

No entendimento do autor, a educação tem papel soberano na transformação social, na mudança das condições objetivas de reprodução. A educação continuada é fundamental na “[...] *automudança consciente* dos indivíduos chamados a concretizar a criação de uma ordem social metabólica radicalmente diferente. É isso que se quer dizer com a concebida ‘sociedade dos produtores livremente associados’.” (MÉSZÁROS, 2008a, p. 65).

Para Mézáros (2008a) é preciso desenvolver, na imensa maioria esmagadora da sociedade, uma consciência comunista de massa que possibilite a fundação de uma nova sociedade. E, no desenvolvimento dessa consciência socialista, a educação tem papel crucial, uma educação para além do capital.

A ‘autoeducação de iguais’ e a ‘autogestão da ordem social reprodutiva’ não podem ser separadas uma da outra. A autogestão – pelos produtores livremente associados – das funções vitais do processo metabólico social é um empreendimento *progressivo* – e inevitavelmente em *mudança*. O mesmo vale para as práticas educacionais que habilitem o indivíduo a realizar essas funções na medida em que sejam redefinidas por eles próprios, de acordo com os requisitos em mudança dos quais eles são agentes ativos. A educação, nesse sentido, é verdadeiramente uma *educação continuada*. (MÉSZÁROS, 2008a, p. 74-75, grifo do autor).

Significa que, na perspectiva do autor, a “educação continuada” é inseparável da prática significativa da *autogestão*, ou seja, é fundamento necessário aos princípios reguladores de uma sociedade para além do capital.

Paulo Freire é outro autor que tem uma concepção mais ampla de educação e, também, tem por referência a filosofia da práxis. Por seu turno, o autor entende que o homem é um ser da práxis dada sua “[...] capacidade de atuar, operar, de transformar a realidade de acordo com finalidades propostas [...], à qual está associada sua capacidade de refletir.” (FREIRE, 2018a, p. 20). Para o autor, ação e reflexão constituem a maneira humana de existir, constitutivos inseparáveis da práxis. Contudo, a realidade em que está o homem condiciona a ação e reflexão.

Assim, como não há homem sem mundo, nem mundo sem homem, não pode haver reflexão e ação fora da relação homem-realidade. Esta relação homem-realidade, homem-mundo, ao contrário do contato animal com o mundo, como já afirmamos, implica a transformação do mundo, cujo produto, por sua vez, condiciona ambas, ação e reflexão. É, portanto, através de sua experiência nestas relações que o homem desenvolve sua ação-reflexão, como também pode tê-las atrofiadas. Conforme se estabeleçam estas relações, o homem pode ou não ter condições objetivas para o pleno exercício da maneira humana de existir. (FREIRE, 2018a, p. 20-21).

Na obra *Pedagogia do Oprimido*, Freire (2014) advoga por uma consciência crítica dos oprimidos sobre seu estar no mundo e sobre a necessidade de lutar por sua libertação

mediante a transformação da ordem social, econômica e política injusta. A pedagogia do oprimido, nas palavras do autor, é:

[...] aquela que tem de ser forjada com *ele* e não *para* ele, enquanto homens ou povos, na luta incessante de recuperação de sua humanidade. Pedagogia que faça da opressão e de suas causas objeto da reflexão dos oprimidos, de que resultará o seu engajamento necessário na luta por sua libertação, em que esta pedagogia se fará e refará. (FREIRE, 2014, p. 43).

A pedagogia do oprimido é, nesse sentido, um instrumento para a descoberta crítica da realidade. Sem uma inserção crítica na realidade – que possibilita um reconhecimento verdadeiro – é impossível uma transformação objetiva no sentido da emancipação social. “A leitura crítica do mundo é um *quefazer* pedagógico-político indicotomizável do *quefazer* político-pedagógico, isto é, da ação política que envolve a organização dos grupos e das classes populares para intervir na reinvenção da sociedade.” (FREIRE, 2016, p. 47, grifo do autor).

Apresentada a relação dialética trabalho-educação – a partir da filosofia da práxis em que se destacou a sua concepção transformadora e revolucionária –, colocamos em debate o processo educativo no espaço da produção. Consideramos, então, a pedagogia do trabalho em sua contraditoriedade: a heterogestão da pedagogia da fábrica e a autogestão da pedagogia da produção associada.

Desse modo, buscamos fundamentar teoricamente o caminho para compreensão e apreensão do processo pedagógico que se desenrola nas experiências de organização coletiva dos trabalhadores. A crítica à ideologia da gestão capitalista implica, segundo Faria (2017a, p. 472), “[...] uma opção pelos processos de produção democráticos coletivos; da mesma forma que a crítica à heterogestão que a mesma sustenta como a única forma possível de administração, implica também uma opção pela autogestão social.”

2.2 A PEDAGOGIA NO ESPAÇO DA PRODUÇÃO

Mas o processo revolucionário se realiza no terreno da produção, na fábrica, onde as relações são entre opressor e oprimido, explorador e explorado, onde não existe liberdade para o operário, onde não existe democracia. O processo revolucionário se efetiva onde o operário não é nada e quer se tornar tudo, onde o poder do proprietário é ilimitado, é poder de vida ou morte sobre o operário, sobre a mulher do operário, sobre os filhos do operário. (GRAMSCI, 2011b, p. 75).

Gramsci, no período em que dirigiu a revista *L'Ordine Nuovo*⁷⁹, viveu uma experiência política acompanhando as lutas operárias. Teorizou, então, uma “democracia operária” baseada no papel dos Conselhos de Fábrica⁸⁰, centrada no autogoverno dos produtores. “É nessa vontade de querer fundar uma ‘nova ordem’ política sobre o ‘trabalhador coletivo’ que reside a peculiaridade do ‘conselhismo’ gramsciano e do próprio ‘ordinovismo’.” (LIGUORI, 2017, p. 588).

Nos termos da filosofia da práxis, podemos afirmar que a experiência vivida por Gramsci foi uma experiência teórico-prática. A proposta de Gramsci com o *L'Ordine Nuovo*, segundo Liguori (2017, p. 588), “[...] fincava as próprias raízes diretamente no trabalho industrial, baseava-se na superação do distanciamento das funções intelectuais e políticas em relação àquelas da produção.” Evidencia-se, assim, a concepção ampla de educação⁸¹, uma autoeducação a partir do trabalho.

A experiência realmente espetacular de autoeducação da classe operária, de autonomia e antagonismo, na qual intelectuais revolucionários como Gramsci se envolveram de forma orgânica, ocorreu com o movimento dos conselhos de fábrica, nos anos 1919-1920. Dessa feita, os intelectuais e os operários se educaram reciprocamente. O periódico *L'Ordine Nuovo*, fundado por Gramsci e outros jovens intelectuais socialistas, se esforçou para dotar o movimento de cultura, de teoria e de direção consciente, enquanto eles mesmos aprendiam da escola do trabalho. (DEL ROIO, 2018, p. 137).

Podemos destacar que Gramsci, nesse período, percebeu a necessidade de afirmar um novo tipo de intelectual – o intelectual orgânico – como mediador no processo de desenvolvimento intelectual dos trabalhadores. No entanto, é importante ressaltar que nesse processo de autoeducação, intelectuais e operários se educaram mutuamente.

⁷⁹ “A *L'Ordine Nuovo*, revista semanal publicada entre 1º de maio de 1919 e 24 de dezembro de 1920 (entre 1921-1922 foi diário e órgão do Partido Comunista d'Itália [PCd'T], mais tarde tornando-se periódico), vinculava-se a um período preciso da experiência política gramsciana na Turim do ‘biênio vermelho’, em 1919-1920.” (LIGUORI, 2017, p. 587).

⁸⁰ “A fábrica com suas comissões internas, os círculos socialistas, as comunidades camponesas são os centros da vida proletária nos quais é preciso trabalhar diretamente. As comissões internas são órgãos de democracia operária que é necessário libertar das limitações impostas pelos empresários e nos quais é preciso infundir vida e energias novas. Hoje, as comissões internas limitam o poder do capitalista na fábrica e desempenham funções de arbitragem e disciplina. Desenvolvidas e enriquecidas, deverão ser amanhã os órgãos do poder proletário que substituirá o capitalista em todas as suas funções úteis de direção e de administração. Já desde agora os proletários deveriam proceder à eleição de amplas assembleias de delegados, escolhidos entre os melhores e mais conscientes companheiros, na base da seguinte palavra de ordem: ‘todo poder da fábrica aos comitês de fábrica.’ Tal palavra de ordem deve ser coordenada com outra: ‘Todo poder de Estado aos conselhos operários e camponeses.’” (GRAMSCI, 2011a, p. 71).

⁸¹ “Nos *Q* a questão da educação é estendida ao tema da hegemonia e do papel fundamental de mediação desenvolvido pelos intelectuais. A questão pedagógico-educativa aparece desde o *QI* como parte do mais vasto discurso sobre a formação e o papel dos intelectuais na história italiana do século XIX.” (LIGUORI, 2017, p. 232).

O fundamento do processo de autoeducação e de autoemancipação do trabalho tem como núcleo essencial o conselho de fábrica que tinha por horizonte a construção do trabalho livre associado.

O conselho deve então ser a base e o fundamento do estado operário e socialista, das suas instituições sociais. Assim, a escola no Estado de transição deve ser uma escola do trabalho que se emancipa, uma escola que constrói e organiza o trabalho livre associado. Nessa escola, a ação laboriosa disciplinada se articula ao conhecimento da técnica, da ciência e da vasta cultura humanista. O método e o princípio pedagógico se fundamentam no processo produtivo fabril, coletivo e solidário. (DEL ROIO, 2018, p. 121).

Evidenciada a relação trabalho-educação, na segunda parte deste capítulo tratamos do processo educativo que se desenrola no terreno da produção⁸². Afinal, o homem se educa e se faz homem – de acordo com Marx e Engels – “[...] na produção e nas relações de produção através de um processo contraditório em que estão sempre presentes e em confronto, momentos de educação e deseducação, de qualificação e desqualificação, e portanto, de humanização e de desumanização.” (KUENZER, 1986, p. 11).

Os pioneiros da teoria da administração surgiram no início do século XX e, por apresentarem ideias bastante semelhantes, foram designados como fundadores da Escola Clássica. Motta (2010) cita Taylor, Fayol, Gulick, Urwick, Gantt e Gilbreth como principais representantes dessa corrente.

O autor afirma que as ideias desses pioneiros poderiam ser resumidas de maneira geral no seguinte pressuposto: “[...] alguém será um bom administrador à medida que planejar cuidadosamente todos os seus passos, organizar e coordenar as atividades de seus subordinados e comandar e controlar o seu desempenho.” (MOTTA, 2010, p. 6).

Dentre esses representantes, Motta (2010) destaca Frederick Winslow Taylor e Henri Fayol. O primeiro publica em 1911 o seu livro mais importante, *Princípios da Administração Científica*, enquanto o segundo publica, em 1916, o livro *Administração Geral e Industrial*. Fayol acaba por complementar o trabalho desenvolvido por Taylor. Segundo Motta (2010, p. 6-7, grifo do autor):

Taylor preocupou-se muito mais com a racionalização dos métodos e sistema de trabalho do que com a racionalização da organização do trabalho. [...] Para garantir

⁸² “O que não pode ser posto em dúvida é que a hegemonia tem seu fundamento último no processo de produção da vida material e nas relações de trabalho que configuram o bloco histórico. Mas o processo produtivo é organizado por intelectuais organicamente vinculados a uma classe determinada, que persuadem os trabalhadores a movimentar a produção com sua força vital, pela força ou pelo consenso. Engenheiros, economistas e administradores compõem um corpo de intelectuais vinculados à burguesia de forma mais direta, mas toda hegemonia é composta por uma variedade de funções intelectuais estabelecidas por meio de uma série de mediações que perpassam o complexo das superestruturas da sociedade civil e do estado, organizando em última instância o processo produtivo do bloco histórico e formatando a sua força de trabalho.” (DEL ROIO, 2018, p. 158-159).

que os padrões fossem atingidos, Taylor sugere a *seleção, o treinamento e o controle dos trabalhadores*. [...] Taylor é o primeiro teórico da administração. De uma forma ou de outra, toda a teoria das organizações fundamenta-se em seu trabalho ou dialoga com suas ideias

Enquanto Fayol:

Voltado para a racionalização da estrutura administrativa, que gerencia o processo de trabalho, [...] desenvolve uma análise lógico-dedutiva da administração. É dele a classificação das funções do administrador: *planejar, organizar, coordenar, comandar e controlar*. Dessas funções deduz os princípios da administração. (MOTTA, 2010, p. 7, grifo do autor).

Em sua crítica, Faria (2007b, p. 24) afirma que a Teoria Geral da Administração “[...] sendo um sistema de ideias direcionado a um fim e que mascara ou não aborda o conjunto das práticas, possui caráter ideológico⁸³, o qual confere sentido aos processos de controle nas organizações.”

Para ilustrar a evolução do pensamento administrativo, elaboramos, a partir da análise de Faria (2007b), o *QUADRO 5* contemplando enfoques da Teoria Geral da Administração.

⁸³ “A ideologia, assim, representa a relação imaginária dos indivíduos com suas condições reais de existência, ou seja, se a representação das condições de existência real dos indivíduos que ocupam postos de agentes da valorização do capital (da exploração, da repressão, da ideologização, da prática científica) resulta em última instância das relações de produção e das relações dela derivadas, é porque a ideologia só tem sentido se resulta em prática material por ela constituída, porquanto são atos materiais, inseridos em práticas, reguladas por rituais que são definidos pelos aparelhos ideológicos. A produção ideológica permite mascarar, deslocar ou desviar os conflitos de suas potencialidades, exagerando-o, amenizando-o, ou mesmo articulando um conflito imaginário sobre as potencialidades efetivas. A ideologia surge, desta forma, como instrumento permanente de poder e é neste sentido que ela também produz as formas de sua interpretação. É como instrumento de poder que a ideologia aparece nas unidades produtivas. Estas não são lócus da reprodução da ideologia, mas de produção de um tipo de linguagem política e um eminente lugar de inculcações, lugar de discursos, que só pode realizar sua finalidade (exploração do trabalho) organizando uma estrutura de sentido, proclamando fins, que ocultam o fim real, divulgando-os e divulgando os meios que tenham relações (duplas) com os fins.” (FARIA, 2017a, p. 382).

QUADRO 5 – Enfoques da Teoria Geral da Administração

| | |
|-----------|---|
| 01 | A organização científica do trabalho: enfoque clássico Concepção de Frederick W. Taylor Concepção de Henry Ford Henri Fayol |
| 02 | O enfoque das relações humanas Concepção de g. Elton Mayo Concepção de Chester I. Barnard Concepção de Douglas McGregor Concepção de H. Maslow |
| 03 | O enfoque neoclássico Concepção de Peter F. Drucker Concepção Empírico-Gerencialista |
| 04 | O enfoque behaviorista Concepção de Herbert A. Siomn e James G. March Concepção de Rensis Likert Concepção de Chris Argyris Concepção de Robert Blake e Jane S. Mouton |
| 05 | O enfoque estruturalista Concepção de Amitai Etzioni Concepção de Charles B. Perrow |
| 06 | O enfoque funcionalista dos sistemas sociais Concepção Sistêmica Concepção Desenvolvimentista Concepção Contingencialista |
| 07 | O enfoque da teoria Z e os círculos de controle de qualidade |
| 08 | A linha de produção flexível |

Fonte: O autor adaptado de FÁRIA, José Henrique de. **Economia política do poder: uma crítica da teoria geral da administração**. Volume 2. Curitiba: Juruá, 2007b.

Sobre a teoria da gestão capitalista, Faria (2017a, p. 471) afirma que ela “[...] está relacionada não com a história do pensamento científico, mas com a história do capitalismo, sendo, portanto, a própria teoria do poder e do controle.” Faria (2008), ao examinar a própria história do desenvolvimento das ideologias de gestão, desde Taylor-Fayol-Ford até o Toyotismo (produção flexível ou enxuta), desenvolveu a Teoria Crítica do Controle.

Com a Teoria Crítica do Controle, o autor – que afirma seguir a linha da crítica de Maurício Tragtenberg – propõe a tese de que a teoria da administração é, na verdade, uma teoria sobre a prática do controle ou uma ideologia do poder do Capital. “Em outros termos, tal teoria é ao mesmo tempo o reassguramento do arcabouço tanto da produção quanto da reprodução da lógica da acumulação capitalista no âmbito da gestão do processo de trabalho em unidades produtivas.” (FÁRIA, 2019, p. 274).

No Brasil, aliás, merece destaque o pioneirismo de Maurício Tragtenberg na crítica às teorias da gestão capitalista. Sua trajetória se deu, nas palavras de Meneghetti (2009, p. 21): “[...] vivenciando essas realidades como um intelectual orgânico em defesa dos interesses dos trabalhadores”. Sobre o enfoque das relações humanas, por exemplo, Tragtenberg (2005, p. 28-32, grifo do autor) escreve:

Com ‘relações humanas’ surge a empresa educadora de homens, pois parte-se da noção de que a experiência das responsabilidades do trabalhador tem valor formativo, mas deixa a cargo da empresa e a seus conselheiros *agir sobre* os que processam a formação. Relações humanas são um elemento simplificador e idealista, manipulador e realista. [...] Fundamentalmente, a preocupação das relações humanas consiste na sua influência na produção, donde pode defini-la como dinheiro. [...] ‘Relações Humanas’ surgiu e se desenvolveu como reação ao sindicalismo operário norte-americano; foi uma das respostas patronais no terreno da ideologia e da técnica administrativa.

O autor define as relações humanas como uma teoria, prática e uma ideologia⁸⁴. Por conseguinte, quanto à organização capitalista, Tragtenberg (2005, p. 37) afirmava: “Empresa não é só o local físico onde o trabalho excedente cresce às expensas do necessário, o palco da oposição de classes. É também o cenário da inculcação ideológica. Nesse sentido, empresa é também aparelho ideológico.”

Para garantir a hegemonia do discurso capitalista quanto à difusão dos sistemas e mecanismos de controle no interior das unidades produtivas, a ideologia assume extrema importância. Desse modo, os sistemas e os mecanismos de controle são apresentados – via transmissão ideológica⁸⁵ – “[...] como funcionais à qualidade da produção, à produtividade, à concorrência e, ao mesmo tempo, à harmonia no trabalho, à realização pessoal, ao comprometimento, ao vínculo.” (FARIA, 2017a, p. 382).

Em sua argumentação, Faria (2017a, p. 383) explica que, “na medida em que a ideologia se consubstancia em práticas e que tais práticas estão presentes em aparelhos econômicos, como as unidades produtivas, é que ela aparece nestas como um conjunto de crenças formando um dogma, crenças estas partilhadas pelos membros da organização [...]”.

⁸⁴ “À ideologia da gestão capitalista não interessa o sujeito consciente individual ou coletivo. Sua preocupação central é com a força de trabalho e, portanto, com os instrumentos para torná-la – em função das necessidades do capital – mais eficiente, eficaz, produtiva, satisfeita, cooperativa, harmônica, dócil e leal. Neste sentido, pode-se afirmar que a gestão capitalista é um conjunto de técnicas multidisciplinares, desenvolvidas e aperfeiçoadas para capacitar um número reduzido de pessoas (especialistas) da cúpula das organizações (os dirigentes), no sentido de que estas possam manter e/ou incrementar os mecanismos de direção e de controle sobre o processo de trabalho e sobre os trabalhadores, de modo a permitir que o resultado das tarefas organizadas seja obtido, à custa de motivação e comprometimento, com maior eficiência e eficácia, segundo padrões definidos pela estrutura burocrática da organização e de acordo com os seus fins objetivos específicos.” (FARIA, 2017a, p. 467).

⁸⁵ “Isto remete, de fato, à questão da transmissão da ideologia primeiro para fora da organização produtiva, especificamente pelos aparelhos de Estado e, segundo, para os efeitos desta transmissão e para a operacionalização desses efeitos no interior das unidades produtivas. Desde logo, não se trata de afirmar que não há ideologia na organização e tampouco que nesta não se produzam ideologias, mas que esta aparece consolidada de forma dominante nos aparelhos do Estado. Reproduzir a força de trabalho não é produzir sua qualificação, mas é reproduzir, ao mesmo tempo, sua submissão à ordem estabelecida, isto é, reproduzir sua submissão à ideologia dominante. Este papel é desempenhado principalmente pelo aparelho de Estado escolar, mas não só por ele, pois os programas de treinamento aplicados nas organizações, inclusive ou principalmente os que tomam atualmente a forma de universidades corporativas, cumprem papel semelhante. A escola e os treinamentos nas empresas não apenas qualificam a força de trabalho e reproduzem a submissão à ideologia dominante para os operários, como reproduzem, para os agentes da exploração, as condições de manejar tal ideologia, de gerir o trabalho, de forma a assegurar a dominação.” (FARIA, 2017a, p. 379).

Segundo o autor, nas unidades produtivas, o sistema de transmissão ideológica possui mecanismos que criam e disseminam valores.

Estes mecanismos ou são explícitos, valendo-se de jornais internos, quadros murais e treinamentos, ou são mecanismos implícitos, agindo através de encontros de confraternização, promoções esportivas, associações cooperativas de consumo para os empregados, etc. Todas as formas de controle são assim legitimadas pela função ideológica, a qual transmite um conjunto de crenças a serem partilhadas pelos agentes. Para a organização, é preciso fazer crer que a hierarquia, a disciplina e o controle são necessários para o bom andamento dos negócios e que o bom andamento dos negócios é necessário para a satisfação dos agentes: quanto mais a organização se desenvolve, mais se desenvolvem seus membros e para que ela se desenvolva é preciso um sistema rígido de controle. Este é o núcleo do sistema de transmissão ideológica. (FARIA, 2017a, p. 383-384).

Além disso, para firmar e garantir o controle nas organizações, Meneghetti (2009, p. 09-10) argumenta que “[...] faz-se necessário estabelecer um projeto pedagógico que estabeleça formas específicas de educação do trabalhador, cujo preceito básico é o disciplinamento e consenso, tanto no ambiente de trabalho como nos locais não próximos a ele.”

Kuenzer (1985) examinou o lugar que a educação ocupa e como é percebida no interior da própria fábrica capitalista. Com isso, pode compreender o processo no qual a moderna fábrica capitalista educa o trabalhador. “Durante três meses, Acácia [Kuenzer] conviveu diariamente com operários, supervisores, gerentes administrativos, engenheiros e assistentes sociais dentro de uma fábrica organizada nos moldes da mais avançada teoria da administração capitalista.” (SAVIANI, 1985, p. 9).

Em seu livro, Kuenzer (1985, p. 12) afirma que “[...] cotidianamente, em cada unidade produtiva e nas relações de produção, desenvolve-se, silenciosamente e de forma pouco explícita, um projeto pedagógico que tem passado desapercibido, cujo objetivo é formar não um, mas milhares de trabalhadores.”

Com o entendimento de que são as relações sociais e técnicas que educam o trabalhador, a autora afirma que o fundamento da pedagogia do trabalho está na forma em que se constitui o processo de trabalho. Assim, na fábrica capitalista de produção, a heterogestão é o fundamento da pedagogia do trabalho.

Ou seja, a partir das necessidades determinadas pelo processo produtivo heterogerido, instala-se na fábrica um verdadeiro processo pedagógico que tem por objetivo a educação técnica e política do trabalhador, determinada pelos interesses do capital; mesmo que esta educação política não seja explícita, e ao contrário, seja apresentada como não-política, ela traz em seu bojo um projeto definido de hegemonia que se exerce pela veiculação de certa concepção de mundo. (KUENZER, 1985, p. 12-13).

Desse modo, a heterogestão se apresenta como uma das formas de garantir a dominação do capital sobre o trabalho. Afinal, na fábrica capitalista, sob a heterogestão se hierarquiza o trabalhador coletivo e se educa o operário para o trabalho dividido. O processo de educação da força de trabalho é determinado considerando-se os requisitos de qualificação e de conduta necessários à produção. (KUNZER, 1985).

O objetivo central do processo de educação do trabalhador na fábrica capitalista consiste na:

[...] constituição de um trabalhador que combine a posse de um conjunto de habilidades técnicas necessárias – e não mais do que isto – a um conjunto de condutas convenientes, de modo a assumir, o mais espontaneamente possível, sua função de trabalhador alienado ao mesmo tempo que assegure as condições necessárias à sua própria reprodução. (KUNZER, 1985, p. 78).

Kuenzer (1985) chama a atenção para o fato da educação do trabalhador assumir o mesmo caráter contraditório inerente às relações de exploração do trabalho pelo capital. Nesse processo, ao mesmo tempo em que o capital com sua pedagogia da fábrica, também “[...] educa o trabalhador para ser artífice de sua própria exploração, ele o educa para reagir às formas de disciplinamento. Nesse mesmo processo, contraditoriamente, o trabalhador, pelas formas de enfrentamento que desenvolve, ensina ao capital novas estratégias de dominação.” (KUNZER, 1985, p. 78).

Mas, para que esse enfrentamento aconteça de maneira efetiva, é fundamental que o trabalhador desenvolva uma consciência crítica que lhe possibilite agir de maneira transformadora nos termos da filosofia da práxis. Nesse sentido, Kuenzer (1985, p. 188) alerta que “[...] o proletariado, que tem na experiência, no trabalho, pelo seu próprio caráter articulador de teoria e prática, o impulso à busca da totalidade, vê-se limitado pela expropriação do instrumental teórico-metodológico a que tem sido historicamente submetido.”

Para Kuenzer (1985), somente com a apropriação do saber socialmente elaborado é possível que os trabalhadores superem esse limite⁸⁶. Nesta perspectiva, Kuenzer (1985, p. 181), escreve que “os trabalhadores e seus intelectuais serão tanto mais eficazes na sua práxis revolucionária quanto mais souberem ler e compreender o presente a partir do passado, como um momento crucial para o futuro.”

⁸⁶ “Quanto à democratização e produção do saber, é necessário considerar que nenhuma escolarização – ainda a mais ‘deseducativa’ – substitui a educação na fábrica, assim como a educação na fábrica – ainda a mais ‘deseducativa’ – não substitui a função clássica da escola de distribuir o conhecimento socialmente produzido ao longo da história da humanidade.” (TIRIBA, 2001, p. 361).

No processo de educação do trabalhador pela fábrica capitalista, pelo que expusemos, ficou evidente o predomínio de uma pedagogia da fábrica orientada nos termos da exploração do trabalho pelo capital. Inclua-se, aí, a existência de uma Teoria Geral da Administração orientada para este fim.

Isso não nos causa surpresa quando retomamos o que Marx e Engels escrevem na obra *A ideologia alemã*:

Os pensamentos da classe dominante são também, em todas as épocas, os pensamentos dominantes; em outras palavras, a classe que é o poder *material* dominante numa determinada sociedade é também o poder *espiritual* dominante. A classe que dispõe dos meios da produção material dispõe igualmente dos meios da produção intelectual, de tal modo que o pensamento daqueles aos quais são negados os meios de produção intelectual está submetido também à classe dominante. Os pensamentos dominantes nada mais são do que a expressão ideal das relações materiais dominantes; eles são essas relações materiais dominantes consideradas sob a forma de idéias [*sic*], portanto a expressão das relações que fazem de uma classe a classe dominante; em outras palavras, são as idéias [*sic*] de sua dominação. (MARX; ENGELS, 2007, p. 48, grifo do autor).

Entretanto, no prefácio desta mesma obra, os autores assim escrevem: “Revoltemonos contra o domínio dessas ideias. Ensinemos os homens a trocar essas ilusões por pensamentos correspondentes à essência do homem, diz alguém; a ter para com elas uma atitude crítica, diz outro; a tirá-las da cabeça, diz o terceiro e – a realidade atual desmoronará.” (MARX; ENGELS, 2007, p. 3).

Em nosso entendimento, a partir do que escrevemos até aqui, é urgente a consolidação de uma pedagogia que se coloque em oposição à pedagogia da fábrica. Com clareza, Freire (2014, p. 252) escreve: “[...] assim como o opressor, para oprimir, precisa de uma teoria da ação opressora, os oprimidos para se libertarem, igualmente necessitam de uma teoria de sua ação.”

Kuenzer (1985) complementa essa ideia, afirmando que, no seu fazer, intelectuais e trabalhadores precisam reinventar a educação: “Além da escola, outros espaços, tais como os sindicatos, outras associações e mesmo grupos que congreguem trabalhadores, podem se constituir em alternativas para a viabilização de propostas pedagógicas que venham ao encontro dos interesses do trabalhador.” (KUENZER, 1985, p. 197).

Gaudêncio Frigotto, no prefácio do livro *O trabalho como princípio educativo no processo de produção de uma “outra economia”* (TIRIBA, 2001), afirma que, contrapondo e refutando a pedagogia do capital ou pedagogia da fábrica capitalista, encontra-se a(s) pedagogia(s) da produção associada. Segundo o autor: “[...] existe, a exemplo da *pedagogia da fábrica* ou a pedagogia do capital, o desenvolvimento da pedagogia ou pedagogias da

produção associada que têm a virtualidade de gerar uma nova cultura do trabalho.” (FRIGOTTO, 2001, p. 19).

No espaço contraditório das relações sociais de produção capitalista, a pedagogia da produção associada:

[...] produz uma formação humana e processos educativos e culturais que se contrapõem e refutam a pedagogia do capital que aparece sob diferentes denominações no ideário pedagógico atual: ‘pedagogia empresarial’ ou ‘pedagogia da fábrica’ (capitalista), a ‘educação para o empreendedorismo’ ou ‘educação para a gestão do próprio negócio’. (FRIGOTTO, 2010, p. 09-10).

Lia Tiriba é a autora do livro e a responsável pelo termo pedagogia da produção associada, ou como ela utiliza pedagogia(s) da produção associada. A autora defende que “[...] a necessidade de contribuir para a elaboração de uma teoria da economia popular (e de seus processos pedagógicos) corresponde a uma necessidade prática, imposta pela própria realidade.” (TIRIBA, 2001, p. 26).

Entendendo os processos produtivos como processos pedagógicos que mediam as condições objetivas e subjetivas da cultura do trabalho, o objetivo não é propor um novo modelo da escola, tampouco buscar nos processos educativos dos ‘homens de negócio’ um nível ótimo de formação para a garantia da ‘empregabilidade’ e, sim, o caráter educativo das novas formas de trabalho, empreendidas pelos próprios trabalhadores no contexto da crise do emprego. Sob nosso olhar de educadores, tentamos trazer à superfície a pedagogia da produção associada, a partir das motivações e práticas dos trabalhadores associados quanto à organização e gestão de seus empreendimentos, às relações de mercado, às instâncias de produção e socialização do saber e aos vínculos que estabelecem com o governo, os empresários, as instituições de apoio e outras redes de ação coletiva. (TIRIBA, 2001, p. 32).

Tiriba (2001) utiliza o conceito pedagogia(s) da produção associada para poder compreender – assim como se procura compreender a “pedagogia da fábrica” – os processos educativos que se realizam nos espaços coletivos de produção da vida⁸⁷ tão característicos no contexto da crise do emprego. Afinal, “[...] a vida cotidiana das classes populares nos diz não ter perdido o trabalho atual, em sua forma mercadoria, mesmo que degradador da espécie humana, sua centralidade nas relações sociais.” (TIRIBA, 2001, p. 88).

Para Tiriba (2001), além da alternativa ao desemprego frente à crise do emprego, a produção associada é instância de produção de novas concepções de trabalho, de vida e de mundo. Precisamos, segundo Tiriba (2001, p. 26), entender “[...] as maneiras pelas quais os

⁸⁷ “Pensamos que as histórias nas quais os trabalhadores se tornam os proprietários dos meios de produção são parte integrante e inseparável da história da práxis humana em seu permanente processo de conhecer e transformar a realidade histórico-social. A constituição do sujeito-trabalhador, em sua relação com um bem econômico, com os demais trabalhadores, com a natureza e com a sociedade, é a síntese dialética do seu processo de reflexão e inserção na vida real.” (TIRIBA, 2001, p. 375).

trabalhadores vêm tentando construir, na prática e de forma contraditória, sua pedagogia do trabalho (que, muitas vezes, constitui-se num arremedo da ‘pedagogia da fábrica’).”

Se deixamos de olhar os processos produtivos geridos pelos próprios trabalhadores, se não nos debruçamos sobre as diferentes pedagogias da produção associada, estamos estreitando nosso campo de investigação quando, deixando de buscar – *também neste espaço singular* – os elementos materiais da formação humana. (TIRIBA, 2001, p. 228-229).

Numa perspectiva gramsciana, Tiriba (2001, p. 29) entende que, “[...] a experiência viva e histórica dos processos produtivos geridos pelos próprios trabalhadores tem representado para seus atores ‘uma magnífica escola de experiência política e administrativa’.” (TIRIBA, 2001, p. 29).

Reafirmar que o trabalho é princípio educativo⁸⁸, como colocam Tiriba e Picanço (2010, p. 27), significa “[...] reconhecer que é no próprio processo de trabalho, ou seja, na práxis que os seres humanos criam e recriam a realidade social, como é nesse processo, também, que homens se educam ou se formam como seres humanos.”

Uma pedagogia da produção associada como proposta educativa pressupõe seguramente a relação trabalho e educação, numa perspectiva de formação de trabalhadores – Educação Popular – inclui, obrigatoriamente, a troca entre saberes e conhecimentos, produzidos e tecidos no cotidiano das lutas pela sobrevivência – mundo do trabalho – e conhecimentos historicamente produzidos e construídos como compreensões e explicações da realidade, porém, pensados em favor dos processos de mudança e transformação dessa mesma realidade. Por outro lado, será importante que sejam incorporadas as experiências e reflexões já produzidas e criticamente sistematizadas, que venham contribuir para o desenvolvimento e aprofundamento da perspectiva da pedagogia da produção associada como processo de Educação Popular. (PEIXOTO FILHO, 2010, p. 52).

A pedagogia da produção associada, ao se colocar na perspectiva de emancipação das classes trabalhadoras e ter por horizonte a subversão do capitalismo, busca contribuir para a criação e recriação de uma cultura do trabalho de novo tipo. Uma cultura do trabalho “[...] que possa materializar um outro sentido para o próprio trabalho, para economia e para as relações de convivência, não apenas no interior da unidade produtiva, mas também na comunidade local e no território mais amplo das relações sociais.” (TIRIBA, 2006, p. 121-122). Mas é importante destacarmos que:

Se, de um lado, isoladamente, os trabalhadores associados não conseguem mudar o mundo, de outro, como parte integrante dos movimentos populares, os processos produtivos cuja lógica é a hegemonia do trabalho sobre o capital podem permitir a mudança de postura de seus integrantes frente ao mundo. Neste processo, também

⁸⁸ Para Tiriba (2001, p. 191): “[...] podemos aprender da obra gramsciana que a ideia do ‘trabalho como princípio educativo’ não é só um pressuposto referente à educação escolar, mas também está presente no processo do próprio trabalho. Isso porque, como já nos referimos, ao final do processo de trabalho, o produto plasma-se como resultado da ação humana na transformação da matéria-prima - ação essa representativa do resultado do movimento dialético entre o atuar e o pensar.”

corresponde ao intelectual o papel de tentar ‘pôr ordem nas ideias’, vinculando-se, visceralmente, com a práxis cotidiana e redescobrimo que, como imensa maioria, podemos transformar nossa vida e nossa sociedade. (TIRIBA, 2001, p. 375).

Assim, como na fábrica capitalista, à medida que os trabalhadores associados⁸⁹ “[...] aprendem os conhecimentos técnicos para produção, apreendem também os valores e comportamentos que são necessários para o estabelecimento de determinadas relações sociais de produção.” (TIRIBA, 2006, p. 121).

Nesse processo de consolidação de uma pedagogia que se coloque em oposição à pedagogia da fábrica, é preciso, assim como afirmam Tiriba e Picanço (2010, p. 27):

[...] trazer à superfície uma outra Pedagogia, a qual se realiza buscando superar aquela que, tanto na escola como fora dela, tem apenas como horizonte a flexibilização ou suavização das relações entre o capital e o trabalho, e que, além disso, se expressa com uma ação em oposição à perspectiva de um cooperativismo vazio de sentido criador e inovador.

Trata-se de um “novo fazer pedagógico” – expressão usada por Kuenzer (1985) – possível enquanto resultado do processo coletivo que se desenrola cotidianamente em cada instituição comprometida com os interesses dos trabalhadores (unidades produtivas, movimentos de organização operária, escolas, etc.). Para a concretização dessa pedagogia é fundamental “[...] o esforço de trabalhadores e intelectuais, que, unidos pelo mesmo compromisso, a partir das relações sociais concretas, se educam e gestam um novo modo de produção, e portanto de existência, em que o trabalho significará libertação.” (KUENZER, 1985, p. 199).

Nessa perspectiva, a de uma práxis revolucionária, é importante considerarmos que:

As ações estratégicas organizadas da classe trabalhadora para transformar a sociedade, portanto, devem ter lugar tanto no nível geral das relações de produção quanto no interior da fábrica, a partir da atividade viva do trabalhador, que é seu trabalho. É nas relações de trabalho que o operário adquire consciência de sua situação e de sua oposição aos detentores dos meios de produção e do controle de seu processo, podendo engendrar ações que realizem seus interesses objetivos e subjetivos específicos. (FARIA, 2017a, p. 469).

Com esse entendimento, no próximo capítulo, discutimos o trabalho como princípio educativo na experiência de organização coletiva da Cooperativa de Catadores dos Agentes Ambientais de Irati-PR.

⁸⁹ “Sem dúvida, o grupo que trabalha associativamente vive um intenso processo educativo, mas não necessariamente tal processo, pelo fato de que ‘venha do povo’, está descontaminado de aspectos deseducativos. [...] Sendo a realidade contraditória, do ‘educativo’ também fazem parte as práticas que, na nossa concepção, são ‘deseducativas’ - ou seja, fortalecem os processos em que os segredos da gestão ficam em mãos de poucos, estimulam o egoísmo individual ou o egoísmo coletivo.” (TIRIBA, 2001, p. 213).

CAPÍTULO 3 – O TRABALHO COMO PRINCÍPIO EDUCATIVO NA EXPERIÊNCIA DE ORGANIZAÇÃO COLETIVA DA COOPERATIVA DE CATADORES DOS AGENTES AMBIENTAIS DE IRATI-PR

No primeiro capítulo – “Experiência(s) Compartilhada(s)” – apresentamos a categoria teórica experiência utilizada por Thompson nos seus estudos sobre a formação da classe operária inglesa. A categoria experiência possibilitou refletirmos sobre o “fazer-se” das catadoras e catadores de material reciclável no Brasil.

Thompson defende uma “história vista de baixo” e, nesse sentido, procuramos destacar o papel ativo dos sujeitos – mulheres e homens – que, numa condição social determinada, encontraram na atividade de catação de material reciclável a alternativa (talvez a única possível) para produzir suas condições materiais de existência. Dessa forma, destacamos a centralidade do trabalho na vida social desses sujeitos.

Além dos contextos e das demandas sociais que caracterizam a situação social das catadoras e catadores de material reciclável, procuramos enfatizar o processo de mobilização e luta por reconhecimento social que levou, por exemplo, a inserção da atividade “catador de material reciclável” na Classificação Brasileira de Ocupações-CBO.

Destacamos a criação do Movimento Nacional dos Catadores de Materiais Recicláveis-MNCR que, enquanto principal organização nacional de defesa dos interesses das catadoras e catadores, se consolidou como um ator-chave na discussão sobre reciclagem e meio ambiente no Brasil. Um dos resultados dessa articulação e mobilização política foi a criação de centenas de associações e cooperativas a partir da aprovação da Política Nacional de Resíduos Sólidos-PNRS.

Tomar Thompson como referência permite a reflexão sobre a realidade atual e o seu vir a ser. “Qualquer momento histórico é ao mesmo tempo resultado de processos anteriores e um índice na direção de seu fluxo futuro.” (THOMPSON 1981, p. 58).

Na análise das experiências coletivas e cooperativas de trabalhadores, como observa Vendramini (2006, p. 127), é preciso considerar “[...] que há uma diversidade de formas de organização, de associação, de gestão, de articulação externa, de vínculos com o mercado, entre outros aspectos.”

Ou seja, trata-se de uma diversidade de experiências coletivas, ações e práticas sociais que são desenvolvidas em contextos e situações específicas. Para Vendramini (2006), somente a partir da experiência desenvolvida pelos sujeitos é possível apreender tal contexto em sua singularidade, em seus elementos particulares.

Há diversas formas e espaços de vivenciar experiências, de aprender com elas e de lhes dar sentido, mas é indiscutível que o coletivo, pensado aqui como coletivo que reúne as pessoas em torno de objetivos comuns, em torno de algo que as identifica, permite a vivência de experiências que podem vir a se tornar emancipadoras. (VENDRAMINI, 2006, p. 128).

Estudar a experiência para Vendramini (2006, p. 128), “[...] significa estudar o processo social que a engendra, com suas tradições passadas, levando-se em conta a vida material, bem como suas perspectivas futuras.” Para esta autora, é a compreensão dos aspectos objetivos e subjetivos das experiências que vai permitir uma análise mais profunda e próxima da realidade investigada.

Tiriba e Fischer (2013) destacam os aspectos metodológicos presentes na obra de Thompson – apresentados por Vendramini (2006) – que contribuem para a análise dos saberes do trabalho associado:

[...] apreender a singularidade sem perder de vista a totalidade dos fenômenos sociais; apreender as contradições da realidade; apreender os aspectos subjetivos e objetivos; atentar para a diversidade das experiências coletivas e, ao mesmo tempo, os sentidos que podem ser encontrados no interior das relações sociais e, ainda, a dialética entre passado, presente e futuro (historicidade) dos fenômenos. (TIRIBA; FISCHER, 2013, p. 544-545).

Como a própria Vendramini (2006, p. 127) sugere, são estes elementos “[...] que podem ajudar metodologicamente a identificar, problematizar e reconhecer os saberes que se constroem no trabalho, especialmente nas experiências coletivas ou associativas”. Um importante aspecto do pensamento de Thompson, segundo a autora é:

[...] compreender as contradições do contexto em que eles são elaborados, que diz respeito à afirmação e negação do trabalho; às relações que permeiam o trabalho; aos tipos de saberes produzidos (técnicos, críticos, reprodutores); à luta entre as velhas e as novas formas de produção presentes nas cooperativas de trabalhadores, em que estes aprendem pela autogestão, pela liderança, pela experiência coletiva, mas, ao mesmo tempo, estão inseridos no modo de produção fundado na alienação e na exploração do trabalho. (VENDRAMINI, 2006, p. 127).

A partir da categoria experiência é que buscamos apreender o “fazer-se” da Cooperativa de Catadores dos Agentes Ambientais de Irati-Cocair, em toda sua singularidade e em seus elementos particulares. Considerando nossos limites e nossas possibilidades, realizamos uma análise histórica sobre a Cocair para, com isso, refletirmos sobre seu momento atual e as perspectivas futuras.

O “fazer-se” que procuramos apreender, importante que ressaltamos, consiste nas experiências das mulheres e homens que trabalham e que vivem sua própria história sob determinadas condições objetivas. Essas mulheres e homens vivenciam essas experiências no coletivo e, no caso da Cocair, nos termos de uma produção associada. Nesse processo, em

que estão organizados coletivamente para produzir as condições materiais de existência, podem aprender com as experiências e lhes dar sentido.

Por sua vez, no capítulo 2 – “A filosofia da práxis: a relação trabalho-educação” –, abordamos a filosofia da práxis, enfatizando, assim como no capítulo 1, o papel da ação humana no processo de produção da realidade histórico-social. Nos termos da filosofia da práxis, a transformação de uma realidade considerada injusta – como é o caso das catadoras e catadores – é possível, desde que essa transformação tenha como fundamento uma crítica apoiada no conhecimento científico dessa realidade.

Ao mesmo tempo em que reafirmamos a centralidade do trabalho, abordamos o trabalho e a educação em sua relação dialética. Nesse sentido, assim como na perspectiva de Machado (2005) e Ciavatta (2019), fazemos uso do termo trabalho-educação em sua unidade. Trata-se de dois termos como unidade semântica com sentido epistemológico, histórico e educacional.

Sua unidade também tem apoio na concepção dialética do trabalho como princípio educativo, que tem sentido positivo quando a educação para o trabalho se torna formação humana, com o desenvolvimento de todo potencial intelectual, físico e afetivo de produção da vida, de compreensão dos processos sociais e de resistência à exploração. Mas Trabalho-Educação contempla também a formação para o trabalho no seu sentido negativo, como meio de alienação e sujeição dos trabalhadores às condições adversas em que o trabalho se apresenta. São as condições de trabalho e de educação, expressas na totalidade dialética de sua especificidade e de suas contradições históricas que permitem compreender os processos de humanização e os de alienação. (CIAVATTA, 2019, p. 146).

Relevante, nesse aspecto, destacamos a discussão que existe acerca dos termos “o trabalho como princípio educativo” e “o princípio educativo do trabalho”⁹⁰. Ciavatta (2019) explica que ambos os termos se assentam no materialismo histórico e se referem a uma mesma realidade, entretanto, são conceituados de pontos de vista diferenciados.

Semanticamente, as expressões o trabalho como princípio educativo e o princípio educativo do trabalho se equivalem. A primeira, com base na concepção dialética da totalidade social, concebe o trabalho na produção ontológica, estruturante da vida em sua positividade, e na particularidade negativa das relações sociais de trabalho na sociedade capitalista. A segunda, reduz o trabalho e a educação à sua negatividade em decorrência da alienação histórica do trabalho na sociedade capitalista. (CIAVATTA, 2019, p. 146-147).

⁹⁰ Um exemplo é o debate protagonizado por Frigotto e Tumolo nos seguintes textos: TUMOLO, Paulo Sérgio. O trabalho na forma social do capital e o trabalho como princípio educativo: uma articulação possível? **Educ. Soc.**, Campinas, vol. 26, n. 90, p.239-265, Jan/Abr. 2005. FRIGOTTO, Gaudêncio. A polissemia da categoria trabalho e a batalha das ideias nas sociedades de classe. **Rev. Bras. Educ.** [online]. 2009, vol.14, n.40, p.168-194. TUMOLO, Paulo Sergio. Trabalho, educação e perspectiva histórica da classe trabalhadora: continuando o debate. **Rev. Bras. Educ.**, Rio de Janeiro, v. 16, n. 47, p. 443-481, Ago. 2011.

Nesse sentido, nosso entendimento se alinha a primeira concepção que tem o trabalho enquanto princípio fundante na constituição do gênero humano. Ou seja, se baseia “[...] na compreensão do Trabalho como princípio educativo, como prática social concreta que nos distingue dos demais seres naturais, que nos faz seres ativos e conscientes; o Trabalho como fundamento da educabilidade humana.” (MACHADO, 2005, p. 130).

Afinal, dessa visão da formação humana integral, como explicam Frigotto e Ciavatta (2012, p. 751), “[...] deriva a relação entre o trabalho e a educação em todas as suas formas, em que se afirma o caráter formativo do trabalho e da educação como ação humanizadora mediante o desenvolvimento de todas as potencialidades do ser humano.”

Em uma concepção dialética, por ser a forma mediante a qual, em qualquer tempo histórico, se define o modo humano de existir, criando e recriando o ser humano, mesmo nas formas mais brutais da escravidão, o trabalho humano não é pura negatividade. [...] Marx vai nos mostrar que no processo histórico foram sendo suplantadas formas de exploração do trabalho. O capitalismo, por exemplo, para se afirmar, teve de suplantando as relações de trabalho escravocratas e servis. No entanto, como se gerou uma sociedade de classes e de exploração, a tarefa crítica, agora, é superar as relações de trabalho sob o próprio capitalismo. (FRIGOTTO; CIAVATTA, 2012, p. 750-751).

De acordo com Frigotto e Ciavatta (2012, p. 751), essa compreensão “[...] é fundamental para os movimentos sociais do campo e da cidade e para todos aqueles que lutam pela superação da exploração humana.”

A educação, como afirma Ciavatta (2019), deve ser pensada enquanto formação humana consistindo em um processo de ampliação do conhecimento e da leitura do mundo. “Como o trabalho, a formação humana deve ser entendida e praticada em relação aos conceitos de totalidade da vida social e do trabalho como atividade estruturante da vida humana em todo seu potencial, dignidade e ética.” (CIAVATTA, 2019, 145).

O espaço da produção, assim como os demais espaços da vida social, são espaços de formação. Por sua vez, apresentamos a pedagogia da fábrica e a pedagogia da produção associada, destacando o papel dos intelectuais orgânicos no processo educativo.

Com a categoria trabalho-educação, buscamos apreender, nos termos da produção associada, o trabalho como princípio educativo. Segundo Tiriba (2001, p. 210-211), na produção associada o mundo do trabalho “[...] é princípio e também fim educativo, é fonte de produção de conhecimentos e de novas práticas sociais, é a fonte de produção de bens materiais e espirituais.” O processo de trabalho nas unidades econômicas da produção associada se desenvolve como um ambiente de educação, em que se vive um intenso processo educativo. Isso acontece quando o grupo de trabalhadores reflete, de forma crítica e dialógica, os problemas organizacionais da unidade. (TIRIBA, 2001).

Este é capítulo, que nos remete ao universo empírico de análise e nos dá elementos para respondermos a questão de pesquisa, a saber: *na experiência de organização coletiva da Cooperativa de Catadores dos Agentes Ambientais de Irati-PR, o processo de trabalho desenvolvido se constituiu em princípio educativo para uma cultura do trabalho em oposição à heterogestão capitalista?*

Nesse sentido, construímos assim este capítulo: **(3.1)** o campo da pesquisa; **(3.2)** o “fazer-se” da Cocaair; **(3.3)** o trabalho como princípio educativo na Cocaair.

3.1 O CAMPO DA PESQUISA

Iniciaremos a discussão sobre o campo da pesquisa apresentando algumas características das cidades de Guarapuava e Irati, localizadas no Estado do Paraná, para, em seguida, apresentarmos as organizações de catadoras e catadores de materiais recicláveis que identificamos na pesquisa. Por último, justificamos a escolha da Cooperativa de Catadores dos Agentes Ambientais de Irati-Cocaair enquanto organização coletivista de produção associada como nosso campo de análise.

3.1.1 As cidades de Guarapuava e Irati do Estado do Paraná

As cidades de Guarapuava e Irati estão às margens da BR 277, principal Rodovia do Mercosul, que liga o Porto de Paranaguá ao Paraguai e à Argentina, trajeto entre a cidade de Curitiba e Foz do Iguaçu. A distância por rodovias entre os municípios de Guarapuava e Irati é de aproximadamente 107 quilômetros. Guarapuava localiza-se à aproximadamente 257 quilômetros de Curitiba, a capital do Estado, enquanto que Irati está à 150 quilômetros.

FIGURA 6 – Mapa do Estado do Paraná com a localização das cidades de Guarapuava e Irati



Fonte: O autor.

O município de Guarapuava possui mais 05 (cinco) distritos administrativos: Atalaia, Entre Rios, Guairacá, Guará e Palmeirinha. O portal da Prefeitura⁹¹ destaca que, com uma economia diversificada, Guarapuava é local para investimentos em todas as áreas. A cidade se destaca no segmento agrícola, madeireiro e de produção de grãos, especialmente o milho. Outros setores que estão em pleno desenvolvimento são a indústria alimentícia e de papel e da produção de pintainhos (sinônimo de pintinhos: filhote da galinha).

Segundo o portal da Prefeitura, além das indústrias instaladas nos distritos industriais, Guarapuava conta com uma imponente Planta Industrial em Entre Rios, operada

⁹¹ Disponível em: <http://www.guarapuava.pr.gov.br/turista/sobre-guarapuava/>. Acesso em: 24 set. 2019.

pela Cooperativa Agroindustrial Agrária, onde se encontra também a maior Maltaria Cervejeira da América Latina.

De acordo com o Censo Demográfico realizado no ano de 2010 pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística-IBGE, o município de Guarapuava tem uma população de 167.328 pessoas⁹².

TABELA 9 – População censitária de Guarapuava segundo tipo de domicílio e sexo – 2010

| TIPO DE DOMICÍLIO | MASCULINA | FEMININA | TOTAL |
|-------------------|---------------|---------------|----------------|
| Urbano | 74.273 | 78.720 | 152.993 |
| Rural | 7.524 | 6.811 | 14.335 |
| TOTAL | 81.797 | 85.531 | 167.328 |

Fonte: Caderno Estatístico Município de Guarapuava elaborado pelo Instituto Paranaense de Desenvolvimento Econômico e Social-Ipardes (2019, p. 13).

TABELA 10 – População censitária de Guarapuava segundo cor / raça – 2010

| COR / RAÇA | POPULAÇÃO |
|----------------|----------------|
| Branca | 116.937 |
| Preta | 5.039 |
| Amarela | 1.179 |
| Parda | 43.671 |
| Indígena | 502 |
| Sem declaração | - |
| TOTAL | 167.328 |

Fonte: Caderno Estatístico Município de Guarapuava elaborado pelo Instituto Paranaense de Desenvolvimento Econômico e Social-Ipardes (2019, p. 13).

As tabelas elaboradas pelo Instituto Paranaense de Desenvolvimento Econômico e Social-Ipardes, com base no Censo 2010, mostram que a maioria da população é domiciliada na zona urbana e, também, um número maior de pessoas do sexo feminino. No entanto, o número de pessoas do sexo feminino em relação ao número de pessoas do sexo masculino é maior na zona urbana, sendo que essa situação se inverte na zona rural. Os dados indicam, ainda, que, quanto à cor/raça mais da metade da população se declara branca, 69,88%. A cor/raça parda corresponde a 26,10%, preta 3,01%, amarela 0,70% e indígena 0,30%.

Em seu portal⁹³, o IBGE apresenta um panorama sobre os municípios brasileiros. Sobre a dimensão Trabalho e Rendimento, no ano de 2016, o salário médio mensal dos trabalhadores formais em Guarapuava era de 2,6 salários mínimos. A proporção de pessoas ocupadas em relação à população total era de 25,9%.

Se considerarmos os domicílios com rendimentos mensais de até meio salário mínimo por pessoa, o IBGE indica que 34,5% da população encontravam-se nessas condições.

⁹² O IBGE estimou a população de Guarapuava, no ano de 2018, em 180.334 pessoas.

⁹³ Disponível em: <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/pr/guarapuava/panorama>. Acesso em: 24 set. 2019.

Segundo informações do Atlas de Desenvolvimento Humano do Brasil⁹⁴, o Índice de Desenvolvimento Humano Municipal-IDHM⁹⁵ de Guarapuava, em 2010, era 0,731. Isso coloca o município na faixa de Desenvolvimento Humano Alto (IDHM entre 0,700 e 0,799). A dimensão que mais contribui para o IDHM do município é Longevidade, com índice de 0,853, seguida de Renda, com índice de 0,730, e de Educação, com índice de 0,628.

TABELA 11 – Índice de Desenvolvimento Humano Municipal e seus componentes - Guarapuava-PR

| IDHM e componentes | 1991 | 2000 | 2010 |
|--|-------------|-------------|-------------|
| IDHM Educação | 0,233 | 0,450 | 0,628 |
| % de 18 anos ou mais com fundamental completo | 24,92 | 36,51 | 51,92 |
| % de 5 a 6 anos na escola | 21,26 | 55,51 | 82,19 |
| % de 11 a 13 anos nos anos finais do fundamental regular seriado ou com fundamental completo | 42,05 | 68,57 | 89,84 |
| % de 15 a 17 anos com fundamental completo | 15,36 | 49,52 | 59,86 |
| % de 18 a 20 anos com médio completo | 11,74 | 26,21 | 44,49 |
| IDHM Longevidade | 0,725 | 0,816 | 0,853 |
| Esperança de vida ao nascer | 68,48 | 73,94 | 76,20 |
| IDHM Renda | 0,626 | 0,689 | 0,730 |
| Renda per capita | 394,52 | 583,96 | 750,09 |

Fonte: Atlas do Desenvolvimento Humano no Brasil. Disponível em: http://www.atlasbrasil.org.br/2013/pt/perfil_m/guarapuava_pr. Acesso em: 24 set. 2019.

Guarapuava ocupa a 993^a posição entre os 5.565 municípios brasileiros, segundo o IDHM. Nesse ranking, o maior IDHM é 0,862 (São Caetano do Sul) e o menor é 0,418 (Melgaço).

Comparando com os municípios da Microrregião Geográfica Guarapuava, a cidade de Guarapuava apresenta o melhor índice IDHM, ocupando a 78^a posição no ranking do Estado do Paraná, que contém 399 municípios.

⁹⁴ O Atlas do Desenvolvimento Humano no Brasil é um portal que traz o Índice de Desenvolvimento Humano Municipal - IDHM e outros 200 indicadores de demografia, educação, renda, trabalho, habitação e vulnerabilidade para os municípios brasileiros. Disponível em: http://www.atlasbrasil.org.br/2013/pt/perfil_m/guarapuava_pr. Acesso em: 24 set. 2019.

⁹⁵ O IDHM populariza o conceito de desenvolvimento centrado nas pessoas, e não a visão de que desenvolvimento se limita a crescimento econômico. O IDHM brasileiro considera as mesmas três dimensões do IDH Global – longevidade, educação e renda, mas vai além: adequa a metodologia global ao contexto brasileiro e à disponibilidade de indicadores nacionais.

TABELA 12 – Comparação do Índice de Desenvolvimento Humano Municipal da Microrregião Geográfica Guarapuava

| Município | Ano 2010 | | | | |
|------------------------|----------|--------------------------------|-----------------------------------|-----------------------------|----------------------|
| | IDHM | IDHM - Dimensão Educação | IDHM - Dimensão Longevidade | IDHM - Dimensão Renda | Ranking no Estado |
| Campina do Simão | 0,630 | 0,527 | 0,792 | 0,598 | 381 |
| Candói | 0,635 | 0,503 | 0,778 | 0,655 | 378 |
| Cantagalo | 0,635 | 0,522 | 0,768 | 0,638 | 378 |
| Espigão Alto do Iguaçu | 0,636 | 0,521 | 0,781 | 0,632 | 376 |
| Foz do Jordão | 0,645 | 0,496 | 0,828 | 0,654 | 363 |
| Goioxim | 0,641 | 0,547 | 0,813 | 0,593 | 368 |
| Guarapuava | 0,731 | 0,628 | 0,853 | 0,730 | 78 |
| Inácio Martins | 0,600 | 0,454 | 0,765 | 0,623 | 394 |
| Laranjeiras do Sul | 0,706 | 0,594 | 0,835 | 0,709 | 199 |
| Marquinho | 0,614 | 0,463 | 0,814 | 0,615 | 389 |
| Nova Laranjeiras | 0,642 | 0,517 | 0,833 | 0,614 | 367 |
| Pinhão | 0,654 | 0,534 | 0,806 | 0,649 | 354 |
| Porto Barreiro | 0,688 | 0,588 | 0,821 | 0,676 | 272 |
| Quedas do Iguaçu | 0,681 | 0,576 | 0,794 | 0,690 | 295 |
| Reserva do Iguaçu | 0,648 | 0,521 | 0,820 | 0,636 | 362 |
| Rio Bonito do Iguaçu | 0,629 | 0,498 | 0,792 | 0,631 | 383 |
| Turvo | 0,672 | 0,549 | 0,828 | 0,668 | 318 |
| Virmond | 0,722 | 0,628 | 0,848 | 0,708 | 115 |

Fonte: O autor adaptado do Índice de Desenvolvimento Humano Municipal segundo os Municípios do Paraná do Instituto Paranaense de Desenvolvimento Econômico e Social-Ipardes⁹⁶.

Na Dimensão Educação um dos indicadores é o de escolaridade da população adulta, o percentual da população de 18 anos ou mais com o ensino fundamental completo. Conforme descrito no Atlas de Desenvolvimento Humano do Brasil, esse indicador carrega uma grande inércia em função do peso das gerações mais antigas, de menor escolaridade. Entre 2000 e 2010, esse percentual passou de 36,51% para 51,92%, no município, e de 39,76% para 54,92%, no Estado do Paraná. Em 1991, os percentuais eram de 24,92%, no município, e 30,09%, no Estado do Paraná. Em 2010, considerando-se a população municipal de 25 anos ou mais de idade, 7,60% eram analfabetos, 46,84% tinham o ensino fundamental completo, 32,01% possuíam o ensino médio completo e 11,31% o superior completo. No Brasil, esses percentuais são, respectivamente, 11,82%, 50,75%, 35,83% e 11,27%.

O Atlas de Desenvolvimento Humano do Brasil mostra que a renda per capita média de Guarapuava cresceu 90,13% nas últimas duas décadas, passando de R\$ 394,52, em 1991, para R\$ 583,96, em 2000, e para R\$ 750,09, em 2010. Isso equivale a uma taxa média anual

⁹⁶ Disponível em: http://www.ipardes.gov.br/pdf/indices/IDHM_municipios_pr.pdf. Acesso em: 24 set. 2019.

de crescimento nesse período de 3,44%. A taxa média anual de crescimento foi de 4,45%, entre 1991 e 2000, e 2,54%, entre 2000 e 2010. A proporção de pessoas pobres, ou seja, com renda domiciliar per capita inferior a R\$ 140,00 (a preços de agosto de 2010), passou de 36,56%, em 1991, para 23,42%, em 2000, e para 8,92%, em 2010. A redução da desigualdade de renda nesse período pode ser descrita através do Índice de Gini⁹⁷, que passou de 0,61, em 1991, para 0,63, em 2000, e para 0,55, em 2010.

TABELA 13 – Renda, Pobreza e Desigualdade - Guarapuava-PR

| | 1991 | 2000 | 2010 |
|--------------------------|--------|--------|--------|
| Renda per capita | 394,52 | 583,96 | 750,09 |
| % de extremamente pobres | 12,24 | 6,86 | 2,24 |
| % de pobres | 36,56 | 23,42 | 8,92 |
| Índice de Gini | 0,61 | 0,63 | 0,55 |

Fonte: Atlas do Desenvolvimento Humano no Brasil. Disponível em: http://www.atlasbrasil.org.br/2013/pt/perfil_m/guarapuava_pr. Acesso em: 24 set. 2019.

Com relação à Dimensão Trabalho, entre 2000 e 2010, a taxa de atividade da população de 18 anos ou mais (ou seja, o percentual dessa população que era economicamente ativa) passou de 67,33%, em 2000, para 67,92%, em 2010. Ao mesmo tempo, sua taxa de desocupação (ou seja, o percentual da população economicamente ativa que estava desocupada) passou de 13,58%, em 2000, para 5,98%, em 2010.

TABELA 14 – Ocupação da população de 18 anos ou mais - Guarapuava-PR

| | 2000 | 2010 |
|---|-------|-------|
| Taxa de atividade - 18 anos ou mais | 67,33 | 67,92 |
| Taxa de desocupação - 18 anos ou mais | 13,58 | 5,98 |
| Grau de formalização dos ocupados - 18 anos ou mais | 58,31 | 63,92 |
| Nível educacional dos ocupados | | |
| % dos ocupados com fundamental completo - 18 anos ou mais | 44,48 | 60,84 |
| % dos ocupados com médio completo - 18 anos ou mais | 26,68 | 42,37 |
| Rendimento médio | | |
| % dos ocupados com rendimento de até 1 s.m. - 18 anos ou mais | 42,41 | 17,77 |
| % dos ocupados com rendimento de até 2 s.m. - 18 anos ou mais | 75,70 | 70,23 |
| % dos ocupados com rendimento de até 5 s.m. - 18 anos ou mais | 91,64 | 91,21 |

Fonte: Atlas do Desenvolvimento Humano no Brasil. Disponível em: http://www.atlasbrasil.org.br/2013/pt/perfil_m/guarapuava_pr. Acesso em: 24 set. 2019.

⁹⁷ Índice Gini: é um instrumento usado para medir o grau de concentração de renda. Ele aponta a diferença entre os rendimentos dos mais pobres e dos mais ricos. Numericamente, varia de 0 a 1, sendo que 0 representa a situação de total igualdade, ou seja, todos têm a mesma renda, e o valor 1 significa completa desigualdade de renda, ou seja, se uma só pessoa detém toda a renda do lugar.

Em 2010, das pessoas ocupadas na faixa etária de 18 anos ou mais no município, 11,26% trabalhavam no setor agropecuário, 0,19% na indústria extrativa, 12,06% na indústria de transformação, 9,05% no setor de construção, 1,76% nos setores de utilidade pública, 18,48% no comércio e 43,18% no setor de serviços.

Já o município de Irati possui mais 03 (três) distritos administrativos: Gonçalves Júnior, Guamirim e Itapará. Segundo o portal da Prefeitura de Irati⁹⁸, sua economia é composta por: comércio e serviços (57,89%), indústria (26,18%) e agropecuária (15,93%). Os principais produtos agrosilvopastoris são: milho (safra normal e safrinha), feijão das águas, soja, fumo, madeira em tora, criações de aves de corte, suínos e bovinos.

De acordo com o Censo Demográfico realizado no ano de 2010 pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística-IBGE, o município de Irati tem uma população de 56.207 pessoas⁹⁹.

TABELA 15 – População censitária de Irati segundo tipo de domicílio e sexo – 2010

| TIPO DE DOMICÍLIO | MASCULINA | FEMININA | TOTAL |
|-------------------|---------------|---------------|---------------|
| Urbano | 21.814 | 23.118 | 44.932 |
| Rural | 5.894 | 5.381 | 11.275 |
| TOTAL | 27.708 | 28.499 | 56.207 |

Fonte: Caderno Estatístico Município de Irati elaborado pelo Instituto Paranaense de Desenvolvimento Econômico e Social-Ipardes (2019, p. 13).

TABELA 16 – População censitária de Irati segundo cor / raça – 2010

| COR / RAÇA | POPULAÇÃO |
|----------------|---------------|
| Branca | 45.750 |
| Preta | 634 |
| Amarela | 209 |
| Parda | 9.501 |
| Indígena | 114 |
| Sem declaração | - |
| TOTAL | 56.207 |

Fonte: Caderno Estatístico Município de Irati elaborado pelo Instituto Paranaense de Desenvolvimento Econômico e Social-Ipardes (2019, p. 13).

As tabelas elaboradas pelo Instituto Paranaense de Desenvolvimento Econômico e Social-Ipardes, com base no Censo 2010, mostram que a maioria da população é domiciliada na zona urbana e, também, um número maior de pessoas do sexo feminino. No entanto, o número de pessoas do sexo feminino em relação ao número de pessoas do sexo masculino é maior na zona urbana, sendo que essa situação se inverte na zona rural. Os dados indicam, ainda, que, quanto à cor/raça a mais da metade da população se declara branca, 81,40%. A cor/raça parda corresponde a 16,90%, preta 1,13%, amarela 0,37% e indígena 0,20%.

⁹⁸ Disponível em: http://irati.pr.gov.br/pagina/1_Historia-da-Cidade.html. Acesso em: 24 set. 2019.

⁹⁹ O IBGE estimou a população de Irati, no ano de 2018, em 60.357 pessoas.

Segundo informações do IBGE¹⁰⁰, no ano de 2016, o salário médio mensal dos trabalhadores formais era de 2,3 salários mínimos. A proporção de pessoas ocupadas em relação à população total era de 22,1%.

Se considerarmos os domicílios com rendimentos mensais de até meio salário mínimo por pessoa, o IBGE indica que 32,6% da população encontravam-se nessas condições.

Segundo informações do Atlas de Desenvolvimento Humano do Brasil¹⁰¹, o Índice de Desenvolvimento Humano Municipal-IDHM¹⁰² de Irati é 0,726, em 2010, o que situa esse município na faixa de Desenvolvimento Humano Alto (IDHM entre 0,700 e 0,799). A dimensão que mais contribui para o IDHM do município é Longevidade, com índice de 0,835, seguida de Renda, com índice de 0,715, e de Educação, com índice de 0,640.

TABELA 17 – Índice de Desenvolvimento Humano Municipal e seus componentes - Irati-PR

| IDHM e componentes | 1991 | 2000 | 2010 |
|--|-------------|-------------|-------------|
| IDHM Educação | 0,259 | 0,494 | 0,640 |
| % de 18 anos ou mais com fundamental completo | 23,19 | 32,26 | 47,59 |
| % de 5 a 6 anos na escola | 24,47 | 68,45 | 91,22 |
| % de 11 a 13 anos nos anos finais do fundamental regular seriado ou com fundamental completo | 50,56 | 76,32 | 92,26 |
| % de 15 a 17 anos com fundamental completo | 20,29 | 68,27 | 69,19 |
| % de 18 a 20 anos com médio completo | 14,43 | 31,23 | 44,26 |
| IDHM Longevidade | 0,652 | 0,748 | 0,835 |
| Esperança de vida ao nascer | 64,09 | 69,86 | 75,11 |
| IDHM Renda | 0,573 | 0,636 | 0,715 |
| Renda per capita | 282,73 | 417,53 | 685,81 |

Fonte: Atlas do Desenvolvimento Humano no Brasil. Disponível em: http://www.atlasbrasil.org.br/2013/pt/perfil_m/guarapuava_pr. Acesso em: 24 set. 2019.

Irati ocupa a 1.133^a posição entre os 5.565 municípios brasileiros segundo o IDHM. Comparando com os municípios da Microrregião Geográfica Irati, a cidade de Irati apresenta o melhor índice IDHM, ocupando a 94^a posição no ranking do estado do Paraná, que contém 399 municípios.

¹⁰⁰ Disponível em: <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/pr/irati/panorama>. Acesso em: 24 set. 2019.

¹⁰¹ O Atlas do Desenvolvimento Humano no Brasil é um portal que traz o Índice de Desenvolvimento Humano Municipal - IDHM e outros 200 indicadores de demografia, educação, renda, trabalho, habitação e vulnerabilidade para os municípios brasileiros. Disponível em: http://www.atlasbrasil.org.br/2013/pt/perfil_m/irati_pr. Acesso em: 24 set. 2019.

¹⁰² O IDHM populariza o conceito de desenvolvimento centrado nas pessoas, e não a visão de que desenvolvimento se limita a crescimento econômico. O IDHM brasileiro considera as mesmas três dimensões do IDH Global – longevidade, educação e renda, mas vai além: adequa a metodologia global ao contexto brasileiro e à disponibilidade de indicadores nacionais.

TABELA 18 – Comparação do Índice de Desenvolvimento Humano Municipal da Microrregião Geográfica Irati

| Município | Ano 2010 | | | | Ranking no Estado |
|-----------|----------|--------------------------|-----------------------------|-----------------------|-------------------|
| | IDHM | IDHM - Dimensão Educação | IDHM - Dimensão Longevidade | IDHM - Dimensão Renda | |
| Irati | 0,726 | 0,640 | 0,835 | 0,715 | 94 |
| Mallet | 0,708 | 0,645 | 0,809 | 0,681 | 189 |
| Rebouças | 0,672 | 0,576 | 0,814 | 0,647 | 318 |
| Rio Azul | 0,687 | 0,544 | 0,819 | 0,728 | 277 |

Fonte: O autor adaptado do Índice de Desenvolvimento Humano Municipal segundo os Municípios do Paraná do Instituto Paranaense de Desenvolvimento Econômico e Social-Ipardes¹⁰³.

Segundo descrito no Atlas de Desenvolvimento Humano do Brasil, o indicador escolaridade da população adulta, o percentual da população de 18 anos ou mais com o ensino fundamental completo – assim como em Guarapuava (ver Tabela 11) –, carrega uma grande inércia, em função do peso das gerações mais antigas, de menor escolaridade. Entre 2000 e 2010, esse percentual passou de 32,26% para 47,59%, no município, e de 39,76% para 54,92%, no Estado do Paraná. Em 1991, os percentuais eram de 23,19%, no município, e 30,09%, no Estado do Paraná. Em 2010, considerando-se a população municipal de 25 anos ou mais de idade, 5,60% eram analfabetos, 41,51% tinham o ensino fundamental completo, 27,22% possuíam o ensino médio completo e 8,75%, o superior completo. No Brasil, esses percentuais são, respectivamente, 11,82%, 50,75%, 35,83% e 11,27%.

O Atlas de Desenvolvimento Humano do Brasil mostra que a renda per capita média de Irati cresceu 142,57% nas últimas duas décadas, passando de R\$ 282,73, em 1991, para R\$ 417,53, em 2000, e para R\$ 685,81, em 2010. Isso equivale a uma taxa média anual de crescimento nesse período de 4,77%. A taxa média anual de crescimento foi de 4,43%, entre 1991 e 2000, e 5,09%, entre 2000 e 2010. A proporção de pessoas pobres, ou seja, com renda domiciliar per capita inferior a R\$ 140,00 (a preços de agosto de 2010), passou de 49,60%, em 1991, para 28,58%, em 2000, e para 6,79%, em 2010. A redução da desigualdade de renda nesse período pode ser descrita através do Índice de Gini, que passou de 0,59, em 1991, para 0,55, em 2000, e para 0,49, em 2010.

¹⁰³ Disponível em: http://www.ipardes.gov.br/pdf/indices/IDHM_municipios_pr.pdf

TABELA 19 – Renda, Pobreza e Desigualdade - Irati-PR

| | 1991 | 2000 | 2010 |
|--------------------------|--------|--------|--------|
| Renda per capita | 282,73 | 417,53 | 685,81 |
| % de extremamente pobres | 24,05 | 8,82 | 1,89 |
| % de pobres | 49,60 | 28,58 | 6,79 |
| Índice de Gini | 0,59 | 0,55 | 0,49 |

Fonte: Atlas do Desenvolvimento Humano no Brasil. Disponível em: http://www.atlasbrasil.org.br/2013/pt/perfil_m/guarapuava_pr. Acesso em: 24 set. 2019.

Com relação à Dimensão Trabalho, entre 2000 e 2010, a taxa de atividade da população de 18 anos ou mais (ou seja, o percentual dessa população que era economicamente ativa) passou de 66,16%, em 2000, para 70,83%, em 2010. Ao mesmo tempo, sua taxa de desocupação (ou seja, o percentual da população economicamente ativa que estava desocupada) passou de 10,12%, em 2000, para 4,85%, em 2010.

TABELA 20 – Ocupação da população de 18 anos ou mais - Irati-PR

| | 2000 | 2010 |
|---|-------|-------|
| Taxa de atividade - 18 anos ou mais | 66,16 | 70,83 |
| Taxa de desocupação - 18 anos ou mais | 10,12 | 4,85 |
| Grau de formalização dos ocupados - 18 anos ou mais | 53,46 | 63,57 |
| Nível educacional dos ocupados | | |
| % dos ocupados com fundamental completo - 18 anos ou mais | 37,86 | 54,98 |
| % dos ocupados com médio completo - 18 anos ou mais | 23,34 | 37,02 |
| Rendimento médio | | |
| % dos ocupados com rendimento de até 1 s.m. - 18 anos ou mais | 56,58 | 23,06 |
| % dos ocupados com rendimento de até 2 s.m. - 18 anos ou mais | 82,53 | 73,29 |
| % dos ocupados com rendimento de até 5 s.m. - 18 anos ou mais | 94,34 | 93,43 |

Fonte: Atlas do Desenvolvimento Humano no Brasil. Disponível em: http://www.atlasbrasil.org.br/2013/pt/perfil_m/guarapuava_pr. Acesso em: 24 set. 2019.

Em 2010, das pessoas ocupadas na faixa etária de 18 anos ou mais do município, 23,99% trabalhavam no setor agropecuário, 0,27% na indústria extrativa, 10,54% na indústria de transformação, 7,92% no setor de construção, 1,38% nos setores de utilidade pública, 17,03% no comércio e 34,53% no setor de serviços.

Atlas de Desenvolvimento Humano do Brasil contempla dados sobre a vulnerabilidade social dos municípios e, a partir dos quais, elaboramos a tabela comparativa entre Guarapuava e Irati.

TABELA 21 – Vulnerabilidade Social – Guarapuava-PR e Irati-PR

| 2010 | | |
|--|------------|-------|
| | Guarapuava | Irati |
| Crianças e Jovens | | |
| Mortalidade infantil | 10,04 | 13,40 |
| % de crianças de 0 a 5 anos fora da escola | 69,00 | 67,00 |
| % de crianças de 6 a 14 fora da escola | 2,91 | 1,48 |
| % de pessoas de 15 a 24 anos que não estudam, não trabalham e são vulneráveis na população dessa faixa | 10,09 | 7,22 |
| % de mulheres de 10 a 17 anos que tiveram filhos | 2,12 | 2,58 |
| Taxa de atividade - 10 a 14 anos | 4,48 | 6,45 |
| Família | | |
| % de mães chefes de família sem fundamental e com filho menor, no total de mães chefes de família | 20,35 | 13,36 |
| % de vulneráveis e dependentes de idosos | 1,56 | 1,32 |
| % de crianças extremamente pobres | 3,71 | 3,56 |
| Trabalho e Renda | | |
| % de vulneráveis à pobreza | 27,71 | 23,85 |
| % de pessoas de 18 anos ou mais sem fundamental completo e em ocupação informal | 35,35 | 36,83 |
| Condição de Moradia | | |
| % da população em domicílios com banheiro e água encanada | 94,34 | 93,02 |

Fonte: O autor adaptado do Atlas do Desenvolvimento Humano no Brasil. Disponível em: http://www.atlasbrasil.org.br/2013/pt/perfil_m/guarapuava_pr. Acesso em: 24 set. 2019.

No ano de 2017, o IparDES publicou o estudo¹⁰⁴ *Os vários Paranás: as espacialidades socioeconômico-institucionais no período 2003-2015*, no qual realiza a identificação de espacialidades socioeconômico-institucionais do Estado.

Com o objetivo de identificar conjuntos de municípios com maiores similaridades foram organizadas matrizes de indicadores econômicos, institucionais e sociais e realizado o georreferenciamento dos dados. Isso possibilitou dispor “[...] espacialidades ou recortes

¹⁰⁴ “Em 2003, o IparDES instituiu um núcleo de pesquisa para a realização de estudos que pudessem subsidiar a proposição de políticas de desenvolvimento regional e urbano para o Estado. Diferentemente de trabalhos anteriores, que partiram de recortes territoriais já estabelecidos, esse núcleo utilizou-se de recurso metodológico distinto que permitisse identificar a organização regional do Estado, especialmente a partir da análise de conjuntos de indicadores econômicos, sociais, políticos e da estrutura técnico-científica municipal. Os resultados deste trabalho foram consolidados em uma série de documentos conhecidos como *Os Vários Paranás*. O estudo *Os Vários Paranás*, desde então, constituiu-se em importante referência para a definição de políticas e ações do governo do Estado e municípios. Sua principal contribuição foi a identificação dos municípios e espacialidades paranaenses segundo sua participação na dinâmica socioeconômica do estado, o que permitiu o estabelecimento de prioridades (regionais e municipais) por parte da administração pública; a distinção do tipo, nível e intensidade da ação estatal; o direcionamento de recursos financeiros; e o estabelecimento de metas para o acompanhamento do desempenho socioeconômico regional e municipal por meio dos indicadores selecionados. Considerando o intervalo de 10 anos desde sua conclusão, este trabalho atualiza o estudo a partir da mesma metodologia, fonte de dados e, sempre que possível, dos mesmos indicadores utilizados originalmente. Foram ainda acrescentadas fontes e indicadores que pudessem agregar novos elementos à análise. Isso permitiu comparar as condições dos municípios e espacialidades identificadas originalmente, avaliar sua evolução, bem como verificar se as características e relações inter-regionais identificadas em 2005 se mantiveram ao longo do tempo.” (IPARDES, 2017, p. 9).

particulares que pudessem revelar a diversidade territorial paranaense, salientando suas características, peculiaridades, limitações e potencialidades” (IPARDES, 2017, p. 48).

O estudo aponta para a manutenção dos espaços econômico-institucionais de relevância: (i) espacialidade com máxima relevância; (ii) espacialidades com elevada relevância; (iii) espacialidades com média relevância; (iv) espacialidades com mínima relevância; e, (v) espacialidades socialmente críticas. Esses espaços econômico-institucionais de relevância são caracterizados pela concentração e densificação econômica e de ativos institucionais, em oposição, ou convivência, aos espaços socialmente críticos, caracterizados pela carência e pela precariedade nas condições das pessoas e domicílios.

Nesse estudo, Guarapuava e Irati são classificados como uma espacialidade de média relevância.

Três recortes permanecem como espacialidades de média relevância: o Espaço Especializado do Centro-Oriental, a Porção Noroeste e a Porção Sudoeste. Guarapuava, em 2005, embora não chegasse a conformar uma espacialidade territorial agregando outros municípios, foi classificada com média relevância, juntamente com Irati. Ambos os municípios estão imersos em vasta extensão territorial na porção central do Paraná, formada por quase um quarto dos municípios paranaenses que, excetuando Campo Mourão, não obtiveram relevância em indicadores econômicos. No presente estudo, Guarapuava manteve seu nível de participação, Irati aparece como relevante em maior número de indicadores e veio a somar-se ao grupo o município de Pinhão, anexo a Guarapuava, que emergiu como relevante em 2013. (IPARDES, 2017, p. 50).

No entanto, segundo esse mesmo estudo, a Porção Central do Estado – em que se localizam as cidades de Guarapuava e Irati – está classificada como uma espacialidade socialmente crítica.

A Porção Central do Estado e o Vale do Ribeira permanecem como espacialidades socialmente críticas, ainda que tenham elevado, no conjunto, suas condições sociais. Ambas concentram ainda grande quantidade de municípios com elevada incidência entre os indicadores sociais mais críticos do Estado. Paralelamente, à exceção de Pinhão, na Porção Central, essas porções territoriais não conseguiram elevar seus municípios à condição de relevantes do ponto de vista econômico e institucional. Além disso, apresentam volumes expressivos de carência em seu interior, quando analisados os números absolutos de população de pobres e condições de moradia. Dessa forma, conforma-se como espacialidade socialmente crítica em termos relativos e absolutos. Em relação ao Vale do Ribeira, aparentemente houve recrudescimento da precariedade social em que se encontrava em 2003 [...]. (IPARDES, 2017, p. 51).

Conforme explica o estudo, a unidade nas espacialidades socialmente críticas se faz pela similaridade da precariedade social. Consideram-se, também, a inexpressividade econômica dos municípios, revelada por atividades econômicas de agregação de valor incipiente, pela baixa capacidade de incorporação da população em trabalho com maior

remuneração e escolaridade, ou seja, pela capacidade limitada de geração de renda. (IPARDES, 2017).

Sobre a Porção Central do Estado, podemos destacar do estudo que:

[...] em termos absolutos, todos os municípios reduziram o número de pessoas na condição de pobreza. Entretanto, se em 2000 eram 11 os municípios considerados críticos nesse indicador, representando 12,6% do espaço, em 2010 o número de municípios críticos subiu para 14, representando 16,1%. Em 2000, dos municípios com os maiores volumes de pobreza, 10 continuaram nessa condição em 2010. São eles: Campo Mourão, Cândido de Abreu, Guarapuava, Irati, Laranjeiras do Sul, Ortigueira, Palmas, Pinhão, Pitanga e Prudentópolis. Outros três novos municípios passaram a ser considerados críticos em 2010 em termos de número de pobres: Cruz Machado, Nova Laranjeiras e União da Vitória [...]. Há que se mencionar que nesse grupo estão os municípios mais populosos da Porção Central. Como resultado, em 2000, essa porção territorial concentrava, aproximadamente, 25% do número de pobres do Paraná, e em 2010 essa proporção elevou-se para 29% [...]. (IPARDES, 2017, p. 169).

O estudo indica uma situação estruturalmente grave para essa espacialidade, sendo que os problemas sociais da Porção Central do Estado vão além de necessidades específicas e problemas vinculados a um ou outro indicador isoladamente. Sendo assim, questões de ordem educacional, de saúde, renda e moradia devem ser contempladas na pauta para o estabelecimento de uma política de desenvolvimento ampla e, além disso, essa espacialidade deve ser tomada como prioridade e foco principal de ação do Estado.

Além da precariedade social, as espacialidades socialmente críticas foram identificadas pelo baixo desempenho econômico de seus municípios. As atividades econômicas da Porção Central¹⁰⁵ do Estado, segundo o estudo:

[...] estão ligadas basicamente à atividade primária, comércio varejista e fabricação de produtos de menor agregação de valor. Seus municípios têm elevada dependência do emprego público, e os postos de trabalho formais são, em sua maioria, de baixa escolaridade e baixa remuneração. Guarapuava e Campo Mourão permanecem como polos que se distinguem – o primeiro com uma economia mais diversificada que o segundo. E, em alguns indicadores, já é possível observar o aparecimento de atividades econômicas importantes em nível local, em alguns municípios próximos a Guarapuava. (IPARDES, 2017, p. 222).

Todavia, a análise sobre essa espacialidade indica a necessidade de estudos mais aprofundados e que melhor caracterizem a natureza das relações sociais que lhe são próprias, suas potencialidades e limitações.

Na medida em que nossa investigação trata de empreendimentos coletivos de catadores de material reciclável, podemos destacar do estudo do IparDES que:

¹⁰⁵ Essa espacialidade se destaca pelo número de cooperativas agropecuárias, sendo que em 2001 representava 20,53% do total das cooperativas do Estado, ficando abaixo somente do Segundo Espaço Relevante. Já, em 2014, passou a representar 25% desse total, ocupando, com isso, a primeira posição. Guarapuava e Campo Mourão concentram o maior número de cooperativas desse espaço (6 e 4 cooperativas, respectivamente) [...]. (IPARDES, 2017, p. 180).

A Porção Central do Estado possui 17 municípios que ainda usam o lixão como destinação dos resíduos sólidos urbanos (RSU). A média de domicílios não atendidos pelo serviço de coleta de lixo na espacialidade chegou a 37,32%, superior à média do Estado, que foi de 22,03% no mesmo período. (IPARDES, 2017, p. 182).

De modo geral, podemos inferir do estudo do IparDES (2017) que as espacialidades socialmente críticas devem ser alvo prioritário das políticas públicas, sendo que a Porção Central do Estado – em que se encontram os municípios de Guarapuava e Irati – exige maior focalização de ações.

3.1.2 As organizações de catadoras e catadores de materiais recicláveis identificadas

Antes de tratarmos especificamente da Cooperativa de Catadores dos Agentes Ambientais de Irati-Cocaair, é importante que expliquemos a sua escolha enquanto campo de investigação. Além disso, o olhar sobre esse contexto possibilita ampliar o olhar sobre a experiência de organização coletiva na cooperativa.

No processo de aproximação com o campo de pesquisa fizemos um levantamento das organizações de catadoras e catadores de materiais recicláveis – cooperativas e/ou associações – existentes nos municípios de Guarapuava e Irati no Estado do Paraná e, assim, identificamos 03 (três) empreendimentos (ou unidades produtivas) constituídos formalmente e 01 (um) não formalizado. A formalização em associação ou cooperativa possui distinções legais, devendo obedecer à legislação específica.

QUADRO 6 – Empreendimentos coletivos de catadores de material reciclável nos municípios de Guarapuava e Irati no Estado do Paraná

| Município | Situação | Denominação | Constituição |
|------------|----------|---|-------------------------------------|
| Guarapuava | Formal | Associação dos Catadores de Papel de Guarapuava-ACPG | 16 de setembro de 1995 |
| Guarapuava | Informal | Coletivo de Catadores da Colônia Vitória no Distrito de Entre Rios ¹ | 03 de setembro de 2014 ² |
| Irati | Formal | Associação de Reciclagem Malinoski | 07 de maio de 2012 |
| Irati | Formal | Cooperativa de Catadores dos Agentes Ambientais de Irati-Cocaair | 30 de novembro de 2006 |

Fonte: O autor.

Nota: ¹ Por não apresentar uma denominação formal, optamos por essa identificação. ² O trabalho é realizado em um barracão construído pela Cooperativa Agrária Agroindustrial¹⁰⁶ em terreno próprio da empresa e que foi destinado para este fim. Foi inaugurado em 03 de setembro de 2014. As máquinas e equipamentos – prensa,

¹⁰⁶ A Agrária é uma cooperativa agroindustrial localizada no distrito de Entre Rios, em Guarapuava-PR. Segundo informações do seu próprio site, a empresa, estabelecida na década de 1950, alia tradição e história à tecnologia e gestão de excelência. A partir da agricultura, a Agrária instituiu cadeias produtivas completas que compreendem desde pesquisa agrícola, realizada pela Fundação Agrária de Pesquisa Agropecuária - Fapa até a industrialização. Diante do seu compromisso com o futuro, a Agrária investe ainda em educação, na preservação da cultura e na saúde e bem-estar de toda a comunidade, investindo no Colégio Imperatriz Dona Leopoldina, Fundação Cultural Suábio-Brasileira e Hospital e Farmácia Semmelweis. Fonte: <http://www.agraria.com.br/agraria.php>.

elevador, balança, mesa/bancada – também foram adquiridos pela Agrária. As atividades dos catadores na Colônia são antigas – mais de 15 anos segundo relatos – sendo que o espaço onde acontecia não tinham as ótimas condições estruturais deste novo local. Desse período são remanescentes apenas dois catadores. Toda a produção é entregue à ACPG. Do pessoal que trabalha no barracão apenas um deles é vinculado à ACPG formalmente.

O contato com os empreendimentos de Guarapuava se deu via Secretaria do Meio Ambiente, que organizou visitas aos locais e apresentou um panorama sobre a situação desse setor no município. Além disso, a Secretaria¹⁰⁷ organizou visitas aos bairros onde reside a maioria das catadoras e catadores, tanto nos bairros da cidade de Guarapuava bem como na Colônia Vitória no distrito de Entre Rios.

Em Irati, após algumas tentativas de contato com a Secretaria do Meio Ambiente do município, nas quais não obtivemos êxito, desconsideramos essa opção de intermediação. Diante disso, o contato com a Associação de Reciclagem Malinoski foi feito diretamente com a presidente do empreendimento. Já o contato com a Cocaair se fez por intermédio de uma docente e sua orientanda de iniciação científica, ambas da Universidade Estadual do Centro-Oeste-Unicentro, que desenvolveram uma pesquisa na cooperativa.

Nas primeiras visitas, ocorridas no ano de 2016, apresentamos aos responsáveis de cada empreendimento a intenção de realizar uma pesquisa com o objetivo de compreender a realidade dos empreendimentos e, com ela, contribuir para o fortalecimento das práticas coletivas. Todavia, sempre ressaltamos que se tratava, naquele momento, de uma aproximação com o campo de pesquisa e, que, nossa proposta estava em processo de amadurecimento.

Com a proposta de pesquisa melhor delineada, no primeiro semestre de 2017, retomamos as visitas aos empreendimentos dos catadores com a intenção de conhecermos melhor o perfil dos empreendimentos, bem como dos sujeitos da pesquisa. Para tanto, elaboramos os seguintes instrumentos de investigação:

¹⁰⁷ Na cidade de Guarapuava, a equipe da Secretaria do Meio Ambiente – que faz um trabalho mais ativo junto aos catadores – sempre se manteve aberta ao diálogo e disponível para a investigação. Pelo que foi exposto pela equipe, é realizado um acompanhamento junto às famílias de catadores do município e diversas ações sociais são desenvolvidas. A equipe mantém um cadastro atualizado com as informações e uma assistente social faz visitas frequentes aos domicílios. Em uma ocasião, acompanhado de um membro da equipe, o pesquisador pode visitar os bairros onde residem os catadores e, assim, conhecer as condições em que vivem. A precariedade de condições é impactante, afinal não se tratam de condições tidas como “ideais” para se viver.

QUADRO 7 – Materiais utilizados para identificação e análise do campo/sujeitos da pesquisa

| Instrumento | Objetivo |
|---|--|
| Formulário de caracterização (APÊNDICE C) | Conhecer aspectos da organização: (i) identificação da organização; (ii) estrutura; (iii) organização e gestão do trabalho; e, (iv) contexto da organização. |
| Questionário socioeconômico (APÊNDICE D) | Conhecer o perfil dos trabalhadores: (i) identificação; (ii) família e renda; e, (iii) formação e trabalho. |

Fonte: O autor.

O “Formulário de caracterização” foi entregue para cada responsável – presidente(a) – para preenchimento. Além disso, solicitamos aos responsáveis cópias dos documentos legais (ata de fundação, estatuto e regimento interno) dos empreendimentos. Exceção feita ao Coletivo de Catadores da Colônia Vitória no Distrito de Entre Rios, que não possuía nenhuma documentação e nenhum responsável legal. Desse modo, acabamos preenchendo o “Formulário de caracterização” em conjunto com os trabalhadores.

Entregamos aos trabalhadores o “Questionário socioeconômico” e o “Termo de Consentimento livre e esclarecido” (APÊNDICE A) para serem preenchidos. Exceção se deu na ACPG, onde os trabalhadores responderam ao questionário em nossa presença num espaço em que pudemos discutir as questões. A ACPG era o único empreendimento que possuía um espaço reservado (um refeitório) para este fim, sendo que nas demais as conversas se davam no espaço da produção. No Coletivo de Catadores da Colônia Vitória uma das trabalhadoras ficou responsável por entregar e reunir cada formulário do “Questionário socioeconômico”.

Ressaltamos que a decisão quanto ao preenchimento dos instrumentos, tanto o “Formulário de caracterização” como o “Questionário socioeconômico”, ficou a critério das pessoas responsáveis pelos empreendimentos. Tínhamos como premissa atrapalhar o mínimo possível a rotina de trabalho nesses espaços.

A sistematização das informações obtidas possibilitou olharmos de forma ampla para esses 04 (quatro) empreendimentos, buscando similaridades e diferenças que fossem significativas para a pesquisa. No entanto, a cada olhar para o campo, a complexidade da pesquisa aumentava.

A seguir, apresentamos algumas características a fim de ilustrar o perfil desses 04 empreendimentos:

TABELA 22 – Nº de membros informados nos formulários de caracterização x Nº de questionários socioeconômico respondidos

| Empreendimento | Nº de membros informados nos formulários de caracterização | Nº de questionários socioeconômico respondidos |
|--|---|---|
| Associação dos Catadores de Papel de Guarapuava-ACPG | 150 | 09 |
| Coletivo de Catadores da Colônia Vitória no Distrito de Entre Rios | 07 | 07 |
| Associação de Reciclagem Malinoski | 22 | 16 |
| Cooperativa de Catadores dos Agentes Ambientais de Irati-Cocair | 18 | 17 |

Fonte: O autor.

Em relação ao número de membros, a situação da ACPG foi a primeira a nos chamar atenção. A ACPG, de acordo com as informações prestadas, possui aproximadamente 150 (cento e cinquenta) associados, no entanto não foi especificado o número de homens e mulheres em sua composição. Além dos associados, no espaço físico da ACPG, 20 (vinte) trabalhadores desempenham atividades, sendo que no “Formulário de Caracterização” foi informado que são 11 (onze) homens e (09) mulheres, contratados e assalariados.

Apesar da presidente e o pessoal administrativo terem nos recebido com cordialidade, não se mostraram tão disponíveis em esclarecer todas as questões acerca da composição e funcionamento do empreendimento. Buscamos em conversa com a secretária, esclarecer melhor essa situação. Ela informou que os associados que não trabalham no espaço físico da ACPG permanecem na atividade da catação. Realizam a coleta do material, pré-classificam e armazenam o material. Depois disso, entregam à ACPG, que faz a coleta esse material com o caminhão diretamente nas casas dos associados num intervalo de 20 a 30 dias.

Sem sucesso, ao menos conseguimos com que as 09 (nove) mulheres que desempenham suas atividades no espaço físico da ACPG, onde é realizada a triagem dos materiais, respondessem ao “Questionário socioeconômico”. Como não obtivemos informações detalhadas acerca dos associados que estão na catação, consideramos apenas as 09 (nove) mulheres que responderam ao “Questionário socioeconômico” e que trabalham na triagem para traçar o perfil da ACPG.

Para os demais empreendimentos, também consideramos o número de questionários respondidos na sistematização das informações. Todavia, é importante enfatizarmos que os trabalhadores que responderam aos questionários desses empreendimentos (ou unidades produtivas) não realizam a atividade de catação com carroças e/ou carrinhos pelas ruas da cidade (exceção são os associados da ACPG, como mencionamos). A coleta do material

reciclável e reutilizável é feita com caminhões cedidos pelas Prefeituras e apenas alguns trabalhadores participam dessa coleta.

Ainda que as informações não apresentem a confiabilidade desejada, o que demonstra a dificuldade do trabalho de campo, mesmo assim acreditamos que elas trazem elementos importantes para reflexão.

TABELA 23 – Nº de membros por gênero

| Empreendimento | Gênero (%) | |
|--|------------|----------|
| | Masculino | Feminino |
| Associação dos Catadores de Papel de Guarapuava-ACPG | 0,00 | 100,00 |
| Coletivo de Catadores da Colônia Vitória no Distrito de Entre Rios | 14,29 | 85,71 |
| Associação de Reciclagem Malinoski | 36,36 | 63,64 |
| Cooperativa de Catadores dos Agentes Ambientais de Irati-Cocair | 33,33 | 66,67 |

Fonte: O autor.

Nos 04 (quatro) empreendimentos prepondera a participação do gênero feminino, sendo o percentual bem maior que do gênero masculino. Conforme já apresentamos no capítulo 1, Silva (2017) identificou em sua análise que a presença de mulheres corresponde a 59,9% no universo dos EES de reciclagem. Silva, Goes e Alvarez (2013a), em pesquisa anterior, afirmaram que o percentual de mulheres na reciclagem era de 31,1% no Brasil e 35,8% no Estado do Paraná.

TABELA 24 – Nº de membros por cor/etnia

| Empreendimento | Cor/Etnia (%) | | | | |
|--|---------------|----------|----------|------------|----------|
| | Branco(a) | Pardo(a) | Negro(a) | Amarelo(a) | Indígena |
| Associação dos Catadores de Papel de Guarapuava-ACPG | 44,44 | 44,44 | 11,11 | 0,00 | 0,00 |
| Coletivo de Catadores da Colônia Vitória no Distrito de Entre Rios | 12,50 | 75,00 | 0,00 | 0,00 | 12,50 |
| Associação de Reciclagem Malinoski | 81,25 | 12,50 | 6,25 | 0,00 | 0,00 |
| Cooperativa de Catadores dos Agentes Ambientais de Irati-Cocair | 68,75 | 31,25 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |

Fonte: O autor.

Em relação à questão racial os trabalhadores se autodeclararam brancos e pardos no geral. No Brasil, segundo informações de Silva, Goes e Alvarez (2013a), apresentadas no capítulo 1, o percentual de trabalhadores negros e pardos (eles apresentam o percentual de negros e pardos agrupados) entre os catadores é de 66,1% e, no Paraná 50,1%. Nos empreendimentos localizados em Guarapuava negros e pardos somariam 55,55% na ACPG e 75% no Coletivo de Catadores da Colônia Vitória. Em Irati, o maior percentual é de brancos, sendo 81,25% na Associação Malinoski e 68,75% na Cocair.

TABELA 25 – Nº de membros por faixa etária

| Empreendimento | Faixa etária | | |
|--|--------------|--------------|--------------|
| | 18 a 29 anos | 30 a 49 anos | 50 a 60 anos |
| Associação dos Catadores de Papel de Guarapuava-ACPG | 22,22 | 66,67 | 11,11 |
| Coletivo de Catadores da Colônia Vitória no Distrito de Entre Rios | 22,22 | 55,56 | 22,22 |
| Associação de Reciclagem Malinoski ¹ | 26,67 | 53,33 | 20,00 |
| Cooperativa de Catadores dos Agentes Ambientais de Irati-Cocair | 17,65 | 47,06 | 35,29 |

Fonte: O autor.

Nota:¹ Um dos respondentes não informou a data de nascimento.

No levantamento feito por Silva, Goes e Alvarez (2013a), a média de idade dos catadores no Brasil é de 39,4 anos, enquanto que na região Sul é de 38,9 anos. Nos 04 (quatro) empreendimentos a maioria dos trabalhadores está na faixa de 30 a 49 anos.

TABELA 26 – Nº de membros com filho(a)

| Empreendimento | Filho(a) (%) | |
|--|-----------------|-------|
| | Sim | Não |
| Associação dos Catadores de Papel de Guarapuava-ACPG | 88,89 | 11,11 |
| Coletivo de Catadores da Colônia Vitória no Distrito de Entre Rios | 85,71 | 14,29 |
| Associação de Reciclagem Malinoski | 87,50 | 12,50 |
| Cooperativa de Catadores dos Agentes Ambientais de Irati-Cocair | 88,24 | 11,76 |

Fonte: O autor.

Dentre os trabalhadores, mais de 85% em cada empreendimento afirmou ter filho ou filha. Isso indica que, para além de seu próprio sustento, a renda obtida no trabalho da cooperativa possivelmente contribui para o sustento das famílias, como sugerem as informações a seguir.

Em relação à renda, devemos ressaltar o equívoco na construção de nosso “Questionário socioeconômico”, o qual continha como alternativa de resposta o valor de “Até R\$ 1.070,33”, correspondente ao valor do salário mínimo regional do Estado do Paraná. Mesmo tendo uma opção de resposta “Outra. Quanto?”, que poderia contemplar valores abaixo do salário mínimo regional, a opção “Até R\$ 1.070,33” já dava conta dessa resposta. Como tivemos a oportunidade de falar com os trabalhadores, constatamos que a renda mensal individual obtida pelo trabalho em alguns dos empreendimentos era bem menor que o salário mínimo regional.

Na *TABELA 27*, apresentamos os valores aos quais chegamos a partir das conversas com os trabalhadores. Na tabela também consta o modo de remuneração informado pelos

responsáveis no “Formulário de caracterização” e confirmados nas conversas com os trabalhadores.

TABELA 27 – Remuneração

| Empreendimento | Renda mensal individual | Modo de remuneração |
|---|--|--|
| Associação dos Catadores de Papel de Guarapuava-ACPG | Entre R\$ 600,00 e R\$ 1.073,00 | O valor é distribuído entre os membros de acordo com o trabalho realizado. |
| Coletivo de Catadores da Colônia Vitória no Distrito de Entre Rios ¹ | Entre R\$ 300,00 e R\$ 720,00 (até R\$ 1.073,00) | O valor é distribuído entre os membros de acordo com o trabalho realizado. |
| Associação de Reciclagem Malinoski | Entre R\$ 400,00 e R\$ 1.073,00 | O valor é distribuído entre os membros de acordo com o trabalho realizado. |
| Cooperativa de Catadores dos Agentes Ambientais de Irati-Cocair | entre R\$ 1.073,00 até R\$ 1.605,50 | O valor é distribuído igualmente entre os membros, independente do trabalho realizado. |

Fonte: O autor.

Nota: ¹ Informaram que recebem individualmente da Cooperativa Agrária Agroindustrial um cartão-vale no valor de R\$ 230,00.

Para ilustrar a importância da renda obtida, podemos destacar que na Associação dos Catadores de Papel de Guarapuava-ACPG todos responderam ter pelo menos uma pessoa menor de idade no contexto familiar residindo juntos. Apenas 22,22% responderam morar em casa própria e quitada. Essa renda também é importante na composição da renda familiar, já que para 22,22% a renda familiar é de até R\$ 1.070,33, e para 44,44% é de R\$ 1.070,33 até R\$ 1.605,50. Para 33,33% a renda familiar mensal é de R\$ 1.605,50 até R\$ 2.140,66.

No Coletivo de Catadores da Colônia Vitória, no Distrito de Entre Rios, 57,14% afirmaram ter pelo menos uma pessoa menor de idade no contexto familiar residindo juntos. Apenas 42,85% moram em casa própria e quitada e todos afirmaram que a renda familiar mensal é de até R\$ 1.070,33.

Na Associação de Reciclagem Malinoski, 87,50% responderam ter pelo menos uma pessoa menor de idade no contexto familiar morando juntos. Apenas 43,75% afirmaram residir em casa própria e quitada. A renda familiar mensal é até R\$ 1.070,33 para 68,75%.

Na Cooperativa de Catadores dos Agentes Ambientais de Irati-Cocair, 70,59% tem pelo menos uma pessoa menor de idade no contexto familiar residindo juntos. Apenas 47,05% responderam morar em casa própria e quitada. Já a renda familiar mensal é até R\$ 1.070,33 para 70,59%.

Além da importância que a renda obtida como resultado do trabalho nesses empreendimentos parece significar, percebemos aqui diferenças quanto ao modo de remuneração, bem como nos valores recebidos pelos trabalhadores de cada empreendimento. A Cooperativa de Catadores dos Agentes Ambientais de Irati-Cocair acaba se destacando com uma produção e distribuição de resultados coletiva e, ainda, remunerando melhor os

trabalhadores. Vale ressaltar, ainda, que a produção nesses empreendimentos está atrelada à disponibilidade de material reciclável e ao preço desses materiais determinado pelo mercado.

Outro problema que tivemos quanto ao “Questionário socioeconômico” foi a pergunta sobre a escolaridade dos trabalhadores. Apesar de conter uma resposta “Outra. Quanto?”, acreditamos deveríamos ter colocado como opção “Analfabetismo”. Como alguns trabalhadores contaram com a ajuda no preenchimento, podem ter optado por assinalar a opção “Ensino básico incompleto (1ª a 4ª séries)”.

TABELA 28 – Nível de escolaridade

| Empreendimento | Escolaridade (%) | | | | | |
|---|---|---|--|--|-------------------------|-----------------------|
| | Ensino básico incompleto (1ª a 4ª séries) | Ensino básico completo (1ª a 4ª séries) | Ensino fundamental incompleto (5ª a 8ª séries) | Ensino fundamental completo (5ª a 8ª séries) | Ensino médio incompleto | Ensino médio completo |
| Associação dos Catadores de Papel de Guarapuava-ACPG ¹ | 44,44 | 11,11 | 11,11 | 0,00 | 0,00 | 22,22 |
| Coletivo de Catadores da Colônia Vitória no Distrito de Entre Rios | 71,43 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 28,57 |
| Associação de Reciclagem Malinoski | 18,75 | 18,75 | 31,25 | 18,75 | 6,25 | 6,25 |
| Cooperativa de Catadores dos Agentes Ambientais de Irati-Cocaair ² | 26,67 | 13,33 | 46,67 | 0,00 | 0,00 | 13,33 |

Fonte: O autor.

Nota: ¹ Um questionário tinha como resposta analfabetismo. ² Um questionário estava sem resposta nesta questão.

Apenas um trabalhador respondeu não ter frequentado a escola e ser analfabeto, apesar de que mais de um “Termo de consentimento livre e esclarecido” ter como assinatura a digital do trabalhador. Nos empreendimentos, os maiores percentuais de escolaridade são o “Ensino básico incompleto (1ª a 4ª séries)” na Associação dos Catadores de Papel de Guarapuava-ACPG, que corresponde 44,44%, e no Coletivo de Catadores da Colônia Vitória no Distrito de Entre Rios corresponde a 71,43%. Já o “Ensino fundamental incompleto (5ª a 8ª séries)”, na Associação de Reciclagem Malinoski corresponde a 31,25% e na Cooperativa de Catadores dos Agentes Ambientais de Irati-Cocaair corresponde a 46,67%. Salientamos que, em nossa perspectiva, a baixa escolaridade antes de ser causa de desemprego e de pobreza é, sobretudo, consequência do processo de exclusão social.

Outra questão que consideramos importante foi saber que tipo de trabalho (atividade, profissão, função) exerciam esses sujeitos antes de ingressarem nos empreendimentos. No *QUADRO 8*, apresentamos em ordem alfabética algumas das respostas dadas pelos trabalhadores de cada empreendimento.

QUADRO 8 – Trabalho (atividade, profissão, função) exercido antes de se vincular ao empreendimento

| Empreendimento | Trabalho (atividade, profissão, função) exercido antes de se vincular ao empreendimento |
|--|--|
| Associação dos Catadores de Papel de Guarapuava-ACPG | agricultura; assentamento Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra-MST; boia-fria; do lar; empregada doméstica; fábrica de chocolate (linha de produção); gráfica; laminadora; operador de caixa; reciclagem (catação); zeladora. |
| Coletivo de Catadores da Colônia Vitória no Distrito de Entre Rios | auxiliar de serviços gerais; diarista; doméstica; jardinagem; operador de caixa; operador ecológico (catador); serviços gerais. |
| Associação de Reciclagem Malinoski | auxiliar de cozinha; auxiliar de produção; catadora de reciclados; do lar; doméstica; garçom de churrascaria; indústria de fósforo; jogador de futebol; lavradora; madeireira; madeireira; operador de empilhadeira; operador de prensa; pedreiro; reciclagem; serviço geral; zeladora de supermercado. |
| Cooperativa de Catadores dos Agentes Ambientais de Irati-Cocair | Associação de Malinoski (reciclagem); auxiliar de cozinha; auxiliar de limpeza; do lar; empregada doméstica; fábrica de fósforos; lavoura; madeireira; mercado; montadora; operador de caldeira; operador de empilhadeira; operador de produção; prefeitura; secador de serragem; zeladora de escritório e residência. |

Fonte: O autor.

Nota: os dados estão apresentados como informado nos questionários.

Este quadro nos mostra que os trabalhadores exerceram outras atividades antes da reciclagem. Como pudemos confirmar depois, muitos nunca exerceram a atividade de catação na rua com carrinho e/ou carroça, por exemplo.

Isso só reforça a importância de refletirmos sobre as questões que levaram esses sujeitos a trabalharem nesses empreendimentos. Mais ainda, analisarmos as implicações dessas experiências para o trabalho nessas unidades produtivas que exigem novas práticas e impõe novos desafios aos trabalhadores.

Nesse sentido, perguntamos aos trabalhadores se, no período em que estão nesses empreendimentos, participaram de algum evento ou curso de formação ou capacitação sobre temas como autogestão, gestão democrática, associativismo/cooperativismo e economia solidária, por exemplo.

TABELA 29 – Participação em curso de formação no empreendimento

| Empreendimento | Participação em curso de formação no empreendimento (%) | |
|--|---|--------|
| | Sim | Não |
| Associação dos Catadores de Papel de Guarapuava-ACPG | 88,89 | 11,11 |
| Coletivo de Catadores da Colônia Vitória no Distrito de Entre Rios | 0,00 | 100,00 |
| Associação de Reciclagem Malinoski | 0,00 | 100,00 |
| Cooperativa de Catadores dos Agentes Ambientais de Irati-Cocair | 5,88 | 94,12 |

Fonte: O autor.

Dos trabalhadores da ACPG, 88,89% afirmaram terem participado de curso de formação ou capacitação sobre temas como autogestão, gestão democrática, associativismo/cooperativismo e economia solidária. Enquanto que na Cocair esse número foi de 5,88%. Já no Coletivo de Catadores da Colônia Vitória no Distrito de Entre Rios e na Associação de Reciclagem Malinoski nenhuma resposta positiva em relação a essa questão.

Vale destacarmos que, na mesma época em que estávamos visitando a ACPG, acontecia a última atividade promovida pelo Programa Ecocidadão Paraná. Esta atividade consistia numa oficina de capacitação e tivemos oportunidade de participar juntamente com os trabalhadores¹⁰⁸.

O Programa Ecocidadão Paraná¹⁰⁹ é uma parceria do Programa do Voluntariado Paranaense-Provopar com a Companhia de Saneamento do Paraná – Sanepar, que tem por objetivo dar apoio à organização de associações e cooperativas de catadores de material reciclável.

Pelas informações que obtivemos com os ministrantes desse curso, essa atividade também foi realizada no município de Irati, tanto na Associação de Reciclagem Malinoski

¹⁰⁸ No dia da atividade não se percebeu por parte da presidência e do setor administrativo um incentivo a participação, tanto que algumas atividades da associação continuaram sem nenhuma interrupção. Como não participamos das demais etapas, esta oficina acabou sendo, de certo modo superficial e rápida, em que se queria cumprir uma formalidade. Aqui não estamos responsabilizando os ministrantes, que se mostraram muito comprometidos com o trabalho, mas chamando atenção para que haja reflexão sobre como se desenvolve esse processo educativo nesses espaços. Vale registrar que se trata de um grupo de escolarização muito baixa e que não existe um espaço adequado para a realização das atividades. Elas aconteceram de forma improvisada no espaço da produção e durante o horário de trabalho. O ministrante das atividades se colocou à disposição para contribuir com nossa investigação. Nossa participação nas dinâmicas e as conversas oportunizadas naquela tarde foram uma maneira interessante de se integrar ao grupo. Sem dúvida alguma, uma experiência significativa em nossa trajetória.

¹⁰⁹ O Ecocidadão Paraná trabalha para dar destino correto aos resíduos, potencializando o reaproveitamento, reduzindo a quantidade de recicláveis que vão para aterros ou que são lançados em áreas de mananciais, fundos de vale, córregos e rios. Através de um termo de cooperação técnica-financeira, o Provopar e a Sanepar possibilitam que as associações de catadores tenham acesso à capacitação e ao incremento do maquinário. O programa está alinhado à Política Nacional de Resíduos Sólidos. Fonte: <http://www.provoparestadual.org.br/modules/conteudo/conteudo.php?conteudo=36>.

quanto na Cocaair. A reportagem¹¹⁰ do dia 14 de junho de 2013 – *Sanepar incentiva programa de reciclagem em 23 municípios* –, publicada pelo portal de notícias do Jornal Diários dos Campos, confirma essa informação.

Chega a 23 o número de municípios com o programa Ecocidadão Paraná, da Companhia de Saneamento do Paraná (Sanepar). O trabalho dá apoio à organização de associações e cooperativas de catadores de material reciclável, numa parceria com o Provopar Estadual Ação Social. [...] Os municípios que participam do programa são: Antonina, Barra do Jacaré, Carambeí, Colombo, Curiúva, Fazenda Rio Grande, Guarapuava, Guaraqueçaba, Guaratuba, Irati, Marialva, Matinhos, Morretes, Palmas, Paranaguá, Ponta Grossa, Pontal do Paraná, Quatro Barras, Rio Branco do Sul, Rio Negro, São Mateus do Sul, Telêmaco Borba e União da Vitória. Ainda há outras cidades que devem vir a integrar o Ecocidadão: Apucarana, Cianorte, Cornélio Procópio, Ivaí, Itaperuçu e Campo Mourão. (PORTAL DO JORNAL DIÁRIO DOS CAMPOS, 2013).

Já o Coletivo de Catadores da Colônia Vitória no Distrito de Entre Rios em Guarapuava não teve acesso ao curso.

Uma das questões que pode influenciar na participação ou não em atividades como essa, é a rotatividade dos trabalhadores.

TABELA 30 – Tempo de empreendimento

| Empreendimento | Tempo aproximado do empreendimento (em 2017) | Tempo que participa do empreendimento (%) | | | |
|---|--|---|-----------------|-----------------|-----------------|
| | | Menos de 01 ano | De 01 a 03 anos | De 03 a 05 anos | Mais de 05 anos |
| Associação dos Catadores de Papel de Guarapuava-ACPG | 22 anos | 11,11 | 55,56 | 0,00 | 33,33 |
| Coletivo de Catadores da Colônia Vitória no Distrito de Entre Rios ¹ | 03 anos | 33,33 | 33,33 | 0,00 | 33,33 |
| Associação de Reciclagem Malinoski ² | 05 anos | 20,00 | 40,00 | 40,00 | 0 |
| Cooperativa de Catadores dos Agentes Ambientais de Irati-Cocaair ³ | 11 anos | 37,50 | 43,75 | 0,00 | 18,75 |

Fonte: O autor.

Nota: ¹ Um questionário estava sem resposta nesta questão. ² Um questionário estava sem resposta nesta questão.

³ Um questionário estava sem resposta nesta questão.

A tabela indica que em todos os empreendimentos encontram-se trabalhadores com menos de 01 (um) ano de participação. Mas também existem trabalhadores com um tempo significativo de participação, como indicam as respostas do “Questionário socioeconômico”.

Na Associação dos Catadores de Papel de Guarapuava-ACPG tem dois trabalhadores com 09 anos de participação e um com mais de 05 anos de associação e 13 anos trabalhando na reciclagem. No Coletivo de Catadores da Colônia Vitória no Distrito de Entre Rios tem

¹¹⁰ Disponível em: <https://www.diariodoscampos.com.br/noticia/sanepar-incentiva-programa-de-reciclagem-em-23-municipios>. Acesso em: 24 set. 2019.

trabalhadores que estão desde o início das atividades no novo barracão, sendo que, dois trabalhadores tem mais de 15 anos no setor da reciclagem. A Associação de Reciclagem Malinoski conta com trabalhadores que estão desde o início, com 05 anos de participação. Já na Cooperativa de Catadores dos Agentes Ambientais de Irati-Cocaair, a segunda mais antiga, tem trabalhadores com 07, 09 e 10 anos de participação, por exemplo.

Alguns trabalhadores também indicaram que a participação nos empreendimentos não se deu de forma contínua, alguns se desligaram e, posteriormente, retornaram. Isso reforça, ainda mais, a questão da rotatividade nesse setor.

No “Formulário de caracterização”, abordamos elementos para entender o contexto da organização, especialmente sua articulação/mobilização com agentes externos. Neste sentido, apresentamos o *QUADRO 9*.

QUADRO 9 – Articulação política

| Empreendimento | Relacionamento/articulação | | Conhecimento sobre |
|---|---------------------------------|---|--|
| | Movimento de Economia Solidária | Movimento Nacional de Catadores de Materiais Recicláveis-MNCR | Política Nacional de Resíduos Sólidos-PNRS |
| Associação dos Catadores de Papel de Guarapuava-ACPG | Não | Não | não |
| Coletivo de catadores da Colônia Vitória no Distrito de Entre Rios ¹ | Não | Não | não |
| Associação de Reciclagem Malinoski | Não | Não | não |
| Cooperativa de Catadores dos Agentes Ambientais de Irati-Cocaair | sim ² | Não | não |

Fonte: O autor.

Nota: ¹ Nesse caso o preenchimento, como já informamos, foi feito em conjunto com os trabalhadores. ² Citaram o “Programa ECOTROCA – ação que alimenta a vida” da Prefeitura de Irati-PR.

Como vemos no quadro, nenhuma menção foi feita em relação ao Movimento Nacional de Catadores de Materiais Recicláveis-MNCR e a Política Nacional de Resíduos Sólidos-PNRS, que destacamos no capítulo 1. Isso chama, mais ainda, nossa atenção, pelo fato de que o preenchimento do “Formulário de Caracterização” foi realizado pelos responsáveis de cada empreendimento (exceção quanto ao Coletivo de Catadores da Colônia Vitória no Distrito de Entre Rios). Ademais, a Associação dos Catadores de Papel de Guarapuava-ACPG e a Cooperativa de Catadores dos Agentes Ambientais de Irati-Cocaair datam de antes da instituição e regulamentação da Política Nacional de Resíduos Sólidos-PNRS, que se deu em 2010. Já o Movimento Nacional dos Catadores de Materiais Recicláveis-MNCR tem sua criação no ano de 2001.

A única menção feita foi quanto à participação da Cooperativa de Catadores dos Agentes Ambientais de Irati-Cocair no “Programa ECOTROCA – ação que alimenta a vida”, da Prefeitura de Irati (implantado pela Lei Municipal nº 4210/2010).

Nenhum dos empreendimentos mencionou receber assessoria externa à época, todavia, todos destacaram o apoio das prefeituras.

O processo de obter informações a partir dos instrumentos elaborados “Formulário de caracterização” e “Questionário socioeconômico” não se mostrou efetivo como esperávamos. Contribuíram para isso as estratégias acordadas, bem como o nível de escolaridade dos respondentes.

Entretanto, as informações obtidas via “Formulário de caracterização” e “Questionário socioeconômico”, somadas às observações e conversas, permitiram superar em certo ponto essa limitação e, assim, tornaram evidentes as diferenças entre os quatro empreendimentos. Especialmente, as diferenças quanto à organização do trabalho em sua prática cotidiana. O formal não necessariamente corresponde ao real.

Existe, na ACPG, um gestor contratado (previsto em estatuto) e em muitas vezes se ouviu os trabalhadores se referirem a ele como a figura do chefe. As decisões ficam a cargo do gestor com participação da diretoria, não ocorrem reuniões com os associados.

Outra questão nos chamou atenção numa das conversas na ACPG e diz respeito à afirmação de uma pessoa que viveu no assentamento do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra-MST: “Eu aprendi tudo isso no assentamento e na prática não é o que acontece aqui”. Essa afirmação se deu numa conversa durante o preenchimento do “Questionário socioeconômico”.

Os trabalhadores do Coletivo de Catadores da Colônia Vitória no Distrito de Entre Rios foram muito receptivos e atenciosos nas conversas realizadas. Nessas oportunidades sempre manifestaram descontentamento em relação à falta de contato com a sede da ACPG em Guarapuava, à inexistência de reuniões, à informalidade com que trabalham e à questão de direitos sociais, como, por exemplo, a aposentadoria. Ali o espaço é organizado e cada trabalhador tem sua estação (cantinho como eles denominam) para separar individualmente os materiais que chegam com caminhão que faz a coleta seletiva. Depois cada um pesa o material resultante do seu trabalho e entrega ao caminhão que leva para a sede ACPG, que efetua o pagamento individualmente pelo trabalho realizado. No entanto, apenas um dos trabalhadores tem vínculo formal com a ACPG.

Em Irati, a Associação de Reciclagem Malinoski, segundo o questionário de caracterização preenchido, possui 22 membros (08 homens e 14 mulheres) e nenhum

trabalhador contratado. No entanto, na primeira conversa a presidente (Sra. Regina Luciane Malinoski) mencionou que eram 10 associados e 12 contratados¹¹¹.

Além disso, numa de nossas visitas em conversa com uma pessoa que prestava serviços na Cooperativa de Catadores e Agentes Ambientais de Irati-Cocair, que funciona lado a lado da Associação de Reciclagem Malinoski, percebemos que a relação é de competição entre as duas organizações. Durante a conversa, a pessoa sugeriu que a Associação de Reciclagem Malinoski se trata, na verdade de um negócio familiar. Essa afirmação ganha força, se considerarmos que o nome da associação é o mesmo sobrenome da presidente. Mais ainda, a própria presidente nos informou que em Teixeira Soares-PR (cidade vizinha) seu sobrinho também é responsável por uma associação de reciclagem.

Alguns dos trabalhadores da Cooperativa de Catadores dos Agentes Ambientais de Irati-Cocair são egressos da Associação de Reciclagem Malinoski, sendo a forma de trabalho, bem com a forma remuneração, destacadas como justificativa para essa mudança.

Considerada a heterogeneidade¹¹² e complexidade dos 04 (quatro) empreendimentos, optamos pelo que mais se aproximava de uma autogestão parcial ou coletivista, nos termos definidos por Faria (2009). Tomando por base as relações de poder e trabalho, o autor define 05 (cinco) formas de gestão: (i) heterogestão; (ii) gestão participativa; (iii) cogestão; (iv) gestão cooperativa; (v) autogestão.

Especificamente a heterogestão é definida como:

[...] forma de gestão em que os sujeitos são geridos por outros, em uma estrutura hierárquica, com regras pré-estabelecidas. Os empregados não participam do processo decisório, não possuem nenhum controle (ou um grau insignificante de controle) sobre os elementos constitutivos da gestão do processo de trabalho. Os sujeitos estão afastados da definição de todas as regras que regem sua vida na organização. A heterogestão pode ser (i) absoluta, quando os sujeitos são geridos por uma única pessoa, por um monarca (ou ditador), (ii) oligárquica, quando os sujeitos são submetidos a um grupo gestor que apropria-se do comando da estrutura da organização ou (iii) burocrática, formal, quando a gestão está baseada em regras, normas, sistema disciplinar e segue uma lógica racional instrumental. (FARIA, 2009, p. 361).

Enquanto que a autogestão corresponde a:

[...] forma de gestão em que trabalhadores são eles mesmos seus próprios gestores, seus próprios administradores, participando plena e integralmente de todo o

¹¹¹ Essa questão fica comprovada na entrevista dada pela presidente ao portal de notícias da Rádio Najuá em 15 de abril de 2014: “A situação da nossa associação também me preocupa, porque somos em dez sócios e 20 colaboradores. Disponível em: <https://radionajua.com.br/noticia/noticias/irati-e-regiao/problemas-na-coleta-de-reciclaveis-serao-discutidos-em-reuniao-nesta-quarta/24773/> . Acesso em: 24 set. 2019.

¹¹² “Neste horizonte histórico, a multiplicidade de formas ou espaços de lutas, criando movimentos sociais igualmente variados, se por um lado expressa o quanto vivas e latentes estão as contradições de uma dada sociedade, igualmente se apresenta como um problema na perspectiva de superação dessas mesmas contradições”(BENINI et al., 2013, p. 309).

processo decisório em todas as instâncias. A autogestão pode ser (i) anárquica, quando se estabelece sob o princípio da não existência de regras e de poder; (ii) parcial ou ao nível de unidades produtivas (especificamente, Organizações Solidárias de Produção – OSP), sob uma gestão coletivista de trabalho e com restrições nas relações com o ambiente externo, mas que observa os princípios da autogestão e preserva suas características; (iii) plena ou social quando a autogestão tem amplitude global. A autogestão social refere-se a uma sociedade de tipo socialista democrática, com regras e normas definidas coletivamente, diferindo, portanto, da concepção anarquista. (FARIA, 2009, p. 362).

A partir dos estudos realizados¹¹³, o autor propõe um quadro de orientação teórico-analítica sobre as formas e modos de gestão.

QUADRO 10 - Modelo de Formas e Modos de Gestão

| Formas de Gestão/ Modos | Heterogestão | Gestão Participativa | Cogestão | Gestão Cooperativa | Autogestão |
|--------------------------------|--|---|--|---|--|
| Modos Específicos | (i) Absoluta (monárquica; imperial); (ii) Oligárquica ; (iii) Burocrática Formal (que se encontra em vários cruzamentos da matriz). | (i) Restrita (apenas no local de trabalho); (ii) Consultiva Pontual ; (iii) Consultiva Representativa ; (iv) Expandida (Organizações de Economia Solidária); (v) Popular ou Coletiva (Conselhos de Trabalhadores ou Comissões de Fábrica). | (i) Relativa (alguma participação dos produtores em conselhos superiores); (ii) Partilhada (participação formal e legal dos produtores nos conselhos superiores a partir de critérios de representatividade). | (i) Limitada (organizações cooperativas de produção, de crédito, de serviços, que operam como empresas de sócios); (ii) Coletivista de Produtores Associados (Iugoslávia); (iii) Comunitária de Trabalho Associado (Kibutz). | (i) Anárquica ; (ii) Parcial ou Coletivista (autogestão ao nível de unidades produtivas ou Organizações Solidárias de Produção ¹¹⁴ , sob uma gestão coletivista de trabalho e com restrições nas relações com o ambiente externo); (iii) Plena ou Social . |

Fonte: FARIA, José Henrique de. **Gestão participativa**: relações de poder e de trabalho nas organizações. São Paulo: Atlas, 2009. p. 364.

Sendo assim, tomamos como campo específico de nossa investigação a Cooperativa de Catadores dos Agentes Ambientais de Irati-Cocair.

¹¹³ Estudos realizados pelo Grupo de Pesquisa Economia Política do Poder e Estudos Organizacionais-EPPEO e por outros pesquisadores.

¹¹⁴ Posteriormente o termo Organização Solidária de Produção-OSP foi substituído por Organização Coletivista de Produção Associada-OCPA.

3.1.3 A Cocaair enquanto organização coletivista de produção associada

Em nosso entendimento, a aproximação com o campo e os sujeitos da pesquisa reforça o fundamento segundo o qual teoria e prática devem caminhar juntas no processo de investigação. Afinal, somente assim elas ganham sentido, quando a teoria ilumina o entendimento da realidade ou prática e estas refletem os elementos teóricos.

Em seu artigo *Autogestão, economia solidária e organização coletivista de produção associada: em direção ao rigor conceitual*, Faria (2017b), procura delimitar conceitualmente e, assim, distinguir as experiências autogestionárias enquanto fenômenos que apesar de parecerem similares são diferentes. Nesta perspectiva, discute os conceitos de autogestão, economia solidária¹¹⁵ e organização coletivista de produção associada-OCPA.

O uso impreciso ou genérico de conceitos não apenas cria dificuldades de análise da realidade, mas é um obstáculo à sua transformação. Ainda que a realidade não seja transformada pela via da ideia ou do conceito, mas da prática que constitui suas relações sociais, a precisão conceitual é fundamental para que se estabeleça uma análise crítica da realidade e das necessárias intervenções que nela os movimentos sociais coletivos necessitam fazer. Não se pode atribuir a um processo, cujos desdobramentos históricos sequer se desenvolveram, a condição de ser ele mesmo já seu fim último. (FARIA, 2017b, p. 647).

O autor defende o argumento de que “[...] a autogestão plena somente pode ser concebida no plano social, como um modo de produção, entendido este como a forma dominante de organização da sociedade na produção de suas condições materiais de existência.” (FARIA, 2017b, p. 631).

A autogestão social, segundo Faria (2009, p. 338), propõe “[...] uma noção de economia a partir do que é necessário produzir e uma noção de política enquanto realização em todos os níveis – e sem intermediários – de todos os interesses por todos os sujeitos coletivos”. Assim, para o autor, a economia deixa de estar orientada à questão da lucratividade, sendo a exploração dos trabalhadores e a sua dominação pelo capital destruídos.

Para o autor, a autogestão social consiste em uma prática com um projeto político oposto a heterogestão e ao sistema de capital, uma transformação radical da sociedade nos planos econômico, político e social. Não se trata da democratização da economia capitalista, mas da alteração de seus fundamentos.

¹¹⁵ “As discussões sobre economia solidária, enquanto projeto dos trabalhadores em direção a outro modo de produção, estão carregadas de equívocos, ao mesmo tempo históricos e de ordem teórico-conceitual. O que se pode observar é que a leitura da história da luta dos trabalhadores é enviesada por uma concepção teórica confusa e pouco rigorosa, ao mesmo tempo que a questão teórico-conceitual é fragilizada por uma análise histórica fragmentada e superficial. Trata-se de uma desarmonia entre teoria e realidade histórica” (FARIA, 2017b, p. 635).

A autogestão se inscreve no movimento de ampliação da democracia, por isso não basta que sua existência se limite às unidades produtivas, pois seu alcance é social. A autogestão social não é nem uma mera extensão da democracia representativa formal a todas as esferas da sociedade, nem uma democracia ou gestão participativa e nem uma correção dos princípios centralizadores da democracia popular. (FARIA, 2009, p. 352).

Na perspectiva de Faria (2009), a autogestão tem por objetivo eliminar as estruturas autoritárias da sociedade e das suas organizações. Vai além de mera proposta democratizante no âmbito da gestão participativa que apenas cria grupos de trabalho autônomos ou acaba com determinados graus de autoridade nas organizações. Não se trata, pois, da panaceia participativa conciliadora que pressupõe o fim do conflito entre capital e trabalho e, além disso, o que a autogestão for não está predeterminado por ninguém.

A autogestão social é uma mudança radical e revolucionária que altera qualitativamente o sistema de capital. Trata-se da criação de outro e superior modo de produção e de gestão social. (FARIA, 2009).

A partir da dimensão social da autogestão, Faria (2017b) afirma que somente quando o sistema social for autogestionário poderá existir uma autogestão nas unidades produtivas e, por isso, distingue¹¹⁶ o conceito já estabelecido de autogestão social das experiências que apresentam características autogestionárias.

Com isso, evita-se de atribuir uma falsa condição de universalização às experiências singulares. “Embora fundamentos importantes do capitalismo já estivessem presentes no modo de produção feudal, foi histórica, social e economicamente necessário que o sistema de capital superasse o sistema feudal para se tornar um modo dominante de produção.” (FARIA, 2017b, p. 647).

Por seu turno, para as experiências com características predominantemente autogestionárias – que se constituem em unidades no sistema de capital na medida que estão inseridas em sua lógica –, o autor designa o conceito de organizações coletivistas de produção associada–OCPA. Segundo Faria (2017b, p. 629), “[...] os empreendimentos chamados de autogestionários não constituem uma autogestão, mas OCPA, as quais têm características autogestionárias e apresentam-se enquanto formas de resistência ou modelos alternativos aos do sistema de capital.”

¹¹⁶ “A distinção entre autogestão e empreendimentos com características autogestionárias não é um preciosismo acadêmico, mas uma necessidade crítica que permite avaliar com rigor a potência desses empreendimentos. A sobreposição conceitual exprime uma falsa análise da realidade, criando um obstáculo à reflexão crítica sobre ela. Nesse sentido, é preciso indicar, de saída, que nem a economia solidária é uma autogestão social e nem as OCPA são uma nova economia ou um novo modo de produção.” (FARIA, 2017b, p. 631).

A transformação radical da sociedade e a subversão do capitalismo exigem um novo modo material de produção e, segundo Faria (2009), a autogestão social corresponde a um novo modo de produção a ser construído pelo movimento autogestionário coletivista. Modo este que, primeiramente, precisa se realizar nas unidades produtivas através das organizações coletivistas de produção associada–OCPA¹¹⁷. As OCPA serão células de autogestão de um modo de produção autogestionário.

Enquanto processo de construção histórica e sob certos limites, dada sua inserção no modo de produção capitalista, as OCPA são formas inacabadas de transição para uma autogestão social e que, em pequena escala, são elementos de contradição do sistema de capital estruturados na direção contrária à heterogestão. (FARIA, 2017b).

As OCPA, no sistema de capital, “[...] têm características autogestionárias (autogestão restrita), mas ainda não se consolidaram como empreendimentos autogestionários plenos, pois, para tanto, demandam inserção em um modo de produção autogestionário ou em uma autogestão social.” (FARIA, 2017b, p. 642). No entendimento do autor, as OCPA ainda não se consolidaram nem como uma alternativa de superação e nem como negação do sistema capitalista no qual se encontram paradoxalmente inseridas. Afinal, constituem estruturas simples organizadas sobre as bases capitalistas primárias ou mesmo pré-capitalistas e em posição de recusa à lógica da organização capitalista de trabalho.

A autogestão plena, social, é contemplada e ao mesmo tempo contempla a gestão coletivista de trabalho associado, a qual se concretiza em OCPA. No entanto, a OCPA, ela mesma, não constitui a autogestão e nem se constitui em uma autogestão, pois esta não está dada de antemão em experiências singulares. Suas pré-condições são aquelas de superação do sistema de capital e de todas as suas contradições, mas sua forma e seu conteúdo real somente podem ter materialidade na prática política dos que forem sujeitos de sua construção. (FARIA, 2017b, p. 634).

O conceito de autogestão, como argumenta Faria (2017b), deve ser entendido como negação da heterogestão e não em sua materialidade empírica. Isto porque tal conceito tem sido utilizado para definir processos de gestão que, “[...] embora tenham determinadas características autogestionárias, não observam completamente todos os elementos constitutivos essenciais de uma autogestão, ou seja, não se constituem em negação absoluta da heterogestão, em sua oposição.” (FARIA, 2017b, p. 630).

Em meio à sociedade capitalista, no entanto, é preciso considerar que desenvolver um processo autogestionário consiste num grande desafio para as organizações que se

¹¹⁷ Em seu livro *Gestão Participativa: Relações de Poder e de Trabalho nas Organizações*, Faria (2009) utiliza o termo Organização Solidária de Produção - OSP que posteriormente foi substituído por Organização Coletivista de Produção Associada-OCPA. Tal alteração se justifica pelo fato de que os trabalhadores se organizam coletivamente em empreendimentos para produzir suas condições materiais de existência.

propõem a este objetivo. As ações e relações por elas estabelecidas se dão neste espaço, sendo que “[...] todo o tempo será necessário estabelecer relações de (inter)dependência – ou mesmo de enfrentamento (autogestão como antítese) – com o mundo capitalista em que se encontra.” (FARIA, 2017b, p. 634).

O conceito de OCPA refere-se a uma organização de produção – não a uma economia – que tem a produção das condições materiais de existência de uma comunidade específica e politicamente localizada como finalidade ou característica. Além disso, possui um núcleo em torno do qual se constroem os vínculos sociais comuns e apresenta uma forma de gestão coletivista de trabalho com característica autogestionárias no nível da unidade de produção. As OCPA apresentam características predominantemente autogestionárias e são regidas “[...] por princípios autogestionários de participação coletiva nas decisões, cooperação isonômica no trabalho, auto-sustentação [*sic*] restrita à unidade produtiva, desenvolvimento de certa responsabilidade política.” (FARIA, 2017b, p. 644).

Podemos afirmar, então, que as OCPA constituem rupturas no modo de produção capitalista. Afinal, de acordo com Faria (2017b), as OCPA, adaptando a certo contexto concreta e historicamente determinado, consideram a proposta que está no âmago do conceito de autogestão social. Todavia, ainda não se constituem como síntese ou superação do modo capitalista.

Segundo o autor, tanto na esfera decisória quanto na da propriedade dos meios de produção, essas organizações supõem uma gestão democrática. Autogestão, democracia, participação, igualitarismo, cooperação no trabalho, autossustentação, desenvolvimento humano e responsabilidade social são os princípios que regem esses empreendimentos cooperativos coletivistas de trabalho. (FARIA, 2009).

A OCPA corresponde a uma autogestão parcial. Mesmo se tratando de uma unidade de produção ou de trabalho que possui características autogestionárias ela é parcial, “[...] porque não se realiza plenamente e não se realiza porque se encontra inserida no sistema de capital e não em um modo de Autogestão Social.” (FARIA, 2009, p. 324).

A autogestão coletivista de trabalho no nível da unidade produtiva (restrita) pode ser definida como um modo de gestão que tem por pressuposto básico as relações de igualdade e a valorização do trabalhador, na medida em que rompe o processo de alienação direta do trabalho ao capitalista particular, expande e estimula a difusão do conhecimento sobre o processo de trabalho, além de destruir a estrutura hierarquizada verticalmente, de modo que todos se tornem conscientes de sua responsabilidade para com o sucesso ou insucesso do empreendimento. (FARIA, 2017b, p. 645).

Nas organizações autogestionárias, o elemento principal é a participação e, por isso, a democracia é fundamental. A valorização da participação dos membros em todas as esferas da organização é condição no processo de implantação da autogestão, seja nas questões afetas ao cotidiano da produção, quanto nas questões de políticas e estratégias administrativas da organização. (FARIA, 2009).

A participação, sob a perspectiva do capital nas unidades produtivas, caracteriza-se pelo envolvimento manipulatório, que tem por objetivo a adesão dos trabalhadores a fim de viabilizar o projeto de domínio do capital. Despotismo e manipulação contam, agora, com o envolvimento dos trabalhadores, revelando uma maior subordinação do trabalho ao capital. A forma mais elementar de participação dos trabalhadores no processo de produção se dá na gestão participativa e consultiva. Nesse caso, a gestão participativa “[...] constitui-se exclusivamente como ideologia do capital, como estratégia de dominação e controle e não como iniciativa do trabalhador. Este é envolvido na trama da participação.” (FARIA, 2009, p. 120).

O capital cada vez mais desenvolve mecanismos físicos e psicológicos de incentivo a participação crescente dos trabalhadores nos projetos e processos de produção. Longe de significar um avanço em direção a um processo de socialização e democratização no processo de trabalho, quando o capital possibilita a participação dos trabalhadores, seja na gestão e/ou nos resultados, o faz como “[...] tentativa de modernizar as relações capitalistas de produção e, portanto, de atualizar o esquema de dominação do capital sobre a organização e as ações políticas dos trabalhadores.” (FARIA, 2008, p. 161).

Essas formas participativas propostas pelos teóricos gerencialistas, segundo Faria (2009), mesmo com a reorganização das relações no processo de produção acabam por manter a autoridade das hierarquias supervisoras e o poder exclusivo ao capital, o direito à palavra dada ao trabalhador não é mera concessão, pois faz parte do jogo de dominação. A organização do trabalho, nesses sistemas participativos “[...] responde sempre a uma necessidade econômica, que é a de obter a maior produtividade possível, e a uma necessidade político-ideológica, que é a de manter o conjunto dos produtores subordinados ao capital.” (FARIA, 2009, p. 104).

Em termos mais amplos, podemos afirmar que participação significa a partilha do poder de decisão e implica em uma conquista. É o que afirma de Demo (1988, p. 82): “[...] participação não é dada, é criada. Não é dádiva é reivindicação. Não é concessão, é sobrevivência. A participação precisa ser construída, forçada, refeita e recriada.”

Segundo Escorel e Moreira (2012), os sujeitos formados sob hábitos de participação, poderiam reproduzir a prática de valorização do público e do coletivo em suas outras relações sociais. E isso pode ser potencializado a partir da inserção dos indivíduos e grupos em instâncias que valorizam a criação e fomento de espaços públicos.

Contrariamente a isso, afirma Tragtenberg (2011b, p. 247):

[...] ação nociva e estéril é tudo que reforça a passividade das massas, sua apatia, o cinismo, a estratificação hierárquica, sua alienação, transferir a terceiros o que as massas poderiam fazer por si mesmas, como também tudo que aumente a possibilidade de manipulação das massas por outros, abrangendo os que proclamam atuar em defesa de seus interesses.

O conceito de participação, para Stotz (2008, p. 295), “[...] inclusive em sua acepção social, é solidário da problemática do poder, sob diferentes perspectivas políticas, mas sempre envolvendo uma ampliação ou restrição das necessidades individuais e coletivas dos que vivem às custas de seu próprio trabalho.” O monopólio dos meios de produção característico do sistema capitalista só reproduz as condições de desigualdade e submissão das classes subalternas.

Para Faria (2009), as OCPA, ainda que em pequena escala, são a contradição do sistema de capital e não disputam o mesmo terreno, pois atuam na periferia do mercado capitalista, na franja do sistema. Esse fato, segundo o autor “[...] não significa que este é seu único e viável lugar de existência. Significa que, diante da organização capitalista, este é o lugar em que [...] se viabiliza como forma alternativa de organização e gestão.” (FARIA, 2009, p. 330).

Considerando que o enfrentamento se dá sob o modo dominante de produção, em uma disputa econômica e política com empresas capitalistas tradicionais ou modernas, esses empreendimentos autogestionários se encontram em desvantagem. Por isso, a área de atuação “[...] tem sido aquela não explorada pelo grande capital, seja porque exige ainda uma grande proporção de trabalho humano com poucas exigências de qualificação técnica, seja porque se trata de uma área de baixa produtividade e lucratividade.” (FARIA, 2009, p. 331).

É importante, também, esclarecermos o que significa tomar um grupo social¹¹⁸ como campo empírico de referência, como instância de análise do real. De acordo com Faria (2017a, p. 217):

¹¹⁸ “Portanto, existem as classes sociais antagônicas, cuja definição está ligada ao modo de produção; as classes sociais que compõem a sociedade baseada em um regime de produção (os obreiros assalariados, os capitalistas e os proprietários de terra, que Marx, identificou na Inglaterra do Século XIX, ou seja, as classes antagônicas ligadas ao modo de produção e os demais proprietários da força de trabalho); as frações de classe; os grupos sociais; e as categorias sociais. As categorias sociais são definidas pelo lugar específico que ocupam em uma atividade (metalúrgicos, professores, etc.), o que não deve confundi-las com categorias profissionais

A escolha deste campo não significa que se deva abandonar o conceito de classe social e negligenciar o conflito fundamental, que é o da luta de classes em presença. Os grupos sociais configuram-se nas relações de pertença das classes sociais. Porém, a complexidade do campo de análise e a dificuldade em objetivar as classes sociais exatamente nas relações de pertença, acabam por indicar que há um campo analítico que pode e deve ser delimitado sem perda de foco no conflito fundamental. Este campo é o do grupo social, entendido como um grupo organizado nas instâncias econômica, social, jurídica, política ou cultural. Aqui se encontram os movimentos sociais, as categorias ditas funcionais (metalúrgicos, bancários, etc.) ou os grupos de trabalhadores nas unidades produtivas, os coletivos de trabalho associado, entre outros.

A concepção defendida por Faria (2017a) é de que um grupo social é definido pela existência de um projeto social comum, que pode ser potencial¹¹⁹ ou efetivo¹²⁰. Por projeto social comum, o autor entende:

(i) tanto o desejo inerente ao reconhecimento social, à redistribuição material, à representação política e à realização emocional, que caracteriza o grupo social e o diferencia, ainda que não manifestado explicitamente no e por este grupo, como (ii) a aceitação da legitimidade do lugar que este grupo ocupa na esfera da produção das condições materiais de existência e do direito que possui à apropriação do que produz.

Faria (2017a) esclarece que, embora a análise crítica por ele desenvolvida esteja voltada, nesses termos, para o processo de trabalho nas unidades produtivas sob o comando do capital, as unidades coletivistas de trabalho também podem (e devem) ser consideradas sob esta perspectiva.

Como afirmou Tragtenberg (2011a, p. 24-25), numa entrevista ao Jornal de Hoje, em 16 de dezembro de 1979:

O mais importante é o povo, que não tem o privilégio do poder, se auto-organizar. Isso eu acho o mais importante, quer dizer: associação de bairro sindicato em si, comunidades de base... [...] Eu confio nisto: não há luta econômica que não seja política. Você, quando faz uma greve, questiona o sistema, enfrentando a repressão na rua. Então, essa é uma luta política...

Nesse sentido, é que tomamos a Cocaair enquanto grupo social de análise considerando as inerentes dificuldades de sua luta e organização política. A cooperativa teve

(economistas, engenheiros, médicos, etc.). Os grupos sociais são definidos pela existência de um projeto social comum e podem fazer parte de uma categoria (professores universitários, por exemplo) ou de um conjunto de categorias (trabalhadores do setor público). Tais grupos sociais podem ser subdivididos conforme sua organização e conforme o projeto social que os identificam.” (FARIA, 2017a, p. 216-217).

¹¹⁹ “Projeto social comum potencial: é o que se apresenta como inerente à constituição do grupo social. Não se trata de um projeto pré-categorizado ou idealizado, de um projeto em si mesmo, mas de uma construção de caráter não manifesto ou que ainda não desenvolveu plenamente suas condições de plenitude quanto à sua forma atividade prática.” (FARIA, 2017a, p. 227).

¹²⁰ “Projeto social comum efetivo: é todo empreendimento, plano ou esquema organizado de ação coletiva que não apenas possui um propósito político (nos planos econômicos, jurídico-político propriamente dito, cultural e/ou ideológico) a ser realizado, como é explicitamente manifesto (projeto para o grupo) como orientador das ações do grupo. Neste caso, a intenção organizada de realizar um interesse social comum aos sujeitos que constituem o grupo materializa-se na forma de prática política.” (FARIA, 2017a, p. 227-228).

como motivos para sua criação, conforme a ata da assembleia geral de constituição, “[...] a necessidade dos catadores de material reciclável se organizarem para poder formar uma cooperativa de catadores, com o objetivo de melhoria das condições de trabalho e de vida e a melhoria das condições de comercialização dos materiais recicláveis” (Ata da assembleia geral de constituição da Cooperativa de Catadores dos Agentes Ambientais de Irati-Cocair, 30 de novembro de 2006).

Além disso, a assembleia de constituição, conforme ata, contou com a participação de 20 (vinte) catadores – os seus fundadores – e teve como coordenadora da reunião de trabalhos a secretária do Planejamento da Prefeitura de Irati-PR. Esses 20 (vinte) catadores faziam parte da Associação dos Agentes Ambientais de Irati (pessoa jurídica de direito privado, sem fins lucrativos, inscrita no CNPJ nº 07.724.098/0001-79) que, a partir de discussões e reuniões coordenadas pela Prefeitura de Irati-PR, decidiram pela formação da cooperativa.

Na cooperativa trabalham hoje 20 (vinte) pessoas, sendo que 02 (dois) trabalhadores encontravam-se afastados por motivo de saúde. Desses 20 (vinte) trabalhadores, apenas 03 (três) faziam parte do grupo de catadores à época da constituição da cooperativa, em 2006.

Como registro, temos a imagem da fachada do primeiro barracão em que funcionou a cooperativa, que foi publicada pelo portal de notícias da Radio Najuá – matéria *O que é feito com o lixo reciclável em Irati?*¹²¹ –, em 27 de abril de 2011.

¹²¹ Disponível em: <https://radionajua.com.br/noticia/noticias/irati-e-regiao/o-que-e-feito-com-o-lixo-reciclavel-em-irati/7163/>. Acesso em: 24 set. 2019.

FIGURA 7 – Fachada do barracão da Cocaair, localizada na Vila São João, ano de 2011



Fonte: GRICZINSKI, Marcos; BENDHACK, Jussara Harmuch (PORTAL DE NOTÍCIAS DA RÁDIO NAJUÁ, 2011).

3.2 O “FAZER-SE” DA COCAAIR

Nakano, Ancassuerd e Villar (2010, p. 152) defendem que, como conceito, a experiência necessita “[...] ser explicitada e incorporada definitivamente ao debate teórico-metodológico das questões relativas ao mundo do trabalho”. Nesse sentido, precisamos “[...] fazer recuperar o lugar do sujeito, [...] não só determinados por sua situação de classe, mas também como donos de sua vontade, capazes de definir e imprimir sentidos a situações determinadas de maneira autônoma.” (NAKANO, ANCASSUERD, VILLAR, 2010, p. 153).

Para Kuenzer (1985), quanto mais os trabalhadores e seus intelectuais souberem ler e compreender o presente a partir do passado, serão mais eficazes na sua práxis revolucionária. Eis aí uma condição determinante para o futuro.

Seguindo essa perspectiva, Del Roio (2018, p. 193) afirma:

[...] é o intelectual orgânico que faz a história juntos com as classes subalternas, no sentido de práxis. É preciso conhecer a origem e o desenvolvimento dos grupos sociais subalternos, o seu grau de adesão à ordem existente, a sua capacidade de impor reivindicações próprias, o surgimento de formações dos grupos dirigentes voltados a manter a subalternidade, o surgimento de formações dos grupos subalternos que afirmem os seus interesses dentro da ordem ou que lutem contra a subalternidade.

Uma vez que partilhámos desses pensamentos, a partir da categoria experiência proposta por Thompson, procuramos apreender a prática social que se desenrola na Cooperativa de Catadores dos Agentes Ambientais de Irati-Cocaair. Considerando a dialética entre passado, presente e futuro, buscamos analisar essa prática em seu movimento histórico, por isso o título *O “fazer-se” da Cocaair*.

Compreender o processo do “fazer-se” possibilita pensar o “vir a ser” da cooperativa e, com isso, contribuir – com esforços conscientes – para que essa experiência seja, efetivamente, uma prática transformadora.

3.2.1 O trabalhador da cooperativa: “Tivesse um estudo, hoje a gente não tava aqui, né!”

Escolhemos a fala *“tivesse um estudo, hoje a gente não tava aqui, né!”* para expressar a categoria **exclusão social**, que emerge como uma categoria importante em nossa análise. Escorel (1999, p. 263) entende a exclusão social como processo¹²² postulando que seu conceito “[...] tenha por referência o campo da pobreza e das desigualdades sociais em suas múltiplas dimensões e não apenas a necessária porém insuficiente relação com a esfera do trabalho.”

Na perspectiva da autora, “pensar a exclusão social como os ‘sem-trabalho’, que podem ser encontrados em todas as classes sociais, é descaracterizar o fenômeno, cuja incidência sobre as classes populares é de uma dramaticidade ímpar” (ESCOREL, 1999, p. 63). Assim como a exclusão social marca, de maneira geral, a trajetória das catadoras e catadores de material reciclável no Brasil, conforme mostramos no capítulo 1, ela também se manifesta na vida dos trabalhadores da Cocaair.

Ao pensarmos sobre o processo de constituição da Cocaair em seu movimento histórico, é importante considerarmos que, no Brasil, as cooperativas de reciclagem surgem, de acordo com Lima (2015a, p. 325):

[...] a partir da confluência de várias questões que assumem visibilidade na década de 80 do século passado: o fortalecimento do debate sobre o meio ambiente, a dimensão crescente do lixo produzido na sociedade e a necessidade de atenuar seus efeitos; a reestruturação econômica com a globalização da produção e dos mercados produzindo milhares de desempregados e uma tendência à precarização das relações de emprego e trabalho.

¹²² “Ao considerar a exclusão social como um processo de vulnerabilidade, fragilização e ruptura em várias dimensões da vida social, delimito uma *unidade no processo* e não nas características individuais ou dos grupos sociais. Como não há uma correspondência unívoca dos graus e extensões das desvinculações nos diversos âmbitos, há margem para a constituição de diferentes histórias de vida no interior dos grupos sociais que vivenciam processos excludentes.” (ESCOREL, 1999, p. 258-259, grifo do autor).

Além disso, segundo o autor, a reciclagem, ao possibilitar a redução nos custos de transformação das matérias-primas, torna-se economicamente atraente para as indústrias. Essa, também, é uma questão importante nesse contexto.

As primeiras associações que se tornaram cooperativas, a partir do final da década de 1980¹²³, tinham como base, segundo Lima (2015a), a pobreza e a intervenção de ONGs, Igrejas e governos municipais. O autor destaca, ainda, a realização dos Fóruns Sociais Mundiais a partir de 2001, como resultado do processo de organização em fóruns de discussão dos mais diversos movimentos sociais.

[...] com o debate do que veio a ser conhecido como Economia Solidária¹²⁴, foi se formando um movimento social mais amplo propondo uma economia alternativa, na qual os trabalhadores auto gerenciariam pequenos empreendimentos que garantiriam renda e subsistência, privilegiando os interesses do trabalho sobre o capital. (LIMA, 2015a, p. 326).

Para o autor, diante da necessidade de enfrentamento ao desemprego, a subordinação, a precarização do trabalho¹²⁵ e a exclusão social, as cooperativas e associações se apresentam no campo das possibilidades. Com isso, diversos municípios passaram a “[...] organizar associações ou cooperativas como forma de eliminar lixões e o cenário degradante de milhões de famílias miseráveis que viviam neles, e a organizar os catadores desses lixões e das ruas.” (LIMA, 2015a, p. 326).

Podemos perceber que a origem da Cocaair guarda semelhanças com o que acabamos de descrever, afinal, um dos seus objetivos é **melhorar as condições de trabalho e de vida dos catadores**. Além disso, no processo de organização da cooperativa, o governo municipal assumiu um papel importante.

Em seu estudo sobre as cooperativas de reciclagem de lixo no Brasil, Lima (2015, p. 326), afirma que, de maneira geral, “[...] os catadores autônomos ou membros de associações e cooperativas são migrantes com baixo grau de escolaridade e excluídos do mercado de

¹²³ “É um período de redemocratização política e profunda crise econômica com inflação galopante e crescimento muito baixo; um período marcado por intensa mobilização popular, seja pela atuação do movimento operário e sindical, que, ressurgido no ABC paulista, logo adquiriu dimensão nacional, seja pela formação do Movimento dos Trabalhadores Sem Terra, seja ainda pela organização de movimentos sociais contra a fome e a miséria, moradia, creche e atendimento à saúde, entre outros. É desse período, também, a criação do Sistema Nacional do Meio Ambiente estabelecendo regras para a proteção ambiental.” (LIMA, 2015a, p. 335).

¹²⁴ Sobre essa questão ver: FÁRIA, José Henrique de. Autogestão, economia solidária e organização coletivista de produção associada: em direção ao rigor conceitual Cad. EBAPE.BR, v. 15, n. 3, Rio de Janeiro, jul./set. 2017b. p. 629-650.

¹²⁵ “As trajetórias de vulnerabilidade dos vínculos com o mundo do trabalho envolvem a diminuição dos postos de trabalho, a precarização composta por empregos de tempo parcial ou de duração limitada, a não absorção da força de trabalho jovem, a instabilidade e a irregularidade ocupacional, o desemprego recorrente e duradouro, as dificuldades crescentes de inserção da mão-de-obra não-qualificada e os rendimentos decrescentes das ‘ocupações pauperizadas.’ (SCOREL, 1999, p. 75).

trabalho formal, seja pela perda de empregos anteriores, seja porque nunca se inseriram no mercado de trabalho formal.”

Acerca do perfil dos protagonistas das experiências da Economia Solidária, Brito (2010, p. 117) observa um traço comum e destaca que são “[...] identificados como pertencentes a setores pauperizados, marginalmente incluídos à lógica excludente de reprodução do capital, que buscam construir relações de solidariedade humana e de classe, de modo a assegurar a reprodução da vida de forma mais digna.”

O conteúdo das entrevistas realizadas com os trabalhadores da Cocaair evidenciou que o ingresso na cooperativa se deve à necessidade desses sujeitos em produzir suas condições materiais de existência. São trajetórias que evidenciam a **vulnerabilidade dos vínculos com o mundo do trabalho**.

Diante da situação de desemprego – experiência comum para esses trabalhadores –, o trabalho na cooperativa aparece como alternativa para garantir alguma renda.

*E05: [...] Farta de serviço. [...] É, Irati pra você correr atrás não... daí você tem que garrar o que vem pela frente né. [...] Eu acho assim, que todo mundo que tá aqui na verdade ele **precisa do trabalho**. Que hoje não tem como você fica parado né, então aquele que precisa ele chega ali trabalha certinho, não precisa tá mandando né. Então eu acho que é isso né. [...] Todo mundo se unir né.*

E06: Nós, eu tava desempregada. Eu tava desempregada, daí minha mãe começou a trabalhar lá [associação de reciclados] também. [...] Então, daí ela trabalhava lá, eu tava desempregada daí eu entrei trabalhar lá. Daí quando surgiu a vaga aqui daí eu... [...] Minha mãe, daí veio eu, e daí minha outra irmã que tá aqui também.

*E07: Uma **por causa do desemprego**, também, né. E outra, que como diz, né: **bastante gente não tem estudo**, né. Que nem nós, **nós já samo mais véio e não samo estudado**, né. Então de certo é isso, né.*

Percebemos, também, que o baixo nível de escolaridade e a idade avançada agravam, ainda mais, a situação de quem busca um emprego. Ainda que não se constitua em um projeto coletivo, individualmente todos se encontram em uma luta por trabalho a fim de garantir condições de subsistência.

De acordo com Cattani (1996), um dos referenciais centrais na organização da sociedade permanece sendo a atividade produtiva, que, por sua vez, constitui-se na forma estruturante das identidades e das sociabilidades. O autor argumenta, também, que estar desempregado consiste numa situação muito irregular para as pessoas. Afinal, enquanto para algumas pessoas pode ser um breve período de adaptação e de transição para novos empregos, para outras pode se tornar um processo de afastamento longo e gradual da esfera produtiva e de desqualificação social.

Independente dos aspectos de exploração e de alienação do trabalhador, o emprego ordena as principais clivagens e dinâmicas sociais e modula os status e as

capacidades de ações individuais e coletivas. Os trabalhadores atingidos pela precariedade e pela exclusão tornam-se mais vulneráveis em todos os sentidos. Essa fragilidade individual e social provocada pela incapacidade, ou melhor, pela impossibilidade de sobreviver de forma autônoma, faz reaparecer um princípio que o mito do progresso global havia escondido: o da seleção operacional das capacidades disponíveis no mercado e da conseqüente exclusão das capacidades disponíveis no mercado e da conseqüente exclusão das capacidades excedentes. No seu funcionamento normal, a economia de mercado não promove a homogeneidade. Pelo contrário, as desigualdades são necessárias, tanto quanto a concorrência que facilita a exclusão dos ‘inadequados’. Os princípios da ‘eficiência’ e da ‘racionalidade’ têm como preço a desqualificação, a marginalização e, por fim, a degradação de uma parcela considerável da população ativa. (CATTANI, 1996, p. 59).

Para Cattani (1996), se consideramos que as situações normais de sobrevivência são proporcionadas pela relação assalariada, na medida em que as pessoas acabam excluídas desse processo, sofrem implicações negativas no plano físico e até moral. Afinal, nesse processo acabam degradadas tanto no âmbito econômico quanto no social.

A precarização do trabalho e o desemprego, na análise de Cattani (1996), constituem um processo com princípios heterogêneos de seletividade. “Nem todos os atingidos terão um destino comum, mas também poucos estarão totalmente a salvo da fragilização.” (CATTANI, 1996, p. 81).

Sobre os grupos mais vulneráveis, o desemprego, especificamente, repercute de maneira diferenciada. “As mulheres, os imigrantes, as minorias étnicas, os trabalhadores sem formação ou os trabalhadores qualificados de setores em mutação são os mais atingidos” (CATTANI, 1996, p. 33).

Outra **vulnerabilidade** significativa na fala dos trabalhadores se relaciona com a **dimensão da educação**, ou seja, a escolaridade dos trabalhadores¹²⁶. As dificuldades quanto ao acesso e a permanência na escola, que acabam por implicar em sua formação, marcam a trajetória de vida dos trabalhadores da Cocaair.

Aqueles com origem no campo destacaram a necessidade de ajudar a família no trabalho da roça e as longas distâncias percorridas para frequentar a escola.

E01: Ah, estudei só até o terceiro ano, só. [...] Parei porque nós morava, nós moremo lá no [Distrito] também, lá nos interior. Daí lá nós tinha que ajudar o pai na roça. Nós trabalhava, daí o pai levava nós na roça pra ajudar ele também. Daí a gente não tinha como estudar, muito assim. Daí a gente estudou bem pouco, tinha que estar ajudando eles, o pai e a mãe.

E05: Eu estudei até a quinta série só. [...] Daí o tempo que nós morava no interior não tinha né. Nós lá era... trabalhado, se ia até na hora do almoço na escola,

¹²⁶ “Nas sociedades de classe, via de regra, os trabalhadores interrompem sua (p. 295) escolarização para poder sobreviver e, assim, deixam de se apropriar do saber formal; no entanto, durante esse percurso, produzem outros saberes, valores e hábitos relacionados ao trabalho e à vida fora da escola. Esses saberes ficam à espera de crítica e formalização, como um direito a ser conquistado.” (TIRIBA; FISCHER, 2009, p. 295-296).

despois do almoço chegava comia e já ia pra roça. [...] Não tinha aquele tempo não tinha né... que nem hoje, hoje sempre falam hoje tem oportunidade, não estuda se não quer né. E aquele tempo não tinha. [...] Não tinha. Era até a quinta série, acabou aquele acabou o estudo.

E07: Até a segunda série. No meu tempo não é que nem agora né. [...] Bem mais difícil e longe né, tinha que ir quilômetros pra escola. Não é que nem agora né, que os ônibus pegam os aluno na porta de casa né. [...] Aham, andava sete, oito quilômetro e chegava da escola ainda tinha que ir pra roça trabalhar né. Não é que nem agora que de menor não pode trabalhar né. Então era tudo mais difícil né.

Os relatos, além da precária condição financeira das famílias, evidenciaram a falta de políticas públicas que contribuíssem para a permanência na escola. Os trabalhadores compararam as dificuldades em frequentar a escola e permanecer estudando de sua época com as condições dos dias atuais.

E02: Eu estudei até a metade da quinta série. [...] Porque bem antigamente não tinha as ajuda do governo, né. E daí o pai, só ele trabalhava e nós era em cinco filhos estudando. Daí, também, foi bem na época que eu perdi a minha mãe, daí tipo meio quis entrar em depressão sabe. Eu fiquei um mês sem vim pra escola, não queria saber de aula, não queria saber de nada. [...] Mas eu não sei se foi por causa desse negócio que quis me dar de depressão né. Ou de ver o pai se queixando de que não tinha dinheiro pra comprar material pra nós, porque o governo não dava nada né, antigamente. Agora que eles dão né. Daí o pai se apurava demais né, daí a gente via o apuro dele, dava dó né. Daí eu saí, desisti do estudo e preferi trabalhar.

Dos depoimentos podemos destacar, ainda, a questão da maternidade na juventude. Na medida em que provoca mudanças no cotidiano das mães, a maternidade na juventude contribui para a evasão escolar. Nas famílias em situação de pobreza, com o aumento das responsabilidades no cuidado do filho, essa questão se torna mais complicada. Vale destacarmos que, historicamente, o papel de cuidar dos filhos é atribuído a mulher.

E06: Segundo, do segundo grau. [...] Eu casei daí eu engravidei da minha menininha, daí eu já parei de estuda, não voltei mais daí. [...] Tô querendo volta esse ano termina, porque o meu só falta o terceiro né. Porque eu parei no segundo.

Os depoimentos revelam mais que histórias individuais, afinal, como pano de fundo temos os contextos familiares com suas histórias marcadas por ciclos de pobreza. Dentre os trabalhadores da Cocaair, existem aqueles que nunca frequentaram a escola e não sabem ler nem escrever.

E03: Não estudei nada. [...] Não sei ler e nem escrever não sei... [...] É que na verdade, quando era mais nova, o pai e a mãe não paravam né. Era pra lá era pra cá. Daí depois foi crescendo, daí a gente vai perdendo e começa a trabalha daí. [...] Era bão né. Se tivesse é bão. Pelo menos assinar o nome né, alguma coisa que precisa né.

Mesmo dentre aqueles trabalhadores que frequentaram a escola e são considerados tecnicamente alfabetizados, existem também os analfabetos funcionais. Muito embora

reconheçam letras e números, são pessoas incapazes de compreender textos simples, bem como realizar operações matemáticas mais elaboradas.

Podemos afirmar que os trabalhadores são inseridos no mundo em condições objetivas determinadas pela estrutura econômica e política da sociedade capitalista que, neste caso, acaba por excluí-los da escola. “Apesar de todas as suas limitações, a escola é vital para o trabalhador e para seus filhos, na medida em que ela se apresenta como uma alternativa concreta e possível de acesso ao saber.” (KUENZER, 1986, p. 190).

Aqueles que pretendem fazer da educação a justificativa para o desemprego e para a pobreza desses trabalhadores, devem, primeiramente, compreender que as dificuldades de acesso e de permanência na escola advêm da condição social determinada pelo modo de produção. Afinal, como afirma Escorel (1999, p. 259), “em cada âmbito da vida em sociedade, a exclusão social (o processo de desvinculação e a constituição de um estado) tem manifestações próprias, mas que guardam relações entre si e apresentam tendências cumulativas.”

A importância do acesso ao saber ficou evidenciada na fala dos trabalhadores da cooperativa que demonstraram preocupação para que seus descendentes – filhos e netos – tenham uma história diferente com melhores perspectivas. Destacaram que quanto maior o nível de escolaridade maior a chance de se obter um emprego melhor.

E01: [...] Eu tenho dois piás e uma menina. Tenho três. [...] Aham, eu falo que eu não quero que derem burra¹²⁷ que nem eu né (risos). Chega eu que não estudei, eles eu quero que estude né. [...] Por causa que agora, hoje em dia é bem melhor pra estudar na escola, é tudo perto né. Tudo mais fácil né pra estudo, só não estuda quem não quiser mesmo, né? [...] E eu falo pra eles estudarem bastante.

E03: [...] Estudaram tudo eles. [...] Pra eles é importante, porque são novo né. Pra eles é importante estuda. [...] É, ele muda né. Pegar serviço essas coisa é bem melhor.

Para os trabalhadores da cooperativa, o trabalho no setor da reciclagem aparece como o destino daqueles que não possuem o saber formal, daqueles que não frequentaram a escola. Freire (2016) afirma que a imputação sobre os dominados da responsabilidade por sua situação faz parte do poder ideológico dominante. “Daí a culpa que sentem eles, em determinado momento de suas relações com o seu contexto e com as classes dominantes por se acharem nesta ou naquela situação desvantajosa.” (FREIRE, 2016, p. 96).

¹²⁷ “A autodesvalia é outra característica dos oprimidos. Resulta da introjeção que fazem eles da visão que deles têm dos opressores. De tanto ouvirem de si mesmos que são incapazes, que não sabem nada, que não podem saber, que são enfermos, indolentes, que não produzem em virtude de tudo isto, terminam por se convencer de sua ‘incapacidade’. Falam de si como os que não sabem e do ‘doutor’ como o que sabe e a quem devem escutar. Os critérios de saber que lhe são impostos são os convencionais” (FREIRE, 2014, p. 69).

Existe, a nosso olhar, uma naturalização de sua condição social por parte dos trabalhadores.

*E01: [...] Ah, com certeza né. Se tivesse estudado bem mais era importante sim. [...] Com certeza a gente pegava outro serviço até, né. **Hoje em dia a gente tem que ter estudo para ter um trabalho bem mais melhor, tem que ter estudo bastante, né. Eu já não.***

*E05: Daí a gente, que nem eu falo, eu falava pros meus filhos mesmo: **vocês têm a oportunidade de estudar, nós não tivemos. Mas vocês tenham, estudem, que o estudo hoje é tudo. Uma pessoa hoje sem estudo só vai sofrer. Que nem a gente né, tivesse um estudo, hoje a gente não tava aqui, né! Mas a gente não tem, a gente tem que tá...***

Mais uma vez, aparece a questão da maternidade na juventude, evidenciando, assim, a necessidade do suporte e auxílio familiar no cuidado dos filhos. Os depoimentos reforçam o que argumentamos anteriormente sobre o papel das mulheres, neste caso mãe e avó, como responsáveis pela criação dos filhos.

*E02: [...] **Que nem agora pros meus neto, que agora tão estudando, eu quero quanto mais eles estude melhor. Porque agora depende do estudo um trabalho bom né. Então pra eles eu do a maior força, converso... Até minha filha mais nova, que ela tem vinte anos e ela falou: “mãe eu tinha vontade de voltar a estudar a noite!”. Eu disse você quer voltar a estudar volte. Que daí ela tem um menininho, mas eu cuido dele a noite, né. Daí eu peguei e disse eu cuido.***

Além disso, nos depoimentos dos trabalhadores, o papel do Estado se destaca por sua função de proteção social. Como já destacamos, os trabalhadores enxergam a época atual como um período de melhores condições e oportunidades para seus filhos frequentarem a escola.

*E02: [...] Ah com certeza, incentivo que estude. [...] **É, e depois agora o governo ajuda bastante né. Não tem por que. É só se a criança não... ou os pais não incentiva a criança a estuda. Mas tem que incentiva, o certo é incentiva, né. [...] Nossa, agora é uma benção. Pois olhe dão material, dão uniforme, dão tudo. Né? Até ônibus pra buscar as criança. [...] Agora aqui tem tudo, lanche eles dão na escola.***

No entanto, apesar de valorizarem o papel da educação formal como um meio de garantir melhores condições de vida, a expectativa de retomar os estudos esbarra numa espécie de conformismo, reforçado por fatores como a idade e as exaustivas rotinas de trabalho. O retorno à escola em busca do saber formal já não parece um processo simples para esses trabalhadores.

*E01: [...] **A gente vontade tem, mas é que a gente já não tem muita cabeça agora, né (risos).***

*E02: [...] Ah não. **Agora não. Depois de véio não dá. [...] Digo eu não me vejo eu escrevendo, com professor na minha frente. Porque sei lá **passa um tempo a gente desanima né.*****

*E05: [...] Até tive mais, aí você **pegou uma certa idade você já não é mesma coisa que você era.** Quando você é novo você guarda as coisas, você tá estudando e aí você... e depois que você pega uma idade você já não guarda mais, parece que não aquela paciência né. **Eu até tentei estudar, eu fazia no CEEBJA [Centro Estadual de Educação Básica para Jovens e Adultos] ali né. Fiz, farto pra mim só matemática e português.** [...] Tinha concluído o primeiro grau né. Mas não, não tinha cabeça mais. **Daí você chegava já cansado do serviço, trabalhava o dia inteiro né, tomava um banho, às vez até sem janta você ia né. Daí você não tem cabeça mais né.***

A perspectiva de Bosi (2008) em considerar a atividade de catação de recicláveis como trabalho capitalista e o lixo reciclável como mercadoria também nos auxilia a pensar esse “fazer-se” da Cocaair. Nesse sentido, poderíamos afirmar que “[...] o trabalho dos catadores de recicláveis no Brasil está integrado ao processo acumulação de capital e que a suposta situação de exclusão dos catadores (desempregado, baixa escolaridade, faixa etária elevada) o qualifica para esse tipo de ocupação.” (BOSI, 2008, p. 102). Em seu estudo Bosi (2008, p. 106) identificou que:

Os catadores que formaram uma força de trabalho cada vez mais visível em todo o país a partir de meados da década de 1980 estão inseridos nesse processo. Não foram catadores desde sempre, e esta ocupação não foi resultado de uma livre escolha. A maioria dos catadores teve uma profissão (ou mais de uma), a qual não pôde mais ser exercida, fosse pela determinação do mercado, fosse por incapacidade física em função de seu envelhecimento como força de trabalho.

A situação descrita se assemelha às trajetórias dos trabalhadores da cooperativa que encontraram na reciclagem a alternativa possível (talvez a única) de trabalho. Cabe ressaltar que, entre os trabalhadores da Cocaair, nem todos foram catadores de recicláveis, trabalhando na rua antes do ingresso na cooperativa.

*E01: Na verdade eu trabalhei por dia nas casas assim, daí depois disso eu juntava reciclável na rua com o carrinho, sabe? Também, antes de começar assim, acabei com o carrinho na rua. [...] Isso. Até achar outro serviço eu trabalhava assim. [...] **É que eu não achava outro, daí assim pra trabalhar, não era fácil de achar serviço, assim em outro lugar né.** Daí eu entrei trabalhar assim. Daí eu fiquei, daí fui gostando. Daí fui ficando (risos).*

*E02: Ih. **Eu já trabalhei na [fábrica], trabalhei na... em restaurante, panificadora.** Trabalhei em várias partes. [...] Porque daí eu saí da [fábrica], porque minha menina era pequena e não tinha quem cuidasse, né. Daí até eu fiquei um tempo em casa e daí, **que nem aqui é difícil o serviço.** [...] **É. Não tá fácil, sabe?** E de diarista sabe como que é né, a gente trabalha e eles não valorizam o serviço da gente. Daí surgiu a oportunidade de eu entrar aqui [cooperativa] eu entrei.*

*E03: Depois que eu casei, depois nós viremos pra tudo que é lado e viemo e moremo aqui. Que daí morei com a minha sogra um tempo, **daí nós tava desempregado. Fazia meio de tudo. Vendia sorvete, vendia argodão, tudo.** [...] Nós trabalhava, trabalhava de vende argodão, trabalhava de diarista, era meio de tudo, daí. **Vender sorvete...** Daí, que daí eu consegui entrar ali [associação de reciclagem] [...] Daí era muito pouco também, daí eu fiquei um ano e pouco ali, daí que eu passei pra cá [cooperativa].*

*E07: **Eu trabalhava na roça.** [...] Aham. Trabalhava na roça, daí nós morava assim em chácara né. E trabalhava sempre na lavoura, daí que eu me mudei pra cá que... até na verdade quando eu me mudei, **daí eu tava sem serviço**, daí uma amiga minha que era da diretoria e trabalhava na cooperativa... ela, só que eu morava na outra casa lá na [bairro], daí ela foi lá: **[Fulana] tamo precisando de três pessoa pra trabalha na cooperativa. Eu nem conhecia o tal do reciclado né.** Daí eu falei pra ela: mas eu não sei trabalha nisso aí né, nunca trabalhei. Ela disse assim: não, não, não tem problema, vai ter duas pessoas pra ensina vocês. Daí eu fui, comecei noutro dia.*

Alguns dos trabalhadores nasceram e cresceram no campo. No conjunto, podemos afirmar que as trajetórias ocupacionais dos trabalhadores da cooperativa¹²⁸ foram marcadas pela precariedade das ocupações, que não exigiam qualificação profissional e cuja aprendizagem dispensava a escola. Outros trabalhadores chegaram a ter uma carreira em empresas, ocuparam cargos de gerência em linha de produção e, quando se viram em situação de desemprego, ingressaram na cooperativa.

*E04: **Eu trabalhei em posto de gasolina, segurança... e meu último trabalho registrado foi numa indústria de erva mate. Vinte e três anos.** [...] Eu só sabia que erva mate... eu nem conhecia a folha, mas eu sabia que dava chimarrão. **Daí com o tempo, com o tempo fui aprendendo e cheguei a gerente de produção.***

*E05: O tempo que eu, oitenta e nove que vim embora pra cá, morava no interior né, **trabalhava na lavoura.** Daí eu entrei primeiro numa madeireira né, **trabalhei cinco anos na madeireira, daí a madeireira faliu, daí passei a trabalhar num secador de serragem** que tem no [Distrito], daí trabalhei cinco anos ali também. Daí também deu uma parada, daí de lá vim aqui tinha serraria aqui né. Trabalhei cinco anos aqui também [serraria]. Daí daqui voltei no secador de volta, trabalhei mais oito anos, só lá deu treze anos. **E daí dez anos de serraria, madeireira né.***

Mas alguns depoimentos mostram a satisfação com o trabalho na cooperativa. Trabalhadores que foram empregados e, diante de situações negativas, enxergaram na cooperativa uma oportunidade melhor.

*E06: **Ah, eu trabalhei em várias coisas, de diarista, fui pra roça, no mercado eu trabalhei.** Eu entrei no mercado depois dali, foi no mercado, depois que eu entrei aqui daí. Daí eu voltei pra cá de vorta. [...] **Eu gosto de trabalhar de reciclagem, eu gosto. Eu não me adaptei no mercado não. Não gostei de trabalhar lá.** [...] Ah, porque aqui a gente faz o serviço da gente, não tem ninguém no pé da gente né. **E todo mundo trabalha unido né, é bem mais melhor.***

Na avaliação de Bosi (2008), os trabalhadores cada vez mais expropriados ao longo de suas trajetórias ocupacionais, aparecem como absolutamente necessários para a estruturação do negócio da reciclagem. Bosi (2008, p. 108) então afirma: “no processo histórico em que esses trabalhadores perderam suas condições de trabalho (uns mais

¹²⁸ Sobre as trajetórias ocupacionais dos trabalhadores da Cocaair ver o QUADRO 8 – Trabalho (atividade, profissão, função) exercido antes de se vincular ao empreendimento.

rapidamente do que outros), foram concomitantemente ‘qualificados’ para a catação de recicláveis”. Em seu estudo Bosi (2008, p. 108) concluiu:

[...] quando os catadores são pensados como força de trabalho, eles apresentam um perfil caracterizado pela baixa escolaridade, idade avançada e por uma qualificação profissional considerada inadequada para grande parte dos empregos existentes tanto do setor industrial como do setor de serviços. Contudo, estes três fatores não têm transformado tais catadores (entendidos como força de trabalho) em ‘excluídos’ do mundo do trabalho. Tampouco os converteu em desnecessários para o capital.

Para Bosi (2008), o trabalho dos catadores, como força produtiva, traz a marca das relações capitalistas de produção. Afinal, consiste numa atividade que é subordinada, integrada e requerida no processo de acumulação de capital. “Sua organização acontece determinada pelo capital envolvido no negócio da reciclagem, embora a relação social de exploração sobre o trabalho não apareça formalizada em contratos que fixem jornadas e salários.” (BOSI, 2008, p. 113).

Não podemos esquecer que até mesmo as associações e cooperativas de reciclagem são requeridas pelo sistema e podem acabar reproduzindo as históricas condições de trabalho dos catadores. Isso só reforça a necessidade de refletirmos sobre as experiências das cooperativas e associações, bem como sobre a condução das políticas públicas, para que todo esforço não acabe por apenas viabilizar o lucro das grandes empresas que controlam a coleta e a distribuição do setor de reciclagem.

No “fazer-se” da Cocaair, é relevante refletirmos sobre a **gestão do processo de trabalho**, que pressupõe uma **autogestão** (ou gestão coletivista). Para isso, precisamos considerar o fato de que os catadores que constituíram a Cocaair, no ano de 2006, integravam a Associação dos Agentes Ambientais de Irati e, de certa forma, preservaram um pouco dessa história na denominação da nova cooperativa: Cooperativa dos Catadores dos Agentes Ambientais de Irati. Se tomarmos como referência o ano de sua fundação, 2006, podemos inferir que se tratava de um contexto em que havia um incentivo para a formalização de iniciativas dessa natureza.

No Brasil, em 2003, o Governo Federal criou a Secretaria Nacional de Economia Solidária–Senaes¹²⁹, com o objetivo de “[...] promover o fortalecimento e a divulgação da economia solidária, mediante políticas integradas, visando o desenvolvimento por meio da geração de trabalho e renda com inclusão social.” (FARIA, 2009, p. 161). O autor descreve esse contexto no qual a economia solidária teve protagonismo:

¹²⁹ Faria (2009, p. 161) explica em nota que: “as informações sobre a SENAES e os programas de governo sobre Economia Solidária aqui expostos foram obtidos junto ao Ministério do Trabalho e Emprego.”

Diante do quadro exposto, das incertezas, das intensas transformações, dos elevados índices de desemprego e da incapacidade dos setores público e privado em gerar postos de trabalho estáveis e regulamentados, o surgimento de organizações que se caracterizam pela articulação de trabalhadores em situação de desemprego em grupos comunitários, associações ou cooperativas, na tentativa de gerar renda coletivamente, além de ampliar o controle sobre o próprio trabalho por meio de uma gestão pautada em princípios democráticos e solidários, constituiu-se em uma forma de defesa das condições materiais e políticas de existência. (FARIA, 2009, p. 161).

Como lembra Lima (2015a, p. 326):

Surgiram assim departamentos ou secretarias municipais de economia solidária, cujos princípios tornaram-se referência ideológica dessas associações e cooperativas, independentemente de observarem efetivamente os pressupostos de autogestão e participação igualitária dos membros como propunha o movimento [Economia Solidária].

Portanto, seria uma falha desconsiderarmos que, em sua origem, a cooperativa teve a tutela do governo municipal, conforme ficou evidenciado na ata da assembleia de sua constituição. Ingênuo, ainda, seria considerar que, para além da melhoria das condições de trabalho e de vida e a melhoria das condições de comercialização dos materiais recicláveis, estivesse uma consciência revolucionária e o horizonte da autogestão social no empreendimento investigado.

A economia solidária é, assim, uma alternativa de geração de trabalho e renda e uma ação pública de inclusão social que engloba diversas práticas econômicas e sociais ‘organizadas sob a forma de cooperativas, associações, clubes de troca, empresas autogestionárias, redes de cooperação, entre outras, que realizam atividades de produção de bens, prestação de serviços, finanças solidárias, trocas, comércio justo e consumo solidário’. Desta forma a SENAES conceitua economia solidária como ‘o conjunto de atividades econômicas de produção, distribuição, consumo, poupança e crédito, organizadas sob a forma de autogestão’. (FARIA, 2009, p. 162).

Em seu artigo, Faria (2017b, p. 639) destaca:

Segundo a própria Senaes, a alternativa ao desemprego (obter maior ganho e complementar a renda) representa 74% dos motivos para a criação de EES, enquanto a concepção do trabalho associado representa apenas 16%. Não se trata, portanto, de nenhuma ruptura com o modo de produção capitalista.

Isso reforça o argumento de que se contrapor ao modo capitalista de produção não seja o primeiro interesse dos trabalhadores envolvidos em empreendimentos econômicos solidários. Concordamos, também, sobre o fato de que a realidade da economia solidária no Brasil apresenta contradições entre o conceito e as práticas, conforme explica Faria (2017b).

Nessa perspectiva, também escreve Leite (2012, p. 229) quando afirma que, apesar de a Economia Solidária apresentar características que apontam no sentido de um movimento social, também apresenta “[...] uma série de defasagens entre a teoria defendida pelos líderes

do movimento e a prática cotidiana dos empreendimentos, que não pode ser deixada de lado quando se pensa em sua capacidade de transformação social.” Para a autora:

Ainda que isso não signifique que devemos perder de vista o caráter de resistência do movimento, essa fragilidade nos coloca frente à suspeita de que a idéia [*sic*] de transformação social emerge muito mais como um ideal de uma liderança portadora de uma visão teleológica, que confere à classe trabalhadora a missão histórica de promover a grande transformação social, do que a uma realidade ou potencialidade efetiva dos empreendimentos solidários. (LEITE, 2012, p. 263-264).

Nesse sentido, é fundamental que o conceito de autogestão seja entendido, como explica Faria (2017b, p. 630), “[...] não em sua concretude empírica, mas como negação da heterogestão.”

Insistimos na questão da Economia Solidária para reforçar os princípios da autogestão como orientadores dessas organizações, e em especial a Cocaair. É importante, nesse contexto, considerarmos a posição do MNCR que teve origem em 2001, anterior à constituição da Cocaair.

Vale lembrar que, na *Declaração de Princípios e Objetivos do Movimento Nacional dos Catadores de Materiais Recicláveis-MNCR*¹³⁰, a autogestão tem destaque: “‘Auto-gestão’ é a prática econômica em que os trabalhadores são os donos das ferramentas equipamentos de produção. Auto-gestão é o modo de organizar o trabalho sem padrões, tendo a decisão, o planejamento e a execução sob controle dos próprios trabalhadores.”

Ainda que, conforme o *QUADRO 9* (articulação política), a presidente não tenha mencionado nenhuma relação com o MNCR, e que a única articulação com o movimento de Economia Solidária era a participação no “Programa ECOTROCA – ação que alimenta a vida”, da Prefeitura de Irati, o contexto geral em que surgem as cooperativas no Brasil pressupõe a autogestão.

No entanto, objetivamente, não encontramos nenhuma referência à autogestão nos documentos que tivemos acesso sobre a constituição da cooperativa. O que mais se aproxima consta no capítulo II de seu estatuto, onde está definido que, na consecução dos seus objetivos sociais, a Cocaair poderá: “[...] promover a difusão da doutrina cooperativista¹³¹ e seus princípios aos cooperados,” (Estatuto Social da Cooperativa de Catadores dos Agentes Ambientais de Irati–Cocaair).

¹³⁰ Disponível em: <http://www.mnrc.org.br/sobre-o-mnrc/principios-e-objetivos>. Acesso em: 24 set. 2019.

¹³¹ “A Cooperativa tem sido conceituada como uma associação autônoma de pessoas que se unem voluntariamente para satisfazer aspirações e necessidades econômicas, sociais e culturais, por meio de um empreendimento de propriedade coletiva e democraticamente gerida.” (FARIA, 2009, p. 245). Ver sobre os princípios básicos do cooperativismo em Faria (2009), páginas 245 e 246.

Mas vejamos o depoimento sobre o processo de entrada na cooperativa logo no início de sua constituição:

E07: E daí eles ensinando nós, eu pensava: meu Deus do céu que complicação né. A gente não vai por na cabeça quanto tipo de separação tem né. E depois né, cada comprador tinha um jeito de separar o material né. Eu pensava: meu Deus do céu, mas é complicado, eu não sei. E daí era, tinha experiência né, daí perguntava pra chefe lá: quanto tempo de experiência? E ela não contava. E a gente trabalhando, trabalhando. Daí quando foi o fim de semana, ia saí pagamento deles né, no escritório. Daí primeiro de tudo chamaram nós lá no escritório, pensei: de certo vão manda nós embora, de certo não passamo na experiência. Com aquele medo. Daí entremo lá: não, vocês passaram, tão trabalhando bem, já pegaram o jeito. Vocês que sabem, querem continuar trabalhando ou querem sai? Eu falei: se gostaram do nosso serviço claro que imo continua trabalhando. Mas representava que era um bicho de sete cabeça né, mas tem gente que não pega o jeito assim tão facinho né. Mas daí, e eu tô até hoje, você veja nove ano.

O relato do trabalhador não faz menção à doutrina cooperativista ou a princípios de autogestão, pelo contrário, se assemelha muito ao processo de ingresso numa empresa capitalista. Fica clara a figura de um “chefe” na cooperativa. Tampouco, no processo de ingresso na cooperativa, se coloca a questão da luta e organização política dos catadores representada pelo MNCR.

Sobre as dificuldades do trabalho coletivo, Tiriba (2001, p. 350) esclarece:

Pela própria origem do empreendimento, é possível inferir sobre determinadas dificuldades que venham a surgir quando o associativismo ‘pega os trabalhadores de surpresa’, quando a primeira experiência associativa começa, exatamente, com uma estratégia coletiva de sobrevivência ou o grupo inicia suas atividades sob a tutela de uma instituição de apoio, aumenta a possibilidade de que os trabalhadores deparem sérios conflitos, principalmente no que diz respeito às relações interpessoais e de trabalho, ocultando-se o ‘egoísmo individual’ nas chamadas ‘relações de solidariedade’.

De acordo com Brito (2010, p. 115), a autogestão deve ser compreendida como “[...] um aprendizado cotidiano em torno de um saber historicamente acumulado, que diz respeito aos fundamentos da gestão num regime de propriedade coletiva”.

Faria (2017a) afirma que administrar¹³² não é apenas uma atividade técnica, pois consiste em um ato político *lato sensu*. “Administrar, portanto, não se esgota na administração de empresas, pois muitos são os tipos de organização e de empreendimentos (inclusive os populares) que são administrados. Em qualquer caso, sempre é preciso uma avaliação crítica dessa atividade.” (FARIA, 2017a, p. 24).

¹³² “A Administração, enquanto prática, independe do tipo de organização (se burocrática ou coletivista) e de gestão (se heterogestão ou autogestão). A gestão é uma atividade política, pois a mesma corresponde a governar e disto já sabia tanto Machiavel em ‘O Príncipe’ e sua arte de fazer política, quanto Proudhon, em sua ‘Filosofia da Miséria’ (‘Sistema das Contradições Econômicas’) e sua proposta de uma ‘autoadministração’.” (FARIA, 2017a, p. 24).

Como vimos nos depoimentos, os trabalhadores, apesar de possuírem diferentes trajetórias ocupacionais, quando inseridos na cooperativa não possuem a experiência da autogestão, tampouco conhecem o seu significado e o que ele representa. Neste sentido, Holzmann (2012, p. 282) escreve:

É com a experiência da falta de autonomia, da submissão, de não ter o espaço para manifestação, de não ser tratado(a) como um indivíduo, de não poder questionar ordens sem pôr em risco seu emprego, de não poder definir o quê e como fazer, que homens e mulheres, socializados no mundo do trabalho dominado pela lógica do capital, incorporam-se a empreendimentos solidários. É essa experiência que orienta as condutas dos trabalhadores em novas condições de produção. Um novo aprendizado deve ser feito, que leve os trabalhadores a agirem com autonomia, assumirem o protagonismo, constituírem enquanto sujeitos, construírem novas experiências que superem a experiência de submissão inerente ao trabalho sob o capital. Isto ainda está por se concretizar.

Para a autora fica evidente o papel de condutor ideológico dos chamados trabalhadores-orgânicos em sua relação com os empreendimentos. Segundo ela, torna-se necessária uma ação conjunta desses agentes externos para orientar os trabalhadores na aquisição de outras práticas e outros valores, que desconhecem a experiência do trabalho associativo. Também, de acordo com a autora, é preciso que os trabalhadores compreendam e se apropriem das vantagens do trabalho associativo e da superioridade das relações em que este se assenta sobre as relações construídas no mundo do trabalho heterônomo.

Faria (2017a, p. 80) por sua vez, esclarece:

Assim, se as organizações burocráticas ou as que se estruturam sob o comando do capital necessitam afirmar um imperioso sistema de controle pelos dirigentes, as organizações coletivistas autogeridas desenvolvem sistemas democráticos de avaliação e decisão. Neste sentido, o que as diferencia, além dos objetivos para os quais foram constituídas e das estruturas que lhes correspondem, é a forma como o sistema de controle opera, ou seja, qual a sua finalidade e como e por quem é definido e realizado: se para desenvolver a produção capitalista de mercadorias e para viabilizar a acumulação simples e ampliada do capital; se para garantir o governo oligárquico das burocracias; se para desenvolver ações políticas da sociedade e dos trabalhadores; se para organizar a produção coletivista de trabalho. (FARIA, 2017a, p. 80).

Faria (2009), quando aborda a questão dos empreendimentos de Economia Solidária, é enfático ao afirmar que se trata de uma construção teórica de intelectuais. Ao invés de fruto da construção social dos trabalhadores, a constituição de organizações de Economia Solidária, muitas vezes (ou quase sempre), é a única opção disponível a eles. Para o autor, isto “[...] se dá não pelo anseio em construir ‘relações de trabalho emancipadas’, ou um ‘modo de produção alternativo’, mas sim pela necessidade de ter acesso a trabalho e renda” (FARIA, 2009, p. 178).

Isso significa que, entre os trabalhadores administrarem um empreendimento capitalista e a autogestão de empreendimentos sociais de iniciativa dos trabalhadores, existe uma diferença essencial (FARIA, 2009). Nesse sentido, acreditamos ser importante “[...] considerar que as próprias histórias de vida, baseadas na relação de exploração e dominação, dificultam a possibilidade dos trabalhadores associados conseguirem tornar-se dirigentes de si mesmo e de seu trabalho.” (TIRIBA, 2001, p. 362).

É o que apontam os depoimentos sobre a gestão do processo de trabalho no início da Cocaair. A autogestão não se realizava na prática e os trabalhadores percebem a transformação da cooperativa ao longo do tempo e a melhora na gestão do processo de trabalho.

E01: Não, única coisa que lá era diferente [referindo-se ao antigo local em que funcionava a Cocaair] é que lá nós ganhava bem mais pouco. [...] Nossa, lá nós tirava pouco, pouco. A diferença é que aqui nós ganhamos bem mais do que lá. [...] Mais. Nossa com certeza, meu Deus lá nós ganhava uma mixaria. [...] Por que lá, você não conheceu a [Fulana] que tomava conta antigamente lá? [...] Pois é, a [Fulana] que comandava lá [referindo-se a Cocaair em uma época anterior em que funcionava num endereço diferente], então... na verdade ela lograva... a turma, nós... todos nós lá... eles vendia a carga e tipo, eles ganhavam bem. E pra nós eles davam uma mixaria. Nós não sabia quase nada assim, quanto dava, quanto não dava. [...] Por que nós entremos ela já tava lá. [...] Era cooperativa também. Aham. Nós ganhava bem menos, nós ganhava, eu lembro que nós ganhava... eu me lembro que nós ganhava, nós tirava setenta... o máximo até oitenta real nós tirava. [...] É tipo, é cada quinze dias assim. De cada duas semana. [...] Deus o livre! Nós trabalhava lá, porque nós não achava outro, mas olhe... nós, na verdade nós passava até fome, porque não dava pra comprar quase nada com o dinheiro que nós ganhava lá. [...] Nada, ela não deixava, não deixava falar nada. É eles que sabiam das coisa, que decidiam as coisa e não perguntava nada pra ninguém. Então eu digo, a diferença que nós se mudemo pra cá, a diferença é que aqui nós ganhamo bem, não dá pra se queixar. Bem melhor. [...] Porque lograr eles não logram. Porque lá dava bem, só que eles faziam como eles queriam lá. [...] E aqui não, é tudo igual e não tiram um centavo de ninguém, repartimo tudo igual. Eles ganham igual também. Eles mostram tudo quanto deu, quanto não deu né, é tudo.

Em nossa análise, existe uma consciência por parte dos trabalhadores de que a gestão do processo de trabalho deveria ser diferente. Portanto, essa transformação sobre as quais falam os trabalhadores consiste em rupturas.

Os depoimentos dos trabalhadores apontam para uma falta de transparência na gestão. Processo de gestão do qual, efetivamente, os trabalhadores não participavam. Além disso, sobre o início da Cocaair, os depoimentos indicam que, apesar da grande disponibilidade de material para reciclagem, a renda obtida pelo trabalho não era o suficiente.

E07: Aham. Então, quando eu entrei ele já era assim né, era outra diretoria. Então, na verdade nós pagava pra trabalhar. Nós tinha vergonha de contar quanto nós ganhava, assim pra quem perguntava pra nós. Não sei se eles comentaram, nós chegava a ganhar quarenta real por quinzena, cada mês. [...] Quanto mais nós trabalhava menos nós ganhava. Nós não podia comprar uma roupa a prestação na

loja, não podia comprar nada. Daí nós trabalhava e trabalhava, e naquele tempo não tinha Associação da Malinoski né, quando nós tava. [...] Aham. Então, daí nós ficava alegre né, nós trabalhava e tinha material pra fora que o barracão era pequeno e não existia do Malinoski, a associação, era só nós. [...] Os caminhão ali, então nós não vencia, o que ia de material pra aterro. Nós ia e só catava por cima os pet, os pacote, o resto daí nós não vencia né, daí chovia e os caminhão entravam e enterravam aqueles material. E daí nós ficava alegre né, nós dizia: nossa agora nós imo ganha bem na quinzena! Pois daí que nós ganhava menos. Nossa, tinha gente que saía chorando embora. Que daí ia [o dinheiro] pra diretoria né.

A situação dos materiais que não eram reciclados, como, por exemplo, o isopor, foi abordada pela matéria *O que é feito com o lixo reciclável em Irati?*¹³³, publicada pelo portal de notícias da Rádio Najuá, em 27 de abril de 2011:

Todo o isopor recolhido fica armazenado ao ar livre, no terreno da Cooperativa. Pode ser reciclado, explica [Fulano], mas uma das maiores dificuldades está no custo do transporte da carga. ‘Depende de carga fechada, precisa reunir uma grande quantidade e levar até o estado de São Paulo, onde existem empresas especializadas em trabalhar com este tipo de material’. (PORTAL DE NOTÍCIAS DA RADIO NAJUÁ, 2011).

Na mesma matéria, essa situação é ilustrada em uma imagem da época referente ao pátio da cooperativa, onde o isopor recolhido aguarda uma possível comercialização futura.

¹³³ Disponível em: <https://radionajua.com.br/noticia/noticias/irati-e-regiao/o-que-e-feito-com-o-lixo-reciclavel-em-irati/7163/>. Acesso em: 24 set. 2019.

FIGURA 8 – Material no pátio da Cocaair em 2011 - isopor



Fonte: GRICZINSKI, Marcos; BENDHACK, Jussara Harmuch (PORTAL DE NOTÍCIAS DA RADIO NAJUÁ, 2011). Disponível em: <https://radionajua.com.br/noticia/noticias/irati-e-regiao/o-que-e-feito-com-o-lixo-reciclavel-em-irati/7163/>. Acesso em: 24 set. 2019.

Em 16 de abril de 2014, o portal de notícias da Radio Najuá publicou a matéria *A problemática do lixo em Irati*¹³⁴, a qual fazia menção aos problemas enfrentados no ano de 2011, inclusive trazia imagens do pátio da Cocaair naquela época.

¹³⁴ Disponível em: <https://radionajua.com.br/noticia/noticias/irati-e-regiao/a-problematica-do-lixo-em-irati/24780/>. Acesso em: 24 set. 2019.

FIGURA 9 – Material no pátio da Cocaair em 2011 - sacos



Fonte: Arquivo Najuá (PORTAL DE NOTÍCIAS DA RADIO NAJUÁ, 2014). Disponível em: <https://radionajua.com.br/noticia/noticias/irati-e-regiao/a-problematICA-do-lixo-em-irati/24780/> . Acesso em: 24 set. 2019.

Para fins de registro, é importante apresentarmos o trecho dessa mesma reportagem a respeito da comercialização do material:

As negociações de venda do material que sai do lixo são feitas pela diretoria. [Fulana] explica que eles não possuem um capital de giro, todos os 23 cooperados dependem deste dinheiro para sobreviver, por isso tudo que lucram é dividido em partes igualitárias e nada é retido. Também devido à pobreza, há urgência para receber os ganhos que são repassados aos trabalhadores semanalmente, na sexta-feira, dia que é feita a venda do material. A renda mensal dos cooperados gira em torno de um salário mínimo.

Atualmente as negociações são feitas com um único atravessador que aceita receber “carga mista” – quantidades menores de produtos variados -, diferente do que ocorre com a indústria que somente recebe “carga fixa” – grande quantidade do mesmo produto. Financeiramente, esta é a opção mais viável para os dias de hoje, pois a Cooperativa não tem maneiras de sustentar as pessoas até que se possa formar uma carga completa que receba um preço melhor do que o oferecido pelo atravessador. Outros fatores que interferem é a falta de local apropriado, coberto, para acomodar os fardos de material já separado e a não existência de transporte próprio que possa levar cargas para outras cidades ou estados onde existe comercialização de diferentes materiais e conseqüente maior valorização. Fora o trabalho dos cooperados, 35 carrinheiros independentes também coletam o lixo reciclável e vendem para o mesmo atravessador. “Já tivemos problemas de perder carga com negociações para fora”, comenta [Fulana], que vê no atravessador uma pessoa que lhes dá segurança e ajuda. (PORTAL DE NOTÍCIAS DA RADIO NAJUÁ, 2011).

Sem fazer juízo de valor, é importante evidenciarmos que em alguns casos existe uma discrepância entre afirmações feitas em entrevistas da época e a fala dos trabalhadores

nas entrevistas da pesquisa. Nem sempre as explicações para os problemas apontados são as mesmas.

Retomando a discussão sobre a gestão do processo de trabalho na Cocaair, é possível afirmarmos que, no início, tinha o predomínio das práticas de **heterogestão**. “A divisão técnica do trabalho presente no modelo de organização taylorista-fordista e sua atualização pelas correntes de pensamento administrativo demarcam, para os trabalhadores situados no chão-de-fábrica, os limites de sua ação no mundo do trabalho.” (BRITO, 2010, p. 109).

Nesse sentido, a cultura do trabalho refletia a empresa capitalista e, ainda, não se constituía numa organização coletivista de produção associada. A cultura do trabalho pautada na autogestão era algo distante.

A cultura do trabalho corresponde ao:

Conjunto de conhecimentos teórico-práticos, comportamentos, percepções, atitudes e valores que os indivíduos adquirem e constroem a partir de sua inserção nos processos de trabalho e/ou da interiorização da ideologia sobre trabalho, todo o qual modula sua interação social mais além de sua prática laboral concreta e orienta sua específica cosmovisão como membros de um coletivo determinado. (PALENZUELA, 1995, p. 13 *apud* TIRIBA, 2001, p. 230).

Os depoimentos sinalizam que predominava uma gestão hierarquizada, na qual a **participação** do conjunto de trabalhadores nas atividades de planejamento e nas decisões quanto ao processo de produção **era negada**. O controle sobre o processo de produção ficava evidente com a separação entre planejamento e execução.

*E07: [...] Não, trabalha elas não trabalhavam, elas ficavam só ali. Tinha dias que elas entram no escritório e ficavam o dia inteiro a diretoria, eu não sei o que eles conversavam tanto, sabe. [...] E nós trabalhando. E Deus o livre, era marcado no relógio ainda, eles marcavam. Então era enchido a esteira, ia seis begue na esteira assim, que não aparecia assim de tanto, e eles marcavam quinze minutos no relógio só e viravam as costas e saiam. Daí voltavam lá ver se nós tinha feito com quinze minutos. E nós tinha feito. Mas nós trabalhava e não comprava nada com aquele dinheiro. [...] E o engraçado que ganhava miséria, mas nós tava lá sabe. Eu não sei, nós não saía, né. Nós tinha vergonha... [...] Aham. Eu ia a pé aqui pela Yazaki. E aquela [Fulana] né, às vezes um sol quente nós embegando papelão ela dizia: **Meu Deus do céu, a gente vendo tanta coisa errada aqui e nós ganhando menos.***

Conforme explica Holzmann (2012, p. 274), “a condição de associados dos empreendimentos, distinguindo-os de trabalhadores associados a serviço dos interesses de uma empresa, pressupõe igualdade de condições de todos seus participantes na tomada de decisões, cumprindo seu caráter democrático.” Além de problemas na gestão da cooperativa, os depoimentos dos trabalhadores revelaram que a Cocaair teve suas atividades encerradas.

E07: Daí tá bõo né, daí saiu aquela diretoria... daí naquilo, não sei como entrou uma firma de São Mateus [município de São Mateus do Sul-PR], daí mandaram todo mundo embora da cooperativa e terceirizaram sabe. [...] Lá onde nós tava lá

perto da Yazaki [nome de uma empresa]. Não sei o que eles fizeram lá, daí eles escolheram, classificaram as pessoas. Daí ficou acho que umas cinco pessoas só. [...] Aham, os mais grandão né, que era da diretoria que ficaram. Daí eles terceirizaram e registram essas pessoas. Daí eu naquele tempo não fiquei né. Porque daí eu ia entrar registrada, daí eu fiquei doente, problema na coluna né, me entrevo tudo, daí eu fiquei afastada. Daí não aprovo muito, não sei o que que houve lá que acho que num duro nem seis mês aquela firma. Daí volto a ser cooperativa de volta. Daí aquela diretoria caíram fora né. Daí foi entrando, daí entrou outra diretoria, daí tinha uma outra presidente, daí saiu fora também, por causa de começou querer desviar fardo né. Daí devagar vai descobrindo a sujeira né.

Ressaltarmos que, em seus relatos, os trabalhadores não conseguem explicar com exatidão os acontecimentos referentes à cooperativa. Em nossa percepção não se trata apenas de uma questão de memória sobre os fatos, mas uma falta de compreensão e entendimento da gestão da cooperativa. Sendo assim, buscando compreender o contexto descrito, recorreremos às notícias da época nos portais usualmente utilizados para comunicações deste tipo.

O portal de notícias da Prefeitura Municipal de Irati-PR publicou em 23 de janeiro de 2012¹³⁵:

A Secretaria Municipal de Meio Ambiente e Ecologia assumiu a triagem e destinação do lixo reciclável de Irati neste ano e está implantando um novo sistema de trabalho, de acordo com as instruções previstas na legislação ambiental. O secretário de Ecologia e Meio Ambiente, [...] conta que há uma equipe de 15 pessoas atuando neste setor e a meta inicial é reduzir o volume de materiais depositados no local onde a Cooperativa de Catadores dos Agentes Ambientais de Irati (Cocair) que encerrou suas atividades realizava a separação. (PORTAL DE NOTÍCIAS DA PREFEITURA MUNICIPAL DE IRATI-PR, 2012).

Já em 24 de fevereiro de 2012, o portal de notícias da Rádio Najuá publicou a reportagem *Prefeitura assume separação do lixo reciclável*¹³⁶:

A partir de agora, a separação do lixo reciclável de Irati será feita diretamente pela secretaria do Meio Ambiente. O barracão, que havia sido cedido para a Cocair-Cooperativa dos Catadores e Agentes Ambientais de Irati, para onde seguia o lixo reciclável coletado nas ruas, será administrado pela prefeitura que, através de licitação, contratou uma empresa – a SOS Serviços de São Mateus do Sul –, e terceirizou o serviço de separação do lixo. [...] [O secretário do Meio Ambiente] explicou à Najuá que seis ex-funcionários da cooperativa – escolhidos pelo próprio quadro de funcionários da empresa – foram contratados para atuar na coleta de lixo executada a partir de agora pela prefeitura, que até o final do ano passado cedia, em regime de comodato, um terreno com um barracão, custeando os gastos com luz, água e telefone. (PORTAL DE NOTÍCIAS DA RÁDIO NAJUÁ, 2012).

A retomada das atividades da cooperativa acontece no mesmo ano, conforme consta na matéria *Eleição da diretoria marca a retomada das atividades da Cocair como*

¹³⁵ Disponível em: http://irati.pr.gov.br/noticiasView/40_Secretaria-de-Ecologia-e-Meio-Ambiente-assume-responsabilidade-do-lixo-reciclavem-em-Irati.html. Acesso em: 24 set. 2019.

¹³⁶ Disponível em: <https://radionajua.com.br/noticia/noticias/irati-e-regiao/prefeitura-assume-separacao-do-lixo-reciclavem/11546/>, Acesso em: 24 set. 2019.

*cooperativa*¹³⁷, publicada pelo portal de notícias da Rádio Najuá, no dia 1º de novembro de 2012:

Na terça-feira (30) aconteceu nas dependências da Cocaair (Cooperativa de Catadores dos Agentes Ambientais de Irati) uma assembléia geral extraordinária para tratar da eleição da nova diretoria da cooperativa. [...] A eleição foi coordenada pelo assessor técnico da Secretaria Municipal de Ecologia e Meio Ambiente. [...] A eleição da nova diretoria marca a retomada das atividades da Cocaair como cooperativa. [...] No entanto, no mês de julho nossa reportagem recebeu uma denúncia anônima dando conta que o contrato com a empresa S.O.S. Serviços havia sido cancelado. Além disso, conforme a acusação, os funcionários estavam com o pagamento e acertos trabalhistas atrasados. [...] A partir do cancelamento do contrato com a empresa S.O.S. os cooperados reassumiram o trabalho de coleta, separação e venda dos materiais recicláveis. O saldo da venda dos materiais é dividido em partes iguais entre os cooperados. Atualmente a cooperativa é composta por 20 cooperados que dependem dessa atividade para garantir o sustento de suas famílias. (PORTAL DE NOTÍCIAS DA RADIO NAJUÁ, 2012).

Vale destacarmos que, mais uma vez, a Prefeitura de Irati, representada pelo assessor técnico da Secretaria Municipal de Ecologia e Meio Ambiente, estava envolvida no processo. Após 06 (seis) anos de constituição da Cocaair, uma questão que merece destaque é a **falta de autonomia** dos trabalhadores, visto que, mais uma vez, a tutela se fez necessária na articulação da cooperativa.

Para Tiriba (2001, p. 355) “[...] a autogestão, como princípio inspirador da produção associada, traz consigo o pressuposto da construção da autonomia – compreendida como um processo em que cada trabalhador torna-se sujeito-inventor do trabalho, construtor-criador da vida.” Em nosso entendimento, há uma relação entre autonomia e emancipação.

Faria (2007a, p. 7) reforça nosso pensamento ao afirmar que “[...] por emancipação entende-se a busca incessante da autonomia do indivíduo e da sociedade, alimentada na capacidade de criar sua própria história, desempenhando papel ativo sobre os problemas relevantes de interesse coletivo.”

A autonomia, segundo Cattani (1996, p. 147), “[...] opõe-se à dependência, no sentido de submissão, de avassalamento. A falta de autonomia significa a minoridade do indivíduo ou do grupo, que, depende, assim, da proteção, do favor ou da orientação de outrem.”

Nesse sentido, Holzmann (2012, p. 273) afirma: “A tutela pode ocorrer, também, pela ingerência de atores externos ao corpo social do empreendimento, o qual, desta forma, tem sua autonomia reduzida ou comprometida, e a autogestão, limitada ou até inviabilizada.”

¹³⁷ Disponível em: <https://radionajua.com.br/noticia/noticias/irati-e-regiao/eleicao-da-diretoria-marca-a-retomada-das-atividades-da-Cocaair-como-cooperativa/15704/>. Acesso em: 24 set. 2019.

Isso nos leva a afirmar que a relação entre a Prefeitura e a Cocaair culminou num coletivo tutelado e não favoreceu o protagonismo dos trabalhadores, tampouco contribuiu para o surgimento de lideranças que assumissem essa mobilização e articulação política.

Além disso, se tomarmos como referência o ano de 2012, a situação dos trabalhadores da Cocaair, em termos de **consciência de classe**, contrasta com o contexto em nível de Brasil nessa época. A Cocaair foi fundada em 2006, num período de importantes acontecimentos envolvendo a categoria profissional dos catadores, especialmente entre 2001 e 2010, como vimos no item 1.2.2 A luta por reconhecimento social.

Além disso, já existia, à época da fundação da Cocaair, uma organização nacional de defesa dos interesses das catadoras e catadores de materiais recicláveis. A organização política desses atores sociais, a partir da constituição do Movimento Nacional dos Catadores de Materiais Recicláveis-MNCR, no ano de 2001, colocou no mapa das políticas públicas do país as reivindicações dos catadores.

Em 2002, com a inserção da atividade “catador de material reciclável” na Classificação Brasileira de Ocupações-CBO, os catadores conquistaram o reconhecimento de sua ocupação. No ano de 2003, têm-se a instituição do Comitê Interministerial para a Inclusão Socioeconômica dos Catadores-Ciisc, que tinha por objetivo atuar junto aos órgãos de Estado para ações de combate à fome, inclusão social, erradicação dos lixões e articulação de políticas voltadas para os catadores. Em 2006 publica-se um decreto para destinação de material reciclável dos órgãos públicos para os catadores, aumentando a quantidade de material destinado aos empreendimentos coletivos. No ano de 2010, institui-se a Política Nacional de Resíduos Sólidos, determinando o fim dos lixões e a inclusão dos catadores na coleta seletiva. Esses são alguns dos acontecimentos que destacamos no *QUADRO 3*.

Era um período favorável para as cooperativas de reciclagem e, a nosso ver, existia em 2012, uma considerável **distância separando, nos termos das práticas de organização e luta política, o MNCR e a Cocaair**. Nos trabalhadores da cooperativa não emergiu a chamada consciência em si, como explica Iasi (2011, p. 8):

Quando conhecemos a consciência como processo, sabemos que ela só pode se formar, em um primeiro momento, como conformação dos indivíduos a uma determinada ordem societária. No entanto, os meios pelos quais esta sociedade molda as consciências são os mesmos que permitem que os seres humanos, na continuidade de sua vida, entrem em contradição com os valores anteriormente interiorizados podendo, em determinadas situações, produzir alterações qualitativas no processo da consciência. Os contextos grupais, desde os mais imediatos até os mais abrangentes que podem chegar a pertencimento de classe, podem produzir a situação na qual os indivíduos possam ver nos outros suas próprias contradições, permitindo as ações coletivas e a emergência da chamada consciência em si.

Em sua análise sobre o fenômeno da consciência, Iasi (2011) a entende como processo¹³⁸. Para o autor, a consciência é movimento e não algo dado, sendo necessário compreender a história de sua formação. Isso significa que a consciência não "é", "se torna".

Toda pessoa tem alguma representação mental de sua vida e seus atos e, essa representação se dá no espaço de inserção imediata da pessoa, a partir do meio mais próximo¹³⁹. Essa é a primeira forma de consciência, a consciência do ponto de vista do indivíduo (IASI, 2011). A primeira forma de consciência, como explica o autor, “[...] apresenta-se como alienação não porque se desvincula da realidade, mas pelo fato de naturalizá-la, por desvincular os elementos componentes da visão de mundo de seu contexto e de sua história.” (IASI, 2011, p. 25-26).

A ideologia encontra na primeira forma da consciência uma base favorável para sua aceitação. As relações de trabalho já têm na ação prévia das relações familiares e afetivas os elementos de sua aceitabilidade. Antes mesmo que a criança venha a receber qualquer informação sistematizada, já possui um conjunto de valores interiorizados que para ela são verdadeiros e naturais, pois estabelece com eles profundos vínculos afetivos e percebe uma correspondência com as relações concretas em que está inserida. (IASI, 2011, p. 22).

Por sua vez, segundo o autor, é com a primeira manifestação da consciência que o sujeito passa a compreender o mundo, generalizando-o a partir de seu vínculo imediato e particularizado. Iasi (2011) explica que o conjunto de elementos de senso comum e instituições de um pensamento crítico, unidos desordenada e contraditoriamente, consistem na base da primeira forma de consciência.

Sobre ideologia, Mészáros (2004, p. 65) afirma que ela “[...] não é ilusão nem superstição religiosa de indivíduos mal-orientados, mas uma forma específica de consciência social, materialmente ancorada e sustentada.”

¹³⁸ “Falamos em processo de consciência e não apenas consciência porque não a concebemos como uma coisa que possa ser adquirida e que, portanto, antes de sua posse, poderíamos supor um estado de ‘não consciência’. Assim como para Marx, não nos interessa o fenômeno e suas leis enquanto tem forma definida, o mais importante é a lei de sua transformação, de seu desenvolvimento, as transições de uma forma para outra.” (IASI, 2011, p. 12).

¹³⁹ “[...] a família, que antecede no tempo sua ação no indivíduo em relação às atividades econômicas de produção, é por sua vez determinada por estas relações, na verdade as mediatiza. Aquilo que determina é determinado. Ao mesmo tempo, neste âmbito, reproduz e reforça as relações sociais de produção, dando a base necessária para que a ideologia frutifique e garanta a reprodução daquelas. Aqueles que se servem de uma visão mecânica do mundo e do processo histórico fecharam aqui o círculo da dominação. A ideologia corresponde às relações concretas que comprovam e reforçam esta ideologia ao mesmo tempo em que esta lhes justifica e reforça. Não há saída. Isto constitui um dos principais mitos de nossos tempos: a dominação ideológica perfeita, assim como anunciam as ficções de Orwell e Huxley.” (IASI, 2011, p. 26). Aqui Iasi (2011) se refere aos romances *1984* de George Orwell e *Admirável Mundo Novo* de Aldous Huxley. Os livros destes dois autores ingleses tratam de situações onde a dominação ideológica teria sido perfeita.

Neste sentido, os dados analisados nos permitem afirmar que a organização em um empreendimento cooperativo não foi capaz de possibilitar alterações qualitativas no processo da consciência¹⁴⁰ dos trabalhadores naquele momento.

A ação coletiva coloca as relações vividas num novo patamar. Vislumbra-se a possibilidade de não apenas se revoltar contra as relações pré-determinadas, mas de alterá-las. Questiona-se o caráter natural destas relações e, portanto, de sua inevitabilidade. A ação dirige-se, então, à mobilização dos esforços do grupo no sentido da reivindicação, da exigência para que se mude a manifestação da injustiça. (IASI, 2011, p. 29).

Afinal, após 06 (seis) anos da constituição da cooperativa, prevalecia uma autonomia tutelada – se é que podemos falar de autonomia – e predominavam práticas de gestão de trabalho heterônomas. Sem contar o fato de que, em 2012, a cooperativa teve suas atividades interrompidas.

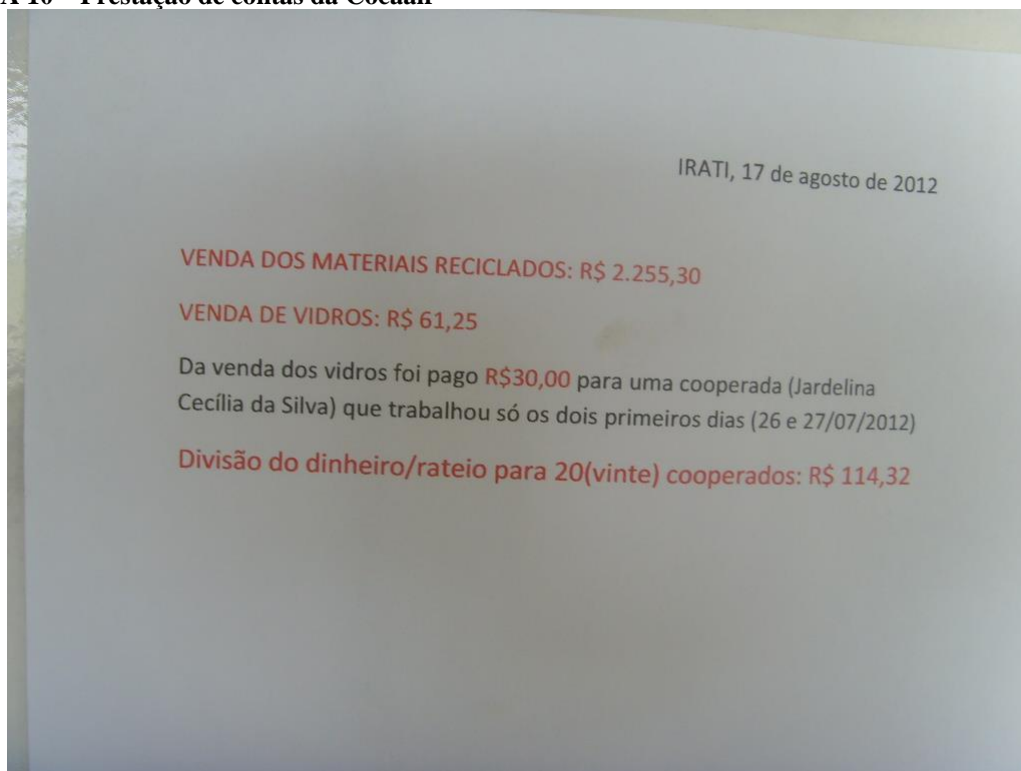
Segundo Iasi (2011, p. 13), “cada indivíduo vive sua própria superação particular, transita de certas concepções de mundo até outras, vive subjetivamente a trama de relações que compõe a base material de sua concepção de mundo.” Para o autor, a consciência de classe corresponde a uma linha universal que se apresenta em meio à diversidade de manifestações particulares. Essa consciência, segundo o autor, “[...] não se contrapõe à consciência individual, mas forma uma unidade, em que as diferentes particularidades derivadas do processo próprio de vida de cada um sintetizam pois, sob algumas condições, um todo que podemos chamar de consciência de classe.” (IASI, 2011, p. 13).

Todavia, a eleição da nova diretoria, bem como a retomada das atividades da cooperativa, no final do ano de 2012, podem ser consideradas um marco na Cocaair. A partir disso, percebemos uma **ruptura na gestão do processo de trabalho**. Sobre essa ruptura, trataremos a seguir.

No entanto, antes de passarmos para a próxima sessão, apresentamos imagens que constam na matéria *Eleição da diretoria marca a retomada das atividades da Cocaair como cooperativa*¹⁴¹, publicada pelo portal de notícias da Rádio Najuá, no dia 1º de novembro de 2012.

¹⁴⁰ Para melhor compreensão sugerimos a leitura do livro *Ensaio sobre consciência e emancipação* (IASI, 2011).

¹⁴¹ Disponível em: <https://radionajua.com.br/noticia/noticias/irati-e-regiao/eleicao-da-diretoria-marca-a-retomada-das-atividades-da-Cocaair-como-cooperativa/15704/>. Acesso em: 24 set. 2019.

FIGURA 10 – Prestação de contas da Cocaair

Fonte: OLIVEIRA, Sassá. (PORTAL DE NOTÍCIAS DA RADIO NAJUÁ, 2012). Disponível em: <https://radionajua.com.br/noticia/noticias/irati-e-regiao/eleicao-da-diretoria-marca-a-retomada-das-atividades-da-Cocaair-como-cooperativa/15704/>. Acesso em: 24 set. 2019.

FIGURA 11 – Eleição da diretoria da Cocaair em 2012

Fonte: OLIVEIRA, Sassá. (PORTAL DE NOTÍCIAS DA RADIO NAJUÁ, 2012). Disponível em: <https://radionajua.com.br/noticia/noticias/irati-e-regiao/eleicao-da-diretoria-marca-a-retomada-das-atividades-da-Cocaair-como-cooperativa/15704/>. Acesso em: 24 set. 2019.

3.3 O TRABALHO COMO PRINCÍPIO EDUCATIVO NA COCAAIR

O político sardo partiu da experiência dos conselhos de fábrica, da continuada produção jornalística voltada a explicitar essa experiência, para esclarecer as características da luta de classes no contexto da subalternidade, afirmando a necessidade de as classes subalternas conhecerem sua própria história, a fim de se organizarem para enfrentar a permanente luta de classes. Nos últimos anos de vida, nas condições precárias e mesmo desumanas que enfrentava no cárcere fascista, Gramsci redigiu o caderno 25, com o objetivo claro de nos abrir a senda para essa reflexão: quinze fragmentos voltados a mostrar a importância das rebeliões populares nascidas de forma espontânea para a organização dos que vivem à margem da história e, por isso, a necessidade de criar seus próprios instrumentos de leitura da realidade, a fim de gerar as condições de emancipação. Condições sempre difíceis de criar, porque os grupos subalternos atuam de modo desagregado e episódico, precisamente porque, sem o domínio crítico da situação em que vivem, ‘sofrem a iniciativa da classe dominante’, que controla a economia e a política, detendo ainda os instrumentos da dominação ideológica. Por isso a importância de ações de resistência, mesmo que espontâneas, porque abrem caminho para outros processos de organização política. (SCHLESENER, 2018, p. 8).

Tomamos Gramsci como referência e, assim como ele, acreditamos no trabalho enquanto princípio educativo. Acreditamos que a experiência da produção associada pode, enquanto resistência e enfrentamento ao modo de produção capitalista, potencializar rupturas moleculares de emancipação social, nos termos propostos por Luiz (2013). Afinal, as organizações coletivistas de produção associada, na definição de Faria (2017b), são embriões da autogestão social e, por isso, pressupõe novas relações sociais orientadas por uma gestão democrática.

Partindo de uma mesma perspectiva de entendimento de que o trabalho é o princípio educativo, Tiriba (2001, p. 364) acrescenta que: “[...] é, também, o fim educativo, no entanto não pode ser qualquer trabalho. O fim educativo é a busca, pela práxis, de um novo trabalho, de um novo sentido para o trabalho e para a convivência humana.”

Segundo a autora, a gestão da produção pelos próprios trabalhadores, diante das implicações da nova ordem internacional se configura como uma realidade incontestável e que, “[...] pode representar uma ilusão se tiver somente como horizonte administrar a crise do capitalismo ou se reproduzir, sob outros moldes, a exploração e a degradação do trabalho.” (TIRIBA, 2001, p. 42).

Feitas essas considerações voltamos a nossa análise sobre a experiência da Cocaair, no contexto da cidade de Irati-PR. Em síntese, a Cocaair foi constituída como a alternativa para melhorar as condições de trabalho e de vida dos catadores de materiais recicláveis. A exclusão social é uma situação comum na trajetória de vida dos sujeitos que ali se encontram. Podemos evidenciar a partir dos depoimentos dos trabalhadores, neste primeiro momento, a vulnerabilidade em relação aos vínculos com o mundo do trabalho e da educação.

Nesse sentido, o trabalho na cooperativa aparece como alternativa para garantir condições materiais de subsistência. Importante, ainda, destacarmos que o processo de formação da cooperativa é mediado pelo poder público. Essa tutela, necessária num primeiro momento, aparece como um limite à autonomia do grupo posteriormente. O fato das atividades da cooperativa terem sido interrompidas reforça nossa afirmação.

A autogestão, pressuposto enquanto forma e modo de gestão da cooperativa, não se realiza na prática. A cultura do trabalho carrega elementos da empresa capitalista, predominando práticas de heterogestão. Isso faz com que, na gestão do processo de trabalho, a participação dos trabalhadores seja negada e/ou limitada.

Ademais, nos termos das práticas de organização e luta política, fica evidente a distância que separa o MNCR e a Cocaair. A consciência em si não se realiza ao nível do grupo social.

No entanto, ao analisarmos a cooperativa em seu movimento histórico, identificamos uma ruptura na gestão do processo de trabalho da Cocaair, abrindo o caminho para uma nova cultura do trabalho: a produção associada.

3.3.1 O caminho para a produção associada: “Fomo aprendendo ali, meio na marra, mas aprendimo bastante coisa né.”

“Fomo aprendendo ali, meio na marra, mas aprendimo bastante coisa né”.

Escolhemos essa expressão, por entendermos que, nesse contexto, ela representa a categoria **práxis**, que emerge, em nossa análise, das referências sobre o processo de ruptura da gestão do trabalho da Cocaair, que passa da heterogestão para uma gestão coletivista ou, em outras palavras, uma produção associada.

Se admitirmos que, quanto melhor ou mais aprofundado for a apreensão teórica de uma dada realidade, maiores são as possibilidades práticas da mudança/transformação desta mesma realidade, podemos inferir que uma práxis autogestionária é um movimento tanto de adensamento teórico-crítico como igualmente prático-consciente. Dessa forma, o limite de uma ação prática, planejada ou pactuada conscientemente (ou seja, não como mera reação imediata), é dado pelas condições sociais de compreensão teórica de uma realidade, que possibilita a sua crítica mais ou menos aprofundada, e o limite dessa crítica, por sua vez, é determinado pela qualidade das ações práticas em curso. (BENINI et al., 2013, p. 308-309).

Mas antes de tratarmos, especificamente, dessa ruptura vamos abordar a produção associada e a autogestão. A apreensão e problematização das categorias produção associada e autogestão são possíveis “[...] se consideradas as condições objetivas/subjetivas em que, nos

diversos espaços/tempos históricos, as classes trabalhadoras tomam para si os meios de produção.” (TIRIBA; FISCHER, 2012, p. 617).

Segundo Tiriba e Fischer (2013), atualmente, três importantes espaços/tempos do trabalho de produzir a vida associativamente convivem e se entrelaçam: (i) espaços/tempos revolucionários, (ii) espaços/tempos da atual crise do capital e do trabalho assalariado, (iii) espaços/tempos das culturas milenares das comunidades e povos tradicionais. Ainda que contraditoriamente, nesses espaços/tempos estão presentes elementos da produção associada e da autogestão do trabalho e da vida social. Além disso, são atravessados por mediações de primeira e de segunda ordem¹⁴².

Importa-nos, para efeito deste estudo, o segundo espaço/tempo do trabalho de produzir a vida associativamente em que se situam as experiências econômicas dos setores populares que se constituem em estratégias associativas de trabalho e de sobrevivência. No atual contexto do capitalismo, essas unidades de produção¹⁴³ “[...] podem se plasmar a produção associada, entendida na perspectiva marxiana, como unidade básica da sociedade dos produtores livres associados.” (TIRIBA; FISCHER, 2013, p. 533).

A produção associada, mais que alternativa ao desemprego, é instância capaz de possibilitar a produção de novas concepções de trabalho, de vida e de mundo. É fato que os trabalhadores associados isoladamente não conseguem mudar o mundo, no entanto, “[...] os processos produtivos cuja lógica é a hegemonia do trabalho sobre o capital podem permitir a mudança de postura de seus integrantes frente ao mundo.” (TIRIBA, 2001, p. 375). Ademais,

[...] a potencialidade da economia popular radica-se no fato de que ela pode constituir-se em um amplo processo prático-educativo, em uma escola que deve ser vivida, não apenas para atenuar os problemas do desemprego, senão também para que os trabalhadores e a sociedade descubram ser possível uma nova maneira de fazer e conceber as relações econômicas e sociais tanto no âmbito do lugar de trabalho, quanto no âmbito de toda a sociedade. (TIRIBA, 2001, p. 373-374).

A produção associada e a autogestão, segundo Tiriba e Fischer (2012, p. 619) “[...] situam-se no contexto de afirmação e de formação de trabalhadores e trabalhadoras para a construção de uma ‘sociedade dos produtores livremente associados’.” No horizonte da emancipação humana, as categorias históricas produção associada e autogestão se relacionam

¹⁴² Mediação de primeira ordem: o trabalho como atividade produtiva autodeterminada, elemento fundante do ser do humano; Mediação de segunda ordem: o trabalho organizado pela divisão capitalista do trabalho. (MÉSZÁROS, 2006).

¹⁴³ Denominadas, atualmente, de cooperativas populares, associações, grupos de produção comunitária, grupos de produção associada, empreendimentos econômicos solidários, organizações econômicas populares, entre outras (TIRIBA; FISCHER, 2013). Importante, destacarmos, que, anteriormente, delimitamos o conceito de organização coletivista de produção associada-OCPA, distinguindo-o das experiências autogestionárias enquanto fenômenos que, apesar de parecerem similares, são diferentes.

e se articulam e, no interior do modo de produção capitalista, são possibilidades concretas de experimentação.

Para Tiriba (2001, p. 182), a autogestão:

[...] consiste em que cada um possa constituir-se em senhor de si mesmo, de seu trabalho, como sujeito criador da história e construtor de uma nova ordem social, o que pressupõe uma relação estreita entre teoria e prática, entre o que-fazer no chão-da-produção e os fundamentos filosóficos e científicos-tecnológicos relativos ao mundo do trabalho.

As relações econômico-sociais e culturais em que os trabalhadores têm a propriedade e/ou posse coletiva dos meios de produção estão relacionadas ao termo produção associada e autogestão (TIRIBA; FISCHER, 2012). Diferem da heterogestão, pois são seus integrantes que criam e recriam os princípios, as regras e as normas de convivência que vão reger o trabalho associado e autogestionário. Para as autoras, a “[...] organização do trabalho (material e simbólico) é mediada e regulada por práticas que conferem aos sujeitos coletivos o poder de decisão sobre o processo de produzir a vida social.” (TIRIBA; FISCHER, 2012, p. 614).

Diante da contraditoriedade da realidade decorrente do modo de produção capitalista, Tiriba e Picanço (2010), afirmam que passam a (re)surgir ou a se manifestar com maior intensidade formas de trabalho cujo sentido não se limita à reprodução do capital.

É certo que, se de um lado o sistema de capital leva às últimas consequências o processo de exploração da força de trabalho, inovando e precarizando – ainda mais – as formas de apropriação de sua energia física e psíquica, de outro, contraditoriamente, a produtividade demandada pelo capital, ao mesmo tempo em que obriga os trabalhadores a estabelecer determinadas formas de relação entre capital e trabalho, os impele a recriar antigas e novas relações econômico-sociais e, por consequência, repensar o sentido mesmo da práxis produtiva. (TIRIBA; PICANÇO, 2010, p. 25).

Daí a origem das diversas formas de produção – economia solidária, economia cooperativa, incubadoras populares, economia popular da produção associada – que, diferentes do modelo hegemônico capitalista, abrem caminho para uma nova cultura do trabalho centrada na produção de bens e serviços para responder às necessidades humanas. Mesmo que inseridas no campo das contradições do sistema de capital e das próprias contradições e limites internos destas formas de produção, elas são o germe para novas relações e práticas educativas e novos vínculos entre economia, educação, produção e sociedade. (FRIGOTTO, 2010).

É na apreensão dos saberes e fazeres, tecidos na cotidianidade desses homens e mulheres que buscam se apropriar do processo de produção em sua totalidade – seja na mais complexa ou formas ou modalidades mais simples –, que se encontram “[...] os elementos que

favoreçam a formação integral e omnilateral de um novo homem” (TIRIBA; PICANÇO, 2010, p. 20). Afinal, no processo dialético de fazer, pensar, criar e recriar o mundo “[...] o trabalho é o princípio educativo e, ao mesmo tempo, uma das formas pelas quais, com a luta dos trabalhadores, é possível fazer germinar os embriões de uma nova cultura do trabalho.” (TIRIBA; PICANÇO, 2010, p. 29).

Tiriba e Fischer (2012) ressaltam que, para Marx, a produção associada consiste na célula da sociedade dos produtores livres associados, ainda que limitada sob a égide capitalista. No entanto, é somente com o poder político nas mãos das classes trabalhadoras que será possível a derrota do capitalismo.

Enquanto potencialidades, a partir da produção associada, poderiam emergir processos educativos que “[...] desenvolvam a autonomia e elevem o senso comum a uma visão unitária e crítica da realidade, além da constituição de laços de solidariedade e igualdade para uma nova cultura do trabalho, centrada na perspectiva de novas relações sociais.” (BARROS, 2010, p. 194). Quando se tem por objetivo uma economia de novo tipo, diferente do capitalismo e com vistas à emancipação humana, se torna necessário fomentar e potencializar os elementos educativos para uma nova cultura do trabalho e novas relações sociais.

Tiriba (2001) defende que é pela práxis que o homem transforma a realidade. Esse pressuposto, por sua vez, também se aplica ao campo da produção associada “[...] tanto para aqueles que tiveram acesso a uma escolarização básica, que lhes permitiu apropriar-se dos fundamentos científico-tecnológicos do mundo do trabalho, como para aqueles que, em maior ou menor grau, não tiveram o mesmo privilégio [...]” (TIRIBA, 2001, p. 184).

Assim como o entendimento de Gramsci acerca do papel dos conselhos operários, para os trabalhadores é na produção associada que reside a “[...] possibilidade de contrariar o sentido de suas vidas e de seu trabalho, de subverter a lógica que durante séculos o capital imprimiu às suas práticas trabalhistas.” (TIRIBA, 2001, p. 194). Nesse sentido, Tiriba (2001, p. 194) afirma: “[...] o trabalho fabril seria *locus* de uma pedagogia ativa, de formação de intelectuais orgânicos, portadores de uma nova consciência, de uma nova concepção de mundo, de uma nova cultura.”

No entanto, os trabalhadores na produção associada estão diante de um novo desafio, uma nova realidade que consiste em pensar e (re)criar o processo produtivo. Para isso é necessário se apropriar dos segredos da ciência e da gestão, além da posse dos meios de produção.

Na perspectiva de Gramsci, a gestão da produção associada pressupunha a capacidade de cada trabalhador para administrar seu trabalho de acordo com os interesses coletivos. Participar do processo produtivo significaria ir mais além da participação por representação e também favorecer uma organização que permitiria a interferência coletiva e cotidiana no conteúdo e na forma de produção. Para o trabalhador associado, viver e administrar o processo de produção lhe permitiria a elaboração crítica da atividade intelectual existente em um determinado grau de desenvolvimento, em consonância com o trabalho manual; permitiria redimensionar sua práxis em função de uma nova concepção de mundo, fundamentada em um projeto de vida que busca a hegemonia do homem e de seu trabalho. Mas se, de um lado a transformação da realidade faz-se pela práxis, de outro, também é necessária a consciência desta mesma práxis e a superação do sentido comum de que o prático se reduz ao produtivo. (TIRIBA, 2001, p. 195).

Tiriba (2001, p. 210) afirma que “[...] tendo ou não acesso à escola, os trabalhadores produzem e acumulam conhecimentos, em determinadas circunstâncias, em determinadas relações sociais.”

A experiência do trabalho da produção associada se constitui como instância possível de mediação entre mundo da cultura e mundo da produção, especialmente para os trabalhadores expulsos do mercado formal de trabalho e expulsos dos bancos escolares. Os trabalhadores associados, no processo produtivo, “[...] podem descobrir que, sob os limites impostos pela sociedade de mercado, é possível – desde o ‘pé-de-obra’, desde a práxis – inventar relações sociais e econômicas que, de alguma maneira contrariem a lógica capitalista.” (TIRIBA, 1999, p. 5).

Na produção associada, de acordo com Tiriba (2001), se promove a articulação dos diversos saberes dos trabalhadores, diferentemente da lógica capitalista do controle e da dificuldade de acesso ao segredo do processo produtivo. Trata-se de um espaço singular de produção de conhecimentos.

No entanto, esta tarefa consiste em um grande desafio para aqueles que interromperam o processo de escolarização devido à necessidade de buscar condições para sobreviver. Afinal, é necessária a “[...] apropriação dos instrumentos teórico-metodológicos que lhes permitam compreender os sentidos do trabalho e prosseguir na construção de uma nova cultura do trabalho e de uma sociedade de novo tipo.” (TIRIBA; FISCHER, 2009, p. 294). Ainda, segundo as autoras, pesquisas indicam que nas organizações econômicas associativas o conhecimento constitui-se como um calcanhar de aquiles.

Analisando as cooperativas de reciclagem, Silva (2017, p. 25-26) afirma que “em muitos casos não há o incentivo à participação nos processos decisórios, e grande parte dos associados não sabe diferenciar a condição de associado com a de empregado, em virtude do desconhecimento quanto aos princípios cooperativistas”.

Além disso, de acordo com Faria (2017a), assim como a organização é palco de uma burocracia, dialeticamente, ela também é uma necessidade da luta democrática. “É da luta interna entre seu objetivo e sua forma que resultará sua efetividade ou seu fracasso, pois as organizações dos trabalhadores, constituídas para transformar a sociedade, são produtos dela e suas circunstâncias.” (FARIA, 2017a, p. 248).

A **ruptura** que corresponde à transformação na gestão e organização do processo de trabalho não se deu, simplesmente, com a eleição da nova diretoria da Cocaair para retomada das atividades da cooperativa. Analisando-se o relato dos trabalhadores e refletindo-se sobre “o fazer-se” da cooperativa, percebemos uma significativa contribuição do **Programa Ecocidadão Paraná**. Esse programa é uma parceria do Programa do Voluntariado Paranaense -Provopar com a Companhia de Saneamento do Paraná-Sanepar.

Em nossa percepção, as ações do programa possibilitaram que a consciência sobre a necessidade de mudanças na gestão do processo de trabalho por parte dos trabalhadores – como apontamos anteriormente – se traduzisse em práticas. Ainda que, de forma limitada, podemos afirmar que o Programa Ecocidadão Paraná – enquanto processo educativo no espaço da produção –, colocou em debate a pedagogia do trabalho em sua contraditoriedade: a heterogestão da pedagogia da fábrica e a autogestão da pedagogia da produção associada.

Dentre as ações desse programa, estava o apoio à organização de associações e cooperativas de catadores de material reciclável. Conforme informações do portal do Provopar¹⁴⁴: “através de um termo de cooperação técnica-financeira, o Provopar e a Sanepar possibilitam que as associações de catadores tenham acesso à capacitação e ao incremento do maquinário. O programa está alinhado à Política Nacional de Resíduos Sólidos”.

Em seus relatos, os trabalhadores não conseguiram explicar em detalhes sobre o programa e, por isso, recorreremos às notícias da época. Em 14 de junho de 2013, o portal de notícias do Jornal Diários dos Campos publicou uma matéria sobre o programa: *Sanepar incentiva programa de reciclagem em 23 municípios*¹⁴⁵.

‘O Ecocidadão promove ganhos no aspecto social, com a geração de renda, e no ambiental porque possibilita o aumento da vida útil dos aterros sanitários e potencializa a reciclagem e reutilização de materiais no ciclo produtivo’, explica [Fulana], que compõe a equipe técnica do Ecocidadão. [...] O Ecocidadão trabalha com a metodologia alemã Competências Econômicas Através da Formação de Empreendedores (Cefe), que promove a inclusão e o fortalecimento dos catadores na cadeia da reciclagem, capacitando-os técnica e gerencialmente para a gestão dos

¹⁴⁴ Disponível em: <http://www.provoparestadual.org.br/modules/conteudo/conteudo.php?conteudo=36>. Acesso em: 24 set. 2019.

¹⁴⁵ Substituímos os nomes mencionados na matéria pelas expressões “Fulana” e “Ciclana”. Disponível em: <https://www.diariodoscamos.com.br/noticia/sanepar-incentiva-programa-de-reciclagem-em-23-municipios>. Acesso em: 24 set. 2019.

resíduos sólidos recicláveis. Para aplicar a metodologia, são realizadas reuniões periódicas com as associações integrantes do programa, abordando temas como: integração do grupo, formação de lideranças, segurança no trabalho, meio ambiente, associativismo e cooperativismo, empreendedorismo e comercialização. O trabalho inicia com a elaboração de um diagnóstico da associação e continua com as fases de sensibilização e capacitação, qualificação e gestão, produção e comercialização. O objetivo final é a autonomia dos grupos de catadores. ‘Nossa meta é dar condições para que as cooperativas e associações possam assumir sua própria gestão’, diz [Ciclana], também da equipe técnica do programa. Além do Provopar, Sanepar e prefeituras municipais, o Ecocidadão conta com a parceria das secretarias estaduais do Meio Ambiente, Saúde, Família e Desenvolvimento Social, Cohapar, e das empresas Serra Verde, Tetra Pak e GSM Reciclagem. (PORTAL DO JORNAL DIÁRIO DOS CAMPOS, 2013).

Na mesma matéria consta o relato da presidente da Cocaair à época:

A presidente da Cooperativa de Catadores dos Agentes Ambientais de Irati (Cocaair), [...], afirma que lá o programa está implantado. ‘Toda ajuda que venha a melhorar nosso trabalho é bem-vinda’, diz. (PORTAL DO JORNAL DIÁRIO DOS CAMPOS, 2013).

Os relatos dos trabalhadores reforçam a importância e a contribuição do Programa Ecocidadão Paraná destacadas pela presidente na entrevista.

E07: [...] Nós tinha reunião com um da Provopar do Estado, de Curitiba, um tal de [Fulano]. Ele vinha... [...] Daí ele vinha fazer reunião com nós, nós aprendimo bastante coisa com ele. [...] Acho que tinha até uma porção que participaram. Nós tinha reunião sempre com ele, daí ele ajudava até ele trazia sapatão pra nós, luva. [...] Ajudou bastante ele orientava né, até na parte dos documentos tudo da cooperativa, tudo né, ele orientava bastante, ele aconselhava pra correr atrás de tudo né. Então ajudou bastante, também as reunião que ele fazia. Ele dizia pra nós: vocês tão em tanto, então vocês fizeram sessenta fardo por quinzena, que nem ele falava assim né, por quinzena. Na outra quinzena já deu cinquenta, diminui dez, então vocês tem que ver o que que ta dando de errado né. [...] Aham. Tão trabalhando mais devagar, o material que tá mais ruim né. Ele disse: tem que se esforça pra não ir decaindo né. Daí, daí nós começemo aprender mesmo bastante coisa com ele. [...] Foi, ajudo bastante né. [...] Que nem tivesse de vez em quando era bão né, assim uma reunião pro povo né. [...] Não. É que ele mesmo da última vez que ele veio ele falo né, que daí ele não podia visita mais né.

Passado tanto tempo, desde 2012-2013, os trabalhadores que participaram não conseguiam detalhar o conteúdo dos cursos, porém, evidenciaram sua importância e a necessidade de mais oportunidades como a do Programa Ecocidadão Paraná.

E01: Porque a gente acha que foram importantes esses cursos assim, só que era pra continuar daí eles, não teve mais, né. Que era pra voltarem fazer de novo, mas daí não voltaram fazer mais. Mas os poucos que eles foram foi muito bom.

Todavia, poucos são os trabalhadores que, atualmente, fazem parte da cooperativa e que participaram do curso naquela oportunidade. As pessoas que entraram na cooperativa depois disso não passaram por nenhum processo como o Programa Ecocidadão Paraná. Mesmo assim, reforçam a importância das oportunidades de aprendizados.

E05: É, importante é. Porque tudo que você aprender hoje não é perdido né. Então tudo que você tiver uma oportunidade de aprender, você tem que se esforçar de aprender né. Mas aqui nunca veio ninguém assim.

A gestão coletivista exige dos trabalhadores a desconstrução de princípios tidos como universais para que sejam construídas novas referências. Entrevistamos, também, um dos educadores sociais da equipe técnica do Programa Ecocidadão Paraná que atuou, à época, junto a Cocaair.

E08: Quando eu conheci a Cocaair, a Cocaair era um lixão. Era um lixão concentrado dentro de um espaço físico ali do município. E aos poucos essa realidade foi mudando, claro que alguns deles tinham a percepção, a ideia de organização, tudo. Mas haviam pessoas ali dentro que bloqueavam o processo de organização interna, do espaço, das pessoas. E aos poucos as pessoas que foram assimilando conhecimento, foram trazendo as questões internas pra gente poder também analisar e poder ajudá-los a lapidar essas questões. Um exemplo é a questão dos conflitos, tinha muito conflito interno, questão de poder e tal. Aí de repente elas se perceberam que elas tinham um poder muito maior que era o poder coletivo, o poder da assembleia. O poder da decisão coletiva, o poder da ajuda mútua. Tipo assim “preciso do outro, o outro precisa de mim”, isso é legal nesse processo.

Na medida em que reconstruímos a trajetória da Cocaair, a eleição da nova diretoria e a retomada das atividades da cooperativa com o apoio do Programa Ecocidadão Paraná, entre o final de 2012 e início de 2013, nos parecem um marco fundamental de mudança na cultura do trabalho que predominava até então.

O trabalho associado, como explicam Tiriba e Fischer (2009, p. 296), “[...] traz, para os/as trabalhadores/as, o desafio de articular os saberes da experiência anteriormente adquiridos e produzidos em situação de trabalho assalariado e em outras instâncias das relações sociais.” A ruptura no processo de gestão se dá mediada pela atuação dos educadores sociais do Programa Ecocidadão Paraná.

Ainda que tenha se resumido em poucas reuniões na Cocaair, significou a semente da gestão coletivista na cooperativa. Quando afirmamos isso, não pretendemos dizer que as poucas reuniões foram suficientes, mas ressaltar a importância de se refletir teoricamente sobre a prática social, e, dessa forma, regular crítica e conscientemente suas ações.

Sobre a questão da mediação, Gohn (2016, p. 65) destaca:

Qualquer que seja o caminho metodológico construído ou reconstruído, é de suma importância atentar para o papel dos agentes mediadores no processo: educadores, mediadores, assessores, facilitadores, monitores, referências, apoios ou qualquer outra denominação que se dê para os indivíduos que trabalham com grupos organizados ou não. Eles são fundamentais na marcação de referenciais no ato de aprendizagem, carregam visões de mundo, projetos societários, ideologias, propostas, conhecimentos acumulados etc. Eles se confrontarão com os outros participantes do processo educativo, estabelecerão diálogos, conflitos, ações solidárias etc. Eles se destacam no conjunto e, por meio deles, podemos conhecer o

projeto socioeducativo do grupo, a visão de mundo que está sendo construída, os valores defendidos e os rejeitados, ou seja, qual é o projeto político-cultural do grupo em suma.

A partir das ações desenvolvidas pelos educadores sociais do Programa Ecocidadão Paraná junto à Cocaair, os trabalhadores, que antes tinham sua participação negada, passam a adotar práticas diferentes àquelas anteriores a interrupção, ou melhor, contrárias a heterogestão.

*E07: E daí faze o que né, daí eles falaram né: **olha se não monta outra diretoria a cooperativa fecha.** Daí faze o que, nós se apuremo tudo né, porque daí não tinha quem fica. **Daí na verdade entremo, daí a [Fulana] entrou de presidente, eu entrei de tesoureira, mas eu sequer eu sabia marca um fardo sabe.** Nossa eu aprendi tanta coisa de quatro anos que eu fiquei na diretoria eu aprendi bastante coisa. **Por isso que a gente se orgulha, porque aprende as coisas né. Que nem eu na verdade estudei só até a segunda série né.** [...] Aham. Daí fomo aprendendo. [...] Aham, fomo aprendendo ali, meio na marra, mas aprendimo bastante coisa né. Eu a [Fulana] também. **Que nem chegava o caminhão, carrega carga, marca os fardo e depois soma tudo né. Daí também, dia de pagamento, daí soma tudo e dividi o dinheiro tudo igualzinho.** [...] Aham. **Desconta as farta né, quem tinha farta. Então, é bão que você aprende bastante coisa né, eu me orgulho né de ter aprendido bastante coisa. E gosto, eu acho farta do serviço que Deus o livre.***

Evidente que, com as novas práticas de gestão pautadas na democracia e participação, características de uma autogestão, os trabalhadores passam a viver no trabalho um processo educativo. As práticas de gestão anteriores são tomadas como referências negativas, ressaltando a necessidade de uma gestão democrática que possibilite a participação de todos os trabalhadores. Abre-se o caminho para uma nova cultura do trabalho.

*E07: **Pois é, e que nem nós, nós via as coisa errada e não podia falar nada né, porque senão mandava embora né.** [...] Nós se vesse errado as coisas nós falava. [...] Falaria. [...] Aham. **Nós falava e que nem quando nós tava na diretoria nós pedia pra eles também, quando nós fazia reunião nós dizia... porque pra isso tem os fiscal também na diretoria né... então, tipo se nós, né os maior, presidente, tesoureiro se nós não fizer a coisa certa, os tesoureiro eles podem se reunir né e podem vim cobrar de nós né.** Pergunta o que tá acontecendo, que não tá certo, isso e aquilo, então por isso que tem né. Então nós já falava: **se vocês acha que tem alguma coisa que não tá certa, venham e perguntem pra nós né, nós explicamos, nós prestamo conta né.** Então sempre nós fazia assim, **nós levava tudo certinho.** [...] E não adianta, que nem nós dizia não adianta você quere tirar dos outros né, porque um dia você perde tudo né.*

Por mais que os trabalhadores, à época, questionassem a gestão da cooperativa, não conseguiram se organizar coletivamente de modo a fazer um enfrentamento político transformador. Poderíamos supor que faltavam elementos que permitissem compreender o processo de gestão e organização do trabalho.

Por sua vez, as melhorias provocadas pela ruptura nas práticas de gestão, evidenciaram, ainda mais, os questionamentos que faziam.

E01: Agora aqui não dá pra se queixar, aqui melhorou bastante. É tudo certinho. Eles não pegam um centavo sem ser, é tudo igual. [...] Que nem lá em cima [referência à época da antiga localização da cooperativa e às diretorias anteriores]... nós era explorada lá. Trabalhava...e dinheiro nós via bem pouco. [...] Mas só que alguém tava enchendo o bolso nas nossa costa.

As práticas anteriores deveriam ser eliminadas, afinal, faltava transparência na gestão da cooperativa. Nos depoimentos, os trabalhadores questionavam até a distribuição da renda referente ao resultado da produção.

E07: [...] Então, nós queria tudo certinho, vamos dividir tudo igual. Daí não tinha aquela... porque antes, no tempo daquela outra diretoria ali... [...] Não, não era. Ih, dinheiro de caco, às vez era carregado, que nem litro assim que era separado, litro de primeira, essas coisas tudo, esse não entrava nada na carga era tudo... e a diretoria fazendo a vida sabe como? Aumentando casa, comprando carro, comprando moto.

Com a retomada das atividades e a eleição da nova diretoria, a prestação de contas passa a ser uma prática constante e o resultado obtido com a produção da cooperativa passa a ser distribuído igualmente entre os trabalhadores.

E07: Ah, nós prestava conta de tudo né. Vendia sucata né, levava pesava, trazia o ticket lá, dizia deu tantos quilos né, deu tanto em dinheiro né, guardava na caxinha né. Daí vendia as latinha, alumínio, daí também dizia deu tantos quilo, deu tanto em dinheiro né, também ia na caxinha né. Daí dia da carga vendia a carga, às vez dava oito mil, nove mil a carga né. Daí saía o pagamento, daí juntava tudo aquele dinheiro, tirava da caixinha de alumínio, de sucata, tudo ali né. Somava tudo né, às vez dava doze mil, onze mil tudo né. Daí dividia né, em quantos tavam trabalhando. Daí nós fazia a reunião que tinha que presta conta de tudo né. [...] Daí que nem eu tava falando né pra você, daí quando entremo nós na diretoria, que nós fumo obrigado a entra, daí que miorô o ganho da cooperativa. [...] Que daí nós não tirava um centavo de ninguém né, era repartido tudo igualzinho né. Daí vendia sucata, vendia latinha, alumínio, então era dividido, era posto tudo com o da carga. Daí era dividido tudo igual, daí o povo começaram a se animar né.

A partir dessa ruptura no processo de gestão e organização do trabalho, a Cocaair, em nosso entendimento, passa a ser uma organização coletivista de produção associada. Dessa forma, ela se diferencia dos 03 (três) empreendimentos analisados quando da aproximação e delimitação do campo de pesquisa.

Logo após esse período, do marco ao qual nos referimos, em agosto de 2013, a Cocaair foi transferida para um novo endereço. Lembrando que, à época da interrupção de suas atividades, o portal de notícias da Rádio Najuá, em 24 de fevereiro de 2012, publicou a reportagem *Prefeitura assume separação do lixo reciclável*¹⁴⁶:

Os principais itens em desconformidade, listados pelo IAP na documentação, foram: grande quantidade de resíduos a céu aberto, presença de lixo orgânico, presença de

¹⁴⁶ Disponível em: <https://radionajua.com.br/noticia/noticias/irati-e-regiao/prefeitura-assume-separacao-do-lixo-reciclavel/11546/>. Acesso em: 24 set. 2019.

animais, refeitório e banheiros em condições precárias e falta de Equipamentos de Proteção Individual (EPIs). (PORTAL DE NOTÍCIAS DA RADIO NAJUÁ, 2012).

Sobre essa realocação, consta na matéria *Prefeitura realoca cooperativas de lixo reciclável*¹⁴⁷, do portal de notícias da Rádio Najuá, publicada em 20 de agosto de 2013:

Desde o início deste mês, os trabalhadores cooperados que atuam na coleta de material reciclável em Irati estão trabalhando em um novo espaço, cedido pela prefeitura municipal. [...] A nova área tem 6.400 m², três vezes mais que a antiga, com três barracões que totalizam 3.000 m² de área construída, totalmente cobertos. A nova área fica na Vila Nova. Atualmente, 46 cooperados utilizam o local, sendo 27 da cooperativa Malinoski e 19 da Cocaair (Cooperativa de Catadores de Material Reciclável de Irati). Eles fazem a coleta do material, com o auxílio de motoristas, caminhões e combustível cedidos pelo Provopar. Em seguida realizam a separação e comercialização do material. [...] ‘Neste local eles podem fazer derretimento de isopor e plásticos leves para transformá-los em bandejas para mudas. Estas atividades irão gerar mais renda para eles, que poderão investir também em outras máquinas. Nos últimos três meses, com o apoio da prefeitura na reorganização das cooperativas, a renda deles subiu de R\$500 para R\$800, o que representa mais de 50% de aumento na renda mensal destes trabalhadores’, relata o secretário municipal de Meio Ambiente [...]. (PORTAL DE NOTÍCIAS DA RADIO NAJUÁ, 2013).

A matéria também indica que a Cocaair passou a funcionar ao lado da Associação Malinoski, citada equivocadamente como cooperativa. A Associação Malinoski foi constituída em 07 de maio de 2012.

A reportagem aponta para um aumento na renda dos trabalhadores, ainda que com um novo empreendimento de reciclagem atuando no município de Irati-Pr. Esse acréscimo na renda foi mencionado, anteriormente, pelos trabalhadores da Cocaair em seus depoimentos.

A seguir algumas imagens publicadas na matéria mencionada.

¹⁴⁷ Disponível em: <https://radionajua.com.br/noticia/noticias/irati-e-regiao/prefeitura-realoca-cooperativas-de-lixo-reciclavel/20380/>. Acesso em: 24 set. 2019.

FIGURA 12 – Espaço para onde foi realocada a Cocaair, ano 2013



Fonte: SANTOS, Aluizio dos. (PORTAL DE NOTÍCIAS DA RADIO NAJUÁ, 2013). Disponível em: <https://radionajua.com.br/noticia/noticias/irati-e-regiao/prefeitura-realoca-cooperativas-de-lixo-reciclavel/20380/>. Acesso em: 24 set. 2019.

FIGURA 13 – Espaço para onde foi realocada a Cocaair, ano 2013



Fonte: SANTOS, Aluizio dos. (PORTAL DE NOTÍCIAS DA RADIO NAJUÁ, 2013). Disponível em: <https://radionajua.com.br/noticia/noticias/irati-e-regiao/prefeitura-realoca-cooperativas-de-lixo-reciclavel/20380/>. Acesso em: 24 set. 2019.

FIGURA 14 – Espaço para onde foi realocada a Cocaair, ano 2013



Fonte: Santos, Aluizio dos. (PORTAL DE NOTÍCIAS DA RADIO NAJUÁ, 2013). Disponível em: <https://radionajua.com.br/noticia/noticias/irati-e-regiao/prefeitura-realoca-cooperativas-de-lixo-reciclavel/20380/>. Acesso em: 24 set. 2019.

Atualmente, a Cocaair funciona nesse mesmo espaço.

3.3.2 A experiência da produção associada: “Nós não temos patrão, não temos gerente. Todo mundo é patrão, todo mundo é gerente, todo mundo é peão.”

“Nós não temos patrão, não temos gerente. Todo mundo é patrão, todo mundo é gerente, todo mundo é peão”. Em nosso entendimento, essa fala define a percepção sobre a (nova) gestão do processo de trabalho e, na medida em que representa o sentido da produção associada, também expressa, em seu significado, a categoria **cultura do trabalho** na **Cocaair**.

Em resumo, a mudança na cultura do trabalho significa uma ruptura com as práticas de heterogestão que predominavam antes das ações desenvolvidas na Cocaair no âmbito do **Programa Ecocidadão Paraná**. Ainda que de forma limitada, as ações do programa possibilitaram que se traduzissem em uma nova prática de gestão os questionamentos por parte dos trabalhadores sobre o funcionamento da cooperativa.

A nosso ver, naquela oportunidade, a heterogestão da pedagogia da fábrica e a autogestão da pedagogia da produção associada foram, de certa maneira, objetos de reflexão pelos trabalhadores. Daí a importância da práxis nesse processo.

O desenvolvimento de uma cultura própria do trabalho associado acontece à medida que se reconhece a cultura do trabalho assalariado, suas possibilidades e seus limites históricos sob a perspectiva da classe trabalhadora. Ao se reconhecerem os processos de continuidade e ruptura, constrói-se com e entre os trabalhadores a análise das relações históricas entre o “velho” e o “novo” (de modos de produção da existência), em outras palavras, do “novo” que está nascendo no seio do “velho” ou, ainda, das continuidades e descontinuidades históricas. (TIRIBA; FISCHER, 2009, p. 296).

De nossa análise sobre a experiência de organização coletiva da Cocaair, podemos afirmar que essa ruptura foi possível com a mediação dos educadores sociais do Programa Ecocidadão Paraná. Afinal, a gestão coletivista exige dos trabalhadores a desconstrução de princípios tidos como universais para que sejam construídas novas referências. Ressaltamos as dificuldades que trabalhadores com perfil como o dos catadores – de baixa escolaridade e qualificação – enfrentam para se apropriar dos instrumentos teórico-metodológicos que ajudem a compreender os sentidos do trabalho, bem como na construção de uma nova cultura do trabalho.

Nesse sentido, destacamos a importância de existirem espaços nos quais os trabalhadores possam refletir teoricamente sobre a prática social e, dessa forma, regular de maneira crítica e conscientemente suas ações. Importante esclarecermos, ainda, que o Programa Ecocidadão Paraná se resumiu em poucos encontros na Cocaair e, colocá-lo em destaque na trajetória histórica da cooperativa não significa dizer que as poucas reuniões foram suficientes. Tampouco superestimamos sua metodologia, a qual não é objeto de nossa análise.

Pelo contrário, assim como fizeram os trabalhadores em seus depoimentos – destacaram a necessidade de novas oportunidades de formação – , queremos chamar atenção para a potencialidade da pedagogia do trabalho no espaço da produção, neste caso a pedagogia da produção associada.

Kuenzer (1985) desenvolveu o conceito pedagogia da fábrica buscando compreender como se processam as relações trabalho-educação no âmbito da própria fábrica capitalista e, também, elucidar os modos como a empresa capitalista educa o trabalhador. Como analogia e ao mesmo tempo crítica, Tiriba (2001) utiliza o conceito pedagogia(s) da produção associada para poder compreender os processos educativos que se realizam nos espaços coletivos de produção da vida tão característicos no contexto da crise do emprego. Espaços estes em que, sob certos limites e dentro de suas possibilidades, os trabalhadores (em tese livremente associados) se contrapõem a lógica perversa do capital, reinventando o cotidiano do trabalho.

Conforme apresenta Frigotto (2010), no prefácio do livro *Trabalho e Educação: arquitetos, abelhas e ouros tecelões da economia popular solidária*, contrapondo e refutando a pedagogia do capital ou pedagogia da fábrica capitalista, encontra-se a pedagogia da produção associada. Entende-se, assim, que é no espaço contraditório das relações sociais de produção capitalista que a pedagogia da produção associada vai forjando (ou pode vir a forjar) uma nova cultura do trabalho.

A partir do estudo de Kuenzer (1985) sobre as relações pedagógicas no interior da fábrica, Tiriba (2001, p. 198) destaca que, “[...] é a partir das relações concretas de produção que o trabalhador, além de aprender os conhecimentos técnicos, aprende os valores e comportamentos necessários para tornar-se um ‘bom trabalhador’”. Isso porque os homens produzem – sob determinadas relações sociais – o saber sobre o trabalho na prática concreta dos processos produtivos.

Sobre o caso específico dos empreendimentos do setor de reciclagem, Lima (2015a, p. 331) afirma que “[...] os trabalhadores envolvidos com a coleta e separação do lixo nem sempre entendem o que é uma cooperativa ou mesmo uma associação e o significado da autogestão ou propriedade coletiva dos instrumentos de trabalho”. Aqueles que foram empregados, ao ingressarem na Cocaair, têm interiorizada a **ideologia do capital**, bem como os princípios da heterogestão e os valores disseminados pela **pedagogia da fábrica**.

E04: A relação nossa aqui é mais, aqui dentro, é mais amizade, companheirismo. E nas empresas que eu trabalhava, quando eu era peão, era uma relação assim meio melhor, quando eu passei a gerenciar, meus colegas eram aqueles caras que nós saía tomar uma cachaça depois da hora, passava no bar toma um golinho jogar uma sinuca, eu já fiquei de lado. [...] Porque eu era chefe dentro duma empresa, o chefe, principalmente o gerente, é o zebra da empresa. Em qualquer lugar. Os caras tem mais raiva do gerente do que do patrão. Toda que é empresa é assim, o por que? Porque o serviço do gerente depende dos outros. O patrão não vai cobrar do outro ali, qualquer coisinha. Vai cobrar do gerente e o gerente tem que assumir toda a bronca. [...] Daí você vai ter que descontar em alguém, então... que nem a minha função além de fazer manutenção era gerenciar a produção. Era... só que era eu, sobrava demais que era só eu. Era qualidade, produção, entrada e saída de mercadoria, tudo pra mim né. Então eu tinha que cobrar de alguém, então você ficava por ruim, porque o patrão me cobrava, então eu tinha que cobrar. O negócio tinha que correr como o patrão queria e eu que tinha que ditar como que tinha que funcionar. Então eu chegava, tinha dias... que eu me sentia mal com aquele ambiente de serviço, trabalhando ali.

Os conhecimentos acumulados com a experiência do trabalho na empresa são valorizados como superiores aos conhecimentos dos colegas de cooperativa. A compreensão sobre o processo de gestão, apreendida na experiência do trabalho da empresa – em nossa percepção assentada na relação de subordinação “patrão – gerente – peão” –, aparece como referência para a gestão da cooperativa.

E04: Não, eu acho que é só eu pelo seguinte, dentro das outras empresas que eu trabalhei, a gente cria, **muitas vezes você decidia o que tinha que ser feito, então nesse ponto eu tenho mais visão que eles, porque eu trabalhei com isso, então eu tenho mais visão.** [...] Que eu, não é questão de curso, **mas eu já participei de muitas palestras...** [...] Por exemplo, **eles nunca lideraram um grupo e no meu caso eu já liderei,** então eu sei como leva uma. **Eu de olha em você, eu sei se dá pra mim mandar você tirar aquela cadeira ali e levar pra lá.** [...] Então nesses cursos, **nessas palestras que eu acompanhava eu aprendia muito isso.** Aprendia e o pessoal aqui devia também, principalmente eles que nunca lideraram um grupo, nada né. [...] Aprender a como liderar um grupo, esse tipo de coisa, como se portar, sabe a hora de fala, sabe a hora de escuta. **Que pra você lidera um grupo, que aqui tem a presidente, principalmente eles ali, eles lideram o grupo, mas eles têm que saber se portar, não é bem assim.** Que nem eu sempre tive uma comigo: não adianta você ser o chefe pro patrão, você tem que ser o chefe pros cara, você não pode chegar e conversa: eu sou o chefe, nós samo amigo tamo junto, vamo fazer, não é faça, é vamo fazer. Só que você vai ali com o cara e sai, o cara se sentiu melhor. Orra o cara veio fazer comigo. Na prática não vai funcionar assim, mas você tem que saber levar o cara ali. [...] Pega ali o cara vai animado, daí você tem outra coisa pra fazer, daí você deixa o cara ali, o cara fica ali dando risada e você sai. **Então é assim, é liderança, você tem que saber liderar. Não é só dizer eu sou o chefe, daí não funciona.** Se você dizer eu sou o chefe pro cara, o cara vai fazer o que você falar, se você manda no caso daí. Mas o cara pra te ferra ele vai fazer tudo ao contrário e quem vai se ferrar é você.

O que acontece são as práticas heterônomas de gestão confrontando-se com aquilo que acreditavam que deveria ser a gestão do trabalho na cooperativa. Afinal, a referência concreta e prática é a gestão capitalista hierarquizada e pautada na subordinação.

E05: Ele é diferente né, diferencia né, porque... sei lá, **de certo tem umas pessoas que nunca trabalharam de empregado, aí não sabe né como é que funciona a coisa né. E a gente que trabalhou a gente sabe como funciona né,** por isso que a gente num gosta de erra né. Erra é humano uma vez né, da segunda em diante já não é né (risos)... [...] **Se ele vê um troço lá que tem que fazê, não precisa eu manda vá lá e faça. Ele vai ter que faze né, e numa empresa é diferente. O gerente: não você vai fazer tar coisa! Daí você vai fazer aquilo lá e ele chega e: não, pare com isso, você vai fazer aquilo né. Daí você fica né...** [...] **É, aqui as vez tem que tá mandando né.** Porque às vez os cara chegam e, que nem se ele vêm da rua, que tem o caminhão que bascula sozinho né. E o outro a gente tem que descarregar ele né. Eu se, eu penso assim, se eu tô na rua fazendo, eu cheguei aqui eu sei que eu tenho que descarregar o caminhão. É o meu serviço né. Só que as vez os piá aqui não, ontem até aconteceu deles chegarem da rua e senta lá e deixar o caminhão e já tavam indo embora né. Daí eu peguei com o outro rapaz e vamo descarregar o caminhão né. Não era o nosso serviço na verdade, mas vamos fazer pro caminhão não ficar carregado né. [...] Ficam de boa, ficam olhando. [...] Não foram ajudar. Daí nós peguemo e depois que nós descarreguemo os caminhão, daí eles forma tudo embora. Mas se nós deixasse pra eles o caminhão acho que ia ficar carregado. **E às vez você fala o cara ainda fica brabo né, se queima né. E eu já não gosto muito de falar assim, cada quar eu, desde as empresas que eu trabalhei, nunca o gerente, nunca o patrão me chamou atenção. Que sempre eu sabia o que eu ia fazer né. Se vai fazer aquilo lá, vou fazer. Então eles tinham confiança de que eles me mandavam e eu fazia.**

Isso reforça nosso entendimento de que **a autogestão** é um processo que **requer aprendizado**. Portanto, na experiência da produção associada, a consolidação de uma pedagogia que se coloque em oposição à pedagogia da fábrica torna-se necessária. O

depoimento de um educador social, da equipe técnica do Programa Ecocidadão Paraná e que atuou com os trabalhadores da cooperativa, reforça o que temos argumentado.

E08: Essa é uma das principais demandas e dificuldades que a gente encontra nesse trabalho associativista cooperativista. Porque a gente tem, temos poucos modelos ou exemplos de grupos organizados que trabalham de uma forma autogestionária, inclusiva, cooperativista. Então as pessoas tem dificuldade de se entender dentro de um processo diferenciado que não seja esse de patrão e empregado. Tanto que muitas vezes as pessoas se perguntam: mas afinal de contas quem manda em mim?

Os processos produtivos são entendidos “[...] como processos pedagógicos que medeiam as condições objetivas e subjetivas da cultura do trabalho” (TIRIBA, 2001, p. 32). Por isso, a autora chama a atenção para o caráter educativo das novas formas de trabalho – a produção associada – que são empreendidas pelos próprios trabalhadores no quadro da crise do emprego. Ela traz para discussão a pedagogia da produção associada, revelada a partir das motivações e práticas dos trabalhadores associados.

A abordagem da pedagogia da produção associada¹⁴⁸ requer atenção sobre o fazer e o saber dos setores populares. Para Tiriba (2010, p. 97), “[...] ela requer o ir e vir na teoria e na prática, na vida real dos trabalhadores, ressignificando os sentidos ético-políticos de suas estratégias de trabalho e de sobrevivência.”

O trabalho fabril, na perspectiva gramsciana, seria o lugar de uma pedagogia ativa, sendo a práxis o eixo da construção da realidade social. A fábrica então “[...] seria o locus da produção de intelectuais orgânicos do proletariado que, ao invés de executar um programa pré-estabelecido pelos capitalistas, se tornariam sujeitos capazes de gestionar técnica e economicamente o processo produtivo.” (TIRIBA, 1999, p. 5). Vale destacar que, para o sucesso de um projeto de transformação social é necessária a incorporação de outros setores sociais.

Resgatando o pensamento de Gramsci, Semeraro (2010) afirma que, em suas organizações e com o desenvolvimento de suas subjetividades, os trabalhadores “[...] podem criar uma outra cultura e experimentar novas formas de produção socializada, pondo-se como alternativa ao projeto mecânico e destrutivo determinado pelo capital.”

A instauração de uma nova cultura do trabalho exige processos educativos com ênfase nos aspectos filosóficos e políticos das formas de convivência humana. Afinal, para que se possa dar um novo sentido às relações sociais e econômicas é necessária a construção de novos conhecimentos e valores. (TIRIBA, 2001).

¹⁴⁸ Pressupõe a articulação entre economia popular e educação popular e, além disso, deve estar associada a processos educativos escolares e à luta pela educação básica de qualidade. (TIRIBA, 2010).

Nessa perspectiva, mediadas por processos educativos, diferentes culturas do trabalho dão origem a diversos significados do trabalho. Quando se analisa o trabalho em um determinado tempo e espaço histórico, uma determinada cultura do trabalho possibilita o estabelecimento de relações e a compreensão das mediações entre os aspectos objetivos e subjetivos na formação humana. (TIRIBA, 2001).

Uma cultura do trabalho de novo tipo, do ponto de vista político e ideológico, tem como pressuposto novas relações de produção que tenham como características o valor de uso e não de troca, a propriedade coletiva dos meios de produção e a socialização do saber ao conjunto os trabalhadores. A partir dessas novas relações de produção, o homem seria capaz de recuperar o sentimento de produtor e sujeito-criador de si mesmo e da história. Uma cultura do trabalho de novo tipo, em última instância, exige uma sociedade de novo tipo. (TIRIBA, 2001).

Para Tiriba (2001), o fenômeno dos empreendimentos geridos pelos trabalhadores difere das experiências de produção associada e, em especial, dos conselhos operários nas primeiras décadas do século XX. Esse fenômeno é resultado da própria excrecência dos processos de exclusão social e não tem por objetivo a sociedade dos produtores livres associados.

Por isso, a autora coloca que os pressupostos de uma nova cultura do trabalho não podem ser pensados como se, na atualidade, se estivesse vivendo um processo revolucionário¹⁴⁹. “Temos de analisar os elementos embrionários de um novo sentido do trabalho a partir das condições concretas de espaço e tempo atual em que vivemos, buscando aprender suas mediações.” (TIRIBA, 2001, p. 345).

A cultura do trabalho é uma realidade dinâmica e representa “[...] a síntese das condições de trabalho e das relações que os trabalhadores associados estabelecem entre si e com a sociedade.” (TIRIBA, 2006, p. 120). A cultura do trabalho é um conjunto de conhecimentos e valores que se plasmam nos processos produtivos associativos e implica a intercessão do conceito de trabalho e de cultura. “Ao trabalhar, os trabalhadores associados produzem cultura e, ao mesmo tempo, trabalham de acordo com uma determinada cultura” (TIRIBA, 2006, p. 120).

¹⁴⁹ Difere, por exemplo, do processo que aconteceu na Comuna de Paris. “A Comuna (1871), conhecida como a primeira manifestação verdadeiramente revolucionária da luta de classes na história moderna, representou a emancipação da classe operária caracterizada como uma emancipação coletiva, superando o trabalho alienado pela socialização das atividades e de poderes públicos, enfrentando a dominação da classe burguesa e do estado, negando a propriedade privada e do capital. A classe operária teve o papel primordial de governar o país; o proletário teve o poder nas mãos. Porém, tal experiência não logrou êxito por muito tempo: o governo francês fez a contrarrevolução tomando o poder novamente.” (LUIZ, 2013, p. 45).

O desenvolvimento de uma cultura própria do trabalho associado acontece à medida que se reconhece a cultura do trabalho assalariado, suas possibilidades e seus limites históricos sob a perspectiva da classe trabalhadora. Ao se reconhecerem os processos de continuidade e ruptura, constrói-se com e entre os trabalhadores a análise das relações históricas entre o ‘velho’ e o ‘novo’ (de modos de produção da existência), em outras palavras, do ‘novo’ que está nascendo no seio do ‘velho’ ou, ainda, das continuidades e descontinuidades históricas. (TIRIBA; FISCHER, 2009, p. 296).

No trabalho associado e na vida cotidiana da classe trabalhadora existe uma grande quantidade de saberes produzidos, sendo que “[...] o saber do trabalhador é a síntese dos saberes apreendidos ao longo da vida, no mundo do trabalho assalariado, na produção associada e em todos os espaços [...] compartilhados.” (TIRIBA, 2006, p. 6). Por isso, de acordo com a autora, levando-se em conta o momento histórico, é preciso olhar e compreender as bases materiais e imateriais que propiciam a construção desses saberes produzidos pelo povo, na prática de trabalho e nas demais instâncias das relações sociais. (TIRIBA, 2006).

Uma nova cultura do trabalho necessita de aprendizado e não basta apenas idealizar o trabalho associativo e solidário, é preciso materializá-lo no cotidiano da produção. Na dinâmica do processo produtivo se adquirem e se produzem saberes, afinal, o processo pedagógico é elemento da cultura do trabalho que medeia as condições objetivas e subjetivas da produção. (TIRIBA, 2007).

A expressão saber(es) do trabalho associado é utilizada para designar o(s) saber(es) produzido(s) pelos trabalhadores e trabalhadoras nos processos de trabalho que se caracterizam, entre outros, pela apropriação coletiva dos meios de produção, pela distribuição igualitária dos frutos do trabalho e pela gestão democrática das decisões quanto à utilização dos excedentes (sobras) e aos rumos da produção. (TIRIBA; FISCHER, 2009, p. 293).

Para Tiriba e Fischer (2009), esses saberes, frutos da própria atividade do trabalho, são concebidos e acumulados ao longo da experiência histórica dos trabalhadores que, contrapondo-se à lógica do sistema capital, se associam de forma coletiva, autogestionária.

A palavra saber é utilizada como sinônimo de conhecimento, envolvendo os aspectos materiais, intelectuais e subjetivos presentes na atividade do trabalho e sendo entendido como resultante dos processos prático-teóricos de transformação e compreensão da realidade humano-social. O conceito relaciona-se às idéias de práxis, saber popular, saberes da experiência, conhecimento tácito, trabalho como princípio educativo, produção de saberes em situação de trabalho, produção e legitimação de saberes do/no trabalho. (TIRIBA; FISCHER, 2009, p. 293).

Aos sujeitos que estão envolvidos em iniciativas de trabalho associado é necessário o desenvolvimento da práxis crítica, ou seja, identificar, reconhecer, analisar, criticar e legitimar os saberes e experiências. Para Tiriba e Fischer (2009, p. 296), tratam-se “[...] de saberes e

experiências produzidos em atividades pregressas de trabalho assalariado (emprego ou subemprego), na relação de continuidade e de ruptura com a experiência e os saberes produzidos no ambiente de trabalho associado.”

Sobre as relações de trabalho em cooperativas de reciclagem, Albuquerque, Cardo e Pinhel (2013, p. 129) escrevem:

Nas cooperativas, as relações de trabalho apresentam-se na forma de uma construção participativa, com práticas que pressupõem a valorização do coletivo e a solidariedade. Porém, a inversão da lógica do mercado formal, no qual o trabalho ocorre de maneira vertical, o sentimento de independência agora vivido e a busca por ter o controle sobre sua própria produção apresentam-se como obstáculos e contradições que dificultam esses propósitos. Trabalhando juntos em cooperativas, os catadores deparam com uma realidade nova, na qual passam de subordinados a donos de um negócio, e isso não é nada fácil.

No “fazer-se” da Cocaair, podemos afirmar que a prática de **gestão coletivista** vai sendo forjada em **oposição à heterogestão**. A reflexão se dá, especialmente, a partir das práticas de gestão consolidadas com a participação¹⁵⁰ de alguns trabalhadores no Programa Ecocidadão Paraná.

É no seio do processo produtivo, mediante estas instituições e pela mediação desses intelectuais, enquanto articuladores e transmissores do saber e da concepção de mundo existentes ao nível do senso comum dos operários, que se fará a nova pedagogia do trabalho. Sua finalidade é a proposição, a partir das condições concretas, das novas formas de conceber, organizar e desempenhar o trabalho tendo em vista os interesses hegemônicos dos trabalhadores rumo à superação da divisão do trabalho. (KUENZER, 1985, p. 57-58).

Nesse sentido, entendemos que na resistência e negação da heterogestão se desenrola um processo pedagógico no qual “[...] os trabalhadores vão aprendendo a se organizar, a reivindicar seus direitos, a desmistificar as ideologias, a dominar o conteúdo do trabalho, a compreender as relações sociais e a função que nelas eles desempenham.” (KUENZER, 1985, p. 11).

E06: O presidente, nós colocamo o presidente, que nem sou eu que sou presidente. Só que todo mundo trabalha igual e daí todo mundo tem que concorda, entendeu? Não é só um, tem que todo mundo concorda, tem que fazer uma reunião, tem que todo mundo concorda com a mema coisa. [...] Já é diferente. [...] Porque no mercado tipo já tem né, gente que manda, já manda na gente, já fala as coisas né. Então, é diferente né.

Surge como elemento significativo no depoimento dos trabalhadores, além da crítica quanto às experiências do trabalho na condição de empregados, a prática de gestão e

¹⁵⁰ A participação dos trabalhadores no Programa Ecocidadão possibilitou um entendimento básico sobre o funcionamento de uma cooperativa. Essa prática se tornou a referência e se mantém até hoje. Os novos trabalhadores que ingressam na COCAAIR assimilam essas práticas mesmo não tendo participado de algum programa similar ao Ecocidadão Paraná.

organização do processo de trabalho da Associação Malinoski. Além do fato dos dois empreendimentos estarem localizados lado a lado, alguns dos trabalhadores, antes de ingressarem na Cocaair, integravam a Associação Malinoski.

E02: Aqui na cooperativa um ano, eu já trabalhei ali embaixo [referindo-se a Associação Malinoski]. [...] Porque lá, lá é mais apurado o serviço assim. E lá tipo assim a gente ganha menos do que aqui né. [...] Aham. Porque lá é por meta. Lá eu cheguei a fazer doze begue né, sozinha. Daí a gente se apura demais né. E daí tinha o limite né, era um valor x e era aquele. E aqui já não, aqui já é mais sossegado, não tem meta, a gente trabalha tranquilo. [...] E ganha mais, tem esse detalhe. [...] Aqui faz um ano. [...] Trabalhei quatro anos.

E06: Aqui é melhor e o serviço lá é muito apurado, muito ruim lá. [...] É diferente, aqui é melhor. [...] É mais tranquilo, aham. [...] Porque lá ela explora e aqui não é explorado, sabe como. Lá é tipo por meta e aqui não, aqui você faz a quantia que você quiser. Entendeu? E daí você ganha mema coisa, todo mundo ganha mema coisa e lá é diferente. Lá tem que fazer por meta, begue, o quanto mais você faz, você ganha mais. [...] Aqui é igual, tudo igual né.

Para entendermos o que significa a autogestão na Cocaair, tomamos a linguagem enquanto consciência prática e produto social e, além disso, consideramos os depoimentos como forma de consciência que é constituída sobre as condições de possibilidade dadas pelas relações materiais. Em nenhum dos depoimentos aparecem, por exemplo, expressões como “autogestão”, “gestão coletivista”, “gestão democrática”. Então, buscamos apreender a **prática da autogestão** naquilo que se tem de concreto na gestão da cooperativa e se revela na fala dos trabalhadores.

A igualdade entre os trabalhadores e a participação na gestão do processo de trabalho, pressuposto da autogestão, é destacada nos depoimentos dos trabalhadores.

E04: [...] nós não temos patrão, não temos gerente. Todo mundo é patrão, todo mundo é gerente, todo mundo é peão. E aqui funciona assim, que tem... mas que nem eu te disse, nós não temo patrão, não temo nada, mas temo o pessoal que determina né. Que fica meio a frente e chama a responsabilidade pra si, no caso é uma das mulher que é presidente, o outro lá cuida do dinheiro, então cada um... daí esses meio determina.

E05: [...] o bão é que a gente trabalha por conta, a gente não é mandado né. Que nem numa firma você tá ali, o gerente tá em cima de você, patrão tá em cima e aqui a gente trabalha a vontade né. Então, acho que a parte que é melhor é assim né. Você não é mandado, aqui cada quar trabaia, não devia nem a gente fala né, cada quar sabe o que faz né.

A diretoria eleita pelos trabalhadores aparece como “quem determina”, é a figura da autoridade. Todavia, os membros da diretoria trabalham igualmente na produção.

Em nosso entendimento, essas três figuras – o patrão, o gerente e o peão – representam a contradição que vivem os trabalhadores no “fazer-se” da Cocaair. Elementos de práticas heterônomas, da experiência vivida enquanto empregados, se confrontam com elementos de práticas de gestão coletivista apreendidos na experiência do trabalho na

cooperativa. Dessa forma vai se forjando uma gestão com características autogestionárias em oposição à heterogestão.

Os depoimentos mostram que, mesmo com a divisão das tarefas na cooperativa, todos trabalham coletivamente.

E04: [...] Mas em modo geral acho que funciona bem. [...] Não, não, cada um sabe a sua tarefa. Que nem quando não tem material pra mim e pro outro lá prensa, nós sabemos que o nosso serviço é ajudar ali a embegar. Embegar que eu digo é juntar o material que vem do, que o caminhão traz. As mulher chegam elas sabem que o serviço delas é classificar. [...] Sim. Ou vai, no caso se não tem material pra embegar vai ajudar as mulher a classificar, vai dá uma organizada no barracão, todo mundo sabe que tem que fazer né.

Os trabalhadores relatam a possibilidade de organizar o ritmo da produção. Além disso, os depoimentos destacam que as decisões sobre a gestão da cooperativa são tomadas coletivamente a partir de votação em assembleias. As reuniões são uma prática comum para informes e tomadas de decisão.

E02: É as vezes, que nem quando nós vemos que tá bastante material né, daí nós combinamo de trabalhar um pouquinho mais a tarde né... uma hora a mais. Ou quando tem menos material, daí nós tiramo, tipo uns minutos pra café de manhã né. Quando tem bastante daí não tem como tirar. E a gente tem que batalhar né. [...] É, foi feito uma eleição, né. É tudo feito voto, né. [...] Nós fazemos sim, cada passo nós fazemo. Quando eles querem resolver alguma coisa eles já convocam reunião.

E06: Tipo assim, nós falamo um motivo daí cada um fala por si o que acha né. [...] Alguns falam, alguns ficam quieto, mas daí a maioria, daí é votação. Quando tem alguma coisa acontece, tipo vamo fazer um almoço alguma coisa, quem concorda quem que não concorda. Daí é votação, existe a votação né, daí a maioria que vota é. [...] Ah, quando, tipo... que nem agora que tamo com pouco material nós vamo ter que fazer uma reunião pra ver se vai ter... ou se vamo fazer em duas semana ou três semana o pagamento. Daí é mais isso, mais coisa tipo da cooperativa, mais grave né. Daí convocamo todo mundo, pra todo mundo sabe né.

Mesmo com a prática das reuniões e assembleias, a participação na gestão requer aprendizado. A gestão coletiva precisa ser interiorizada, especialmente naqueles que, ainda, têm por referência práticas de gestão hierarquizada, com uma clara divisão entre planejamento e execução.

E02: Ah eu falo bem pouco. [...] (Risos) Ah, eu não sei... eu não gosto de tá opinando sabe? Então o que eles resolverem tá resolvido. [...] Quando eu não concordo daí eu falo. Daí nós entramos de novo em conversa pra entrar num acordo. [...] É mas a maioria a gente sempre concorda, porque eles... o que eles ajeitam aí é pro bem nosso mesmo, né. Então não tem como a gente discordar.

E05: Sempre, fazemo reunião e sempre fala né. Mas parece que escuita por um ouvido e solta por outro. [...] Nem todos né, eles falam depois que termina né. Daí sempre tem um, qualquer coisa que eles vão falar depois, não fala na hora né. [...] Sei lá, se eles têm medo o que que... né, na hora ali eles não falam, mas depois você sabe pelos outros ali que falo: que tá errado, que isso e aquilo! [...] É, todo mundo pode falar, todo mundo tem seu direito né. As vez a gente diz vai ser assim e assim, quem tiver alguma dúvida pode fala, se acha que tá errado fale agora e

não fale depois. Porque nós tamo aqui pra se entende né, agora depois falar por trás já é complicado né.

A prestação de contas, uma prática questionada nas primeiras gestões, agora é realizada a fim de garantir transparência à gestão bem como igualdade na distribuição da renda obtida com a produção coletiva.

E02: Daí eles dividem em partes iguais, né. Eles sentam lá na cozinha, lá... fazem as contas ali e contam em quantos nós somos né e dividem o dinheiro da carga. [...] Mostram, é. Tudo. Nós assinamo o caderno de quanto nós pegamo de dinheiro.

E05: É, controle. É eu que acerto o que entra, dia de repartir o... nós repartimos em partes iguais né. Nós vamo, repartimos tudo, chamamos de um por um, cada quar pega sua parte, mesma coisa. Se eu pego quinhentos, todo mundo pega quinhentos. [...] Desde um litro que venda, sempre é repartido. [...] Porque a gente, eu quando pego vendo ali, o que entra de dinheiro eu costumo marcar tudo, o que entra e o que sai. Vou comprar o fitilho pros fardo, sou acostumado a pedir nota do que eu vou comprar pra apresentar depois né: olha entrou tanto dinheiro, foi gastado tanto, tá aqui as nota, então... mas sempre tem um ou outro lá que sempre diz: é porque eu acho que dá mais, porque isso... nunca a gente tirou um centavo de ninguém. O que dá ali, se dá nove mil, nove mil nós rachamo, quinhentos de cada um, dezoito da quinhentos de cada um, não dá mais e não dá menos. Não é que eu vou tirar um real pra mim, vou tirar um real pro outro, não. Se for cinquenta centavos, nós trocamos e dividimos o cinquenta centavos.

O resultado da produção é distribuído igualmente entre os trabalhadores e isso ainda é motivo de questionamentos. Os depoimentos sobre a distribuição da renda obtida pelo trabalho coletivo apresentam-se contraditórios, indicando que nem todos concordam com a maneira com que é realizado.

E01: Ah, isso não é justo. Eu já falei né. Esse aí eu falei pra eles. Esse não é justo, se tipo... uns trabalha demais outros trabalha menos e daí ganha todos igual. Isso aí já foi comentado aí. Daí até falemo né, que aqueles que trabalhassem menos tinha que ganhar menos. Ou apura mais, trabalha igual pra ganhar igual. Porque daí uns trabalha demais, aqueles trabalham menos e daí o dinheiro é repartido tudo igual. Não é justo isso, isso já foi falado.

E03: Ah varia né, é difícil uns que trabalhem igual os outro né... [...] Na verdade não é justo né. Ganha igual né, mas vai fazer o que né, não tem como. [...] Pensaram de muda, mas diz que não pode por causa que dá pepino [problema], porque é cooperativa né. Sei lá daí.

No entanto, a Associação Malinoski, que serve como referência negativa de prática, é mais uma vez citada. Os trabalhadores, que sugerem preferir a remuneração de acordo com a contribuição para o resultado da produção, ao mesmo tempo não concordam com o sistema de remuneração por meta da Associação Malinoski. Assim como já indicamos anteriormente, as contradições no discurso persistem.

E03: Sei lá o que acontecia. [...] Trabalhar é o mesmo tipo né, só que lá trabalhava mais né, porque era por produção de begue. Não é que nem aqui né. [...] Mais tranquilo e dado com todo mundo. Desde que eu entrei era bão, era outra que cuidava ainda. A presidente era a [Fulana], não sei se você lembra?

E07: [...] É porque que nem ela, ela é por meta ali. Tipo vamo supor, se você fizé oito begue por dia, você ganha quatrocentos por quinzena. O outro lá faz seis begue por dia ganha trezentos e cinquenta por quinzena né. Então ela tem as meta dela né.

São inúmeros os **desafios** para os trabalhadores da cooperativa, a começar pela gestão que não é algo simples. Os trabalhadores necessitam de conhecimentos específicos em diferentes áreas, por isso “a formação para o gerenciamento é uma das condições fundamentais para sua consolidação enquanto um empreendimento autogestionário” (PINHEL; ZANIN; MÔNACO, 2011, p. 67). Uma vez que falamos de uma cooperativa, significa que o conjunto de trabalhadores deve compreender o processo de gestão e organização do trabalho, bem como o estabelecimento de objetivos e metas, a formulação de planos de trabalho e o acompanhamento das ações previstas, por exemplo.

No *QUADRO 11* são apresentadas as funções e atribuições básicas de uma cooperativa de catadores.

QUADRO 11 – Funções e atribuições básicas de uma cooperativa de catadores

| Área/função | Atribuições |
|--------------------|--|
| Administração | Controlar receitas e despesas, calcular a renda, realizar cobranças e pagamentos, preparar as atas, controlar as faltas, atender às exigências legais, ter transparência nas informações. |
| Coleta seletiva | Planejar e acompanhar a coleta, pesar os resíduos coletados, avaliar a segregação na origem, inventariar os domicílios, zelar pela segurança no trabalho, informar os domicílios. |
| Triagem | Pesar material classificado e rejeito, zelar pelos equipamentos, zelar pela organização do espaço, cuidar da segurança no trabalho, monitorar a qualidade de triagem. |
| Comercialização | Pesquisar novos compradores (cadastro), negociar preços, identificar novas oportunidades de negócios, avaliar o comprador, identificar fornecedores cativos. |
| Coordenação | Integrar as atividades das áreas, tomar decisões sobre o interesse comum, resolver problemas de relacionamento, dividir a renda, incentivar a participação dos associados nos processos decisórios, articular novas parcerias. |

Fonte: PINHEL, Julio Ruffin; ZANIN, Maria; MÔNACO, Graziela Del. Catador de resíduos recicláveis: um perfil profissional em construção. In: ZANIN, Maria; GUTIERREZ, Rafaela Francisconi (Orgs.). **Cooperativas de catadores: reflexões sobre práticas**. São Carlos: Claraluz, 2011, p. 68.

Esse conjunto de funções e atribuições necessárias ao gerenciamento de uma cooperativa de reciclagem deve, dentro das possibilidades, ser apropriado pelos trabalhadores. Uma vez que, se a cooperativa está inserida dentro de uma cadeia produtiva no sistema capitalista de produção, ela precisa ser capaz de atender as demandas do mercado e, assim, garantir a renda dos seus cooperados.

A necessidade de conhecimento ficou reforçada, por exemplo, nos depoimentos sobre a eleição da atual presidente da cooperativa.

*E01: Porque era a única que tinha, que **tinha mais estudo** né, que era **mais competente**, né. Era a **mais estudada**. [...] Foi, foi feita a votação, uhum. Daí resolvemos de colocar ela.*

*E06: No momento agora eu preciso ficar, **porque não tinha ninguém pra ficar na presidência**. E a **maioria aqui, não sabe ler**, a maioria **não sabe escrever** aqui. Daí na presidência precisa de alguém que saiba né. [...] Daí agora no momento eu tô, porque eles precisam né. E a maioria não sabe lê e escreve, então daí eu tô no lugar na presidência. Aí eu entrei por causa disso.*

É possível perceber que a gestão da cooperativa se torna um desafio quando falamos de trabalhadores com pouca ou nenhuma escolaridade. A igualdade de oportunidades para todos os trabalhadores, sem restrições de qualquer natureza, deveria prevalecer numa autogestão. “A escolaridade é um desses fatores. Quem tem níveis mais elevados de escolaridade são reconhecidos como pessoas portadoras de capacidades que se distinguem dos demais e lhes asseguram, naturalmente, a prerrogativa de dirigir a organização.” (HOLZMANN, 2012, p. 275).

A autora alerta para a questão da renovação nos cargos de direção que tende a ser baixa ou nula nesses casos. “Não é raro que as mesmas pessoas permaneçam como dirigentes em repetidos mandatos, ocorrendo apenas a rotatividade nas posições ocupadas, fim de atender a preceitos legais.” (HOLZMANN, 2012, p. 275).

Quanto à renovação da diretoria, vale ressaltarmos que os trabalhadores tiveram que promover uma alteração no Estatuto que proíbe, em sua composição, “[...] parentes entre si até o 2º (segundo) grau, em linha reta ou colateral, afins e cônjuge”.

*E06: [...] É, e agora nós fizemos outro né, porque nós fizemos outro estatuto e a ata também nós vamo ter que registra ainda. [...] Porque nós tivemos que muda por causa de, **no estatuto antigo era, na diretoria não pode família né**. Daí tivemos que muda. [...] **Reunimo todo mundo, daí conversemo, daí explicuemo** por causa que daí aqui a maioria são tudo família né. É tipo eu e mãe, daí a tem a [Fulana], daí tinha que na família não pode família, muito, daí tivemos que muda o estatuto daí.*

Como já discutimos anteriormente, a cadeia produtiva da reciclagem de resíduos urbanos, no âmbito econômico, estrutura-se de forma piramidal. Os catadores informais e os empreendimentos coletivos (associações ou cooperativas) estão em sua base. Os intermediários (sucateiros, empresas recuperadoras ou beneficiadoras) aparecem em seguida. Já as empresas de reciclagem propriamente ditas (reprocessamento e transformação) estão no topo, onde ocorre o maior valor agregado. Portanto, ao mesmo tempo em que constituem o elo mais frágil e penalizado do sistema, os catadores e catadoras são os maiores responsáveis pela inserção dos materiais recicláveis na cadeia produtiva da reciclagem. (ZANIN; GUTIERREZ, 2011).

Os trabalhadores da Cocaair relatam as dificuldades em relação à concorrência

dentro da cadeia produtiva.

E07: Pois é, só que ele compra [atravessador] daí a turma junta e levam pra ele né. Porque aqui olhe nesse bairro, na verdade às segundas-feiras a Malinoski que faz né. E as segundas-feiras cedo, é oito hora da manhã já passa uma caminhonete. Quando ela passa, não tem uma sacola de material na rua. Então, só que eu não sei pra quem ele leva e vende né. [...] Pois é, e tem bastante gente catando. Só que quando era o secretário [Fulano] ele proibia, ele mandava fiscal sabe, nos bairros. E quem trabalhava na casa reciclando ele ia na casa e proibia. Ele proibia, porque tinha bastante casa que reciclava, na casa, catava com carrinho nas rua e levava. Ele proibiu tudo.

E05: Mas aqui acontece, aqui as vez o caminhão tá no trecho fazendo tem um outro na frente fazendo. Daí já vai escolhendo só o bão, papelão, pet e latinha. O que dá mais dinheiro né, daí o ruim vem tudo pra cá. As vez eles trazem uma carga aí, não chega a da dois, três begues de papelão. Pet, porque daí o pet é bão o preço é um e cinquenta o quilo. Latinha que eles venda a três reais o quilo né, junto cem quilo dá trezentão né. [...] É, se a gente for fala eles vão dizer que eles não podem fazer nada né. E que nem eles dizem a rua é pública, pega quem quiser né. Nós tiramos lá, quem passa na frente pega né. Daí você vai fazer o que né? Você vai comprar uma encrenca né. E daí tem esse outro cara ali que trabalha na Vila São João ali, agora ele ponhou no rádio comprando né, comprando papelão, pet, latinha. Pode levar pra ele a quantidade que tiver [...]. Aí tem mais de dez carrinheiros aí juntando e vendendo pra ele né. [...] Aqui na Vila Nova tem dois que... o centro você vai fazer eles tão desde as seis horas da manhã, já tão esperando ali. [...] Isso, já sabe... daí ali sempre sai bastante papelão né, loja... papelão e cristal. Ali, então... quando eles vão daqui oito horas já vai pegando os mais ruim só.

Existem os carroceiros e outros catadores de rua não organizados que acabam “roubando o lixo” – expressão usada por Lima (2015a). Dessa forma, competem com a cooperativa e a Associação Malinoski, responsáveis pela coleta seletiva da cidade de Irati-PR, que tem reduzido o volume coletado e encaminhado aos seus barracões.

Além disso, a questão da concorrência impacta também na renda dos trabalhadores da cooperativa, afinal ela depende diretamente da disponibilidade de material reciclável.

E07: Uns tempo nós tava em quinze, quatorze... [...] Tivesse bastante material estocado aqui dava pra pega até trinta né. Então eu falava assim, não adiantava. Daí agora de um tempo pra cá de novo, eles começaram a insistir que tem que ser no mínimo vinte cooperado. Mas você veja né que nem agora, vamos supor se eu, a [Fulana], aquela [Ciclana] voltamo, então já dá mais de vinte né. E se não tiver material né? E quanto mais gente menos ganha daí, porque é dividido tudo igual né.

A quantidade de material reciclável disponível implica também na resistência dos trabalhadores em admitir o ingresso de mais pessoas na cooperativa.

E06: Vem bastante gente procura, mas não tem como dá bastante serviço, porque não tem material né. Se tivesse mais material, dava tipo pra bastante gente vim trabalha aqui, mas não tem material. [...] É um limite, vinte. [...] Vinte, aham. Daí dois tá né de licença. Então somos em vinte.

Salientamos que os trabalhadores têm adotado o número limite máximo em 20 (vinte) cooperados. No entanto, conforme o Estatuto, 20 (vinte) cooperados é o limite mínimo previsto para o funcionamento da Cocaair.

A questão da concorrência foi abordada em matéria – *A problemática do lixo em Irati*¹⁵¹ –, publicada pelo portal de notícias da Rádio Najuá em 16 de abril de 2014:

A coleta do material reciclável é feita por duas cooperativas, a Cocaair e a Malinoski. Em agosto de 2013 a prefeitura cedeu um local para que as duas cooperativas trabalhem juntas. Caminhões e motoristas foram cedidos e o pagamento das contas de água e luz do imóvel também são custeadas pelo poder público. Nos centros maiores a disputa pelo reciclável se dá entre as cooperativas e os carrinheiros autônomos. (PORTAL DE NOTÍCIAS DA RADIO NAJUÁ, 2014).

Fé e Faria (2011, p. 18) nos fornecem elementos para pensar o grande número de catadores de recicláveis na rua e a questão da concorrência:

Tanto a matéria-prima é abundante e contínua, como a realização da atividade dos catadores não exige a presença de meios de produção específicos, ou qualquer insumo tecnológico, e sequer qualificação profissional definida. Além disso, a catação surge como possibilidade de atividade que gera renda quase instantaneamente, isto é, a coleta apresenta grande liquidez e pode ser remunerada por dia ou por hora. Basta a acumulação de quantidade qualquer de produto, tanto de forma individual como coletiva, e sua apresentação aos atravessadores ou ferrovelhos.

A Cocaair e a Associação Malinoski também tiveram problemas com a empresa que fazia a coleta do lixo orgânico na cidade de Irati-PR, conforme publicou o portal de notícias da Rádio Najuá – reportagem *Prefeitura de Irati estuda soluções para impasses na coleta de recicláveis*¹⁵² –, em 18 de abril de 2014:

Há algum tempo, as duas cooperativas reclamavam de uma acentuada diminuição no volume de material coletado, em função de a HMS ter iniciado a coleta generalizada – recolhendo tanto lixo reciclável quanto orgânico. (PORTAL DE NOTÍCIAS DA RADIO NAJUÁ, 2014).

Nos depoimentos os trabalhadores reconhecem que se encontram numa posição de exploração dentro da cadeia produtiva. Isso reforça a necessidade de se agregar valor ao material produzido e, a partir disso, se obter maiores ganhos na comercialização.

*E05: Eu conversando com o cara que compra lá, diz que esse pet aí eles fazem roupa dele né. [...] Pois é, eu perguntei pra ele um dia, mas e esses pet o que vocês, vendem fazem o que? Ele falou: isso vai tudo pra roupa, é derretido e faz roupa dele. Então é um troço que se... essas telha, telha dizem? [...] Caixinha de leite, o pet que sobra aquele resíduo dele né, a caixinha de leite eles moem, eles moem tudo e faz eternite (telha). Se vê, pra gente as vez você não dá valor né. **Pega uma garrafinha de pet não tem valor nenhum e veja o que dá pra fazer né.** [...] Que*

¹⁵¹ Disponível em: <https://radionajua.com.br/noticia/noticias/irati-e-regiao/a-problematica-do-lixo-em-irati/24780/>. Acesso em: 24 set. 2019.

¹⁵² Disponível em: <https://radionajua.com.br/noticia/noticias/irati-e-regiao/prefeitura-de-irati-estuda-solucoes-para-impasses-na-coleta-de-reciclaveis/24808/>, Acesso em: 24 set. 2019.

nem: ganha quem vende lá na frente, mas a gente que vende aqui... [...] Quem ganha dinheiro é os outros. A gente não sabe ganhar dinheiro né.

Além da necessidade de melhoria dos processos de gestão mediante o acesso a conhecimentos específicos, percebemos a necessidade efetiva de acesso a capital, como investimentos em instalações adequadas e equipamentos que possibilitem a produção de materiais de maior valor agregado.

De maneira geral, as formas associativas de produção dos catadores demandam das políticas públicas um conjunto de ações de apoio e fomento possibilitar a esse segmento profissional condições para acesso aos conhecimentos, desde a formação e assessoria técnica para a gestão coletiva dos seus empreendimentos à realização de programas de qualificação social de profissional específico que dialogue com as suas necessidades e aspirações, e o desenvolvimento de tecnologias sociais adequadas ao desenvolvimento dessas associações e cooperativas, com a ampliação do controle dos trabalhadores sobre outros elos da cadeia produtiva. (FÉ; FARIA, 2011, p. 31).

Outra questão que nos parece necessária, é a formação de redes de colaboração com outras cooperativas, a fim de resolver questões específicas do processo de produção, de organização da logística e comercialização, por exemplo.

A questão da necessidade de formação de uma rede de cooperativas já havia sido abordada na matéria *O que é feito com o lixo reciclável em Irati?*¹⁵³, publicada pelo portal de notícias da Radio Najuá, em 27 de abril de 2011.

Para [Fulano] o atravessador ampara a compra do catador, pois à medida que reúne um volume maior, consegue encaminhá-lo à indústria, porém, na opinião dele, o sistema deveria funcionar sob a forma de rede de cooperativas que se comunicassem em todo o estado e pudessem negociar compradores e valores. ‘Hoje eles (cooperados) acabam sendo explorados muitas vezes. Mas isso (sistema de rede) é algo distante ainda da realidade’. (PORTAL DE NOTÍCIAS DA RADIO NAJUÁ, 2011).

Mas daqueles dias até hoje nada mudou. Em seus depoimentos, os trabalhadores apesar de manifestarem a preocupação em conhecer a realidade das outras cooperativas da região, revelam que, na prática, isso não tem se efetivado.

E07: É, fica cada um pra si. [...] É, tudo por conta. Porque, que nem nós né, como que nós ia numa cooperativa lá em Guarapuava, se nós não podemos né? Não temo condução né? Daí tudo tem que, tinha que depende da Prefeitura né. Até uma vez nós comentemos né, no serviço. Eu comentei com o cara da Prefeitura lá, eu disse: eu tinha vontade de ir pra União da Vitória, pra Guarapuava, conhecer as cooperativas. Daí ele disse: pode deixar, um dia eu vou ver lá na Prefeitura com eles, um dia eu vou arrumar um ônibus pra nós ir. Ah daí comentou só e morreu na casca, daí né. Mas eu sempre tive vontade assim de ir visitar as outras cooperativas.

¹⁵³ Disponível em: <https://radionajua.com.br/noticia/noticias/irati-e-regiao/o-que-e-feito-com-o-lixo-reciclavel-em-irati/7163/>. Acesso em: 24 set. 2019.

Mais uma vez fica evidente a falta de autonomia da Cocaair e a dependência da tutela da Prefeitura. Ainda que consideremos a falta de recursos financeiros para realizar a viagem citada, por exemplo, a nosso ver, falta aos trabalhadores da Cocaair uma maior articulação e ação política para pautar suas reivindicações.

A divisão dos bairros para a coleta seletiva da cidade de Irati-PR, entre a Cocaair e a Associação Malinoski, também reforça nosso pensamento.

E05: É foi dividido, só que na parte deles eles ficaram com as parte melhor né. Os bairros mais, digamo mais ricos, mais nobre. Eles fazem a parte de Centro, Rio Bonito, Alto da Glória. [...] Esse eu não vou saber te explica, quando eu entrei já tava tudo. [...] Nunca foi. É na verdade ela entrega um carga por semana, que o dela é bem mais né.

E07: Eu não sei, essa a Secretária, essa [Fulana] agora que tá, ela falou quando assumiu que ia fazer tipo um sorteio desses bairro. Se aquietou tudo. Daí um dia até foi, foi o Prefeito lá, foi a Secretária, foi o Jurídico da Prefeitura, acabaram batendo boca com a Malinoski lá e diz que morreu tudo na casca. Por isso que eu digo: não sei, ela bate boca ela convence as coisas. [...] Pois é, uma coisa você veja, que nem a Malinoski, que nem nós tava comentando agora, que nem esses bairro grande que ela tem, se ela não tivesse ia ser tudo nosso né. Que nem você veja o Alto da Glória é um bairro rico, só material bão. [...] Pois é, vai pra ela né. Na verdade também, nós tinha também os guardado que eles dizem também, nos pegava da Unicentro, pegava do Colégio Florestal. Nossa, tinha um caminhãozinho Agrale que tá com a Malinoski agora, ia bem cheinho de papelão. Daí depois ela que pegou esses guardado, eu não sei como que ela pegou tudo. E era tudo nosso.

Os trabalhadores reclamam da distribuição dos bairros, alegando que a Associação Malinoski fica responsável pela coleta nos lugares onde existe maior e melhor disponibilidade de material reciclável. Todavia, à época da pesquisa, os trabalhadores não tinham clareza de como se deu essa divisão, tampouco conseguiam se articular e pautar sua reivindicação.

Recentemente, essa situação mudou, conforme informa a reportagem *Se não separar, o caminhão não vai levar*¹⁵⁴, do portal de Jornal Folha de Irati, de 08 de fevereiro de 2019:

Desde outubro do ano passado, a secretaria, Cooperativa Cocaair [Cocaair] e a Associação Malinoski, estavam estudando as melhorias na coleta reciclável da cidade. Foi uma conversa em comum acordo e nós acertamos as alterações para melhorar a prestação de serviço à comunidade e, também, a disposição da renda para os trabalhadores das duas entidades, conta [Fulana], secretária de Ecologia e Meio Ambiente de Irati. (PORTAL DO JORNAL FOLHA DE IRATI, 2019).

Isso pode representar avanços no sentido de articulação e luta política por parte dos trabalhadores da Cocaair. Outra questão que é motivo de reclamação por parte dos trabalhadores se refere às condições de trabalho.

E04: Não é eu... o refeitório é tudo improvisado, tem o espaço físico, mas é tudo improvisado. Tem um fogãozinho, uma geladeira ali, mas é tudo coisa que as mulher, na época eu não tava aí, quando eu vim há um ano e pouco já tinha. Mas é

¹⁵⁴ Disponível em: <https://www.folhadeirati.com.br/noticia/coleta-de-reciclavel-passa-em-irati-passa-a-ser-duas-vezes-por-semana>. Acesso em: 24 set. 2019.

tudo improvisado. Banheiro na época não tinha, daí a Vigilância Sanitária bateu aí e exigiu da Prefeitura, daí a Prefeitura exigiu do proprietário que ele construísse banheiro. Daí ele construiu dois banheiro, um masculino, um feminino, um vestiário ali pras mulher troca de roupa e coisarada né.

E07: Pois lá eles andaram, o dono ando reformando né, em vista o que tava antes né. Porque era denunciado cada passo lá né. [...] Daí na verdade que o dono ando investindo. Porque foi obrigado por causa da vigilância sanitária né. [...] Naquele lá quando nós tava na outra lá tinha... tinha cozinha, tinha escritório né. Daí lá não tem, só aquela cozinha né, meio de qualquer jeito.

Os trabalhadores não têm um espaço adequado para as refeições e acabam por improvisar em meio ao espaço destinado à produção. Da mesma forma, não tem uma sala que possa servir para tratar dos assuntos administrativos.

O espaço destinado à produção, bem como as condições das máquinas e equipamentos, também são alvo de críticas por parte dos trabalhadores.

E04: Principalmente máquina melhor né. Máquina melhor, uma prensa melhor. Que essa, principalmente essa prensa que nós trabalhamos, nós temos duas aqui, uma pequena e uma grande. A prensa pequena que nós temo é boa, mas é uma prensa que nós pouco usamos por ela ser pequena. Então nós só usamos quando tá sobrando pessoal. Então deveria ter, teria que ter pelo menos três daquela ali pra dividir o pessoal. O pessoal vai ter mais espaço pra trabalhar, teria mais espaço pra trabalhar e renderia mais. Porque elas trabalham assim amontoadas, uma pedindo licença pra outra, então...

A preocupação com a organização e limpeza do espaço também foi relatada pelos trabalhadores.

E05: Que aqui era meio bagunçado, antes de eu entrar aqui, daí depois que eu peguei o, aquele o, o [Fulano] ali. Daí ele é caprichoso, conhecia o serviço dele né, ah mais deu uma diferença danada. Não dá pra por a par do que era antes. Então, que nem eu disse, não é por nós trabalha no reciclado que nós vamos trabalhar no bagunçado né.

Frente às precárias condições de vida e trabalho, de acordo com Galon e Marziale (2016, p. 182), “[...] os catadores de materiais recicláveis encontram-se expostos a diversos riscos ocupacionais e possibilidades de acidentes de trabalho e/ou adoecimento”. Os trabalhadores na reciclagem estão sujeitos à “[...] riscos físicos, químicos e biológicos relacionados ao manejo dos resíduos, à peculiaridade das atividades que realizam e às características do espaço de trabalho.” (GALON; MARZIALE, 2016, p. 182).

Em seu estudo¹⁵⁵ de revisão referente à produção bibliográfica sobre as condições de trabalho e saúde de catadores(as) de materiais recicláveis na América Latina, Galon e

¹⁵⁵ “Considerando os diferentes locais de trabalho ou formas de organização dos catadores, identificou-se que a maioria dos autores tinha como objeto de estudo catadores autônomos que trabalham nas ruas (18 artigos, 33,9%), 13 estudos com catadores em associações (24,5%), oito artigos com catadores de lixões ou aterros sanitários (15,1%), sete estudos com trabalhadores de cooperativas (13,2%), seis estudos (11,3%) com mais de

Marziale (2016, p. 188) afirmam que os estudos “[...] evidenciaram similitudes e uma forte homogeneidade com relação às características das condições de trabalho e saúde vivenciadas pelos catadores de materiais recicláveis”. Salientam, ainda, que os estudos foram realizados em diversos países latino-americanos, a partir de diversas metodologias, perspectivas e realidades locais.

O perfil encontrado nessas pesquisas foi de trabalhadores com baixo nível educacional, adentrando na reciclagem informal devido ao desemprego e às dificuldades de inserção no mercado formal de trabalho. As condições laborais se conformam a partir de um ambiente de trabalho vulnerável, por meio do contato direto com os resíduos, instrumentos de trabalho improvisados, trabalho penoso, renda financeira mínima e instável e inserção frágil na cadeia de reciclagem. A partir disso, as condições de saúde também compõem um quadro de precariedade, pela exposição dos trabalhadores a diversos riscos ocupacionais e possibilidades de adoecimento, sem proteção individual, ambiental e legal devido à sua inserção em um mercado informal com pouco reconhecimento por parte do poder público e da sociedade em geral. (GALON; MARZIALE, 2016, p. 189).

Os autores destacam a precariedade das condições de vida, trabalho e saúde desses trabalhadores. Em uma estudo de caso realizado com integrantes de cooperativas de coleta seletiva e reciclagem na região metropolitana de São Paulo, Gutberlet et al. (2016, p. 210) afirmam que: “o processo da pesquisa-ação permitiu que se descobrisse uma gama de sérios problemas de saúde ocupacional, devido à exposição a riscos químicos, biológicos e físicos, lesões musculoesqueléticas, traumas mecânicos e sofrimento psíquico frequente.”

Os autores elaboraram um quadro contemplando os fatores de risco para a saúde dos catadores.

uma categoria (exemplo: trabalhadores associados e cooperativados), e dois artigos abordando o trabalho dos catadores em geral (3,8%). Sobre os temas centrais discutidos, 24 estudos (45,2%) focaram exclusivamente as condições de trabalho, quatro estudos (7,5%) investigaram as condições de saúde e 25 artigos (47,2%) abordaram ambos os temas, ou seja, o trabalho e seus efeitos na saúde. Destaca-se ainda que os estudos com foco apenas na saúde dos catadores não desvincularam a influência do trabalho nos problemas de saúde vivenciados, evidenciando a articulação entre saúde e trabalho.” (GALON; MARZIALE, 2016, p. 182).

QUADRO 12 – Fatores de risco para a saúde dos catadores

| Fatores | Riscos |
|-----------------------------|---|
| Químicos | Resíduos nas embalagens, como recipientes de produtos de limpeza tóxicos, sacos de cimento etc. |
| Biológicos | Contato com fungos e bactérias em embalagens contaminadas, sobras de alimentos misturados com materiais recicláveis, infecções devido a vetores transmissores de doenças, como pombos, ratos, insetos etc. |
| Físicos | Iluminação insuficiente, falta de ventilação, superfícies com piso irregular ou pavimentos com piso danificado, falta de cobertura (teto) ou cobertura danificada, vazamentos hidráulicos, goteiras etc. |
| Acidentais | Acidentes durante a coleta na rua (acidentes de carro, atropelamento) ou na cooperativa (perda de dedos quando operam a prensa; pilhas instáveis; superfícies inseguras; e cortes devido a instrumentos pontiagudos, vidros, metal, papel e plástico misturado aos outros materiais). |
| Ergonômicos | Postura inadequada devido à ausência de infraestrutura apropriada na coleta, separação e processamento de materiais recicláveis, ausência de circulação de ar (ventilação), iluminação insuficiente, organização insegura do trabalho. |
| Vulnerabilidades Emocionais | Estigma social, estresse, depressão, ansiedade, desequilíbrio de forças, instabilidade emocional, dependências associadas ao consumo de drogas e álcool etc. |

Fonte: GUTBERLET, Jutta *et al.* Pesquisa-ação em educação ambiental e saúde dos catadores: estudo de caso realizado com integrantes de cooperativas de coleta seletiva e reciclagem na região metropolitana de São Paulo. In: PEREIRA, Bruna Cristina Jaquetto; GOES, Fernanda Lira (Org.). **Catadores de materiais recicláveis: um encontro nacional**. Brasília: Ipea, 2016. p. 206.

Seja na coleta, na recepção, no transporte do material, na classificação, na prensagem e na pesagem, por exemplo, os trabalhadores estão expostos a diversos riscos. Somam-se a isso, as “[...] condições sanitárias inadequadas em seu ambiente de trabalho, incluindo a área de banheiros, vestiários e refeitório, considerados com pouca higiene e conforto, em algumas cooperativas.” (GUTBERLET *et al.*, 2016, p. 206).

Por sua vez, essa situação nos leva a uma discussão importante sobre trabalho e proteção social¹⁵⁶. Para Mendes, Silva e Wunsch (2014, p. 11) “a seguridade social se constitui no núcleo central de proteção social e, desta forma, é um instrumento legítimo de reconhecimento e enfrentamento das desigualdades sociais que estão presentes histórica e contemporaneamente na sociedade.”

As autoras explicam que, enquanto sistema, a seguridade social articula políticas sociais centrais no âmbito da proteção social, da previdência social, da saúde e da assistência social. Com suas distintas trajetórias¹⁵⁷ de organização e implementação, essas três políticas consistem em “[...] históricas fragmentações que repercutem na atualidade, sem ainda o devido reconhecimento social e política na perspectiva de construção de ações intersetoriais

¹⁵⁶ “A compreensão da construção dos padrões de proteção social relaciona-se às desigualdades produzidas pela forma de produção, acumulação e concentração da riqueza socialmente produzida. Evidencia-se, assim, o papel do trabalho no desenvolvimento social e na compreensão da relação sociedade, Estado e classes sociais, na qual se estabelecem as mediações históricas de construção dos padrões de proteção social.” (MENDES; SILVA, WUNSCH, 2014, p. 11).

¹⁵⁷ “O percurso da proteção social no Brasil acompanha o desenvolvimento da sociedade brasileira, expressando os desafios presentes no crescimento desigual.” (MENDES; SILVA, WUNSCH, 2014, p. 27).

das mesmas, para assim avançar na universalização das políticas e integralidade dessas ações.” (MENDES; SILVA, WUNSCH, 2014, p. 27).

No Brasil, de acordo com as autoras, ainda que se tenha ampliado o número de trabalhadores protegidos socialmente persiste uma significativa massa de trabalhadores sem direitos sociais, na esfera previdenciária e trabalhista, por exemplo. “A persistência de relações de trabalho precarizadas e de discriminações no mercado de trabalho referente às diferenças de gênero, raça, idade, grau de escolaridade são indicadores importantes de desigualdade de acesso à proteção social.” (MENDES; SILVA, WUNSCH, 2014, p. 16).

Já em relação às políticas de saúde do trabalhador, as autoras afirmam que um dos grandes avanços da área dos últimos anos é, certamente, “a inclusão do trabalho na determinação do processo de saúde/doença dos trabalhadores diretamente envolvidos nas atividades produtivas, da população em geral e dos impactos ambientais que essas atividades produzem [...]” (MENDES; SILVA, WUNSCH, 2014, p. 19).

No entanto, em decorrência dos processos de reestruturação produtiva que levaram ao crescimento do trabalho informal, familiar e em domicílio, as autoras reforçam a “[...] necessidade de ações de saúde na atenção básica que cheguem o mais próximo possível de onde as pessoas vivem e trabalham.” (MENDES; SILVA, WUNSCH, 2014, p. 21).

Mandalozzo e Gunther (2014) afirmam que, assim como nos países que integram a América Latina, no Brasil existe um aparato estatal que fornece certa proteção social aos trabalhadores. No entanto, ainda que com a aparente proteção social definida pelo Estado – que apresenta normas claras que regem uma relação de trabalho formal – e pelos protagonistas da relação empregatícia, permanece no Brasil um sério problema a ser resolvido. “O trabalho apresenta uma nova morfologia, com pessoas inseridas em labor de forma precária, sem formalização, à margem da legislação, e muitas vezes sem proteção.” (MANDALOZZO; GUNTHER, 2014, p. 105).

Sobre esse problema, Mendes, Silva e Wunsch (2014) relatam a questão da previdência social.

Historicamente, na previdência social assentada na contribuição do trabalhador assalariado em que pese a contribuição tripartite em trabalhadores, empregadores e governo, o acesso é tencionado pelo grau de desenvolvimento econômico do país e pela riqueza socialmente produzida pelos trabalhadores brasileiros. Dessa forma, atende a um padrão de proteção social que se afirmou pela capacidade de contribuição de cada trabalhador, deixando à margem um contingente de trabalhadores desprotegidos. (MENDES; SILVA, WUNSCH, 2014, p. 13-14).

A natureza contratual da organização da previdência social acaba por produzir grandes lacunas no âmbito da proteção do trabalho limitando a materialização dos direitos de

cidadania. Diante da organização social do trabalho e suas relações cada vez mais precarizadas, promover maior igualdade de acesso aos direitos é o grande desafio da seguridade social no Brasil.

Questões presentes nos depoimentos dos trabalhadores da Cocaair.

E03: É que Deus ajude a gente... mas se machuca ou fica doente não ganha nada. [...] Tá também. Na verdade ela quebrou a perna. [...] Ela tem porque ela pagava, né... daí ela ainda conseguiu. Agora a [Fulana] acho que... não sei se pagava ou não. [...] Pois é isso que eu tava pensando esses tempo vou ter que começa a pagar, porque... é bom né. [...] Pois se não puder trabalhar daí fazer o que né...

Os trabalhadores que contribuem com a Previdência Social junto ao Instituto Nacional do Seguro Social-INSS têm direito a receber o auxílio-doença por incapacidade temporária para o trabalho em decorrência de doença ou acidente. Este é o caso, de uma das trabalhadoras que entrevistamos¹⁵⁸.

E07: Eu pago cento e... eu pagava cento e seis, agora daí subiu o salário daí ele aumenta um pouquinho. [...] Pois quem deu a ideia foi minha menina né. [...] Ela disse eu vou trabalhar, daí ela entrou trabalhar na [Empresa] né. Ela disse: eu vou ajudar a mãe e vamo paga o INSS da mãe. Daí que eu comecei a pagar né. Três anos né que eu tô pagando. Daí continuei pagando, mas não é fácil também, você tirar cento e pouco do salário pra pagar o INSS né. E tem o dia certo também pra pagar né. Eu disse: mas veja, se eu não tivesse pagando, eu agora não sei o que eu ia fazer. Pois eu ia comprar os remédios tudo, com o que né?

Em alguns casos os trabalhadores têm que recorrer ao auxílio dos familiares para poder conseguir contribuir com a previdência social. Já outros acabam não fazendo a contribuição e quando afastados por doença ou acidente de trabalho não recebem nenhum auxílio por parte da cooperativa e, além disso, têm sua remuneração suspensa.

Nesse sentido, é comum a rotatividade de seus integrantes, já que os trabalhadores diante da ausência de direitos trabalhistas na cooperativa procuram um “trabalho registrado” ou “trabalho com carteira assinada”.

*E05: Não, na verdade eu tô aí né, mas se surgir uma outra ocasião que seja melhor, que a gente veja a gente vai né. [...] Melhor um serviço registrado, é um serviço melhor né. Que aqui nós **trabalhamo sem registro, tamo perdendo tempo, perdendo tempo de carteira, tudo né.***

É comum então alguns abandonarem a cooperativa quando se inserem em algum emprego formal.

*E02: [...] Só saíram porque quiseram mesmo. Não que foram mandado embora. Tem os que arrumaram serviço melhor, né. **Registrado, daí optaram pra ir***

¹⁵⁸ A entrevista foi realizada em sua casa já que se encontrava afastada de suas atividades por acidente de trabalho. A trabalhadora passou por uma cirurgia e teve complicações que estenderam o período do afastamento. Durante a conversa, fomos interrompidos pela visita de enfermeiras do Posto de Saúde que fizeram o cuidado dos curativos da entrevistada.

trabalhar fora. [...] Que nem eles acham que é melhor, porque é registrado né. E de certo vai ganha mais não sei, né.

E07: [...] Pois é, então, por isso que eu acho... você veja, óh que nem aquela [Fulana], ela tá desde que fundou a cooperativa, você trabalha vinte ou trina anos o dia que você sai, você sai com um pé na frente outro atrás, porque você não tem direito a nada né.

Não ter a carteira assinada é considerado um fator negativo para os trabalhadores.

Sobre isso, Holzmann (2012, p. 280) escreve:

[...] Esse documento tem, no imaginário do trabalhador brasileiro, e também no seu cotidiano, o significado de um passaporte da cidadania, que deve lhe assegurar tratamento respeitoso por parte de autoridades e a consideração das pessoas. Não é rara a declaração de entrevistados que trocariam seu trabalho na organização solidária por um emprego com carteira assinada, usando como argumento as vantagens e a segurança (!) dadas pelo estatuto do assalariamento, tais como uma salário fixo (em cooperativas, em geral, os ganhos são correspondentes à produção, sendo, portanto, variáveis, podendo ser inferior ao salário mínimo, conforme o desempenho individual ou coletivo), o recebimento do FGTS, no caso de demissão, auxílio de doença, salário desemprego, entre outros.

O “trabalho fichado”, “trabalho registrado” ou “trabalho com carteira assinada” são expressões utilizadas para se referir ao vínculo formal de trabalho. No Brasil, segundo Guimarães (2012, p. 33), o vínculo formal de trabalho possui “[...] uma vigência simbólica que nem de longe tem sido compatível com o seu peso histórico na aritmética das formas de relação de trabalho.” A autora faz referência à cidadania regulada¹⁵⁹.

Esse tipo de cidadania, restrita, estabeleceu o espectro dos direitos associados ao trabalho, fixou uma cesta de benefícios, associados a um grupo restrito de elegíveis. Consagrou assim, e nesse mesmo movimento, o valor simbólico não apenas dos benefícios outorgados, mas (i) do mecanismo para a eles aceder-se (o trabalho formalmente registrado); (ii) de um símbolo, que seria o passaporte para tal acesso (a carteira de trabalho); (iii) tanto quanto de um grupo de referência, social e espacialmente circunscrito (os trabalhadores da indústria e dos serviços, localizados nos centros urbanos). (GUIMARÃES, 2012, p. 41).

Outra reclamação, recorrente por parte dos trabalhadores da Cocaair, é com relação ao transporte. Durante certo tempo a Prefeitura de Irati-PR disponibilizou um ônibus para o transporte dos trabalhadores e, que agora, não é oferecido mais.

E01: Assim... O ônibus também tiraram de nós, que nós tinha, assim trazia nós... que nem agora uns vem de bicicleta, outros vem a pé e antes nós tinha transporte. Agora tiraram de nós, não sei por que. Uns vem a pé, que nem eu venho de bicicleta. Outros vem de bicicleta, outros pagam ônibus pra vir.

E07: [...] É longe, depois se for ir com ônibus de linha não dá né. Pra você ir cedo e de tarde, o que você vai ganhar? E eles tão se batendo. [...] Pois é, que nem a

¹⁵⁹ “Por outro lado, a adoção de procedimentos e relações sociais que garantiam acesso restrito aos direitos da cidadania a uma parte apenas dos trabalhadores partícipes do ‘núcleo duro’ da organização econômica; um processo que Wanderley Guilherme dos Santos conceituou como de uma ‘cidadania regulada’, também tratado como ‘cidadania ocupacional’, dois conceitos que remetem ao caráter restrito do acesso à direitos e à proteção social.” (GUIMARÃES, 2012, p. 40).

*[Fulana] lá da Vila Matilde, pense, vai a pé cedo e volta de tarde. [...] Pois diz ela se for pra você ir com ônibus de linha todo dia e volta não dá. Daí você tem que parar de trabalhar. **E se você precisa do serviço como vai ficar sem trabalhar.** [...] Mas antes já quando estragava às veze, nós sofria. **Que nem eu, às vez estragava o ô nibuzinho, ficava na oficina às vez uma semana, mais... daí eu daqui eu ia de ônibus até na rodoviária, da rodoviária eu ia a pé lá pra Vila Nova. Daí de tarde tinha que vim a pé até a rodoviária daí pega outro ônibus pra vim. [...] Não é fácil e você cansado né, o dia inteiro trabalhando de pé, ter que caminhar de tarde.***

Sem esse transporte os trabalhadores que, em sua maioria moram distantes da cooperativa, enfrentam dificuldades. Afinal, o custo da passagem do transporte coletivo – o chamado ônibus de linha – compromete parte significativa da renda dos trabalhadores. O transporte, também tem sido uma reivindicação.

Outro problema destacado pelos trabalhadores da Cocaair é com relação ao material que recebem na cooperativa, visto que nem sempre a separação entre orgânico e reciclável é realizada de forma correta. É comum, então, receberem material misturado.

*E04: Aqui você vê que **é um troço nojento, mexe com lixo...** ali aonde eu trabalho e aquele outro rapaz é menos nojento, mas o resto do pessoal aí, **é fralda suja, é papel higiênico...** [...] Você sabe que nem tudo funciona como tem que ser, é um negócio nojento, o serviço nosso aqui é nojento. [...] Se não fosse um troço nojento, é só o problema é um troço nojento né que, mas isso aí você... [...] Faz parte, tem troço mais nojento que isso. **Tem gente que encara coisa pior.***

Nesse sentido, Mello (2011) afirma que a palavra triagem é enganosa. “Se alguém tem a experiência da qualidade do lixo que é encaminhado para a separação, se alguma vez entrou nas centrais de triagem, mesmo as mais organizadas, não deve se iludir com as palavras. Ali se realiza um trabalho duro e difícil, até desagradável. E mal pago.” (MELLO, 2011, p. 6). Na perspectiva da autora, isso acaba por reforçar nos trabalhadores o sentimento “[...] de que estão situados na ponta de uma cadeia de exploração impiedosa e que recolhem o que restou do que outros consumiram.” (MELLO, 2011, p. 6).

Os trabalhadores da Cocaair destacam em seus depoimentos a falta de responsabilidade da população no processo de separação do lixo.

*E07: [...] **Ih, já foi falado bastante né, falado, o povo não adianta. Como diz: cada quer mais se livrar do lixo né. Eles tiram ali né, pra eles tomara se livrar né.** [...] Até pra separar né, o material. Então tem gente, tem gente que pega uma sacola de papel higiênico de banheiro e põe um pet lá dentro né. Não, eles vem que tem o pet e levam tudo né, é isso que acontece. Fralda descartável também. Às vez, casca de batata, casca de cebola eles põe, de põe uma lata de massa de tomate ali dentro né, tudo. Eles pensam: não, eles verem que tem reciclado eles leva tudo né. Então por isso que eu digo: **querem mais se livrar do lixo né. Só que pra nós né, pra nós vamos supor... então é posto, vamos supor, três begue em cima da esteira, um saia de orgânico. De três begue dava um de orgânico.** [...] Aham. É muito misturado. [...] **Ih, nós cansemo, já andemos fazendo umas entrevista né, pedi né pro povo colaborar, mas é difícil. Povo, eles não tão nem aí né.***

Aliás, a questão da separação do lixo foi tema de publicação recente – *Se não separar, o caminhão não vai levar*¹⁶⁰ –, do portal de Jornal Folha de Irati, em 08 de fevereiro de 2019:

[Secretária do Meio Ambiente] comenta que, infelizmente, boa parte da população ainda trata do lixo com descaso, invertendo a separação. O que vemos no aterro é que muito material reutilizável vai pra lá, enquanto que nossos colaboradores do material reciclável recebem seringas, resto de comida e até animais mortos, cita. As pessoas têm ideia de que aqui é um lixão, mas não é! Aqui, nós reciclamos materiais e não trabalhamos com orgânico, diz a presidente da Cooperativa Cocaair [Cocaair], [...], à reportagem da Folha. Ela mostrou alguns itens que são recebidos pelos colaboradores, como seringas e restos de comida. (PORTAL DO JORNAL FOLHA DE IRATI, 2019).

É fundamental, nesse aspecto, que cada pessoa reveja o seu papel dentro do processo da reciclagem. A reciclagem é um processo coletivo em que cada pessoa deve assumir sua responsabilidade. Esse compromisso não pode ser assumido somente pelos catadores.

Aliás, a questão ambiental teve destaque nos depoimentos dos trabalhadores quando relataram o aprendizado proporcionado nas atividades da cooperativa.

E01: Ah, reciclar os materiais, né. A gente não sabia como que era antigamente, né. A gente aprendeu separar as coisas, papel, litro, essas coisas a gente não sabia como que separava. A gente aprendeu a separar. Eh, muita coisa que a gente não sabia a gente aprendeu aqui.

*E02: O que tem de diferente aqui é que nem a gente, eu vou te falar a verdade em casa nem eu não separava o reciclável. **Que nem a gente aprende a separar o material que é reciclável, o que é orgânico.** Antes não, antes misturava tudo junto né, porque a gente... eu nem tinha ideia do trabalho né. E agora assim, trabalhando a aqui é tudo diferente, que nem a gente separa em casa. **É tudo, muda tudo né a rotina da gente.***

*E07: Aqui eu separo. Eu, que nem casca, essas coisas, erva de chimarrão, pó de café eu joga tudo no quintal. [...] **Importante é que orgânico eu quase nem junto né, mais é reciclado.***

De modo geral, assim se configura o processo de gestão da cooperativa que, com avanços e retrocessos, apresenta uma ruptura com a heterogestão. Todavia, se considerarmos que a autogestão exige aprendizado, o caminho para uma gestão efetivamente democrática precisa ser pavimentado. Frente a tantos desafios, entretanto, revela-se como possibilidade.

3.3.3 O (re)significado do trabalho: “É uma cooperativa de reciclado, lixão é outra coisa né.”

A expressão “**É uma cooperativa de reciclado, lixão é outra coisa né**”, na perspectiva de nossa análise, representa a categoria **trabalho como princípio educativo**. Essa

¹⁶⁰ Disponível em: <https://www.folhadeirati.com.br/noticia/coleta-de-reciclavel-passa-em-irati-passa-a-ser-duas-vezes-por-semana>. Acesso em: 24 set. 2019.

fala carrega significados contraditórios: “o reciclado que não é lixo”, “a cooperativa que não é empresa”, “o trabalhador que não é empregado”. Em nossa percepção, o (re)significado do trabalho.

Os processos produtivos e, sobretudo, as experiências do trabalho associado, segundo Tiriba (2001, p. 360), “[...] constituem-se em uma ‘escola’ de formação de trabalhadores; no entanto, a natureza das atividades ali desenvolvidas não permite, por si mesma, a ‘reprodução ampliada do saber’”.

A produção associada, nesse sentido, aparece enquanto o princípio e, também, o fim educativo. O fim educativo, como explica Tiriba (2001, p. 364), “[...] é a busca, pela práxis, de um novo trabalho, de um novo sentido para o trabalho e para a convivência humana.”

De nossa análise sobre a experiência de organização coletiva na Cocaair, podemos destacar que os trabalhadores, em geral, ingressam na cooperativa tendo interiorizados os princípios e valores da ideologia do capital. Afinal, na experiência em que foram empregados e estiveram submetidos à pedagogia da fábrica, por exemplo, naturalizaram as práticas de heterogestão.

A referência para a gestão da cooperativa, num primeiro momento, se assentava na relação de subordinação “patrão – gerente – peão”. Na medida em que a referência concreta e prática é a gestão capitalista – hierarquizada e pautada na subordinação –, o que se tinha era o confronto das práticas heterônomas de gestão com aquilo que acreditavam que deveria ser a gestão do trabalho na cooperativa.

Isso nos leva a afirmar que a autogestão, em nosso entendimento, exige aprendizado por parte dos trabalhadores. Por sua vez, isso reforça a necessidade de consolidação de uma pedagogia que se coloque em oposição à pedagogia da fábrica. Se por um lado existe uma teoria da gestão capitalista, de outro, precisamos de uma teoria da produção associada.

No processo do “fazer-se” da Cocaair, podemos inferir que, num segundo momento, a prática de gestão coletivista vai sendo forjada em oposição à heterogestão. Os trabalhadores passam a refletir sobre as práticas de gestão consolidadas e a ruptura se dá mediada pela participação de alguns trabalhadores no Programa Ecocidadão Paraná.

Na resistência e negação da heterogestão se dá o processo pedagógico. Além da crítica quanto às experiências do trabalho na condição de empregados, os trabalhadores criticam a prática de gestão e organização do processo de trabalho da Associação Malinoski. Isso porque, antes de ingressarem na Cocaair, alguns trabalhadores integravam a Associação Malinoski. A associação está localizada ao lado da Cocaair e, assim como a cooperativa, é

responsável pelos materiais recicláveis do município de Irati-PR. Portanto, trata-se de uma mesma atividade gerida de maneira diferente.

Chamou nossa atenção o fato de que expressões como “autogestão”, “gestão coletivista”, “gestão democrática”, por exemplo, em nenhum momento aparecerem na fala dos trabalhadores. No entanto, a produção associada se revelou na prática da gestão e nos depoimentos dos trabalhadores.

Dentre as características que definem a gestão coletivista que se desenrola na cooperativa, podemos destacar: a igualdade quanto à participação na gestão do processo de trabalho; a possibilidade e liberdade de se organizar o ritmo da produção; a tomada coletiva de decisões que são discutidas em reuniões e votadas em assembleias; a distribuição igualitária do resultado da produção; a transparência na prestação de contas.

Com relação a essas práticas, podemos afirmar que existem divergências de pensamento entre os trabalhadores. A distribuição igualitária do resultado da produção não é unanimidade entre os trabalhadores. Todavia, mesmo sendo colocada em discussão, essa prática prevalece por decisão da maioria.

De nossa análise, também podemos inferir que a gestão coletivista apresenta inúmeros desafios aos trabalhadores. A começar pela própria prática da participação, afinal falamos de trabalhadores que têm por referência práticas com uma divisão entre planejamento e execução, de uma gestão hierarquizada.

Além disso, administrar uma organização exige que os trabalhadores tenham conhecimentos específicos em diferentes áreas. Para garantir a renda dos seus cooperados, a cooperativa – inserida numa cadeia produtiva no sistema capitalista de produção – deve ser capaz de atender às demandas do mercado.

Isso se torna mais difícil quando falamos de trabalhadores com baixo nível de escolaridade e, em alguns casos, analfabetos. A eleição para a presidência da cooperativa ilustra essa situação, uma vez que os trabalhadores apontam a escolaridade como requisito para desempenhar a função.

A concorrência dentro da cadeia produtiva também representa um problema para a cooperativa. Essa disputa se dá com os carroceiros e outros catadores de rua sem vínculos com a cooperativa ou a associação e que acabam “roubando o lixo”. Soma-se a isso a divisão dos bairros da coleta seletiva da cidade de Irati-PR, entre a Associação Malinoski e a Cocaair, definida pela Secretaria do Municipal do Meio Ambiente. Nessa divisão, os trabalhadores da cooperativa se sentem prejudicados.

Vale lembrarmos que a questão da concorrência tem reflexos diretos na renda dos trabalhadores da cooperativa, uma vez que a renda depende da disponibilidade de material reciclável. Nessa perspectiva, os trabalhadores apontam, ainda, a posição de exploração em que se encontram dentro da cadeia produtiva, reforçando a necessidade de se agregar valor ao material produzido, que possibilitaria maiores ganhos na comercialização.

Outro problema destacado pelos trabalhadores e que afeta a produção se refere ao material recebido na cooperativa. Como nem sempre a separação entre orgânico e reciclável é realizada de forma correta, é comum receberem material misturado.

Ainda em relação à cadeia produtiva, entendemos a importância de se buscar a formação de redes de colaboração com outras cooperativas. Isso ajudaria na resolução de questões específicas do processo de produção, de organização da logística e comercialização, por exemplo.

A precariedade das condições de trabalho e saúde desses trabalhadores também constitui um grande desafio, colocando em pauta a questão do trabalho e proteção social. Podemos afirmar que, para os trabalhadores, ter a “carteira assinada” significa “ter direitos”. Afinal, a contribuição para a Previdência Social garante o auxílio-doença e a pensão por aposentadoria, por exemplo. É comum, então, que os trabalhadores diante da oportunidade de um emprego formal, com o registro em carteira e a garantia desses direitos, se desliguem da cooperativa.

A questão do transporte e a dificuldade de deslocamento até a cooperativa também foram alvo de reclamação pelos trabalhadores. Da mesma forma, destacaram a necessidade de melhorias no espaço físico bem como das máquinas e equipamentos da cooperativa.

Esses são os elementos que, de maneira geral, caracterizam o processo de gestão da cooperativa e seus desafios. E foi a partir da experiência vivida pelos trabalhadores que procuramos compreender o fazer-se da Cocaair.

O que se vivencia, segundo Tiriba e Fischer (2009, p. 295):

[...] deixa marcas éticas, políticas, culturais e existenciais, além de inúmeros saberes. Coletivamente também se vivenciam modos de ser, produzir e de se reproduzir material, social e culturalmente. Nessas vivências, vão se criando saberes e tradições de um grupo, instituição, povo ou classe social.

Portanto, na medida em que tomamos o **trabalho como princípio educativo**, consideramos ser fundamental apreender o **sentido** que lhe é atribuído pelo sujeito. Em que pese estarmos tratando de uma organização coletivista de produção associada – uma organização que tem sua origem no processo de exclusão social, enquanto alternativa de

geração de emprego e renda –, precisamos levar em conta, também, que esse trabalho é realizado coletivamente em seu significado para os trabalhadores.

Vale lembrarmos que o conceito de **experiência** de Thompson, como explica Wood (1983, s.n.):

[...] significa precisamente que las “estructuras objetivas” hacen algo a las vidas de las personas, y que por eso es que, por ejemplo, tenemos clases y no sólo relaciones de producción. La tarea de los historiadores y los sociólogos es explorar qué es lo que estas "estructuras" hacen a las vidas de las personas, cómo lo hacen y qué es lo que las personas hacen acerca de ello; o, como diría Thompson, cómo las presiones determinantes de los procesos estructurados son experimentadas y manejadas por las personas. La carga del mensaje teórico contenido en el concepto de "experiencia" significa, entre otras cosas, que la operación de determinadas presiones es una cuestión histórica y, por tanto, en lo inmediato, una cuestión empírica¹⁶¹.

Sawaia (2001b, p. 113) escreve que precisamos “[...] conhecer os sentidos que os sujeitos dão a suas experiências, os comportamentos que adotam em relação a si e aos outros e os sentimentos vivenciados no processo.” Com essa perspectiva, a autora propõe a “[...] substituição dos dois conceitos centrais à práxis psicossocial clássica, ‘conscientização’ e ‘educação popular’, pelo conceito de ‘potência de ação’.” (SAWAIA, 2001b, p. 113).

Esse conceito¹⁶², explica a autora, “[...] realça o papel positivo das emoções na educação e na conscientização, que deixa de ser fonte de desordem e passa a ser vista como fator constitutivo do pensar e agir racionais.” Nessa perspectiva, podemos pensar sobre qual a potência da ação que configura o trabalho na experiência de organização coletiva da Cocaair.

Para tanto, vamos retomar a questão da exclusão social que tratamos anteriormente – 3.2.1 O trabalhador da cooperativa: “Tivesse um estudo, hoje a gente não tava aqui, né!” – na reflexão sobre a trajetória dos sujeitos que têm no trabalho realizado na Cocaair a alternativa em buscar a garantia das condições materiais de existência.

A exclusão social é definida por Sawaia (2001a, p. 8) como “[...] processo sócio-histórico, que se configura pelos recalcamientos em todas as esferas da vida social, mas é vivido como necessidade do eu, como sentimentos, significados e ações.” A autora trata da exclusão nos termos da dialética “exclusão/inclusão”, entendendo que:

A sociedade exclui para incluir e esta transmutação é condição da ordem social desigual, o que implica o caráter ilusório da inclusão. Todos estamos inseridos de

¹⁶¹ “[...] significa precisamente que "estructuras objetivas" fazem algo na vida das pessoas, e é por isso que, por exemplo, temos classes e não apenas relações de produção. A tarefa dos historiadores e sociólogos é explorar o que essas ‘estructuras’ fazem à vida das pessoas, como elas fazem e o que as pessoas fazem a respeito disso; ou, como Thompson diria, como as pressões determinantes dos processos estruturados são vivenciadas e gerenciadas pelas pessoas. O peso da mensagem teórica contida no conceito de ‘experiência’ significa, entre outras coisas, que a operação de certas pressões é uma questão histórica e, portanto, no imediato, uma questão empírica.” (WOOD, 1983, s.n., tradução nossa).

¹⁶² “Potencializar, como citado anteriormente, significa atuar, ao mesmo tempo, na configuração da ação, significado e emoção, coletivas e individuais.” (SAWAIA, 2001b, p. 113).

algum modo, nem sempre decente e digno, no circuito reprodutivo das atividades econômicas, sendo a grande maioria da humanidade inserida através da insuficiência e das privações, que se desdobram para fora do econômico. (SAWAIA, 2001a, p. 8).

Essa **dialética exclusão/inclusão**, segundo a concepção da autora, dá origem a subjetividades particulares nos sujeitos, que vão desde o sentimento de inclusão até o de discriminação ou revolta. “O pobre é constantemente incluído, por mediações de diferentes ordens, no nós que o exclui, gerando o sentimento de culpa individual pela exclusão.” (SAWAIA, 2001a, p. 9).

A perspectiva da dialética exclusão/inclusão¹⁶³, em nosso entendimento, reforça a necessidade de compreendermos o que representa a experiência do trabalho na cooperativa para os trabalhadores da Cocaair.

Em síntese, a exclusão é processo complexo e multifacetado, uma configuração de dimensões materiais, políticas, relacionais e subjetivas. É processo sutil e dialético, pois só existe em relação à inclusão como parte constitutiva dela. Não é uma coisa ou um estado, é um processo que envolve o homem por inteiro e suas relações com os outros. Não tem uma única forma e não é uma falha do sistema, devendo ser combatida como algo que perturba a ordem social, ao contrário, ele é produto do funcionamento do sistema. (SAWAIA, 2001a, p. 9).

Sabemos que na construção do sentido do trabalho o reconhecimento conferido pelos outros contribui de maneira considerável. Todavia, no que concerne à dinâmica do seu reconhecimento, nem todas as situações de trabalho se equivalem: existem profissões de prestígio e valorizadas, bem como profissões injustiçadas ou desvalorizadas. (GERNET; DEJOURS, 2011).

De acordo com os autores, o campo social é uma das possibilidades¹⁶⁴ para o acabamento da identidade do ser humano. Portanto, segundo Gernet e Dejours (2011, p. 64), “o reconhecimento do trabalho participa, de maneira preferencial, da realização do ‘eu’ no campo social.”

Dessa maneira, os autores explicam que “o reconhecimento do trabalho pode [...] ser portador de emancipação se, e se somente se, ele trouxer consigo uma prova devidamente conectada à experiência do real.” (GERNET; DEJOURS, 2011, p. 64).

¹⁶³ Para analisar a dialética da exclusão/inclusão, Sawaia (2001b) propõe a categoria do sofrimento ético-político. “Em síntese, o sofrimento ético-político abrange as múltiplas afecções do corpo e da alma que mutilam a vida de diferentes formas. Qualifica-se pela maneira como sou tratada e trato o outro na intersubjetividade, face a face ou anônima, cuja dinâmica, conteúdo e qualidade são determinados pela organização social. Portanto, o sofrimento ético-político retrata a vivência cotidiana das questões sociais dominantes em cada época histórica, especialmente a dor que surge da situação social de ser tratado como inferior, subalterno, sem valor, apêndice inútil da sociedade. Ele revela a tonalidade ética da vivência cotidiana da desigualdade social, da negação imposta socialmente às possibilidades da maioria apropriar-se da produção material, cultural e social de sua época, de se movimentar no espaço público e de expressar desejo e afeto.” (SAWAIA, 2001b, p. 104-105).

¹⁶⁴ A outra via principal para a conquista da identidade situa-se no campo erótico e do amor.

Enquanto uma expressão subjetiva, explica Jacques (2002, p. 161), a identidade “[...] se refere a tudo aquilo que é vivenciado como eu em resposta à pergunta ‘quem és’, sendo apreendida através da representação de si mesmo”. Para a autora, a identidade está incluída num quadro conceitual¹⁶⁵ abrangente, ela implica abordagens diferenciadas.

No entanto, o conceito de identidade como é, frequentemente, focado pela literatura implica processualidade, metamorfose, como qualificam alguns autores. Sob este enfoque, a identidade é um constante “estar sendo”, embora se represente com aparência de “ser”. Referia-se a movimentos que dizem respeito tanto à singularidade humana quanto a particularidades de grupos, segmentos, estratos, classes, culturas. É um conceito cujo entendimento exige superarem-se dicotomias, pois sua compreensão envolve, ao mesmo tempo, o igual e o diferente, o permanente e o mutante, o individual e o coletivo. (JACQUES, 2002, p. 161).

Atualmente, segundo a autora, “a tendência é compreendê-la como [...] uma síntese lógica e ontológica, em que as relações sociais ocupam lugar destacado na sua constituição” (JACQUES, 2002, p. 161). Nessa perspectiva, podemos destacar a articulação entre identidade e trabalho.

As particularidades da classe operária e/ou certas categorias profissionais são temas de investigação de diversos estudos. Determinadas atividades e, por sua vez, a vivência de certas relações sociais, de acordo com Jacques (2002, p. 161), “[...] constituem ‘modos de ser’, que qualificam os pares como iguais (mesmo facultando diferenças individuais) e se expressam em comportamentos similares, modos de vestir e de falar, etc.” Além disso, esses “modos de ser”, acrescenta a autora, são incorporados como constitutivos da identidade.

Outros autores, como lembra Jacques (2002, p. 162), “[...] empregam o termo ‘identidade social’ para se referirem à consciência de pertencer a determinado grupo social e à carga afetiva que essa pertença implica”. Essa identidade social, enquanto processo dialético, “[...] facilita a incorporação de valores e normas do grupo social, implica uma participação ativa do sujeito na constituição da identidade grupal e afeta o contexto histórico onde ocorre essas relações concretas.” (JACQUES, 2002, p. 162).

Ademais, as representações que os indivíduos fazem de si enquanto representações do eu são influenciadas pelas estruturas sociológicas. Assim como escreve Jacques (2002), a identidade pessoal é, ao mesmo tempo e da mesma forma, identidade social. “Alguns espaços de trabalho e/ou categorias profissionais, pelas suas especificidades próprias, em geral associadas a prestígio ou desprestígio social, proporcionam atributos de qualificação ou desqualificação ao eu.” (JACQUES, 2002, p. 162).

¹⁶⁵ “A tradição teórica do estudo da identidade circunscreve-se, prioritariamente, no campo da Filosofia.” (JACQUES, 2002, p. 161).

Em relação ao trabalho do catador de material reciclável, Costa e Pato (2016, p. 99) afirmam:

Na realidade de sobreviver das sobras de uma sociedade preocupada em consumir cada vez mais, o catador de material reciclável recolhe o lixo e o “ressignifica” como sinônimo de sobrevivência. O lixo, retirado da concepção do que é inútil, passa a representar algo que é passível de utilização. Essa alternativa é compreendida por parte da sociedade, incluindo os catadores, como uma possibilidade de se preservar de forma sustentável as pessoas e o meio ambiente.

Cunha (2011), por sua vez, explica que os catadores possuem uma identidade social específica, constituída em processos contraditórios e ambivalentes.

Em primeiro lugar, a construção identitária dos trabalhadores na catação traduz uma dura realidade de luta pela sobrevivência em condições de quase completa marginalidade e sujeitos a toda sorte de discriminações. A essa situação adversa, porém, eles conseguem incorporar significados que lhes são próprios e que formulam a partir da coexistência com o mundo externo e, mais ainda, a partir do experimento associativo. Em segundo lugar, o experimento associativo é a forma que os catadores conseguem encontrar para se deferem como força de trabalho e se integram ao mercado formal. Ao se organizarem em associações e cooperativas, os catadores de materiais recicláveis agregam-se em grupo, formam lideranças e símbolos de distinção face as situações e imagens que desejam superar. Alteram, enfim, as bases de sua sobrevivência, a sua relação com o lixo e a sua própria existência na sociedade de consumo. (CUNHA, 2011, p. 60).

No lixo, segundo a autora, são encontrados os rejeitos da sociedade e por isso é fator marginalizante. Porém, o lixo é, ao mesmo tempo, “[...] elemento que viabiliza um processo de ressignificação por parte do grupo, capaz de integrar pessoas consideradas excluídas do mercado formal, visto ser esta sua única opção de sobrevivência.” (CUNHA, 2011, p. 60).

Em seu estudo, Miura e Sawaia (2013) refletem sobre o sofrimento ético-político¹⁶⁶ vivido pelos catadores na execução de suas atividades laborais. As autoras afirmam que os catadores continuam sendo discriminados, mesmo depois do reconhecimento. Isso se explica, segundo elas:

[...] por diversos motivos, por causa de sua aparência suja, má vestida, por mexerem com o lixo, com aquilo que é descartado sem cuidado e geralmente identificado como imundície; são discriminados, enfim, por viverem visivelmente à margem da sociedade. Essa exclusão social e do mercado de trabalho formal provoca, além de doenças físicas – uma vez que mexem com lixo insalubre e se cuidam precariamente –, sofrimento humano, pelo fato de serem estigmatizados e renegados cotidianamente pelo entorno social. (MIURA; SAWAIA, 2013, p. 331).

¹⁶⁶ “A exclusão vista como sofrimento de diferentes qualidades recupera o indivíduo perdido nas análises econômicas e políticas, sem perder o coletivo. Dá força ao sujeito, sem tirar a responsabilidade do Estado. É no sujeito que se objetivam as várias formas de exclusão, a qual é vivida como motivação, carência, emoção e necessidade do eu.” (SAWAIA, 2001b, p. 98-99).

Questões que ficam evidentes nos relatos dos trabalhadores da Cocaair. Os trabalhadores traduzem a **discriminação** por trabalharem com o lixo e os sentimentos gerados.

E05: É, tem algum que enxerga bem, dá valor né. Outro já não que nem chega perto né, já fica meio de... [...] É as pessoas elas tem nojo né cara, sei lá né. Pô você trabalha num serviço desse! Eles dizem assim. Nós trabalhamos no reciclado, nós não trabalhamos no lixo. Lixo, lixo que a gente conhece é quando eles trabalha num aterro né. Que nem aqueles cara de São Paulo lá, que você vê em outras parte lá, eles garimpam no aterro né. Eles classificam lá, lá é um lixo né. Lá é lixo né. Mas que nem aqui as cooperativa ele é o reciclado, é triagem. [...] Daí as pessoas: ui você trabalha lá no lixo ainda? Não, eu não trabalho no lixo, eu trabalho numa cooperativa de reciclado. [...] Que é bem diferente, você tem que entrar lá e conhecer pra você ver como que é né. Que não é um lixo, lixo é que pessoas que vão no aterro lá, daí lá é lixo né.

Essa discriminação, em alguns casos, se dá por pessoas do círculo familiar e de convivência dos trabalhadores.

E05: Porque não conhece. Eu tenho pessoas da minha família, de falar as vezes. Um dia nós se achemo com ela, comadre e tudo, se achemo na loja lá, daí ela pergunta pra minha esposa: Oh tia você trabalha no lixo lá ainda? Dentro de uma loja né, por que não é ter uma maneira melhor de fala: você tá trabalhando no reciclado ainda né? E a pessoa dependendo fica constrangido né? Tem pessoa perto, trabalhar no lixo né? Então as pessoas enxerga um lado meio né... [...] É reciclado né, porque veja bem é tudo classificado, se tem um orgânico lá eles já nem pegam. Então é uma cooperativa de reciclagem né.

Ao mesmo tempo, é possível percebermos que o **pertencimento à cooperativa**, bem como o fato de trabalharem com **material reciclável**, constituem questões importantes em termos de formação da **identidade** para os trabalhadores da Cocaair. Ocorre uma ressignificação, visto que trabalhar na cooperativa¹⁶⁷ de material reciclável é diferente de trabalhar no aterro, no lixão.

E07: É do começo dava vergonha¹⁶⁸, é porque não era assim né, que nem agora né. Então... até agora tem gente que ele não pergunta assim pra você: você trabalha na

¹⁶⁷ “Os sujeitos direta ou indiretamente envolvidos em experiências de trabalho associado estão vivendo um processo de disputa por legitimação e validação social desse modo de produção da existência. Tal disputa ocorre também subjetiva, individual e coletivamente entre tais sujeitos. Esses são processos de legitimação e validação de uma nova forma de produzir o trabalho e a vida social ou de se manterem apegados ao trabalho assalariado e à cultura capitalista que lhe corresponde.” (TIRIBA; FISCHER, 2009, p. 296).

¹⁶⁸ Sobre o sentimento de vergonha, vale acrescentarmos o testemunho de Freire (2016, p. 95): “Recentemente, ouvi de [um] jovem operário num debate sobre a vida na favela que já se fora o tempo em que ele tinha vergonha de ser favelado. ‘Agora, dizia, me orgulho de nós todos, companheiros e companheiras, do que temos feito através de nossa luta, de nossa organização. Não é o favelado que deve ter vergonha da condição de favelado mas quem, vivendo bem e fácil, nada faz para mudar a realidade que causa a favela. Aprendi isso com a luta.’ [...] No fundo, o discurso do jovem operário era a leitura nova que fazia de sua experiência social de favelado. Se ontem se culpava, agora se tornava capaz de perceber que não era responsabilidade sua se achar naquela condição. Mas, sobretudo, se tornava capaz de perceber que a situação de favelado não é irrevogável. Sua luta foi mais importante na constituição do seu novo saber do que o discurso sectário do militante messianicamente autoritário.”

cooperativa de reciclado? Ah você tá trabalhando lá no lixão? Então... [...] E daí essa palavra assim pra gente parece que pesa tanto sabe. Parece que você se sente lá embaixo. Mas, a pessoa tem que dizer, porque é uma cooperativa de reciclado, lixão é outra coisa né. [...] Então pesa parece que essa palavra né, mas agora já tá normal, que nem eu falei gente rico trabalha com isso né.

Situação semelhante encontramos no estudo de Cunha (2011, p. 55): “além de ser uma tentativa emancipatória, em termos de formação de identidade, as cooperativas e associações, mais do que um mero agrupamento de pessoas, codificam a possibilidade de distinção entre o catador associado e o de rua.”

Um dos temas mais provocadores da relação sujeito-trabalho é o reconhecimento no trabalho. Isso porque, segundo Bendassolli (2012, p. 45), esse tema trata da importância do trabalho “[...] no processo de construção da identidade pessoal, bem como a importância do outro e dos coletivos de trabalho no estabelecimento de julgamentos sobre o valor do sujeito e daquilo que ele faz quando trabalha.”

Nesse sentido, os relatos dos trabalhadores da Cocaair revelam, para além da discriminação, o **reconhecimento** pelo trabalho que desempenham.

E01: Eu acho que eles acham bom porque é catado tudo, catado os reciclado assim nas ruas né. Fazer limpeza nas ruas né. Mas olhar, sei lá... que nem a gente sai nas rua as vez, que nem eles pergunta... não fala que trabalha no reciclado fala que trabalha no lixão. A gente não gosta que eles falem assim né. Trabalha no lixão (risos). [...] Mas tem muitos que acha bonito nosso trabalho sabia? [...] As vezes que nem tipo, a gente de vez em quando, as vez precisa de ir no caminhão na rua. Nossa! A quantia que eles tratam bem a gente. Principalmente se for mulher, né, no caminhão. Nossa! Eles dão parabéns pra gente: “parabéns pelo teu trabalho!” (risos). Nossa! Muito legal. [...] Dizer que não é lixão, né, que a gente tá trabalhando numa coisa importante. Que a gente se sente bem de trabalhar aqui, né. Isso que a gente faz né.

Os trabalhadores da Cocaair destacam a importância da atividade que realizam para a limpeza da cidade. Nessa **contribuição para o meio ambiente** residiria uma forma de reconhecimento por parte da sociedade.

E02: Porque nós que limpamos a cidade né. Imagine se não tivesse o reciclado né. Como que ia tá a cidade de lixo né. [...] A maioria que tem conversado comigo dizem que é importante, né. Agora não sei se dizem só porque a gente trabalha né, nesse ramo. Mas a maioria acha bom o nosso serviço. [...] Nossa, pra gente é uma gratificação enorme né. A gente se sente, olha graças a gente né a cidade tá... [...] Nossa, bem reconhecida.

Assim como falamos da discriminação no ambiente familiar e de convivência dos trabalhadores, os relatos também destacam o reconhecimento por parte de seus familiares.

E01: Ah! Eles acostumaram, né. Eles acham bom também a gente trabalhando aqui também. Eles falaram que, claro se um dia, se a gente tivesse estudo se a gente tivesse em outro lugar era bom, mas... Mas eles acham bonito eu tá trabalhando

aqui, eles não... eles não acham... estranho e nada. Faz anos né, que a gente trabalha assim. [...] Eles não tem vergonha de contar onde eu trabalho nada.

E02: Eles, sabe que eles até... concordam. Eles gostam do trabalho. No começo, quando eu comecei a trabalhar ali, eles falaram: “credo mãe mexer em lixo não sei o que!”. Eu digo nada ver... digo vamo trabalhar, digo... agora não, mas isso foi só no começo. Isso há cinco anos atrás né.

E04: [...] orra teu pai é lixeiro, isso e aquilo. Meu pai não é lixeiro, meu pai trabalha com lixo, ela fala. Fala de boca cheia, ela fala de boca cheia. Então tanto a minha esposa, minha esposa tem orgulho, que eu nunca deixei a peteca cair.

E07: Eles não dizem nada né, concordam. Pois que nem diz eles: tá trabalhando não tá roubando né. [...] Eles não dizem nada de certo concordam né, porque muitos anos né. E que nem nesse serviço do começo dava vergonha né, mas agora já é normal, todo mundo né. Em cidade grande, gente rico trabalha com isso né.

De acordo com Faria (2017a, p. 181), a **centralidade do trabalho** na perspectiva marxista se assenta “[...] na concepção original de que o fundamento de toda a sociedade se encontra nas relações sociais de produção das condições materiais, objetivas e subjetivas, de existência, pois são estas que definem o modo específico de organização da sociedade.” Isso significa que “[...] o sujeito somente se constitui um sujeito coletivamente, quando da produção das suas condições materiais objetivas e subjetivas de existência, de maneira que ao prover tais condições materiais de existência, os sujeitos coletivamente definem a forma de organização da sociedade.” (FARIA, 2017a, p. 181).

As afirmações de Faria (2017a) contrariam as teses do fim da sociedade do trabalho e da não centralidade do trabalho. Com a mesma perspectiva, Tiriba (2001, p. 79) afirma que para um “[...] grande contingente de trabalhadores excluídos do mercado formal de trabalho, o cotidiano do trabalho, o ‘ganhar a vida’ continua sendo o centro de seu espaço vital, de seu modo de vida”.

Concordamos com Faria (2017a) e Tiriba (2001), afinal, é impossível explicarmos a vida real de tantos seres humanos a partir das teses do fim da sociedade do trabalho e da não centralidade do trabalho. Sobre essa questão, Giarracca e Massuh (2008, p. 11) esclarecem:

Nunca tanta gente vivió de su trabajo, nunca la vida cotidiana estuvo tan centrada en el hecho de hallar trabajo digno y nunca antes las consecuencias de la falta de trabajo generaron tanto descreimiento acerca de que el futuro pueda ser mejor que este presente incierto y carente de futuro¹⁶⁹.

¹⁶⁹ “Nunca tantas pessoas viveram do seu trabalho, nunca a vida cotidiana estava tão focada em encontrar um trabalho decente e nunca antes as consequências da falta de trabalho geraram tanta descrença de que o futuro possa ser melhor do que este presente incerto e carente futuro.” (GIARRACCA; MASSUH, 2008, p. 11, tradução nossa).

Exemplos não faltam, como os catadores de material reciclável em sua luta diária para ‘ganhar a vida’. Em suas falas destacam que o trabalho na cooperativa possibilita **ganhar o “pão de cada dia” de maneira honesta.**

*E03: Eu gosto. Não tenho vergonha (risos). Agora tem gente que tem vergonha, mais eu não. **É um serviço honesto né.***

*E04: Eu entrei com treze anos e nunca parei [falando de trabalho em geral, não apenas na reciclagem]. Então eu criei os meus filhos assim. **Você ganhou teu dinheirinho honesto, você é doutor.** [...] Tá valendo. Você é melhor que o outro. É melhor que as vez que um advogado. **Trabalho tudo aí fedido, sujo, mas chego em casa tomo meu banho, troco a minha roupa eu sou doutor.***

*E05: Ah, eu enxergo normal né. **É um serviço que você trabalha, se ganha o teu pão de cada dia e né...** não rouba, não mata, num... né... não trafica né... que nem tem pessoas que você vê, vive no bem bom né, você trabalha dia a dia, às vez você se apura, porque na crise que tá hoje você não tem né... outras pessoas lá que você vê que não faz nada e vive tranquilo na vida né. Mas só que ele lá tem um preço a pagar e a gente se salva, porque sabe que tá fazendo um serviço honestamente. **É sujo, é complicado, mas tá... ganhando o pão do suor né.***

Percebemos, então, que o trabalho assume diversos sentidos. Da mesma forma que trabalhar na cooperativa, sob uma gestão coletivista, constitui uma experiência significativa diante do predomínio de empresas pautadas na heterogestão. Os trabalhadores destacam a importância da renda obtida pelo trabalho, o processo de gestão e organização do trabalho, o clima e as relações de trabalho, por exemplo.

A **renda** obtida pelo trabalho na cooperativa assume, ainda, mais relevância se considerarmos o contexto individual dos trabalhadores com suas histórias de vida e o quadro de precarização das relações de trabalho e desemprego.

*E01: Ah, melhorou bastante depois que eu entrei. Antes de eu entrar aqui, nossa, minha vida era bem complicada. Ih, depois que eu entrei melhorou bastante. Ih, o pagamento é bom, não dá pra se queixar, né. **Porque o dinheiro que nós ganhamos aqui é, dá pra gente se manter.** É bem bom o pagamento aqui, não dá pra se queixar também.*

*E02: Nossa, é outra coisa você não depender do dinheiro... me desculpe eu te falei, mas... **que nem a gente que é casada depende de dinheiro de marido é uma tristeza.** Assim a gente tem o dinheiro da gente, a gente gasta no que a gente quiser e eles não pode opinar, assim como a gente não se envolve no dinheiro deles, eles não se envolve no da gente.*

Com a renda do trabalho na cooperativa os trabalhadores vêm conseguindo suprir suas necessidades básicas. Quando não é a principal fonte de renda familiar, ela se constitui num importante complemento. Em investigação realizada com catadores, Miura e Sawaia (2013, p. 339) relatam que:

É o lixo que lhes proporciona uma condição de vida mais “digna” em comparação à que viviam anteriormente; é do lixo que conseguem sobreviver, comendo dele, pagando suas despesas com o dinheiro que obtêm com ele. O lixo aqui tem nome próprio, é “vangloriado”, é reconhecido como oportunidade de vida. Já não se trata

do lixo renegado, mas do lixo “adorado”, do lixo que traz alegria, satisfação, alívio por ter as contas pagas e comida na mesa, felicidade de poder satisfazer às necessidades humanas mais básicas.

A renda obtida pelo trabalho na cooperativa pode se mostrar mais atrativa que as demais opções – muitas vezes escassas – de emprego na região.

*E05: Eu acho que sim né, e aqui não tem outra opção né. **Aqui em Irati é difícil.** Que nem hoje eu tenho um cunhado meu, que trabalha naquela laminadora do [Fulano] lá. Ele, o que ele ganha lá, ele usa o carro mês inteiro pra ir trabalhar, o que ele ganha lá nós ganhamos mais do que ele aqui. Daí também não vale a pena né. Se correr longe, bater um carro né, e ganhar um salário que não compensa. Eu tenho minha nora que trabalha na [fábrica] ali, também, ela levanta três horas da manhã, o salário dela livre da oitocentos e cinquenta reais. **Ela ganha menos do que nós aqui, então daí não compensa você corre também.***

Outra questão positiva apontada pelos trabalhadores é a **gestão coletiva** do processo de trabalho que difere da empresa capitalista. Soma-se a isso o **bom ambiente de trabalho** e as **relações construídas**.

*E01: Ah! Eu por mim continuo... **eu gosto muito de trabalhar aqui.** Acostumei bem, nossa! Falei **agora num troco de trabalhar** assim na, tipo... que trabalhar até por dia assim nas casa, ou aquela... **na rua com o carrinho.** Ui! Não imagino. Eu gosto! [...] Mas acho que em firma não é feito assim, né. **Em firma quem manda é o patrão só, né! Que manda né!** [...] Ah, eu ficaria aqui. [...] **Porque eu gosto do jeito que a gente trabalha aqui.** Aprendi tudo, aprendi muita coisa. Eu gosto.*

Como o exemplo do depoimento anterior, essas questões são destacadas por aqueles que trabalharam na rua como catadores de material reciclável e têm no seu imaginário o que significa trabalhar numa empresa submetida às ordens de um patrão. Todavia, mesmo aqueles com experiências sob a lógica da empresa capitalista destacam o processo de gestão e organização do trabalho e ambiente da cooperativa.

*E02: **É diferente.** É porque aqui tem mais harmonia, um conversa com o outro assim. Agora, eu já trabalhei em partes que Deus o livre, um amigo olhava atravessado pra gente, se a gente fosse perguntar alguma coisa sabe, já respondia bruto né. E aqui não, aqui é diferente. **Aqui nós tudo se combinamo,** quando você precisa fazer alguma coisa eles fazem a reunião, tudo nós se reunimo junto, se a maioria concordar tá certo.*

*E04: E não me envergonho, gosto. Como já te falei é um negócio animado, você trabalha animado e cada passo aí nós fazemos, até dançamo um bailinho aí, tomamo uma cerveja. Cada passo sai, então é bão, é animado o pessoal. Em muitas empresa grande que eu trabalhei [...]. **O negócio é animado cara, por isso que eu te digo o convívio aqui dentro é diferente de muitos lugar.** [...] Eu sei porque eu tive lá dentro, agora que nem aqui, você não... aqui é somente o companheirismo né, o companheirismo com o pessoal é diferente... eu considero diferenciado talvez por isso, **porque aqui nós somos iguais.** [...] **Nosso horário empresa nenhuma tem,** nós trabalhamos das oito as três, três e pouquinho, no máximo três e meia, quinze para as quatro. É o nosso horário, uma hora e meia de almoço.*

Assim como afirmam Miura e Sawaia (2013), podemos falar que o **sentido negativo**¹⁷⁰ do lixo a partir da experiência na cooperativa **se transformou**. De acordo com as autoras (2013, p. 339-340):

A construção do sentido do lixo remete à reflexão sobre as condições em que essas pessoas se encontram: lixo não deve ter um só significado ou sentido, ou dotado de características ruins ou de características boas. O lixo é aquilo que é sujo, o que é desprezado, mas para a pessoa que sobrevive dele já não é bem assim; ela passa a senti-lo de outra forma, a ver seu outro lado: o lixo passa a significar a satisfação de suas necessidades tanto básicas quanto de novas possibilidades afetivas e de trabalho.

Ainda que de forma contraditória, novas formas de geração de trabalho e renda – como observamos no caso da Cocaair – “[...] permitem ao trabalhador estabelecer o trabalho sobre outros parâmetros, descobrindo existir outra forma de produção mais humanizada, menos hierarquizada, menos violenta...” (TIRIBA, 2001, p. 92-93). Isso acontece mesmo que, como afirma Tiriba (2001, p. 92), essas novas formas sejam vistas como uma “manifestação da excrecência do sistema capitalista.”

Da experiência de organização coletiva da Cocaair, podemos destacar a **cultura do trabalho associado**¹⁷¹, como a descrita por Tiriba (2001, p. 354):

Ora, não estamos falando de uma nova técnica de trabalho, mas de uma nova prática que, em menor ou maior grau, redimensiona a relação entre mundo produtivo e convivência humana; uma nova prática que mesmo não tendo o poder de pôr fim à alienação do trabalho, indica-nos novos parâmetros de relações sociais: já não são o patrão, o técnico industrial ou a máquina quem dominam ou ditam o ritmo e a intensidade do trabalho, mas o trabalhador mesmo. Referimo-nos a uma cultura cuja marca é a satisfação de trabalhar “sem patrão” [...]. Referimo-nos a uma cultura que, em suma, nega a figura do patrão como proprietário dos meios de produção e como proprietário dos frutos do trabalho.

Temos consciência de que a produção associada frente ao contexto do trabalho assalariado, assim como indica Tiriba (2001, p. 93), “[...] pode configurar-se em uma economia de auto-ajuda [*sic*] coletiva dos excluídos, como ‘alívio para os pobres’ e como parte integrante do projeto de ajuste do capital.” Sendo assim, em relação à formação de grupos de trabalhadores associados, não podemos afirmar que “[...] é, em si mesma, indício de um futuro processo de contra hegemonia e que seus objetivos são antagônicos aos de uma sociedade estruturada em classes sociais.” (TIRIBA, 2001, p. 346).

¹⁷⁰ Todavia, devemos considerar que o sentido positivo atribuído pelos trabalhadores à experiência do trabalho na Cocaair pode estar relacionado às estratégias defensivas que, como explicam Dejours e Abdoucheli (1994), correspondem aos mecanismos pelos quais o trabalhador busca modificar, transformar e minimizar a percepção da realidade que o faz sofrer.

¹⁷¹ Assim como indicamos ao longo de nossa análise, a experiência do trabalho associado se apresenta contraditória. Ainda que apresente aspectos positivos para os trabalhadores, é comum que os trabalhadores se desliguem da cooperativa quando têm oportunidade de um emprego formal que lhes garanta direitos e proteção social, por exemplo.

Entretanto, assim como Ciavatta (2019), entendemos a educação como formação humana que consiste em um processo de ampliação do conhecimento e da leitura do mundo. Nessa perspectiva, compreendemos o trabalho, assim como os demais espaços da vida social, enquanto um espaço de formação. Essa concepção é que fundamenta o trabalho como princípio educativo e, em nosso caso, o trabalho como princípio educativo na experiência de organização coletiva da cooperativa.

Tiriba e Fischer (2009, p. 295) afirmam que: “na ‘escola do trabalho’ e, em especial, nas vivências de trabalho associado, as pessoas atribuem sentidos ao vivido ou realizado; assim, de forma mais abrangente, é fundamental que transformem suas vivências progressas e atuais em experiências propriamente formadoras”.

Todavia, antes de passarmos à conclusão e respondermos à questão que colocamos para esta tese, vamos trazer outro elemento para esta discussão. Assim como fez Mészáros (2007; 2008b) ao falar sobre “o desafio e o fardo do tempo histórico”¹⁷², vamos nos amparar em Gramsci e suas expressões – tomadas de Rolland Romain – “o pessimismo da razão e o otimismo da vontade”.

Tal qual Gramsci, não podemos permitir que o pessimismo subjugu a vontade humana, ainda que as tendências e as circunstâncias visíveis se apresentem desfavoráveis. Se o pessimismo implica certa cautela, Della Santa (2016), ao explicar esse duo conceitual gramsciano¹⁷³, afirma que o otimismo corresponde à sua contraparte. O otimismo, segundo o autor, “[...] não se verga à *realidade efetiva das coisas* tal como são mas, enfim, age sobre elas, *em vistas a transformá-las*.” (DELLA SANTA, 2016, p. 33).

A partir da experiência vivida pelos trabalhadores, apreendemos o “fazer-se” da cooperativa e, nossa análise, em que pese considerarmos todas as contradições, aponta rupturas moleculares que nos permitem sermos otimistas:

“Tivesse um estudo, hoje a gente não tava aqui”. Mas “fomo aprendendo ali, meio na marra, mas aprendimo bastante coisa”. Hoje “nós não temos patrão, não temos gerente. Todo mundo é patrão, todo mundo é gerente, todo mundo é peão”. E sabe de uma coisa? Aqui “é uma cooperativa de reciclado, lixo é outra coisa”.

¹⁷² “O desafio e o fardo do tempo histórico são inseparáveis da nossa consciência necessária da humanidade ameaçada. [...] Assim, o fardo de que estamos falando indica tanto as grandes dificuldades emergentes do desafio histórico claramente identificável, sublinhado pela inegável urgência do tempo para empreender a ação corretiva necessária, quanto a responsabilidade que cada indivíduo tem de contribuir para que alcancemos êxito. [...] A casa em que todos nós vivemos não pode ser demolida, mas precisa de uma reestruturação verdadeiramente radical. As exigências da transformação revolucionária são profundamente interconectadas no mundo inteiro. Somente sobre essa base a globalização poderá funcionar para o benefício na humanidade.” (MÉSZÁROS, 2008b, p. 29-31).

¹⁷³ “Meu estado de espírito sintetiza esses dois sentimentos e os supera: sou pessimista com a inteligência mas um otimista com a vontade.” (GRAMSCI *apud* DELLA SANTA, 2016, p. 33).

Conforme destacam as expressões que fazem referência à discussão das categorias emergentes, observamos no movimento histórico da Cooair rupturas de transformação e uma cultura do trabalho que vem sendo forjada em oposição à heterogestão. Todavia, sabemos que a caminhada para que o trabalho na Cooair se constitua em uma experiência propriamente formadora é longa e cheia de desafios.

A fala do educador social do Programa Ecocidadão Paraná, que atuou junto à cooperativa, reforça as dificuldades desse processo. Porém, essa mesma fala reafirma nosso otimismo em relação aos trabalhadores da Cooair:

E08: [...] Mas por conta dessa dificuldade o que acontece, hoje nós podemos dizer que o grupo da Cooair é um grupo guerreiro, um grupo que de acordo com suas possibilidades, dentro de sua limitação ele conseguiu caminhar até hoje.

Reconhecemos que a luta dos trabalhadores da cooperativa – diga-se urgente e legítima – é por renda, uma renda que seja suficiente para garantir as condições materiais (ainda que mínimas) de existência. Nós, enquanto intelectuais, sabemos que essa é uma das lutas, dentre muitas outras, necessárias para um mundo que se quer justo socialmente.

Para que a experiência do trabalho na cooperativa se constitua em uma prática social que concorre para processos emancipatórios é necessária uma práxis neste mesmo sentido. Somente com a práxis é possível pensarmos um processo de formação humana no qual se amplia o conhecimento crítico da realidade e, por sua vez, a leitura do mundo e a possibilidade de sua transformação.

O “fazer-se” da Cooair, a nosso ver, sugere que, para a realização dessa práxis, é necessária uma mediação de forma a potencializar a experiência da produção associada. Daí a importância dos intelectuais orgânicos e de uma ciência comprometida socialmente¹⁷⁴, como reforça uma das falas dos trabalhadores:

E01: [...] Ah, a gente pode conseguir né [sonhos]. Se a gente tiver ajuda, assim também, né, por fora. Que melhore mais, porque aqui é assim, quanto mais a gente trabalha mais a gente ganha né. [...] Ah, com certeza. A gente espera que ela [a cooperativa] melhore e cresça bastante, né. Quanto mais melhorar é melhor pra gente, se melhorasse mais ainda, né. [...] Que as pessoas olhassem mais pra nós aqui... que quase ninguém vem olha pra nós aqui. Vê como é que tamo aqui, como é que tamo... tipo de fora assim.

¹⁷⁴ Sobre essa questão, Freire (2018b, p. 146) esclarece: “Se às grandes maiorias populares lhes falta uma compreensão mais crítica em torno de como a sociedade funciona, não porque sejam, digo eu, naturalmente incapazes, mas por causa das condições precárias em que vivem e sobrevivem, porque vem sendo proibidas de saber [...]”. Quando fazemos referência ao trabalho dos educadores sociais junto à Cooair – que se resumiu em poucas reuniões de trabalho –, temos a intenção de ressaltar a importância de se refletir teoricamente sobre a prática social e, dessa forma, regular crítica e conscientemente as ações. A contribuição, que entendemos ter sido significativa para os trabalhadores da cooperativa, não isenta a ação dos educadores sociais de uma análise crítica.

Precisamos – assim como escrevemos no início do capítulo 1 – enxergarmos “a vida que ninguém vê” e assumirmos “a responsabilidade de ter olhos quando os outros os perderam”. Com a experiência dos trabalhadores da Cocaair, compreendemos o sentido e a importância da Pedagogia do Oprimido de Paulo Freire (2014, p. 42):

A grande generosidade está em lutar para que, cada vez mais, estas mãos, sejam de homens ou de povos, se estendam menos, em gestos de súplica. Súplica de humildes a poderosos. E se vão fazendo, cada vez mais, mãos humanas, que trabalhem e transformem o mundo. Este ensinamento e este aprendizado têm de partir, porém, dos ‘condenados da terra’, dos oprimidos, dos esfarrapados do mundo e dos que com eles realmente se solidarizem. Lutando pela restauração de sua humanidade estarão, sejam homens ou povos, tentando a restauração da generosidade verdadeira.

Precisamos caminhar em direção a uma práxis que, ao articular teoria e prática, assim como inserção social, luta e transformação, não termine em praticismo. “O praticismo é visto aqui como uma forma de ação não necessariamente desveladora das relações estruturais, das contradições do movimento do real.” (CHRISTOFFOLI; SANTOS, 2018, p. 60).

Isso porque, como escreve Freire (2016, p. 61): “[...] mulheres e homens podem mudar o mundo para melhor, para fazê-lo menos injusto, mas a partir da realidade concreta a que ‘chegam’ em sua geração. E não fundadas ou fundados em devaneios, falsos sonhos sem raízes, puras ilusões”.

Iasi (2011, p. 153), nesse sentido, afirma: “[...] apenas a concretude do mundo e nossa ação consciente sobre ela poderão realizar nossos sonhos”. E o autor complementa que “[...] está nos próprios seres humanos a capacidade de sua emancipação, ou da continuidade de sua dominação, não em qualquer outro lugar.” (IASI, 2011, p. 153).

Portanto, diante das limitações historicamente impostas que vivem os trabalhadores da cooperativa, a transformação dessa realidade passa pela necessidade de uma práxis, fundamentada na leitura crítica do mundo, possibilitando a compreensão, por parte dos sujeitos, sobre seu mundo social e sobre sua inserção subordinada nele.

CONCLUSÃO

Neste estudo, procuramos compreender se na experiência de organização coletiva da Cooperativa de Catadores dos Agentes Ambientais de Irati-PR o trabalho se constitui como princípio educativo que possibilita aos sujeitos envolvidos, a partir da práxis, estabelecer uma cultura do trabalho em oposição à heterogestão. Acreditamos que o trabalho como princípio educativo na experiência da produção associada potencializa alternativas de práticas sociais emancipatórias e novas relações de produção.

A análise que realizamos apresentou elementos importantes – que perpassam as discussões das categorias emergentes – a serem considerados quando buscamos responder a questão que colocamos para nossa tese.

O primeiro elemento, de ordem teórica e prática, está relacionado à necessidade de distinguirmos as diferentes experiências e empreendimentos – em nosso caso as associações e cooperativas de catadores de material reciclável – que se colocam como de autogestão. Os 04 (quatro) empreendimentos coletivos de catadores que escolhemos inicialmente, apesar de parecerem similares se mostraram muitos diferentes quanto ao modo e gestão do processo de trabalho.

Essa distinção se tornou necessária para que pudéssemos refletir criticamente sobre a realidade e avaliarmos a potência desses empreendimentos. Do contrário, corríamos o risco de falsas análises, assim como argumenta Faria (2017b).

Os empreendimentos que, apesar de terem em comum a mesma atividade e estarem localizados muito próximos geograficamente, apresentavam práticas de gestão distintas e a autogestão não era uma realidade nessas experiências. Daí, então, optamos pela Cocaair por ser a que mais se aproximava de uma autogestão parcial ou coletivista, nos termos definidos por Faria (2009).

Um segundo elemento corresponde às trajetórias de vida nas dimensões do trabalho e da educação dos trabalhadores da Cocaair. A exclusão social que, de maneira geral, marca a trajetória das catadoras e catadores de material reciclável no Brasil é uma situação comum na trajetória de vida dos sujeitos que trabalham na cooperativa.

Pudemos evidenciar, a partir dos seus depoimentos, a vulnerabilidade em relação aos vínculos com o mundo do trabalho e da educação. Isso nos levou à afirmação de que, do imperativo “ele deve sobreviver como puder”, a alternativa possível era (e tem sido) “fazer-se catador”.

Trazemos, assim, um terceiro elemento sobre as razões que levaram os trabalhadores a se organizarem coletivamente, ou seja, a constituição da cooperativa. A Cocaair foi constituída tendo o poder público, no caso a Prefeitura de Irati, como mediador desse processo. Ela foi concebida como alternativa para melhorar as condições de trabalho e de vida dos catadores de materiais recicláveis.

O quarto elemento corresponde à organização e gestão do processo de trabalho ou, em outros termos, a cultura do trabalho produzida na experiência de organização coletiva. Os trabalhadores – com suas diferentes trajetórias ocupacionais no mundo do trabalho – quando foram inseridos na cooperativa, à época de sua constituição, não possuíam a experiência da autogestão, tampouco conheciam o seu significado e o que ela representa.

Isso ajuda a explicarmos o fato de que a cultura do trabalho na cooperativa, inicialmente, carregava elementos de uma empresa capitalista, predominando práticas de heterogestão. Os depoimentos dos trabalhadores nos revelaram que a participação na gestão do processo de trabalho era negada e/ou limitada.

No entanto, quando analisamos a trajetória da Cocaair em seu movimento histórico, identificamos uma ruptura na gestão do processo de trabalho da cooperativa, que abriu caminho para uma nova cultura do trabalho. Uma transição para a produção associada ou, em outros termos, uma gestão coletivista.

Temos, então, um quinto elemento que trata do processo educativo no espaço da produção, colocando em debate a pedagogia do trabalho em sua contraditoriedade: a pedagogia da fábrica com a heterogestão e a pedagogia da produção associada com a autogestão (ou gestão coletivista).

Nesse processo de ruptura, a heterogestão da pedagogia da fábrica e a autogestão da pedagogia da produção associada foram, de certa maneira, objetos de reflexão pelos trabalhadores. À medida que os trabalhadores puderam refletir sobre as práticas de gestão consolidadas, as práticas de gestão coletivista foram sendo forjadas em oposição à heterogestão.

Devemos destacar que essa ruptura foi possível (ou potencializada) com a mediação dos educadores sociais do Programa Ecocidadão Paraná. Ainda que não tenha sido possível avaliar criticamente a ação dos educadores sociais, os depoimentos dos trabalhadores apontaram as contribuições dadas no processo de mudanças dentro da cooperativa. Isso reforçou nosso entendimento quanto à importância da práxis no espaço da produção.

Importante ressaltarmos que os educadores sociais também realizaram ações na Associação Malinoski, no município de Irati-PR, e na Associação dos Catadores de Papel de

Guarapuava-ACPG, no município de Guarapuava-PR. Ainda assim, não podemos esperar os mesmos resultados, afinal as organizações são construções sociais, históricas, dinâmicas e contraditórias. Mesmo aqueles empreendimentos que partem de um mesmo objetivo, de um mesmo desejo, ao se constituírem enquanto sujeitos históricos alteram-se nesse processo.

Um sexto elemento está relacionado com os sentidos atribuídos ao trabalho presentes nos depoimentos dos trabalhadores da Cocaair. Como observamos em nossa análise, é na lógica da dialética exclusão/inclusão que caminham os sentimentos dos trabalhadores.

Apesar do discurso sobre a importância da atividade do catador de material reciclável para o meio ambiente, efetivamente, ainda tratamos de um trabalho realizado, na grande maioria dos casos, em condições precárias e sem a garantia de direitos e proteção social.

Ainda assim, constatamos que os trabalhadores procuram ressignificar os aspectos negativos atribuídos ao seu trabalho. Nosso entendimento é de que, nesse processo, os trabalhadores reafirmam a centralidade do trabalho na constituição dos sujeitos sociais e, também, como elemento concreto de possibilidades de emancipação.

Um último elemento de nossa análise, que entendemos que deva ser considerado, faz referência à consciência social, ou melhor, à consciência ao nível do MNCR e à consciência ao nível do grupo social, que são os trabalhadores da Cocaair. Nos termos das práticas de organização e luta política, ficou evidente em nossa análise a distância que separa o MNCR e a Cocaair. A consciência em si não se realizou ao nível do grupo social.

Aliás, precisamos ressaltar que não percebemos essa consciência em nenhum dos empreendimentos que fizeram parte da aproximação com o campo de pesquisa e, além disso, nenhuma menção foi feita com relação ao Movimento Nacional de Catadores de Materiais Recicláveis-MNCR e a Política Nacional de Resíduos Sólidos-PNRS.

Os elementos que apresentamos nos permitem afirmar que, na experiência de organização coletiva da Cooperativa de Catadores dos Agentes Ambientais de Irati-PR, o trabalho se constitui como princípio educativo que possibilita aos sujeitos envolvidos, a partir da práxis, estabelecer elementos de uma cultura do trabalho em oposição à heterogestão.

Como indicamos na última seção, nossa afirmação – diante do “pessimismo da razão” – assume o “otimismo da vontade”. Ao invés de nos resignarmos a essa realidade que ainda se apresenta adversa, nossa opção é de considerar as possibilidades de transformação. Afinal, a análise do processo histórico mostrou avanços significativos na cooperativa. A experiência da Cocaair, por si só, significa uma ruptura molecular (LUIZ, 2013) quando tomamos por referência os empreendimentos que fizeram parte do nosso estudo.

Diferentemente desses empreendimentos, na Cocaair observamos uma gestão coletivista em que se destacam: a igualdade quanto à participação na gestão do processo de trabalho; a possibilidade e liberdade de ser organizar o ritmo da produção; a tomada coletiva de decisões, que são discutidas em reuniões e votadas em assembleias; a distribuição igualitária do resultado da produção; a transparência na prestação de contas. Ainda que a cooperativa esteja subordinada à dinâmica do mercado – afinal está inserida e é parte integrante do sistema capitalista de produção –, a forma e o modo de gestão do processo de trabalho contrariam a lógica da heterogestão.

Todavia, precisamos evidenciar que a gestão coletivista apresenta inúmeros desafios aos trabalhadores da cooperativa. Ou melhor, podemos ir além e afirmarmos que a própria gestão coletivista consiste em um desafio para os trabalhadores.

Nossa análise sobre a experiência da Cocaair sugere que a gestão coletivista exige dos trabalhadores a desconstrução de princípios tidos como universais e que são disseminados pela ideologia do capital – a pedagogia da fábrica e a heterogestão – para que, assim, possam ser construídas novas referências.

Nesse sentido, nossa análise – assim como observamos nas obras de Gramsci – aponta a necessidade de mediação dos intelectuais orgânicos vinculados às classes subalternas nesse processo. A experiência histórica de luta, na qual os catadores se articularam enquanto movimento social – o MNCR –, bem como a experiência da Cocaair, quando passa para uma gestão coletivista, reforçam essa mediação para contribuir na instrumentalização dos empreendimentos enquanto tal.

Tal aspecto se torna ainda mais necessário diante das dificuldades que trabalhadores, com perfil como o dos catadores – de baixa escolaridade e qualificação –, enfrentam para se apropriar dos instrumentos teórico-metodológicos que auxiliem na compreensão crítica da realidade. A existência de espaços nos quais os trabalhadores possam refletir teoricamente sobre a prática social e, dessa forma, regular de maneira crítica e conscientemente suas ações, é fundamental para a produção associada.

Portanto, nos parece fundamental consolidar uma pedagogia que se apresente em oposição à pedagogia da fábrica e que sirva de referência para a construção das práticas coletivas dos trabalhadores. Na medida em que existe uma teoria da gestão capitalista, precisamos – de modo a fortalecer as práticas de resistência, enfrentamento e transformação – de uma teoria da produção associada.

Conforme destaca Benini (2013), as possibilidades práticas de mudança e transformação de uma realidade são potencializadas quanto melhor ou mais aprofundada for a

apreensão teórica dessa realidade. Para o nosso caso, podemos afirmar que a práxis autogestionária exige dos trabalhadores um movimento de adensamento teórico-crítico e também prático-consciente.

Dessa forma, entendemos que o trabalho como princípio educativo na experiência da produção associada possa potencializar alternativas de praticas sociais emancipatórias e novas relações de produção.

Na medida em que caminhamos ao final desta tese, cabe a nós, agora, o compromisso social quanto à problematização sobre o “vir a ser” da cooperativa. A gestão coletivista é a semente da autogestão social. As organizações coletivistas de produção associada, por sua vez, são as células do modo de produção autogestionário, as rupturas para outro mundo possível.

No entanto, “[...] como é sabido, se na semente já existe a árvore, existem árvores que morrem presas em sementes que não germinam.” (IASI, 2011, p. 100). Na Cocaair, uma semente foi plantada e germinou. Todavia, para que a árvore continue seu desenvolvimento e possa gerar os frutos do amanhã o processo exige mais esforços.

Por isso, se em uma perspectiva afirmamos o trabalho como princípio educativo, por outra, defendemos que esse princípio educativo pode (e deve) ser potencializado. É por esse caminho que queremos insistir.

Pelo que expusemos até aqui, uma aproximação com o Movimento Nacional dos Catadores de Materiais Recicláveis se faz necessária. Isso porque o MNCR, por possuir uma prática educativa própria – ver o estudo de Alves (2016)¹⁷⁵ –, bem como uma dimensão de luta e articulação política, potencializaria a caminhada da Cocaair.

O engajamento político com o MNCR contribuiria com a formação da consciência coletiva, pois, como afirma Tragtenberg (2011a), é no processo de luta que a consciência se desenvolve. Por seu turno, o trabalho poderia assumir novos significados e sentidos, impactando o processo de construção da identidade dos trabalhadores e do reconhecimento social.

Nessa direção, a aproximação com o movimento nacional possibilitaria à Cocaair conhecer outros empreendimentos e, quem sabe, se articular em redes. Essas redes

¹⁷⁵ “No momento atual, é notório que o MNCR está amadurecendo suas experiências e suas reflexões, ao passo que, assumem novos espaços, como os encontros de catadores e, constroem novas experiências: formação de seus pares. Toda sua prática educativa é reflexo dos problemas que enfrentam, cotidianamente, e das estratégias que criam para enfrentar estes problemas. Assumir a tarefa pedagógica de formar as bases é construir, com intencionalidade, os elementos necessários à sua libertação.” (ALVES, 2016, p. 128).

facilitariam a troca de saberes e fazeres, potencializando, ainda mais, o trabalho da cooperativa.

A Universidade, em nossa percepção, também aparece como um agente importante no processo de potencializar a Cocaair, e uma relação com a cooperativa pode ser bastante benéfica. Mas é preciso evitar o praticismo e procurar desenvolver e preservar a autonomia do grupo social.

Nesse sentido, insistimos na atualidade da(s) Pedagogia(s) de Paulo Freire. Pedagogia(s) que construiu, assim como afirma Boff (2018, p. 10), “[...] em contato direto com os oprimidos e as oprimidas de nossas sociedades, aprendendo deles, de suas falas e de seus jeitos de ler o mundo.” Sempre valorizando, acrescenta o autor, “o saber de experiências feito” elaborado pelos pobres e oprimidos.

A isso somamos a proposta da educação não formal que, como propõe Gohn (2010, p. 93), consiste em “[...] um processo sociopolítico, cultural e pedagógico de formação para a cidadania, ela trabalha com coletivos e se preocupa com os processos de construção de aprendizagens e saberes coletivos.”

Antes de finalizarmos, não podemos deixar de colocar a necessidade de resgatar e socializar a história da Cocaair com todos os trabalhadores, uma vez que ela não é de conhecimento geral do grupo. O conhecimento sobre passado é que possibilita a problematização e compreensão do presente e, conseqüentemente, construir o futuro.

Se na epígrafe desta tese invocamos a sensibilidade da poesia de Brecht, é com ela que terminaremos o texto. A nosso ver, o poema *Meu Espectador* (BRECHT, 2016, p. 251) é um convite a assumirmos o compromisso ético e político com a transformação social – sobre o qual escreve Freire e que fazemos referência no início desta tese –, bem como uma dose de renovação no sonho de outro mundo possível:

Recentemente encontrei meu espectador.
 Na rua poeirenta
 Ele segurava nas mãos uma máquina britadeira.
 Por um segundo
 Levantou o olhar. Então abri rapidamente meu teatro
 Entre as casas. Ele
 Olhou expectante.
 Na cantina
 Encontrei-o de novo. De pé no balcão.
 Coberto de suor, bebia. Na mão
 Uma fatia de pão. Abri rapidamente meu teatro. Ele
 Olhou maravilhado.
 Hoje
 Tive novamente a sorte. Diante da estação
 Eu o vi, empurrado por coronhas de fuzis
 Sob o som de tambores, para a guerra.

No meio da multidão
Abri meu teatro. Sobre os ombros
Ele olhou:
Acenou com a cabeça.

REFERÊNCIAS

- ALVES, Giovanni; ARAÚJO, Renan. Thompson, Lukács e o conceito de experiência — um diálogo mais que necessário. **Revista Mundos do Trabalho**, v. 5, n. 10, p. 53–70, 2013.
- ALVES, Adriana Silva. **Formação “de catador para catador”**: o movimento nacional dos catadores na construção de sua autonomia político pedagógica. 2016. 139 f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade de Brasília, Brasília -DF.
- ALVES, Francisco; SALOMÃO, Silvana. Economia solidária e empreendedorismo: vertentes antagônicas ou parcelas na geração de trabalho e renda? In: GEORGES, Isabel P. H; LEITE, Márcia de Paula. (Orgs.). **Novas configurações do trabalho e economia solidária**. São Paulo: Annablume; FAPESP, 2012. p. 351-376.
- ALBUQUERQUE, Fernando Pessoa de; CARDO, Marcela Bacchin; PINHEL, Julio Ruffin. Cursos de formação. In: PINHEL, Julio Ruffin (org.). **Do lixo à cidadania**: guia para a formação de cooperativas de catadores de materiais recicláveis. São Paulo: Editora Peirópolis, 2013. p. 128-165.
- ALBUQUERQUE, Paulo Peixoto de. Autogestão. In: CATTANI, Antonio David. (Org.). **A outra economia**. Porto Alegre: Veraz Editores, 2003. p. 20-26.
- BANDEIRA, Manuel. **Estrela da Vida Inteira**. 20. ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1993.
- BARDIN, Laurence. **Análise de conteúdo**. Edições 70, 2009.
- BARROS, Josiane Fonseca de. O Projeto Educativo das ITCPs: encontros e desencontros na incubagem de cooperativas populares. In: TIRIBA, Lia; PICANÇO, Iracy. (orgs.). **Trabalho e Educação**: arquitetos, abelhas e outros tecelões da economia popular solidária. 2. ed. Aparecida, SP: Ideias & Letras, 2010. p. 189-214.
- BENDASSOLLI, Pedro F. Reconhecimento no trabalho: perspectivas e questões contemporâneas. **Psicologia em Estudo**, Maringá, v. 17, n. 1, p. 37-46, jan./mar. 2012.
- BENINI, Édi Augusto et al. Educação e movimento social: contradições e convergências nos movimentos pela reforma agrária e pelo trabalho associado. In: RODRIGUES, Fabiana C.; NOVAES, Henrique T.; BATISTA, Eraldo L. (orgs.). **Movimentos Sociais, Trabalho Associado e Educação para além do Capital**. Vol. II. São Paulo: Outra Expressões, 2013. p. 293-312.
- BENVINDO, Aldo. **A nomeação no processo de construção do catador como ator econômico e social**. 2010. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais) – Universidade de Brasília, Brasília, 2010.
- BHOWMIK, Sharit. As cooperativas e a emancipação dos marginalizados: estudos de caso de duas cidades na Índia. In: SANTOS, Boaventura de Sousa (org.). **Produzir para viver**: os caminhos da produção não capitalista. Rio de Janeiro: Civilização brasileira, 2002. p. 369-400.

BOFF, Leonardo. Prefácio. In: FREIRE, Paulo. **Pedagogia da esperança: um reencontro com a pedagogia do oprimido**. 24 ed. São Paulo / Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2018. p. 09-12.

BOSI, Antônio de Pádua. A organização capitalista do trabalho “informal”: o caso dos catadores de materiais recicláveis. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**. São Paulo, v. 23, n. 67, p. 101-116, jun. 2008.

BRECHT, Bertolt. **Poemas 1913-1956**. Seleção e Tradução de Paulo César de Souza. 7 ed. 1. reimp. São Paulo: Editora 34, 2016.

BRITO, José Eustáquio de. O caráter educativo da produção associada: o aprendizado da autogestão. In: TIRIBA, Lia; PICANÇO, Iracy. (orgs.). **Trabalho e Educação: arquitetos, abelhas e outros tecelões da economia popular solidária**. 2. ed. Aparecida, SP: Idéias & Letras, 2010. p. 103-124.

BRUM, Eliane. **A vida que ninguém vê**. Porto Alegre: Arquipélago Editorial, 2006.

CATTANI, Antônio David. **Trabalho e autonomia**. Rio de Janeiro: Vozes, 1996.

CHRISTOFFOLI, Pedro Ivan; SANTOS, Cristina Sturmer dos. O potencial da práxis transformadora na extensão universitária num país em contexto de fratura social exposta. In: VALADÃO, Adriano da Costa; CUNHA, Luiz Alexandre Gonçalves; BRASIL, Manuela Salau; MOURA, Rediy Rolim de. (Orgs.). **Economia solidária & tecnologia social: práticas e reflexões**. Ponta Grossa: Estúdio Texto, 2018. p. 39-61.

CIAVATTA, Maria. Trabalho-educação – uma unidade epistemológica, histórica e educacional. **Trabalho Necessário**, v. 17, n. 32, p. 132–149, 2019.

CIMADAMORE, Alberto. D.; CATTANI, Antonio David. **A construção da pobreza e da desigualdade na América Latina: uma introdução**. In: CIMADAMORE, Alberto. D.; CATTANI, Antonio David. **Produção de pobreza e desigualdade na América Latina**. Porto Alegre: Tomo Editorial/Clasco, 2007. p. 7-14.

COSTA, Cláudia Moraes da; PATO, Cláudia. A constituição de catadores de material reciclável: a identidade estigmatizada pela exclusão e a construção da emancipação como forma de transcendência. In: PEREIRA, Bruna Cristina Jaquetto; GOES, Fernanda Lira (Org.). **Catadores de materiais recicláveis: um encontro nacional**. Brasília: Ipea, 2016. p. 99-121.

COSTA, Lucia Cortes. O dilema brasileiro da desigualdade social. In: **Sociedade e cidadania: desafios para o século XXI**. COSTA, Lucia Cortes; SOUZA, Maria Antônia de (Orgs.) 2 ed. Ponta Grossa: Editora UEPG, 2010.

CUNHA, Marina Roriz Rizzo Lousa da. Lixo, identidade e trabalho: a construção da identidade dos catadores de materiais recicláveis associados de Goiânia. **Sociedade e Cultura**, Goiânia, v. 14, n. 1, jan./jun. 2011 p. 53-61.

DAGNINO, Ricardo de Sampaio; JOHANSEN, Igor Cavallini. Os catadores no Brasil: características demográficas e socioeconômicas dos coletores de material reciclável,

classificadores de resíduos e varredores a partir do Censo Demográfico de 2010. **Boletim Mercado de Trabalho - Conjuntura e Análise**. nº 62, abril 2017. p. 115-125.

DECCA, Edgar Salvadori de. E.P. Thompson: um personagem dissidente e libertário. **Projeto História**, São Paulo, n. 12, 1995.

DEJOURS, Christophe; ABDOUCHELI, Elizabeth. Itinerário teórico em psicopatologia do trabalho. In: DEJOURS, Christophe; ABDOUCHELI, Elizabeth; JAYET, Christian. **Psicodinâmica do Trabalho: Contribuições da Escola Dejouriana à análise da relação prazer, sofrimento e trabalho**. São Paulo: Atlas, 1994. p. 119-145.

DEL ROIO, Marco. **Gramsci e a emancipação do subalterno**. São Paulo: Editora Unesp, 2018.

DELLA SANTA, Roberto. **Otimismo da vontade, pessimismo da razão: english marxism, Anderson translation & integral journalism of New Left Review (or an internationalist world-marxism in the street-fighting years of western europeu)**. Marília, 2016. Tese (Doutorado em Ciências Sociais) – Faculdade de Filosofia e Ciências, Universidade Estadual Paulista, 2016.

DEMO, Pedro. **Participação é conquista**. São Paulo: Brasiliense, 1988.

DIÁRIO DOS CAMPOS, 2013. Disponível em: <https://www.diariodoscamos.com.br/noticia/sanepar-incentiva-programa-de-reciclagem-em-23-municipios>. Acesso em: 24 set. 2019.

ENGELS, Friederich. **A situação da classe trabalhadora na Inglaterra**. São Paulo: Boitempo. 2010.

SCOREL, Sarah. **Vidas ao léu: trajetórias de exclusão social** [online]. Rio de Janeiro: Editora FIOCRUZ, 1999, 275 p.

SCOREL, Sarah; MOREIRA, Marcelo Rasga. Participação Social. In: GIOVANELLA, Lígia; SCOREL, Sarah; LOBATO, Lenaura de Vasconcelos Costa; NORONHA, José Carvalho de; CARVALHO, Antonio Ivo de. (orgs). **Políticas e sistemas de saúde no Brasil**. 2ª Ed. Rio de Janeiro: Editora Fiocruz/Centro Brasileiro de Estudos de Saúde; 2012, p. 979-1010.

FARIA, José Henrique de. **As Condições de uma Gestão Democrática Social do Processo de Trabalho: reconhecimento, redistribuição, representação e realização**. Curitiba: EPPEO, 2011. Working Paper.

FARIA, José Henrique de. Autogestão, economia solidária e organização coletivista de produção associada: em direção ao rigor conceitual **Cad. EBAPE.BR**, v. 15, n. 3, Rio de Janeiro, jul./set. 2017b. p. 629-650.

FARIA, José Henrique de. **Economia política do poder: uma crítica da teoria geral da administração**. Volume 2. Curitiba: Juruá, 2007b.

FARIA, José Henrique de Os fundamentos da Teoria Crítica: uma introdução. In: FARIA, José Henrique de (Org.). **Análise crítica das teorias e práticas organizacionais**. São Paulo: Atlas, 2007a.p. 1-20.

FARIA, José Henrique de. **Economia política do poder**: as práticas do controle nas organizações. Volume 3. Curitiba: Juruá, 2008.

FARIA, José Henrique de. **Gestão participativa**: relações de poder e de trabalho nas organizações. São Paulo: Atlas, 2009.

FARIA, José Henrique de. **Poder, Controle & Gestão**. Curitiba, Juruá Editora, 2017a.

FARIA, José Henrique de. A realidade e seu conceito: comentários sobre a crítica ao “sequestro da subjetividade”. **REAd. Rev. eletrôn. adm. (Porto Alegre)**, Porto Alegre, v. 25, n. 1, p. 269-282, Apr. 2019.

FÉ, Carlos Frederico Cerqueira de Moura; FARIA, Maurício Sardá de. Catadores de Resíduos Recicláveis: autogestão, economia solidária e tecnologias sociais. In: ZANIN, Maria; GUTIERREZ, Rafaela Francisconi (Orgs.) **Cooperativas de catadores**: reflexões sobre práticas. São Carlos : Claraluz, 2011. p. 14-36.

FORMAGIO, Cessimar de Campos. Sobre resistências populares e imprevistos: a trajetória de Edward Thompson e sua crítica ao marxismo estruturalista. **Sinais** v. 21, n. 2, 2017.

FORTES, Alexandre. Míriades por toda a eternidade. A atualidade de E.P. Thompson. **Tempo Social. Revista de Sociologia da USP**, v. 18, n. 1, p. 197–215, 2006.

FORTES, Alexandre. O processo histórico de formação da classe trabalhadora : algumas considerações. **Estudos Históricos**, v. 29, n. 59, p. 587–606, 2016.

FREIRE, Paulo. **Educação e Mudança**. 38. ed. Paz e Terra. Rio de Janeiro, 2018a.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da esperança**: um reencontro com a pedagogia do oprimido. 24 ed. São Paulo / Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2018b.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da indignação**: cartas pedagógicas e outros escritos. 3. ed. São Paulo: Paz e Terra, 2016.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia do oprimido**. 58. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2014.

FRIGOTTO, Gaudêncio. Prefácio. In: TIRIBA, Lia. **Economia popular e cultura do trabalho**: pedagogia(s) da produção associada. Ijuí: UNIJUÍ, 2001. p. 15-21.

FRIGOTTO, Gaudêncio. A polissemia da categoria trabalho e a batalha das ideias nas sociedades de classe. **Rev. Bras. Educ.** [online]. 2009, vol.14, n.40, pp.168-194.

FRIGOTTO, Gaudêncio. Prefácio. In: TIRIBA, Lia; PIKANÇO, Iracy. (orgs.). **Trabalho e Educação**: arquitetos, abelhas e outros tecelões da economia popular solidária. 2.ed. Aparecida, SP: Idéias & Letras, 2010. p. 9-18.

FRIGOTTO, Gaudêncio; CIAVATTA, Maria. Trabalho como princípio educativo. In: CALDART, Roseli Salete et al. (Orgs.). **Dicionário da educação do campo**. Rio de Janeiro, São Paulo: Escola Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio, Expressão Popular, 2012. p. 750-757.

FURTADO, Jorge (Direção). **Ilha das Flores**. 1989. Porto Alegre: Casa de Cinema, 13 min. Filme.

GALON, Tanyse; MARZIALE, Maria Helena Palucci. Condições de trabalho e saúde de catadores de materiais recicláveis na América Latina: uma revisão de escopo. In: PEREIRA, Bruna Cristina Jaquetto; GOES, Fernanda Lira (Org.). **Catadores de materiais recicláveis: um encontro nacional**. Brasília: Ipea, 2016. p. 169-199.

GIARRACCA, Norma; MASSUH, Gabriela. Prólogo. In: GIARRACCA, Norma; MASSUH, Gabriela. (Orgs.). **El trabajo por venir: autogestión y emancipación social**. 1. ed. Buenos Aires: Antropofagia, 2008. p. 11-13.

GERNET, Isabelle; DEJOURS, Christophe. Avaliação do trabalho e reconhecimento. In: BENDASSOLLI, Pedro F.; SOBOLL, Lis Andrea. (orgs.). **Clínicas do Trabalho: novas perspectivas para a compreensão do trabalho na atualidade**. São Paulo: Atlas, 2011.

GOHN, Maria da Glória. **Conselhos Gestores e Participação Sociopolítica**. 2. Ed. São Paulo, Cortez, 2003.

GOHN, Maria da Glória. Empoderamento e participação da comunidade em políticas sociais. **Saúde e Sociedade**. v.13, n.2, p.20-31, maio-ago 2004.

GOHN, Maria da Glória. **Educação não formal e o educador social: atuações no desenvolvimento de projetos sociais**. São Paulo: Cortez, 2010.

GOMES, Romeu. Análise e interpretação de dados de pesquisa qualitativa. In: MINAYO, Maria Cecília de Souza (organizadora). **Pesquisa social: teoria, método e criatividade**. 33. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2013. p. 79-107.

GRAMSCI, Antonio. Democracia Operária. In: COUTINHO, Carlos Nelson (Org.). **O leitor de Gramsci: escritos escolhidos 1916-1935**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2011. p. 69-73a.

GRAMSCI, Antonio. O conselho de fábrica. In: COUTINHO, Carlos Nelson (Org.). **O leitor de Gramsci: escritos escolhidos 1916-1935**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2011. p. 73-78b.

GRAMSCI, Antonio. O que é o homem? In: COUTINHO, Carlos Nelson (Org.). **O leitor de Gramsci: escritos escolhidos 1916-1935**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2011. p. 153-156c.

GUIMARÃES, Nadya Araújo. As novas configurações do trabalho formal. Algumas reflexões à luz do caso de São Paulo. In: GEORGES, Isabel P. H; LEITE, Márcia de Paula. (Orgs.). **Novas configurações do trabalho e economia solidária**. São Paulo: Annablume; FAPESP, 2012, p. 33-59.

GUTBERLET, Jutta *et al.* Pesquisa-ação em educação ambiental e saúde dos catadores: estudo de caso realizado com integrantes de cooperativas de coleta seletiva e reciclagem na região metropolitana de São Paulo. In: PEREIRA, Bruna Cristina Jaquetto; GOES, Fernanda Lira (Org.). **Catadores de materiais recicláveis: um encontro nacional**. Brasília: Ipea, 2016. p. 201-214.

HOLZMANN, Lorena. Empreendimentos solidários. Autonomia ou tutela? In: GEORGES, Isabel P. H; LEITE, Márcia de Paula. (Orgs.). **Novas configurações do trabalho e economia solidária**. São Paulo: Annablume; FAPESP, 2012, p. 269-286.

HUXLEY, Aldous. **Admirável mundo novo**. São Paulo: Abril Cultural. 1980.

IASI, Mauro Luis. **Ensaio sobre consciência e emancipação**. 2. ed. São Paulo: Expressão Popular, 2011.

IBGE – INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Censo Demográfico 2010**. Rio de Janeiro: IBGE, 2012a.

IBGE – INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílio 2012**. Rio de Janeiro: IBGE, 2012b.

IPARDES-INSTITUTO PARANAENSE DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO E SOCIAL. **Os vários Paranás: as espacialidades socioeconômico-institucionais no período 2003-2015**. Curitiba: IPARDES, 2017.

IPEA–INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA APLICADA. **Diagnóstico sobre os catadores de resíduos sólidos**. Brasília: Ipea, 2011.

JACQUES, Maria da Graça. Identidade e trabalho. CATTANI, Antônio David (Org.). **Dicionário Crítico sobre Trabalho e Tecnologia**. 4. ed. rev. ampl. Petrópolis: Vozes; Porto Alegre: Ed. da UFRGS, 2002. p. 161-165.

JESUS, Carolina Maria de. **Quarto de despejo: diário de uma favelada**. 10. ed. São Paulo: Ática, 2014. 200 p.

JINKINGS, Ivana. Apresentação. In: MÉSZÁROS, István. **Educação para além do capital**. Tradução: Isa Tavares. 2. ed. São Paulo: Boitempo, 2008. p. 9-14

KOSIK, Karel. **Dialética do Concreto**. 7. ed. São Paulo: Paz e Terra, 2002.

KUENZER, Acácia Zenaide. **Pedagogia da fábrica: as relações de produção e a educação do trabalhador**. Cortez, 1985.

LEFEBVRE, Henri. **Marxismo**. Tradução de William Lagos. Porto Alegre: L&PM, 2009.

LEGUIZAMÓN, Sonia Alvarez. A produção da pobreza massiva e sua persistência no pensamento social latino-americano. In: CIMADAMORE, Alberto. D.; CATTANI, Antonio David. **Produção de pobreza e desigualdade na América Latina**. Porto Alegre: Tomo Editorial/Clasco, 2007. p.79- 124.

LEITE, Márcia de Paula; GEORGES, Isabel P. H. Novas configurações do trabalho e Economia solidária: democratização, inclusão ou precarização?. In: GEORGES, Isabel P. H.; LEITE, Márcia de Paula. **Novas configurações do trabalho e economia solidária**. São Paulo: Annablume; Fapesp, 2009. p. 13-30. Coleção Trabalho e Contemporaneidade.

LIGUORI, Guido. Ordine Nuovo (L'). In: LIGUORI, Guido; PASQUALE, Voza (orgs.). **Dicionário gramsciano**. 1. Ed. São Paulo: Boitempo, 2017. p. 587-588.

LIMA, Jacob Carlos. Cooperativas de reciclagem no Brasil: a autogestão da pobreza. In: LEITE, Márcia de Paula; ARAÚJO, Angela Maria C.; LIMA, Jacob Carlos. **O trabalho na economia solidária: entre a precariedade e a emancipação**. São Paulo: Annablume, 2015a. p. 325-333.

LÖWY, Michael. **As aventuras de Karl Marx contra o Barão de Münchhausen: marxismo e positivismo na sociologia do conhecimento**. 10. ed. São Paulo: Cortez, 2013.

LÖWY, Michael. **Ideologias e ciência social: elementos para uma análise marxista**. 20. ed. – São Paulo: Cortez. 2015.

LUIZ, Danuta E. Cantoia. **Emancipação e serviço social: a potencialidade da prática profissional** - 2. ed. Ponta Grossa, Editora UEPG, 2013.

MACHADO, Lucília. Trabalho-Educação como objeto de investigação. **Trabalho & Educação**, v. 14, n. 2, p. 127–136, 2005.

MANDALOZZO, Silvana Souza Netto; GUNTHER, Luiz Eduardo. Proteção Trabalhista no Brasil. In: SILVA, Lenir Aparecida Mainardes; MANDALOZZO, Silvana Souza Netto; MENDES, Jussara Maria Rosa. (Orgs.). **Trabalho e proteção social**. Ponta Grossa: Estudio Texto, 2014. p. 89-107.

MARCOS, Plínio. **Homens de papel**. Edição do autor: São Paulo, 1984.

MARTÍNEZ, José Francisco. A filosofia da práxis de Adolfo Sánchez Vázquez. In: VÁZQUEZ, Adolfo Sánchez. **Filosofia da práxis**. Trad. Maria Encarnación Moya. 2. ed. São Paulo: Expressão Popular, 2011. p. 15-20.

MARTINS, Angela Maria. Autonomia e educação: a trajetória de um conceito. **Cad. Pesqui.**, São Paulo, n. 115, p. 207-232, Mar. 2002.

MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. **A ideologia alemã**. 3. ed. São Paulo: Martins Fontes, 2007.

MARX, Karl. **O capital: crítica da economia política**. Volume I. Livro primeiro: o processo de produção do capital. Tradução de Regis Barbosa e Flávio R. Kothe. 3 ed. São Paulo: Nova Cultural, 1988.

MELLO, Sylvia Leser de. Catando e transformando a vida: experiências associativas e cooperativas nas periferias. In: ZANIN, Maria; FRANCISCONI GUTIERREZ, Rafaela. **Cooperativas de Catadores: reflexões sobre práticas**. São Carlos: Claraluz Editora, 2011. p. 5-9.

- MENDES, Jussara Maria Rosa; SILVA, Lenir Aparecida Mainardes da; WUNSCH, Dolores Sanches. A Seguridade Social: percursos e desafios no âmbito da proteção social. In: SILVA, Lenir Aparecida Mainardes da; MANDALOZZO, Silvana Souza Netto; MENDES, Jussara Maria Rosa. (Orgs.). **Trabalho e proteção social**. Ponta Grossa: Estúdio Texto, 2014. p. 11-29.
- MENEGHETTI, Francis Kanashiro. **Trabalho e educação em Maurício Tragtenberg**. 2009. 141 f. Tese (Doutorado em Educação) – Universidade Federal do Paraná, Curitiba – PR.
- MÉSZÁROS, István. **O poder da ideologia**. São Paulo: Boitempo Editorial, 2004.
- MÉSZÁROS, István. **A teoria da alienação em Marx**. Tradução: Isa Tavares. 1. ed. São Paulo: Boitempo, 2006.
- MÉSZÁROS, István. **O desafio e o fardo do tempo histórico: o socialismo no século XXI**. Trad. Ana Aguiar Cotrim e Vera Aguiar Cotrim. São Paulo: Boitempo, 2007.
- MÉSZÁROS, István. **Educação para além do capital**. Tradução: Isa Tavares. 2. ed. São Paulo: Boitempo, 2008a.
- MÉSZÁROS, István. O desafio e o fardo do tempo histórico. **Política & Sociedade**. n. 13. 2008b. p. 17-33.
- MINAYO, Maria Cecília de Souza (organizadora). **O Desafio do Conhecimento: Pesquisa Qualitativa em Saúde**. 2. ed. São Paulo, Rio de Janeiro: HUCITEC/ABRASCO, 1993.
- MINAYO, Maria Cecília de Souza. Trabalho de campo: contexto de observação, interação e descoberta. In: MINAYO, Maria Cecília de Souza (organizadora). **Pesquisa social: teoria, método e criatividade**. 33. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2013. p. 61-77.
- MIURA, Paula Orchiucci; SAWAIA, Bader Burihan. Tornar-se catador: sofrimento ético-político e potência de ação. **Psicol. Soc.**, Belo Horizonte, v. 25, n. 2, p. 331-341, 2013.
- MORAES, Maria Célia Marcondes de; MÜLLER, Ricardo Gaspar. E. P. Thompson e a pesquisa em ciências sociais. **PERSPECTIVA**, v. 27, n. 2, p. 481-517, 2009.
- MOTTA, Fernando C. Prestes. **Teoria das organizações: evolução e crítica**. 2. ed. rev. e ampl. São Paulo: Cengage Learning, 2010.
- MOVIMENTO NACIONAL DOS CATADORES DE MATERIAIS RECICLÁVEIS. A crise financeira e os catadores de materiais recicláveis. In.: **Boletim Mercado de Trabalho - Conjuntura e Análise**. IPEA/MTE, n. 41, novembro 2009, p. 55-58.
- MOVIMENTO NACIONAL DOS CATADORES DE MATERIAIS RECICLÁVEIS. **Carta de Brasília**. 2001. Disponível em: <http://www.mnccr.org.br/sobre-o-mnccr/principios-e-objetivos/carta-de-brasilia>. Acesso em: 24 set. 2019.
- NAKANO, Marilena; ANCASSUERD, Marli Pinto; VILLAR, Maria Elena Villar e. Educação autogestionária: entre a experiência e o mito da administração científica o projeto de educação da ANTEAG. In: TIRIBA, Lia; PICANÇO, Iracy. (orgs.). **Trabalho e**

Educação: arquitetos, abelhas e outros tecelões da economia popular solidária. 2. ed. Aparecida, SP: Idéias & Letras, 2010. p. 147-166.

NETTO, José Paulo. Apresentação. In: ENGELS, Friederich. **A situação da classe trabalhadora na Inglaterra**. São Paulo: Boitempo. 2010. p. 9-35.

ORWELL, George. **1984**. São Paulo: Companhia das Letras, 2009.

PEIXOTO FILHO, José Pereira. Puxando o fio da meada: educação popular e produção associada. In: TIRIBA, Lia; PICANÇO, Iracy. (orgs.). **Trabalho e Educação:** arquitetos, abelhas e outros tecelões da economia popular solidária. 2. ed. Aparecida, SP: Idéias & Letras, 2010. p. 33-53.

PINHEL, Julio Ruffin; ZANIN, Maria; MÔNACO, Graziela Del. Catador de resíduos recicláveis: um perfil profissional em construção. In: ZANIN, Maria; GUTIERREZ, Rafaela Francisconi (Orgs.). **Cooperativas de catadores:** reflexões sobre práticas. São Carlos : Claraluz, 2011. p. 53-101.

PINHEL, Julio Ruffin. O catador de materiais recicláveis. In: PINHEL, Julio Ruffin (org.). **Do lixo à cidadania:** guia para a formação de cooperativas de catadores de materiais recicláveis. São Paulo: Peirópolis, 2013. p. 16-33.

PINTO, João Bosco Guedes. Da metodologia da investigação temática à pesquisa-ação. In: DUQUE-ARRAZOLA, Laura Suzana; THIOLENT, Michel Jean Marie (Orgs.). **João Bosco Guedes Pinto. Metodologia, teoria do conhecimento e pesquisa-ação:** textos Seleccionados e apresentados / João Bosco Guedes Pinto. 1. ed. Belém: UFPA-Instituto de Ciências Sociais Aplicadas, 2014a. p. 94-105.

PINTO, João Bosco Guedes. Referencial socioantropológico da metodologia de investigação temática. In: DUQUE-ARRAZOLA, Laura Suzana; THIOLENT, Michel Jean Marie (Orgs.). **João Bosco Guedes Pinto. Metodologia, teoria do conhecimento e pesquisa-ação:** textos Seleccionados e apresentados / João Bosco Guedes Pinto. 1. ed. Belém: UFPA-Instituto de Ciências Sociais Aplicadas, 2014b. p. 106-131.

QUARESMA, Tânia (Direção). **Catadores de História** 2016. DF: 75min. Documentário.

RÁDIO NAJUÁ, 2011. Disponível em: <https://radionajua.com.br/noticia/noticias/irati-e-regiao/o-que-e-feito-com-o-lixo-reciclavel-em-irati/7163/>. Acesso em: 24 set. 2019.

RÁDIO NAJUÁ, 2012. Disponível em: <https://radionajua.com.br/noticia/noticias/irati-e-regiao/prefeitura-assume-separacao-do-lixo-reciclavel/11546/>, Acesso em: 24 set. 2019.

RÁDIO NAJUÁ, 2013. Disponível em: <https://radionajua.com.br/noticia/noticias/irati-e-regiao/prefeitura-realoca-cooperativas-de-lixo-reciclavel/20380/>. Acesso em: 24 set. 2019.

RODRÍGUES, César. À procura de alternativas econômicas em tempos de globalização: o caso das cooperativas de recicladores de lixo na Colômbia. In: SANTOS, Boaventura de Sousa (org.). **Produzir para viver:** os caminhos da produção não capitalista. Rio de Janeiro: Civilização brasileira, 2002. p. 329-367

SADER, Emir. Prefácio. In.: MÉSZÁROS, István. **Educação para além do capital**. Tradução: Isa Tavares. 2. ed. São Paulo: Boitempo, 2008

SANT'ANA, Diogo de; MAETELLO, Daniela. Reciclagem e inclusão social no BRASIL: balanço e desafios. In: PEREIRA, Bruna Cristina Jaquetto; GOES, Fernanda Lira (Org.). **Catadores de materiais recicláveis: um encontro nacional**. Brasília: Ipea, 2016. p. 21-44.

SAVIANI, Dermeval. Prefácio. In: KUENZER, Acácia Zenaide. **Pedagogia da fábrica: as relações de produção e a educação do trabalhador**. Cortez, 1985. p. 9-10.

SAWAIA, Bader. Introdução: Exclusão ou Inclusão perversa? In: SAWAIA, Bader. (org.). **As artimanhas da exclusão: análise psicossocial e ética da desigualdade social**. 2. ed. Petrópolis, RJ: Editora Vozes, 2001a. p. 7-13.

SAWAIA, Bader. O sofrimento ético-político como categoria de análise da dialética exclusão/inclusão. In: SAWAIA, Bader. (org.). **As artimanhas da exclusão: análise psicossocial e ética da desigualdade social**. 2. ed. Petrópolis, RJ: Editora Vozes, 2001b. p. 97-118.

SCHLESENER, Anita Helena. Prefácio. In: DEL ROIO, Marco. **Gramsci e a emancipação do subalterno**. São Paulo: Editora Unesp, 2018. p. 7-12.

SEMERARO, Giovanni. Da sociedade de massa à sociedade civil: a concepção da subjetividade em Gramsci. **Educ. Soc.**, abr. 1999, vol.20, no.66, p.65-83.

SEMERARO, Giovanni. Especializados e políticos: trabalhadores “dirigentes” de uma democracia popular. In: TIRIBA, Lia; PICANÇO, Iracy. (orgs.). **Trabalho e Educação: arquitetos, abelhas e outros tecelões da economia popular solidária**. 2. ed. Aparecida, SP: Idéias & Letras, 2010. p. 257-274.

SEMERARO, Giovanni. **Gramsci e os novos embates da filosofia da práxis**. Aparecida, SP: Idéias & Letras, 2006.

SILVA, Sandro Pereira. A Organização Coletiva de Catadores de Material Reciclável no Brasil: dilemas e potencialidades sob a ótica da economia solidária. **Texto para Discussão**, 2017. 56 p.

SILVA, Sandro Pereira; GOES, Fernanda Lira; ALVAREZ, Albino Rodrigues (coordenação). **Situação social das catadoras e dos catadores de material reciclável e reutilizável - Brasil**. Brasília: Ipea, 2013a.

SILVA, Sandro Pereira; GOES, Fernanda Lira; ALVAREZ, Albino Rodrigues (coordenação). **Situação social das catadoras e dos catadores de material reciclável e reutilizável - Região Sul**. Brasília: Ipea, 2013b.

SILVA, Sergio. Thompson, Marx, os marxistas e outros. In: NEGRO, Luigi Antonio; SILVA, Sergio (Org). **As peculiaridades dos ingleses e outros artigos / E. P. Thompson**. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2001. p. 59-71.

STOTZ, Eduardo Navarro. Participação social. In: PEREIRA, Isabel Brasil; FRANÇA, Júlio César (orgs.). **Dicionário da educação profissional em saúde**. 2.ed. rev. ampl. - Rio de Janeiro: EPSJV, 2008. p. 293-298.

STROH, Paula Yone. Cooperativismo, tecnologia social e inclusão produtiva de catadores de materiais recicláveis. In: PEREIRA, Bruna Cristina Jaquetto; GOES, Fernanda Lira (Org.). **Catadores de materiais recicláveis: um encontro nacional**. Brasília: Ipea, 2016. p. 247-266.

THOMPSON, Edward Palmer. **A formação da classe operária inglesa**, v. II, A maldição de Adão. 4. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2002.

THOMPSON, Edward Palmer. **A formação da classe operária inglesa**, v. III, A força dos trabalhadores. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.

THOMPSON, Edward Palmer. **A formação da classe operária inglesa**, v. I, A árvore da liberdade. 4. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2004.

THOMPSON, Edward Palmer. **A miséria da teoria ou um planetário de erros: uma crítica ao pensamento de Althusser**. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1981. Tradução de Waltemir Dutra.

THOMPSON, Edward Palmer. Algumas Observações Sobre Classe e "Falsa Consciência". In: NEGRO, Luigi Antonio; SILVA, Sergio (Org). **As peculiaridades dos ingleses e outros artigos / E. P. Thompson**. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2001. p. 269-281.

THOMPSON, Edward Palmer. Introdução: Costume e cultura. **Costumes em comum – Estudos sobre a cultura popular tradicional**. São Paulo: Companhia das Letras, 1998, p. 13-24.

THOMPSON, Edward Palmer. La sociedad inglesa del siglo XVIII: ¿lucha de clases sin clases? In: THOMPSON, Edward Palmer. **Tradición, revuelta y consciencia de clase: Estudios sobre la crisis de la sociedad preindustrial**. 2. ed. Barcelona: Editorial Crítica, 1984. p. 13-61.

TIRIBA, Lia. Economia popular: a relação trabalho-educação como mediação entre 'mundo da cultura' e 'mundo da produção'. In: **XXIII Encontro Anual da ANPOCS**, Caxambu, 1999. p. 1-16.

TIRIBA, Lia. Ciência econômica e saber popular: reivindicar o “popular” na economia e na educação. In: TIRIBA, Lia; PICANÇO, Iracy. (orgs.). **Trabalho e Educação: arquitetos, abelhas e outros tecelões da economia popular solidária**. 2. ed. Aparecida, SP: Idéias & Letras, 2010. p. 75-101.

TIRIBA, Lia. Cultura do trabalho, produção associada e produção de saberes. **Educação Unisinos**, v. 10, n.2, p.:116-122, maio/agosto 2006.

TIRIBA, Lia. **Economia popular e cultura do trabalho: pedagogia(s) da produção associada**. Ijuí: UNIJUÍ, 2001.

TIRIBA, Lia. Educação popular e pedagogia(s) da produção associada. **Cad. CEDES**, v. 27, n. 71, p. 85-98, jan./abr. 2007.

TIRIBA, Lia. Por que Thompson?. **Trabalho Necessário**, v. 18, p. 5-17, 2014.

TIRIBA, Lia; FISCHER, Maria Clara Bueno. Aprender e ensinar a autogestão: espaços/tempos do trabalho de produzir a vida associativamente. **Perspectiva (UFSC)**, v. 32, p. 527-551, 2013.

TIRIBA, Lia; FISCHER, Maria Clara Bueno. Produção associada e autogestão. In: CALDART, Roseli Salete et al. (Orgs.). **Dicionário da educação do campo**. Rio de Janeiro, São Paulo: Escola Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio, Expressão Popular, 2012. p. 614-619.

TIRIBA, Lia; FISCHER, Maria Clara Bueno. Saberes do trabalho associado. In: CATTANI, Antonio D., LAVILLE, Jean-Louis; GAIGER, Luis Inácio; HESPANHA, Pedro. **Dicionário Internacional da Outra Economia**. Coimbra: Editora Almedina, 2009, p. 293-298.

TIRIBA, Lia; MAGALHÃES, Livia Diana Rocha. Lições do trabalho associado: educação, experiência e memória coletiva. **Revista HISTEDBR On-line**, Campinas, nº 70, p. 87-102, dez. 2016.

TIRIBA, Lia; PICANÇO, Iracy. O trabalho como princípio educativo no processo de produção de uma “outra economia”. In: TIRIBA, Lia; PICANÇO, Iracy. (orgs.). **Trabalho e Educação: arquitetos, abelhas e outros tecelões da economia popular solidária**. 2. ed. Aparecida, SP: Idéias & Letras, 2010. p. 19-32.

TRAGTENBERG, Maurício. **Administração, poder e ideologia**. 3. ed. São Paulo: Editora UNESP, 2005.

TRAGTENBERG, Maurício. O mais importante é o povo se autor-organizar. In: TRAGTENBERG, Maurício. **Autonomia Operária**. São Paulo: Ed. Unesp, 2011a. (Direção Evaldo A. Vieira; Coleção Maurício Tragtenberg). p. 24-27.

TRAGTENBERG, Maurício. Uma prática de participação: as coletivizações na Espanha (1936-1939). In: TRAGTENBERG, Maurício. **Teoria e ação libertárias**. São Paulo: Ed. Unesp, 2011b. (Coleção Maurício Tragtenberg). p. 245-281.

TUMOLO, Paulo Sérgio. O trabalho na forma social do capital e o trabalho como princípio educativo: uma articulação possível? **Educ. Soc.**, Campinas, vol. 26, n. 90, p.239-265, Jan/Abr. 2005.

TUMOLO, Paulo Sergio. Trabalho, educação e perspectiva histórica da classe trabalhadora: continuando o debate. **Rev. Bras. Educ.**, Rio de Janeiro , v. 16, n. 47, p. 443-481, Aug. 2011.

VÁZQUEZ, Adolfo Sánchez. **Filosofia da práxis**. Trad. Maria Encarnación Moya. 2. ed. São Paulo: Expressão Popular, 2011.

VENDRAMINI, Célia Regina. A contribuição de E. P. Thompson para a apreensão dos saberes produzidos do/no trabalho. **Educação Unisinos**, v. 10, n.2, p. 123-129, 2006.

VENDRAMINI, Célia Regina; TIRIBA, Lia. Classe, cultura e experiência na obra de E. P. Thompson: contribuições para a pesquisa em educação. **Revista HISTEDBR On-line**, n. 55, p. 54-72, 2014.

VIEZZER, Moema. “**Se me deixam falar...**”: testemunho de Domitila de Barros de Chungara, uma mulher da Bolívia – 25 anos depois. 15. ed. rev. e ampl. São Paulo: Global, 2003.

WALKER, Lucy (Direção). **Lixo extraordinário**. 2011. Brasil: Almega Projects & O2 Filmes, 98min. Documentário.

WEISHEIMER, Nilson. Sobre a invisibilidade social das juventudes rurais. **Desidades**, v. 1, p. 22-27, 2013.

WIRTH, Ioli Gewehr. A divisão sexual do trabalho em cooperativas de triagem de resíduos sólidos: um olhar sobre os trabalhos das mulheres. In: ZANIN, Maria; GUTIERREZ, Rafaela Francisconi (Orgs.) **Cooperativas de catadores**: reflexões sobre práticas. São Carlos : Claraluz, 2011. p. 102-135.

WOOD, Ellen Meiksins. El concepto de clase en E. P. Thompson. **Cuadernos políticos**, México D.F., n. 36, abr./-jun. 1983. Traducción de Ana María Palos. (Orig. em *Studies in Political Economy*, n.9, outono, 1982).

ZANIN, Maria; GUTIERREZ, Rafaela Francisconi. Apresentação: Cooperativas de Catadores: reflexões sobre práticas. In: ZANIN, Maria; GUTIERREZ, Rafaela Francisconi (Orgs.). **Cooperativas de catadores**: reflexões sobre práticas. São Carlos : Claraluz, 2011. p. 11-13.

APÊNDICE A – Termo de consentimento livre e esclarecido

TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

Estamos lhe convidando para participar da pesquisa “Experiências de trabalho dos catadores de materiais recicláveis nos municípios de Guarapuava e Irati no Estado do Paraná”, realizada sob responsabilidade de Anderson Roik, RG 8.063.203-0 SSP/PR, aluno do curso de Doutorado em Ciências Sociais Aplicadas da Universidade Estadual de Ponta Grossa, com orientação da Professora Dra. Danuta Estrufika Cantóia Luiz, RG 2.262.470-9 SSP/PR.

Esta pesquisa busca analisar as experiências de trabalho nas organizações de catadores de materiais recicláveis nos municípios de Guarapuava e Irati no Estado do Paraná.

A coleta de informações será feita através de questionários, observações e uma entrevista com perguntas abertas. Em relação à entrevista, você terá a liberdade para responder usando suas palavras e conhecimentos. O tempo de duração foi estimado em uma hora e meia. Para facilitar a análise dos dados, a entrevista será gravada e transcrita literalmente. Só terão acesso aos seus dados pessoais o pesquisador e seu orientador, sendo garantido o sigilo e o anonimato. Serão omitidas todas as informações que permitam identificá-lo(a).

A participação na presente pesquisa é totalmente voluntária, sem qualquer custo e tampouco compensação financeira por sua participação. O pesquisador se compromete a reparar danos, desconfortos, constrangimentos ou despesas que houverem devido à realização da pesquisa, ou prover meios para fazê-lo. A qualquer momento você poderá desistir da pesquisa, bem como solicitar informações adicionais ao pesquisador responsável pela pesquisa, através do contato pelo telefone (42) 99118-7024, ou pelo e-mail andersonroik@hotmail.com.

Os resultados gerais da pesquisa serão submetidos à publicação em eventos e revistas da área.

Caso concorde com sua participação na entrevista/pesquisa proposta, por favor, assine abaixo.

Desde já agradecemos sua colaboração.

Em, _____, de _____ de 2017.

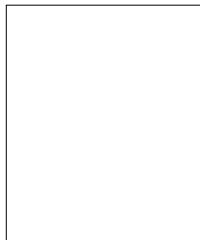
Danuta Estrufika Cantóia Luiz, Dra.
Orientadora

Anderson Roik, Ms.
Pesquisador

Nome do participante da pesquisa

RG

Assinatura do participante



Impressão Digital
Polegar Direito

APÊNDICE B – Roteiro de entrevista

Roteiro de Entrevista

Experiência anterior X Experiência cooperativa x Gestão democrática:

- Antes de ser catador, em que trabalhou? Quais atividades desenvolveu? Como era o trabalho? O que aprendeu com este trabalho?
- Quais os motivos que o levaram a ser catador? O que o levou ao ingresso na cooperativa?
- Como é o trabalho na cooperativa? Que atividades desenvolve? Em que difere o trabalho na cooperativa ao de trabalhar como catador autônomo?
- Em que difere o trabalho na cooperativa do(s) trabalho(s) que teve anteriormente?
- O que aprendeu com o trabalho na cooperativa?
- O que pensa sobre seu trabalho atual? O que pensa sobre os trabalhos anteriores?
- Como era sua vida antes? Como é sua vida agora?
- Você estudou ou estuda? Por que parou? Por que continuaria? O que pensa sobre a escola?
- Participa de cursos de formação/capacitação na/pela cooperativa? O que pensa sobre esses cursos?
- O que espera (planos/expectativas/sonhos) com o seu trabalho na cooperativa? O que você espera para a cooperativa?
- O que acredita que seus colegas esperam da cooperativa?
- São realizadas reuniões entre os membros? O que é discutido? Como é sua participação nas reuniões? E a participação de seus colegas?
- Como se dá a decisão sobre: a produção (o que e quanto produzir); sobre a venda (preço e comprador da produção); sobre a divisão das tarefas?
- A cooperativa presta conta de suas ações?
- Como é a distribuição dos resultados do trabalho? O que pensa sobre a remuneração que recebe pelo seu trabalho na cooperativa?
- Como você se vê dentro da cooperativa, perante seus colegas?
- Como você vê seus colegas? Como você vê o papel da presidência/diretoria?
- Como é o relacionamento com os colegas de trabalho? Como acha que eles percebem seu trabalho na cooperativa?
- O que falta para a cooperativa? O que pode melhorar?
- Como acha que a comunidade/sociedade enxerga a cooperativa?
- Como acha que a comunidade/sociedade enxerga seu trabalho? Como acha que a sua família enxerga o seu trabalho?
- Pretende continuar na cooperativa?
- Se pudesse mudar algo no seu trabalho na cooperativa, o que seria?
- A cooperativa recebe algum apoio externo (Prefeitura, Estado, ONGs...)?

APÊNDICE C – Formulário de caracterização

Universidade Estadual de Ponta Grossa
Programa de Pós-graduação em Ciências Sociais Aplicadas

Formulário de caracterização

| IDENTIFICAÇÃO DA ORGANIZAÇÃO: | |
|---|-----------------------------|
| Nome/Razão Social: | |
| Endereço: | |
| CEP: | Município: |
| Telefone para contato: | |
| E-mail para contato: | |
| Forma de constituição: () associação () cooperativa? () outra. Qual? | |
| Data de criação/fundação? | |
| Atual presidente e/ou responsável: | |
| Número total de membros (associados ou cooperados): _____ | |
| _____ Homens | _____ Mulheres |
| Além dos membros, possui trabalhadores contratados e assalariados? | |
| () não () sim | |
| Total? _____ | _____ Homens _____ Mulheres |
| Área de abrangência (por exemplo; bairros, localidades...): | |

| ESTRUTURA | |
|--|--------------------|
| Espaço de funcionamento é: () próprio () alugado () cedido () outro. Qual? | |
| Estrutura da sede: | |
| () sala da diretoria | () telefone |
| () sala de reuniões | () Internet |
| () refeitório | () computador |
| () banheiro | () outros. Quais? |
| () chuveiro | |
| Quantas máquinas/equipamentos para produção possui? _____ | |

| ESTRUTURA |
|---|
| Do total são: ____ próprias ____ cedidas/emprestadas ____ alugadas Descreva: |
| Possui veículos (carro, caminhão...): () não () sim Quantos? _____ Do total são: ____ próprios ____ cedidos/emprestados ____ alugados Descreva: |
| Quais as fontes de recursos da organização? () contribuições de membros fixas () contribuições de membros voluntárias () autofinanciamento (parte do resultado da produção é reinvestido na organização) () doações de indivíduos e/ou entidades privadas () recursos do Estado (Município, Estado, União) () financiamento internacional () outros. Quais: |

| ORGANIZAÇÃO E GESTÃO DO TRABALHO |
|---|
| Como é a forma de ingresso/admissão dos membros? |
| Existem pré-requisitos para admissão? () não () sim. Quais? |
| Como é a forma de desligamento dos membros? |
| Existem razões estabelecidas (normas, regras, regulamento...) para o desligamento? () não () sim. Quais? |
| Quais materiais são coletados? |
| O que é produzido com esses materiais? |

| ORGANIZAÇÃO E GESTÃO DO TRABALHO | |
|---|---|
| Quem são os compradores da produção? | |
| Como é a organização interna: | |
| <input type="checkbox"/> diretoria <input type="checkbox"/> comissões | <input type="checkbox"/> secretarias <input type="checkbox"/> outras. Quais? |
| Quantas pessoas compõem a diretoria? _____ Qual o tempo de mandato da diretoria? _____ Qual a forma de escolha da diretoria? <input type="checkbox"/> eleição. Como? <input type="checkbox"/> outra. Qual? Como? | |
| Quais são as funções/atribuições da diretoria? | |
| A decisão sobre a produção (o que e quanto produzir) é: <input type="checkbox"/> exclusiva da diretoria <input type="checkbox"/> coletiva (por todos os membros) | |
| <input type="checkbox"/> uma pessoa designada pela diretoria como responsável <input type="checkbox"/> outra. Qual? | |
| A decisão sobre a venda (preço e comprador da produção) é: <input type="checkbox"/> exclusiva da diretoria <input type="checkbox"/> coletiva (por todos os membros) | |
| <input type="checkbox"/> uma pessoa designada pela diretoria como responsável <input type="checkbox"/> outra. Qual? | |
| Quanto ao resultado do trabalho (venda da produção): <input type="checkbox"/> os membros recebem um salário fixo mensal <input type="checkbox"/> é distribuído igualmente entre os membros independente do trabalho realizado | |
| <input type="checkbox"/> é distribuído entre os membros de acordo com o trabalho realizado <input type="checkbox"/> outra. Qual? | |
| A decisão sobre a atribuição e divisão das tarefas é: <input type="checkbox"/> exclusiva da diretoria | |
| <input type="checkbox"/> uma pessoa designada pela diretoria como responsável | |

ORGANIZAÇÃO E GESTÃO DO TRABALHO

() coletiva (por todos os membros) () outra. Qual?

São realizadas reuniões entre os membros? () não () sim

Se a resposta for sim:

Quais os assuntos discutidos?

Quem participa?

Com que frequência?

CONTEXTO DA ORGANIZAÇÃO

A organização presta conta de suas ações? () não () sim. Se a resposta for sim:

Para quem?

- () aos membros
- () as entidades financiadoras
- () órgãos fiscalizadores do Estado
- () outros. Qual:

De que tipo e forma é essa prestação de contas?

- () balanço e/ou livro-caixa
- () relatórios de atividades e financeiros
- () conselho fiscal
- () assembleia
- () outros. Qual:

A organização realiza comunicação externa (entre a organização e o bairro, a cidade, sociedade)? () não () sim. Que veículos/meios utiliza para isso?

A organização realiza comunicação interna (entre a diretoria e os membros)?

() não () sim. Que veículos/meios utiliza para isso?

| CONTEXTO DA ORGANIZAÇÃO |
|---|
| <p>Além da sua organização, existe outra que faz a coleta de materiais recicláveis no município de sua abrangência? () não () sim. Quantas? ____</p> <p>Se a resposta for sim: Descreva quais são e como é seu relacionamento com elas?</p> |
| <p>Sua organização possui relação com o Movimento de Economia Solidária?</p> <p>() não () sim. Qual?</p> |
| <p>Sua organização possui relação com o Movimento Nacional de Catadores de Materiais Recicláveis-MNCCMR? () não () sim. Qual?</p> |
| <p>Os membros de sua organização fazem parte do Cadastro Nacional de Catadores-CANAC?</p> <p>() não () sim</p> |
| <p>Tem conhecimento sobre:</p> <p>Política Nacional de Resíduos Sólidos () não () sim</p> <p>Programa Pró-catador () não () sim</p> <p>Decreto sobre a coleta seletiva em órgãos públicos () não () sim</p> |
| <p>A organização tem relacionamento/ligação com:</p> <p>Organização não governamental? () não () sim. Cite e descreva?</p> <p>Órgão público (Municipal, Estadual, Federal)? () não () sim. Cite e descreva?</p> <p>Assessoria externa? () não () sim. Cite e descreva?</p> <p>Outras? () não () sim. Cite e descreva?</p> |
| <p>Os membros têm acesso/participam de cursos e/ou eventos de formação e capacitação</p> |

CONTEXTO DA ORGANIZAÇÃO

(autogestão, gestão democrática, associativismo/cooperativismo etc)?

() não () sim. Descreva quais são os cursos e quando ocorrem (ou ocorreram):

APÊNDICE D – Questionário socioeconômico

Formulário socioeconômico

| Identificação | |
|---|-------------------|
| A qual associação/cooperativa está vinculado? | |
| Nome: | |
| Data de nascimento: | |
| Telefone para contato: | |
| Endereço: | |
| Sexo: () feminino () masculino | |
| Cor/etnia: | |
| () Branco(a) | () Amarelo(a) |
| () Pardo(a) | () Indígena(a) |
| () Negro(a) | |
| Estado civil: | |
| () Solteiro(a) | () Viúvo(a) |
| () Casado(a) | () União estável |
| () Separado(a) / divorciado(a) / desquitado(a) | |

| Família e renda | |
|--|------------------------|
| Tem filhos: () não () sim. Quantos? _____ | |
| A casa onde você mora é: | |
| () Emprestada ou cedida | () Própria já quitada |
| () Própria em pagamento | () Outro. Qual? |
| () Alugada | |
| Quantas pessoas moram em sua casa? (incluindo você) _____ | |
| Destes, quantos são menores de idade? (menores de 18 anos) _____ | |
| Qual a sua renda mensal individual? | |
| () Até R\$ 1.070,33* | |
| () De R\$ 1.070,33 até R\$ 1.605,50 | |

| Família e renda |
|---|
| <input type="checkbox"/> De R\$ 1.605,50 até R\$ 2.140,66 <input type="checkbox"/> De R\$ 2.140,66 até R\$ 2.675,82 <input type="checkbox"/> Outra. Quanto? _____ |
| *Valor referente ao salário mínimo regional no Estado do Paraná. |
| Qual a renda mensal de sua família? (considere a renda de todos que moram em sua residência, inclusive você) |
| <input type="checkbox"/> Até R\$ 1.070,33* <input type="checkbox"/> De R\$ 1.070,33 até R\$ 1.605,50 <input type="checkbox"/> De R\$ 1.605,50 até R\$ 2.140,66 <input type="checkbox"/> De R\$ 2.140,66 até R\$ 2.675,82 <input type="checkbox"/> De R\$ 2.675,82 até R\$ 3.120,99 <input type="checkbox"/> De R\$ 3.120,99 até R\$ 4.281,32 <input type="checkbox"/> Mais de R\$ 4.281,32 <input type="checkbox"/> Outra. Quanto? _____ |
| *Valor referente ao salário mínimo regional no Estado do Paraná. |

| Formação e trabalho |
|---|
| Atualmente você está estudando? () não () sim. O quê? |
| Qual a sua escolaridade: |
| <input type="checkbox"/> Ensino básico incompleto (1ª a 4ª séries) <input type="checkbox"/> Ensino básico completo (1ª a 4ª séries) <input type="checkbox"/> Ensino fundamental incompleto (5ª a 8ª séries) <input type="checkbox"/> Ensino fundamental completo (5ª a 8ª séries) <input type="checkbox"/> Ensino médio incompleto <input type="checkbox"/> Ensino médio completo <input type="checkbox"/> Ensino superior incompleto <input type="checkbox"/> Ensino superior completo <input type="checkbox"/> Outro. Qual? |
| Desde quando faz parte da associação/cooperativa? |

| Formação e trabalho | |
|--|------------------------------------|
| Antes de se vincular a associação/cooperativa com o que trabalhou? | |
| <u>Profissão/função:</u> | <u>Por quanto tempo trabalhou:</u> |
| | |
| | |
| | |
| | |
| | |
| | |
| | |
| | |
| Você já teve acesso/participou de cursos e/ou eventos de formação e capacitação (autogestão, gestão democrática, associativismo/cooperativismo, economia solidária etc)? () não () sim. Descreva quais são os cursos e quando ocorreram (ou ocorrerem): | |
| | |